



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”: Festas e política no  
Recife (1817-1848)

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos

Niterói  
2018

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos

Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”: Festas e política no Recife (1817-1848)

Tese apresentada ao Programa  
De Pós Graduação em História  
da UFF, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Doutor

Orientadora: Professora. Doutora. Martha Campos Abreu

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

S2371 Santos, Lídia Rafaela Nascimento dos  
Luminárias, músicas e ?sentimentos patrióticos?: Festas  
e política no Recife (1817-1848) / Lídia Rafaela Nascimento  
dos Santos ; Martha Campos Abreu, orientadora. Niterói,  
2018.  
277 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,  
2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.d.06309002481>

1. Festa. 2. Festa religiosa, aspecto histórico. 3. Festa  
cívica, aspecto histórico. 4. Estado Nacional. 5. Produção  
intelectual. I. Título II. Abreu, Martha Campos ,  
orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto  
de História.

CDD -

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos

Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”: Festas e política no Recife (1817-1848)

Tese apresentada ao Programa De Pós Graduação em História da UFF, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor

Aprovada em:08/05/2018

Banca examinadora

---

Professora Doutora Martha Campos Abreu- orientadora  
Universidade Federal Fluminense- UFF

---

Professor Doutor Hendrik Kraay- membro  
University of Calgary

---

Professor Doutor Marcus Joaquim Maciel de Carvalho- membro  
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

---

Professora Doutora Renata Figueiredo Moraes- membro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ

---

Professora Doutora Larissa Moreira Viana- membro  
Universidade Federal Fluminense- UFF

---

Professora Doutora Gladys Sabina Ribeiro-Suplente  
Universidade Federal Fluminense- UFF

---

Professora Doutora Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro- Suplente  
Universidade Federal Fluminense- UFF

## AGRADECIMENTOS

São tantas pessoas a agradecer, muita gente participou da construção desse trabalho. Primeiramente agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo subsídio fornecido para possibilitar a dedicação exclusiva na elaboração desse trabalho. Minha enorme gratidão aos funcionários dos variados arquivos que frequentei, mas em especial aos do no setor de manuscritos do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) em Pernambuco: Márcio e Hildo Leal pelas preciosas dicas e gentilezas durante as pesquisas. Agradeço finalmente aos funcionários da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Obrigada a todos aqueles que me fizeram acreditar que ainda era importante pesquisar nesses tempos sombrios de crise no Brasil. Quero agradecer e registrar o carinho, o respeito e admiração que tenho pela minha amiga e orientadora Martha Abreu. Obrigada por todo o apoio, conversas e acolhimento que me ajudaram não apenas a fazer a tese, mas na vida.

Aos membros da banca pela leitura atenta e contribuições para a conclusão desse trabalho. Marcus Carvalho, que me acompanha desde a graduação, com quem muito aprendo, pelo incentivo, apoio e companheirismo. Larissa Viana obrigada pelo acolhimento, disponibilidade, por fazer o NUPEHC tão doce por todo o período que o frequentei, por todas as conversas e momentos agradáveis e pelas sugestões no andamento do trabalho. A Hendrik Kraay pelas conversas, apoio, leituras atentas e sugestões. A Renata Moraes pelas muitas conversas e festas que podemos compartilhar, você tem uma energia que torna a sua presença diferenciada.

Registro agradecimentos às pessoas que convivi nos corredores e cursos da UFF. A Gladys Sabina Ribeiro, cuja disciplina que cursei muito colaborou na minha formação, obrigada pela confiança e apoio. Gostaria de destacar alguns colegas que foram um refúgio nesses anos de convivência: Bruna Dourado, Eric Brasil, Isabella Gaze, Lívia Monteiro, Maria do Carmo Gregório (Carminha) e Paulo Roberto. Além de serem colegas de pós-graduação vocês me fizeram refletir e modificaram algumas formas de encarar a profissão e a vida.

A estadia no Rio de Janeiro me trouxe outros amigos que foram essenciais para concluir esse trabalho, foram vários, quero destacar Ellen Caroline pelas inúmeras conversas. E também a Ana Flor, Cinthia e Fernanda Muniz que mais que amigas se

tornaram família. Obrigada por me deixar entrar na vida de vocês, por todo o apoio e companheirismo que começaram no decorrer do meu doutoramento. Desde que as conheci vocês me fizeram “estar em casa” mesmo eu sendo uma estranha chegando a um lugar novo. Também quero agradecer a Fernanda pela revisão deste trabalho. Em meio a rotina de correria e alguns brindes fiz algumas amigas que se tornaram um oásis nessa estadia, entre elas quero destacar Marina Contim, Renata Moraes, Luciana Pinheiro, Vanessa Pereira e Maria Teresa.

Também quero agradecer aos amigos do Recife que me deram o apoio necessário e se fizeram presente e participaram da construção desse trabalho. Aos amigos dos cursos de História da UFPE e UFRPE: Aline de Biase, Augusto Neves, Breno Lisboa e Diego Carvalho. A Eudes Belo e Grasiela Moraes grandes amigos de longa data com quem tive tantas conversas e ajudas sobre a vida e sobre a tese, foi sempre incrível falar e estar com vocês.

Quero ressaltar os meus agradecimentos a Paulo Cadena, que compartilhou comigo toda a trajetória e dilemas da formação na área de história, ainda que nessa fase de doutorado estivéssemos em instituições diferentes passamos por muitas aventuras, caminhos e descaminhos. Em meio às pesquisas sobre o Oitocentos trocamos muitas figurinhas que muito me ajudaram a construir esse trabalho. Também a Pedro Falk um amigo que é um irmão, obrigada pelas leituras, conselhos e pelo ombro amigo.

Alguns amigos que não são “da história” também foram apoios importantes para esse trabalho, em especial destaque Morgana Alves, Fábio Marques, Dilson Lucena e Betânia Santana. A minha família por ser um suporte, em especial aos meus pais, ao meu irmão Victor Rafael e a minha prima Clarisse Beatriz por em cada abraço e conversa sincera de uma criança ter me dado tanta força.

## **RESUMO**

Política, economia, religião, trabalho, tudo se faz presente nas festas. Nesse trabalho analisamos as festas públicas –cívicas e religiosas – no Recife, tendo por foco as suas funções sociais e políticas entre os anos de 1817 e 1848. Elas foram diretamente influenciadas pelas peculiaridades do período estudado, especialmente pela construção do Estado Nacional e pelas Insurreições liberais. Período de intensa conturbação, o que fez das festas um dos meios utilizados para que as pessoas vivenciassem e internalizassem a lealdade ao novo Estado. A presença das festas nesse processo envolvia também esforços de normatização e controle, que muito além de envolver as festas cívicas, buscavam normatizar variadas festas religiosas e populares. Além do que as expressões festivas, culturais e políticas, envolveram os esforços de diversos agentes sociais na formação do Estado Nacional e das novas identidades políticas, nacional e regional. Evidenciamos as festas como espaço para demonstração de patriotismo, os preparativos para as festas, seus principais ritos, análise da arquitetura efêmera e as formas de divertimento presentes nessas festas.

Palavras-Chave: Festas, Estado Nacional, Festas Religiosas, Festas cívicas e Calendário.

## **ABSTRACT**

Politics, economy, religion, labor, everything is present in the festivities. In this work, we analyze the public festivities - civic and religious - in Recife, focusing on their social and political functions, between the years of 1817 and 1848. They were directly influenced by the peculiarities of the period studied, especially by the construction of the National State and by the liberal Insurrections. A period of intense turmoil, which made the festivities one of the means used in order for the people to experience and to internalize the loyalty to the new State. The presence of festivities, in this process, also involved efforts to standardization and to control, that goes beyond involving the civic festivals, sought to standardize various religious and popular festivities. In addition to the festive, cultural and political expressions, they involved the efforts of various social agents in the formation of the National State and of the new political, national and regional identities. We show the festivities as a space of demonstration for patriotism, the preparations for the festivities, their main rituals, analysis of the ephemeral architecture and the forms of entertainment present at these festivities.

Keywords: Festivities; National State; Religious Festivities; Civic Festivities; Calendar.

## Lista de Ilustrações

Mapa 1: Bairros Centrais da Cidade do Recife.....	p.19
Figura 1: Oficial do terço dos Henriques.....	p.33
Figura 2: Vista das Cinco Pontas (tomada do Hospital D. Pedro II).....	p.45
Figura 3: O Bando (Proclamação Municipal).....	p.59
Quadro 1: Descrição da pirâmide baseada nas notícias publicadas no Diário de Pernambuco de 22 de julho de 1841 e de 29 de julho de 1841.....	p.83
Quadro 2: Caracterização Geral dos Periódicos .....	p.95
Quadro 3 Publicações sobre o Sete de Setembro no jornal O Cruzeiro em 1829.....	p.96
Quadro 4 Publicações Sobre o Sete de Setembro no Jornal Abelha Pernambucana em 1829.....	p.96
Quadro 5 : Publicações sobre o Sete de Setembro no Jornal O Constitucional em 1829.....	p.96
Quadro 6: Publicações sobre o Sete de Setembro no jornal Diário de Pernambuco em 1829.....	p.96
Figura 4: Schlappriz , Luiz, Largo do Palácio do Recife .....	p.112
Gráfico 1: Anúncios de representações teatrais em homenagem ao Sete de Setembro nos Jornais (1829-1848).....	p.118
Quadro7: As quatro faces das pirâmides das festas da Independência.....	p.132
Gráfico 2: Brindes do jantar do Sete de Setembro.....	p.137
Quadro 8 : Comparação entre os dias de gala da lei de 11.12.1822 e a tabela dos dias de gala enviados pelo Ministério de Guerra em 1825.....	p.148
Quadro 9: Dias de Gala para as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas previsto nas Folhinhas de Algibeira de 1848.....	p.151
Quadro 10: Dias Santos na Província de Pernambuco (1847-1849).....	p.151
Gráfico 3: número de dias por mês com festas religiosas previstos para 1848.....	p.154
Gráfico 4: Número de Artigos das Posturas Municipais do Recife de 1831, 1833 e 1840 e 1848.....	p.158
Quadro 11: Licenças ligadas a arquitetura efêmera da festa concedidas pela Câmara Municipal do Recife, 1843.....	p.159
Figura5: Judas no Sábado de Aleluia .....	p.166

Figura 6: Cavalhadas .....	p.181
Figura 7: Anúncio do Teatro Público no Diário Novo 16/12/1842.....	p.195
Figura 8: Primeiras páginas de junho da folhinha de algibeira de 1847.....	p.200
Mapa 2: Mapa das festas juninas anunciadas pela Folhinha de Algibeira em 1847.....	p.201
Figura 9: Arco de Santo Antônio.....	p.203
Figura 10: Krauss , Luís Adam Cornell, Pátio do Terço .....	p.204
Gráfico 5: Gastos da Irmandade de São Pedro com a festa do Santo Protetor no Recife.....	p. 208
Gráfico 6: Quantidade de anúncios sobre produtos para festas juninas nos periódicos Diário de Pernambuco e Diário Novo (1825-1848).....	p.211
Gráfico 7: Quantidade de anúncios por região de livro de Sortes no Diário Novo e Diário de Pernambuco entre 1825-1848.....	p.214
Figura 11: Anúncio do Jornal Artilheiro no Diário de Pernambuco 28/06/1843.....	p.216
Gráfico 8: quantidade de anúncios para venda de bolo de São João por região(1825-1848).....	p.218
Figura 12: Bolo enfeitado com alfenim na feira de Alfenique, 2013.....	p.219
Quadro 12: Anúncios no Diário de Pernambuco de espetáculos de teatro nos dias dos Santos Juninos.....	p.221
Figura 13: Rugendas, Johann Moritz Venda no Recife .....	p.233
Figura 14:Prospecto da Vila de Santo Antônio do Recife.....	p.236

## **Lista de Abreviações**

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGPE)

Arquivo do Exército (Ahex)

Arquivo Nacional (AN)

Biblioteca Nacional (BN)

Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Pernambuco (IPHAN-PE)

## **Sumário**

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO .....	7
ABSTRACT.....	8
Lista de Ilustrações.....	9
Lista de Abreviações.....	11
INTRODUÇÃO .....	13
<b>CAPÍTULO 1: FESTAS CÍVICAS, MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO INDEPENDENTE.....</b>	<b>26</b>
<b>1.1 As Festas e a Insurreição Pernambucana de 1817 .....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 As Festas E A Definição Da Independência No Recife.....</b>	<b>46</b>
<b>1.3 As Festas “Ocasionais” Nas Décadas De 1830 E 1840.....</b>	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO 2: COMEMORAÇÕES DO DIA DA INDEPENDÊNCIA.....</b>	<b>90</b>
<b>2.1 Os Festejos Do Sete De Setembro De 1829 Nos Jornais Pernambucanos .....</b>	<b>93</b>
<b>2.2 As Comemorações Oficiais Do Sete De Setembro Entre 1829 E 1848 ....</b>	<b>109</b>
<b>2.3 Festejos Populares E Patriotismo .....</b>	<b>120</b>
<b>2.3.1 Os Cortejos .....</b>	<b>121</b>
<b>2.3.2 A arquitetura .....</b>	<b>130</b>
<b>2.3.3 Esmolas.....</b>	<b>135</b>
<b>2.3.4 Reuniões privadas e bailes.....</b>	<b>136</b>
<b>CAPÍTULO 3 : A NORMATIZAÇÃO DAS FESTAS.....</b>	<b>143</b>
<b>3.1 Por Uma Agenda De Festas .....</b>	<b>145</b>
<b>3.2 As Posturas E As Festas.....</b>	<b>155</b>
<b>3.3 Os Gastos Em Festas.....</b>	<b>167</b>
<b>3.4. Episódios Em Festas Religiosas.....</b>	<b>176</b>
<b>CAPÍTULO 4: FESTEJOS DE JUNHO .....</b>	<b>197</b>
<b>4.1 Festas nas Igrejas .....</b>	<b>199</b>
<b>4.2 Comemorações Dos Santos Juninos Em Pernambuco Nos Jornais: sortes, comidas, fogueiras e teatros .....</b>	<b>210</b>
<b>4.3 O Melhor Das Festas: fogos de artifício e tentativas de proibição.....</b>	<b>222</b>
<b>4.4 São João Dos Pobres E Pretos Também?.....</b>	<b>231</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	247
ANEXO 1.....	272

## INTRODUÇÃO

...Sua aparente unicidade remete de fato, a múltiplas diferenças, geralmente pensadas mediante uma série de oposições: popular/oficial, rural/urbana, religiosa/laica, participação/espetáculo etc. Ora, essas clivagens, longe de permitir uma clara tipologia das cerimônias festivas, são elas próprias problemáticas, já que a festa é quase sempre um misto que visa conciliar os contrários. Por outro lado, a palavra investe em si a definição –teorizada ou espontânea– que cada um se forjou da festa. Misturando lembrança e utopia, dizendo o que a festa deve ser e o que ela não é, essas definições são certamente a coisa menos compartilhada do mundo. Portanto, elas impedem de construir facilmente a festa como objeto histórico de contornos bem desenhados.

Roger Chartier- Leituras e Leitores da França do Antigo  
Regime p.24

A festa é um acontecimento muito atrativo, envolve múltiplos sujeitos e questões. Desde a minha graduação, intrigava-me termos tão poucos estudos sobre a história das festas em Pernambuco no século XIX, especialmente na primeira metade do século. Durante os dois anos de minha bolsa de Iniciação Científica, realizei pesquisas sobre o Recife oitocentista relativas à resistência escrava e ao tráfico atlântico de escravos. Ao pesquisar em diversificada documentação do período, ocasionalmente encontrava ocorrências que remetiam ao universo dos divertimentos e das festas.<sup>1</sup>

Nas leituras sobre Recife, na primeira metade do século XIX, era comum ler citações sobre festas em meio a análises de variados temas, ora vistas como “obrigação social”, ora associadas à resistências escravas e revoltas. Mas não encontrava um estudo específico sobre festas no Recife no período em questão. Tais inquietações tornaram-se objeto de estudo na minha monografia onde apresentei o caso de Antônio: um escravo preso em botequim recifense.<sup>2</sup>

A experiência na graduação me levou a propor um projeto sobre o lazer dos escravos na primeira metade do século XIX. Frente à dificuldade das fontes para estudar a “festa negra” em Pernambuco e a escassez de obras sobre os divertimentos do período, modifiquei o projeto inicial e escrevi a dissertação: *Das festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850)*, na qual analisei

<sup>1</sup> Durante a graduação em História na UFPE, fui bolsista de iniciação científica, sob orientação do

<sup>2</sup> Sobre esse assunto publiquei um artigo: JUSTIÇA, CONTROLE SOCIAL E ESCRAVIDÃO EM MEADOS DO SÉCULO XIX in: Documentação e Memória/TJPE, Recife, PE, v.1, n.1, 94-115, jul./dez.2008

algumas possibilidades de organização da população para divertimentos e o estabelecimento de regras de controle para tais momentos diferenciados do cotidiano. A partir das questões que ficaram em aberto na dissertação, surgiu a ideia de propor um projeto de doutorado para estudar as festas no Recife da primeira metade do século XIX.

Minha pesquisa se insere na confluência dos estudos de história cultural e história política, colocando as festas no centro do debate. Procuo analisá-las em seus papéis multifacetados, percebendo-as como importantes elementos das mudanças de poder, do exercício da política, de formação de identidades no processo de construção do Estado Nacional, de organização do controle social e de resistência da população a todo esse processo.

Muito mais que um momento de efusão das alegrias, a festa é um dos acontecimentos históricos relacionados a diversos aspectos da vida: a economia, política, cultura, etc. São sempre múltiplas, mutáveis e de difícil conceituação. Definir um dia de festa e organizá-la representava muito mais que proporcionar divertimentos, significava organizar, relembrar e instituir valores. O estudo sobre festas públicas no século XIX faz parte hoje de um campo de pesquisa consolidado. Como afirma Roger Chartier “a festa deixou o território do pitoresco e do anedótico para tornar-se um revelador maior das clivagens, tensões e representações que atravessavam uma sociedade.”<sup>3</sup>

Sem objetivar fazer uma discussão historiográfica sobre os estudos da festa, vou citar algumas obras que foram importantes para construir essa tese. Nos últimos anos, vários trabalhos tem posto em evidência a complexidade sociopolítica das festas. Torna-se visível a maior sofisticação das abordagens e a confrontação crítica dos documentos.

A publicação do livro coletivo *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*, organizada por Jancsó e Kantor é referência não só por colocar a Festa como problema central da discussão historiográfica, mas pela importante contribuição teórico-metodológica, ao trazer um panorama das diversas possibilidades de estudo da temática. Ali já ficavam evidentes as possibilidades de estudo das festas em sua dimensão política.

O livro *Carnavais e Outras F(r)estas - ensaios de história social da cultura*, organizado por Maria Clementina Pereira da Cunha, reuniu artigos de diversos

---

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2004 pp 23-24.

especialistas que tratam as festas pela abordagem da História Social, buscando seus participantes, as sociabilidades tecidas, os diálogos e conflitos sociais vividos nesses momentos, sempre com muita atenção para a especificidade de cada festa e festeiro.<sup>4</sup> Essa obra foi fundamental para delinear as abordagens teórico-metodológicas que inspiraram a produção desse trabalho.

Um dos objetivos desse trabalho foi entender as mudanças nas formas de festejar, o que exigiu atenção para os significados dos festejos em diferentes períodos, a exemplo do que fez Lucia Lippi Oliveira na década de 1980. A autora publicou *As festas que a república manda Guardar* e analisou o papel dos festejos como forma de evitar o esquecimento e marcar novos tempos políticos. A festa servia para marcar as mudanças e os novos tempos.

O livro de Michel Vovelle *Lês Metamorphoses de La fête em Provence de 1750 a 1820*, nos interessou particularmente por indicar o quanto as mudanças ocasionadas por um processo revolucionário continuariam dialogando com o sistema festivo pré-existente. Analisar o papel dos festejos na formação dos Estados latino-americanos é um modo de refletir sobre diferentes possibilidades de uso das comemorações no campo político. Esse tipo de análise foi feita por Antônio Carlos Amador Gil no livro "Tecendo os fios da nação: Soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado" na Argentina. Nele, as festas são pensadas como um dos meios utilizados para que as pessoas internalizassem a lealdade ao novo Estado. Se faziam parte das novas estratégias de controle social, ajudavam a consolidar os novos marcos para a nação em diálogo com antigas tradições.

Muitas das formas de festejar nas Américas do século XIX guardam semelhanças entre si. O texto "A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX", de Mary Ryan, publicado no livro "A Nova História Cultural", organizado por Lynn Hunt, foi importante para entendermos as múltiplas possibilidades de um rito. Entre elas, a criação de um léxico público partilhado por muitos participantes nos novos espaços políticos.

Na historiografia sobre as festas cívicas no Brasil imperial, há uma tendência de analisá-las de "cima para baixo". Há estudos sofisticados sobre a coroação e o imaginário da monarquia, como o de Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho Souza no livro *A pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831*.

---

<sup>4</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas** - Ensaios de História Social da Cultura . Campinas. Ed. Unicamp. 2002 p.17.

Schiavinatto realizou um estudo acerca da construção da figura do soberano, discutindo a construção do poder do monarca e das diferentes maneiras que as redes de poder funcionavam em períodos festivos.

O livro de Emílio Lopez, por sua vez, *Festas Públicas, Memória e Representação: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*, traz importantes indicações sobre as relações entre festas e expressões políticas. Percebendo-as como espaço vivido e ferramenta de controle social, os ritos festivos transformam-se em forma de representação política. O autor também destaca a relação entre os festejos tradicionais e as novas formas de festejo que se estabeleciam.

Hendrick Kraay é uma das principais referências sobre os festejos cívicos. Em seu livro *Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889*, o autor analisa os rituais cívicos como espaços abertos a todos, trabalhando a popularização da política e as novas relações entre a população e o Estado. Além de ficar atento às diferentes formas de comemoração de cada momento político, Kraay também investe nos significados da iconografia produzidos a partir das festas.

Algumas obras são importantes para a compreensão do papel dos festejos na construção da identidade nacional. Martha Abreu em “O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular” discute a festa do Divino Espírito Santo e suas transformações na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Sempre atenta aos sujeitos históricos, buscou traçar o perfil dos que circulavam pelas diferentes dimensões do divino, desvendando mecanismos de controle e tolerância na realização das festas.

A obra de João José Reis é fundamental para análise dessa primeira metade do século XIX. Alguns artigos publicados tratam diretamente sobre a temática "festa negra", especialmente em artigos das coletâneas supracitadas que se dedicam a análise das festas: *Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX e Batuques Negros: Repressão e Permissão na Bahia oitocentista*. Aborda as festas em seu caráter polimorfo e polissêmico, valorizando a construção das identidades negras, em um período em que o anseio civilizatório se fez forte no Brasil. Para a execução desse trabalho, será importante a sua análise acerca da relação entre o contexto sociopolítico e a repressão, ou não, às “festas negras.”

Os estudos sobre Pernambuco no Oitocentos têm tratado as festas de forma marginal. Poucos são os trabalhos que versam sobre essa temática, especialmente no período proposto para análise. Marcus Carvalho, mesmo sem estudar diretamente a festa, é um historiador de vital importância para qualquer análise acerca de Pernambuco

no período estudado. Suas obras, dentre elas, “Liberdade, rotinas e rupturas do escravismo”, revelam a sociedade escravista de Pernambuco e suas relações políticas com o Império.

As festas estão presentes em diversas temporalidades, mas como afirma Michel Vovelle “toda festa só pode pertencer ao seu próprio tempo”<sup>5</sup> e para o historiador são momentos “em que um grupo ou uma coletividade projeta simbolicamente sua representação de mundo, e até filtra metaforicamente todas as suas tensões.”<sup>6</sup> Cada local e época têm sua própria definição para esse termo. De acordo com o *Diccionario da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832, festa é uma “ação pública feita em obsequio religioso, ou profano. Demonstração de amizade, alegria; etc. com que recebemos alguém.”<sup>7</sup> As duas definições são amplas e incluem práticas diversas, o que dificulta uma delimitação precisa quando se fala em estudar “festas”. Como afirma Chartier:

Para tentar reter por algum tempo essa realidade móvel, fugidia e contraditória, aceitaremos como festas todas as manifestações que são dadas como tais na sociedade antiga, mesmo se o festivo estiver em outro lugar além das festas (e talvez sobretudo nelas)..<sup>8</sup>

Cada festa é dotada de tantas possibilidades, quanto permite a criatividade dos que delas participam. As festas no século XIX foram parte da cultura política e das transformações culturais no Brasil, fizeram parte dos novos poderes que se construíam; foram ferramentas na construção da identidade regional e nacional, e na legitimidade do novo Estado que se formava; elas foram também motivo de muitos debates em torno de sua regulamentação e controle.

Participar de um festejo cria um importante laço de identidade (ainda que situacional). A função da festa como formadora de identidades foi pensada no decorrer da tese em suas várias possibilidades. Seguindo as colocações de Gladys Sabina Ribeiro, as identidades étnicas, religiosas, regionais, sociais, são propostas “não como uma soma, mas como identidades que podem se complementar ou conflitar entre si”<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> VOVELLE, Michel - **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987 p.245.

<sup>6</sup> *Ibid.* p. 247.

<sup>7</sup> Luiz Maria da Silva Pinto *Diccionario da Língua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/diccionario/3/divertimento>.

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger, **Leituras e leitores** *Op. Cit.* p. 24.

<sup>9</sup> De acordo com o projeto coletivo “Nação e cidadania no Império: novos horizontes” do PRONEX 2003, RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania, liberdade e participação no processo de autonomização do Brasil e

No Brasil Império, como em qualquer outra sociedade, havia inúmeras motivações para festejar e conseqüentemente vários tipos de festejos. É difícil definir uma tipologia das festas. Optamos por estudar apenas as festas públicas e entre elas fizemos uma divisão entre festas cívicas e religiosas. Mas essas não são definições estanques. Como afirma Chartier: “Sua aparente unicidade remete, de fato, a múltiplas diferenças”<sup>10</sup>

Os diversos festejos religiosos e cívicos estiveram sobre intenso debate na primeira metade do século XIX e em ambas as esferas se mesclavam na vivência dos festeiros. Aconteciam em grande parte nas ruas da cidade. Adaptaram formas de celebrações dos tempos coloniais com novas ideias e concepções do mundo.

As mudanças e novidades que chegaram ao Brasil durante a primeira metade do século XIX influenciaram as diferentes formas de festejo em Pernambuco. Mas o Rio de Janeiro também era referencia obrigatória, como podemos acompanhar pelo periódico *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco* na sua edição de 26 de abril de 1823 ao comentar sobre como Recife festejou o nascimento da princesa Januária: "se este Recife não pode ter a pompa de Paris ou do Rio de Janeiro ao menos ostenta."<sup>11</sup>

Além das mudanças, devido a novas ideias e padrões de comportamentos, as festas estiveram relacionadas - e influenciaram no período estudado - a outros atos coletivos que delinearão as identidades e a cultura urbana. Entre esse outros acontecimentos coletivos, impossível não levar em conta as inúmeras insurreições liberais ocorridas na Província. A conjuntura política de Recife na primeira metade do século XIX era demasiadamente complexa. Entre 1817-1848 uma série de conflitos políticos, chamados pela historiografia de “ciclo das insurreições liberais”, marcaram a história e a historiografia da região.

A Insurreição de 1817, Confederação do Equador (1824), Praieira (1848), Guerra dos Cabanos (1832-1835), Setembrizada (1831), Novembrada (1831), Abrilada (1832), Carneiradas (1835) foram apenas alguns dos movimentos que alteraram a ordem pública na capital de Pernambuco no período abordado<sup>12</sup>, gerando grande movimento de pessoas armadas nas ruas, inclusive escravos, que lutavam pelas suas liberdades ideais e pelo poder dos seus senhores.

---

nos projetos de construção da identidade nacional. **Locus:** Revista de História. Juiz de Fora, v. 13 n. 1. jan. – jun. 2007 p.14.

<sup>10</sup> Chartier, Roger *Op. Cit* p. 24.

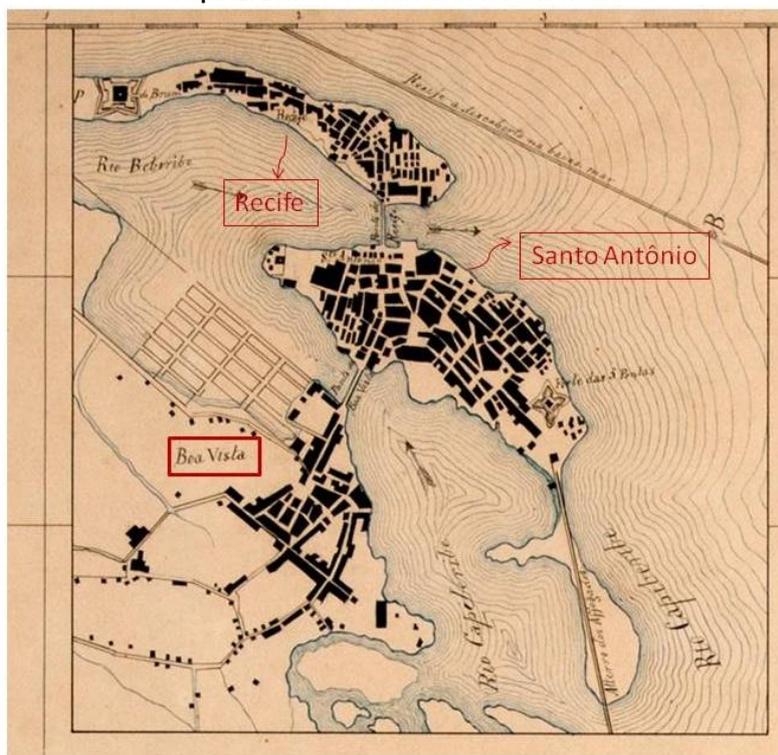
<sup>11</sup> *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco* 26 de abril de 1823.

<sup>12</sup> Ver: FERRAZ, S. **Liberais & liberais:** guerras civis em Pernambuco no século. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

“Revoluções” de grandes proporções, assim como movimentos de menor impacto na capital e na Província nos anos entre 1817 – 1848 tomaram as ruas com palavras de ordem em torno da liberdade e da civilização. A cidade de Recife se tornou palco para as manifestações das insatisfações, disputas partidárias e picuinhas pessoais. As elites se enfrentavam no âmbito do poder político central e provincial, atingindo suas malhas de apaniguados e os chefes partidários. Em todos esses períodos as festas também apareciam como movimentos e espetáculos de força nas ruas.

Para além das “revoluções”, algumas características da cidade do Recife também interferiram nas diferentes formas de realização dos festejos. O Recife é uma cidade que nasceu devido a sua atividade portuária e cresceu em torno da sua atividade mercantil. Como podemos ver no mapa abaixo, seus três bairros centrais são três grandes ilhas, interligadas por pontes.

**Mapa 1: Bairros Centrais da Cidade do Recife**



Fonte: Extrato da Planta da Capital Organizado no Archivo Militar pelo Cap Capitolino P. Severiano da Cunha a partir de documentos existentes na Repartição Tavares em 1868<sup>13</sup>

<sup>13</sup> A planta aparece em um mapa junto com a Carta Corográfica Da Província De Pernambuco e o Plano Da Ilha De Fernando De Noronha. Arquivo do Exército ( AHeX) CARTA COROGRÁFICA DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, COMPREENDENDO A PLANTA DA CAPITAL E O PLANO DA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA – Organizado no Archivo Militar pelo Cap Capitolino P. Severiano da Cunha, copiado pelo Cap Antonio Vilella de Castro Tavares em 1874, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, medindo 55cm x 71cm. 0009 01.01.0009

As pontes da cidade eram espaços importantes para a sociabilidade e os divertimentos. A ponte do Recife tinha os arcos da Conceição e de Santo Antônio em seus extremos. Além dessa, a da Boa Vista - em meados do século - era um dos pontos de encontro mais concorridos da cidade. A maior parte da atividade mercantil e dos prédios de governo se concentrava nos bairros do Recife e de Santo Antônio, ambos com características semelhantes a outras cidades da América portuguesa com ruas estreitas, becos e com forte presença de templos religiosos católicos. As variadas Igrejas, elementos marcantes na arquitetura da cidade eram lugares muito frequentados pelos festeiros que souberam resignificar os espaços da cidade em variadas procissões, festas de santo, cortejos cívicos, cantorias, danças, passeios e conversas nos dias festivos.

O Recife passava ainda por uma mudança semelhante a outras cidades brasileiras do período. A independência consolidou um processo de expansão urbana. Seja por questões econômicas - após-abertura dos portos houve um revigoração dos núcleos urbanos do comércio transatlântico que ganhou fôlego com a independência - ou por problemas do meio rural - como a seca e o declínio do algodão - a cidade tornou-se um polo de atração, um eixo econômico, social, político e cultural. O crescimento populacional acompanhou as transformações.

Em 1828 a população dos bairros centrais de Recife era de 25.678 habitantes, saltando esse número para 40.977 em 1856. Segundo Marcus Carvalho, “somada esta população aos moradores dos subúrbios haveria uns cem mil habitantes em torno do eixo Recife/Olinda por volta da metade do século.”<sup>14</sup>

Durante o governo de Francisco Rego Barros (futuro Conde da Boa Vista) entre 1837 e 1844 se desenvolveu um projeto de modernização no Recife que modificou o traçado urbano da cidade. Vários foram os melhoramentos urbanos. Abriram-se algumas ruas, fecharam-se outras. Foram colocados em funcionamento planos para construção de um grande teatro, do palácio do governo, entre tantos outros prédios públicos. Todas essas mudanças tinham como ponto de partida a construção de uma certa ordem pública e a realização de um projeto de civilização.

A cidade se modernizava, mas ainda enfrentava sérios problemas. Além do contraste com a escravidão, havia o desequilíbrio econômico, crônica situação dos cofres públicos. O grave problema das moedas falsas, o famoso xexém, também usado

---

<sup>14</sup> CARVALHO, Marcus J. M. De portas a dentro e de portas a fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, Salvador-BA, v. 1, n. 30, p. 41-78. 2003, p.44.

no pagamento dos soldados do exército, trazia enormes dificuldades para o cotidiano da população. Em uma cidade com elevado desemprego, era preciso contar ainda com a possibilidade de se receber dinheiro que não era válido. Também eram muitos os problemas de saúde, segurança, urbanização e os decorrentes da expansão da cidade.

O Recife do ciclo das insurreições liberais foi uma cidade com o seu espaço público intensamente ocupado, seja pelas revoltas, pelas muitas festas ou pelo intenso vai e vem que acompanhava as suas atividades comerciais e portuárias. As festas eram ocasiões para organização de laços de sociabilidade e de identidades que influenciavam os rumos que se tomava. A população do Recife do século XIX soube usar as festas a seu proveito seja como momento de diversão, como estratégia política ou ainda com outros usos que nem podemos inferir pela documentação.

Os oitocentistas que moravam no Recife e seus arredores ocuparam intensamente a cidade nos dias de festas, seja nos inúmeros dias de festas religiosas, ou nas festas cívicas e dias de festividades nacionais. Procissões, cortejos, paradas militares, espetáculos com fogos artificiais, busca-pés, entrudo, bailes do Menino Deus, festas nas igrejas, nos prédios do governo, nos teatros e reuniões em casas particulares foram algumas das formas de vivenciar esses dias. Ao festejar, teciam relações de sociabilidade e identidades, construía a cultura urbana.

Para realizar essa pesquisa precisei me locomover em um universo documental volumoso e difícil, pois as informações sobre as festas públicas, tema central da tese, são quase sempre fragmentadas e incompletas. Pesquisei manuscritos, legislação impressa, processos judiciais redigidos à mão pelos escrivães e periódicos.

Entre os “manuscritos”, li, transcrevi e analisei a documentação produzida pelas autoridades pernambucanas no cotidiano de seu trabalho, trocadas com as diferentes instituições dos poderes municipais, provincial e central – Câmaras Municipais, Presidência da Província, Bispo entre outros- Tais fontes encontram-se no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGPE), no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. Não encontrei uma série documental, apenas documentos emitidos sem uma frequência regular: ou seja, trabalhei com fragmentos discursivos que eram remetidos às festas e não específicos sobre elas.

Na Biblioteca Nacional, entre muitos registros dispersos, encontrei uma “relação da festa” escrita em 1818 pelo dicionarista Antônio de Moraes e Silva sobre a festa de 1818 em homenagem a aclamação de D. João VI no Recife. Como salientou Iara

Schiavinatto, era comum no período colonial o envio de um texto minucioso “que busca coincidir com o próprio cerimonial”. Como uma espécie de peça teatral, acompanha toda a cena pública, numa perigosa aproximação entre projeção e o que teria de fato acontecido.<sup>15</sup>

Do Arquivo Nacional, usamos dois volumes da série publicação histórica do Arquivo Nacional: *As Câmaras Municipais e a Independência* e *As Juntas Governativas e a Independência*, que juntaram documentos enviados pelas Câmaras Municipais e Juntas Governativas de todo o Império. Seleccionamos os documentos enviados pelas Câmaras de Pernambuco e pela Junta Governativa de Pernambuco.

A maior parte da pesquisa foi feita de forma exploratória em livros ou pacotes que juntavam a documentação enviada ou recebida por algum órgão da série interior e do fundo Mesa do Desembargo do Paço, buscando identificar no conjunto dessa documentação ligada ao poder central temas relacionados a festas. Observamos nesses documentos um maior detalhamento sobre o que acontecia nos festejos se compararmos aos documentos encontrados nos arquivos pernambucanos. Ao enviar um ofício sobre as festas para a corte, as autoridades provinciais e municipais buscavam, através do escrito, transmitir ao poder central o entusiasmo em comemorar as festas cívicas ou a urgência em encontrar a solução para alguma dúvida ou problema. Para isso, narravam com alguns detalhes sobre o que havia acontecido.

No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), no setor de Manuscritos, foi realizada uma pesquisa exploratória em variados códices do período de 1818 a 1848. Entre esses, tiveram destaque na construção desta tese os documentos das Câmaras Municipais, Ofícios do Governo, Juizes de Paz, Prefeitura de Comarca e o livro de Registro de Ofícios e Provisões. Ressalta-se que alguns livros da coleção estão indisponíveis para consulta devido ao elevado estado de degradação. No Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGPE) também foram pesquisados os processos do Tribunal da Relação e os ofícios enviados pelo Presidente da Província à Câmara Municipal do Recife.

Na superintendência do IPHAN-PE pesquisei os documentos das irmandades que estão sob sua guarda: Grande parte da documentação referente a primeira metade do século XIX está em elevado estado de deterioração. Usamos apenas alguns documentos

---

<sup>15</sup>SCHIAVINATTO, Iara. Entre os manuscritos e os impressos. In: Leite, Monica; Fonseca, Silvia C P de B. (Org.). **Entre a Monarquia e a República**. Imprensa, pensamento político e historiografia. 1822-1889. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p.18.

da Irmandade São Pedro dos Clérigos, como o livro de eleição da mesa regedora e das despesas com a festa do apóstolo São Pedro. Esse livro apresenta as contas da festa do ano de 1822 a 1845, abrangendo grande parte do período que estudamos. Cabe uma ressalva: não se pretende usar esses documentos para fazer uma análise das festas das irmandades, que aconteciam bastante no período estudado. Para esse trabalho, usamos as contas para relacioná-las a um contexto das festas públicas que analisamos.

Também trabalhamos com legislações que regulamentavam as festas, tanto feitas pelo poder central, como avisos sobre as formas de comemorações cívicas, ou leis que determinavam um calendário de feriados. Verificamos legislações do poder provincial e municipal, especialmente as Posturas Municipais que, de um modo geral, buscavam normatizar o cotidiano baseado em um ideal de civilidade e nas demandas do crescimento urbano e demográfico pelo qual a cidade do Recife passava.

Outra tipologia documental importante para a construção desse trabalho foi a dos periódicos. Ao usar a imprensa como fonte é necessário articular as publicações com as disputas em que estão inseridas. O período estudado é perpassado por uma intensa luta de poder e pelos conflitos em torno da organização do Estado Nacional. A imprensa foi um espaço privilegiado para evidenciarmos as disputas dos grupos desse período e as inúmeras festividades.

Tornaram-se lugares públicos para a divulgação das festas, comemorações e marcos políticos. As festas surgem nos periódicos como uma ferramenta importante no jogo de poderes locais e nas disputas em torno da construção do Estado Nacional, tanto como um meio usado para a legitimação do poder, como parte central das mudanças culturais da nova sociedade que se formava.

Uma característica de grande parte dos periódicos do período estudado era a efemeridade dessas publicações. Algumas duravam apenas meses como *A Voz do Beberibe*, ou poucos anos como *O Cruzeiro*, atrelando a isso a política de conservação dos arquivos nos legou poucos exemplares de cada periódico disponíveis, o que implicou na consulta de um elevado número de periódicos para o desenvolvimento desse trabalho.

Causa de conflitos e também vetores de mudanças, os estrangeiros fizeram-se sentir no Recife de diferentes formas. Vauthier foi um desses “visitantes” que teve influência marcante nessa cidade. Suas ideias, atitudes e trabalhos na Secretaria de Obras Públicas mudaram diversos aspectos do Recife de meados do século XIX. Foi ele quem escreveu um diário durante a sua estadia em Pernambuco. Além deles, usamos

alguns outros relatos de estrangeiros como os de Tollenare e Henry Koster que escreveram livros sobre o período, retratando a população, a geografia e as ações políticas e sociais dos pernambucanos no século XIX.

Alguns intelectuais memorialistas ou literatos produziram relatos em torno das festas, entre eles o livro *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, de Francisco Muniz de Tavares, escrito em 1840, o livro *O Matuto*, de 1902, e a série *Lendas e tradições populares do norte, de 1877*, publicada no periódico *Ilustração Brasileira*, do Rio de Janeiro, ambos de Franklin Távora.

Francisco Augusto Pereira da Costa, político, cronista, memorialista, pesquisador e sócio do IAHGPE, coletou importantes dados sobre a história de Pernambuco e suas festas, desde o período colonial. O pesquisador pernambucano lançou quatro publicações, no início do século XX, que foram muito usadas nesse trabalho. *Vocabulário Pernambucano*, *Anais Pernambucanos* (10 volumes) e *Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres*, lançados em versão digital pela Companhia Editora de Pernambuco em 2004. Também consultamos o *Folclore Pernambucano* na versão que foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1907.<sup>16</sup>

O cruzamento da documentação utilizada tem possibilitado perceber a participação de diferentes grupos sociais nos festejos. Para escrever sobre as festas no Recife do “ciclo das insurreições liberais”, dividimos a tese em quatro capítulos a partir de diferentes escalas e questões.

No capítulo 1, “Festas cívicas, mobilização política e construção do Estado independente”, trabalhamos as diferentes conjunturas que compõe o nosso período, analisando as festas que acompanharam os principais acontecimentos do processo de construção do Estado Nacional em Pernambuco: A Insurreição Pernambucana de 1817, a Aclamação de D. João VI e os festejos pelo Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. Pouco depois, a Revolução do Porto e as disputas pelo constitucionalismo resignificaram os usos das festas. A independência, a Abdicação, alguns acontecimentos durante a Regência, a Praeira, a Maioridade e a Coroação de D. Pedro II foram motivos de entusiasmados festejos no Recife.

---

<sup>16</sup> COSTA, F.A. Pereira da. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, **Anais Pernambucanos** Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966, **Vocabulário Pernambucano** Recife: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Educação e Cultura, 1976 e **Folclore Pernambucano** in: Revista do Instituto e Geográfico Brasileiro Tomo LXX ano 1907 parte II. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.

No capítulo 2, “Comemorações do dia da independência”, trabalhamos a instituição do Sete de Setembro e suas primeiras comemorações em Pernambuco. Demos destaque aos primeiros registros de festejos populares que localizamos nos Jornais Pernambucanos. Também buscamos entender as comemorações dos ritos oficiais e dos festejos populares, entre 1829 e 1848.

No capítulo 3, “A normatização das festas”, buscamos entender as mudanças implantadas por legislações das diferentes esferas de poder: imperial, provincial e municipal, além de algumas regulamentações feitas pela Igreja Católica. Destacamos as regulamentações dos feriados, as determinações das posturas municipais e os gastos com as festas.

No capítulo 4, “Festejos de Junho”, analisamos o ciclo festivo criado em torno das festas dos três santos mais populares, desde o período colonial: Santo Antônio, São João e São Pedro. Suas comemorações nas Igrejas, nas ruas e nas casas, entre diferentes grupos sociais, ganham destaque.

## CAPÍTULO 1: FESTAS CÍVICAS, MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO INDEPENDENTE

Festejar os acontecimentos cívicos foi prática importante da cultura política do Brasil Oitocentista. Os eventos que posteriormente se transformaram em marcos políticos da ruptura com a situação colonial foram festejados e vivenciados por todos: do mais eminente representante da coroa ao último escravo. Cada festeiro aproveitou as festas segundo seus interesses, mas na profundidade de suas possibilidades. Como lembra Maria Clementina Pereira da Cunha, nesses momentos “em que se costuma encenar um risonho conagração, processa-se um diálogo social tenso e intenso.”<sup>17</sup>

As festas foram um dos rituais coletivos que possibilitaram a construção de marcos para a cultura urbana e identidades dos moradores que tiveram a vida marcada pela difícil conjuntura política da primeira metade do século XIX. Entre a Insurreição Pernambucana de 1817 e o Movimento Praieiro, o panorama sociopolítico do Recife era de repleta agitação social. Não apenas os grandes conflitos, mas também as pequenas confusões faziam das ruas um palco de intensos debates políticos.

Nesse capítulo vamos analisar como as festas cívicas foram resignificadas nas diferentes conjunturas do período. A construção dos modos de festejar das províncias esteve intrinsecamente relacionada à sua forma de inserção nos projetos de nação nucleados no Rio de Janeiro. A participação de Pernambuco nesse processo não foi linear, sendo marcada por muitas disputas.

As festas também foram parte da construção dos movimentos contestatórios, de sua repressão e das sociabilidades, tendo um papel articulador da construção das identidades local e nacional, mediando o jogo de poderes e interesses das elites da região. Para refletir sobre esse processo no século XIX, duas referências teórico metodológicas foram fundamentais e norteadoras das problemáticas que construíram esse capítulo.

A primeira delas, a de Michel Vovele em *Lês Metamorphoses de La fête em Provence* de 1750 a 1820, nos interessou particularmente por possibilitar a análise sobre como as mudanças ocasionadas por uma festa revolucionária se inseriram no sistema festivo pré-existente. Além do olhar sobre as peculiaridades dos diferentes níveis de

---

<sup>17</sup>CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas** - Ensaios de História Social da cultura . Campinas. Ed. Unicamp. 2002 p.17.

sensibilidade do "temperamento festivo local" no diálogo com as festas nacionais que se estabeleciam após a Revolução francesa.<sup>18</sup>

Ao analisar essa articulação e as peculiaridades do festejar de Pernambuco durante a conjuntura do "ciclo das insurreições liberais", colaboramos para a percepção não apenas dos modos de festejar, mas das peculiaridades da mobilização política em prol das mudanças e permanências no âmbito do Estado, da sociedade e cultura. Além de perceber as identidades múltiplas e cambiantes que se teciam nesses espaços.

Para poder operacionalizar a análise dessa percepção, foi essencial a conceituação de Dênis Bernardes sobre as identidades locais no período estudado nessa tese. O autor identificou três aspectos importantes para a formação dessas: a territorialidade, a memória ou experiência política e a ação política. Entre tantas, foram destacadas na análise a identidade de "pernambucano" que se forjava também na festa, analisando como esses três fatores se articularam e se tornaram possíveis no estudo sobre as festas no Recife na primeira metade do século XIX. Apesar das diferenças entre as diferentes cidades de Pernambuco, a identidade de "pernambucano" foi um importante referencial para os festeiros.

Segundo Dênis Bernardes, por circunstâncias as mais diversas em parte pelo poder econômico do açúcar desde os primeiros tempos da colonização, em parte pela restauração pernambucana dos Holandeses, as elites reivindicavam uma diferenciação. Nas palavras do historiador à capitania de Pernambuco, desde cedo se vinculou "uma identidade espacialmente referenciada, que o processo histórico reforçaria como memória e experiência política."<sup>19</sup>

A memória política da heroicidade e importância da província foi reinvocada em diferentes momentos dos festejos, possibilitando a percepção da força das características culturais locais na construção das comemorações. Variadas festas foram realizadas como forma de reação a decisões políticas ou o seu oposto, como demonstração de apoio a ideias e projetos contestatórios. Também serviram como motivo para demonstrar o posicionamento da população de Pernambuco a diferentes situações políticas na primeira metade do século XIX.

---

<sup>18</sup> VOVELE, Michel. **Les Metamorphoses de La fête em Provence de 1750 a 1820**. Paris: Aubier/Flammarion, 1976 p. 76.

<sup>19</sup> BERNARDES, Dênis Antônio de Mendonça. Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; FAPESP, 2003 pp 221-.222.

Perceber a participação dos festeiros a partir das variáveis de territorialidade, memória e ação política ajuda a perceber como acionaram as identidades Pernambucana e Nacional nas diferentes conjunturas festivas. Entendemos ainda, como afirma Márcia Berbel, que mesmo pensando na ótica de uma identidade local, ser pernambucano também estava associado a outras identidades: nacional, social, política, étnica, etc.<sup>20</sup> Nas diferentes festividades ocorridas na cidade essas variadas associações eram reconstruídas.

Nesse capítulo analisamos as formas de relação dessas comemorações com a construção da identidade local frente aos acontecimentos da Corte e as revoltas que assolavam Pernambuco. Não tratamos das festas anuais e rotineiras, mas sim das ocasionais<sup>21</sup>: comemorações das cerimônias de entronização, marcos políticos do processo de formação do Estado Nacional e as ocasionadas pelas revoltas. Como ressalta Ângela Maria Cardoso a distinção entre esses tipos festivos modifica as discussões sobre “função”, “significação” e “eficácia” dos rituais cívicos.

As festas não marcadas no calendário anual de comemorações interferiram no curso dos acontecimentos e, muito mais que ser uma forma de patriotismo, foram elementos chaves na ação dos diferentes grupos políticos de Pernambuco. Grande parte dos relatos sobre as festas destaca os seus usos como legitimação ou crítica aos acontecimentos do período.

Foi preciso recorrer a um número variado de fontes para a construção desse capítulo. Em meio às inúmeras narrativas sobre os intensos acontecimentos do período, membros da câmara municipal, presidentes da província, memorialistas, editores dos jornais preocupavam-se em fazer relatos sobre festejos, destacando o patriotismo e o envolvimento de todos no curso dos acontecimentos.

Localizamos alguns ofícios na Série Interior do Arquivo Nacional, que usamos em todos os itens desse capítulo. Em cada diferente conjuntura do período, usamos tipos de fontes diferentes. À época da Revolução de 1817 usamos os “Documentos Históricos”, os relatos de Tollenare e Francisco Muniz Tavares e um Manuscrito enviado por Antônio de Moraes Silva. Para a década de 1820, usamos também a documentação trocada entre as autoridades municipais e provinciais. Nessa década a

---

<sup>20</sup> BERBEL, Márcia. **Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822):** nação, identidade e vocabulário político in: JANCSÓ, István ( org). Brasil: Formação do Estado e da Nação- São Paulo: Huicitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003 p.345.

<sup>21</sup> Classificação de Michel Vovelle em referência não previstas no calendário, ou algumas comemorações previstas no calendário que estiveram envolvidas em situações excepcionais do cotidiano VOVELLE, Michel. **Les Metamorphoses de La fête em Provence de 1750 a 1820.**

publicação de periódicos foi bastante irregular e os usamos apenas entre 1821 a 1823. Para as décadas de 1830 e 1840 usamos principalmente os periódicos.<sup>22</sup>

Os intensos acontecimentos políticos foram marcados por muitas celebrações civis e religiosas: cortejos, bailes, teatros, iluminações, vivas, enterramentos, cortejos, *te deuns*. Optamos por dividir a análise das festas em três conjunturas. Na primeira percebemos as festas na conjuntura da Insurreição Pernambucana de 1817, analisando como as festas fizeram parte das diversas fases da revolta e da repressão. Na segunda parte, as festas são analisadas no período da construção da independência. No final, as festas foram pensadas nas conjunturas da regência e década de 1840.

### 1.1 As Festas e a Insurreição Pernambucana de 1817

O último grande movimento predecessor da independência foi a Insurreição Pernambucana de 1817. Instaurou uma república local que durou cerca de dois meses e abalou a unidade da antiga colônia portuguesa. Nesse contexto de transformações políticas, nos propusemos a analisar as relações tecidas no ambiente festivo constitutivo da conjuntura política. Mas, além disso, buscamos entender qual o espaço que a festa teve nessa instável conjuntura política, quais os significados que a festa teve para os seus organizadores e para os festeiros.

Para entender o movimento é preciso pensar nas características do período. Nas províncias do Norte havia um grande potencial conflituoso desde o início da década de 1810, que culminaria com a Insurreição Pernambucana de 1817. Havia uma série de fatores que geravam um grande descontentamento com a monarquia. Luís Vilalta destaca a insatisfação com o aumento dos impostos, o encarecimento dos gêneros alimentícios, situação agravada por uma seca ocorrida em 1816,<sup>23</sup> a aflição dos proprietários rurais com as dívidas e com o monopólio dos comerciantes portugueses.<sup>24</sup>

Tais tensões levaram a uma mudança importante na região em relação à afeição com a monarquia. Segundo Dênis Bernardes esta passou a ser vista como usurpadora

---

<sup>22</sup> Ver informações sobre os periódicos no anexo 1

<sup>23</sup> A seca diminuiu a produção da agro exportação e subsistência, que levou ao encarecimento dos gêneros alimentícios que precisavam ser exportados de outras províncias que estavam envolvidas na Guerra do Uruguai. Faltava mantimento no Recife, inclusive feijão e farinha que era a base da alimentação de grande parte da população da cidade. Ver: VILALTA, Luiz. Carlos. Pernambuco, 1817 “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 58, p. 58-91, 2003. p. 60

<sup>24</sup> *Ibidem*.

das riquezas, deixando de ser um fator de coesão para se tornar um fator de dissociação.<sup>25</sup> Para parte da historiografia, essa mudança é uma das chaves explicativas para a Revolução Pernambucana de 1817. Como afirma Emílio Carlos Rodrigues Lopes, o movimento insurrecional pode ser entendido como uma retomada de direitos costumeiros que encontravam sua origem na expulsão dos holandeses, tanto que o governo republicano que se instaurou usava em seus documentos a expressão “segunda restauração de Pernambuco”.<sup>26</sup>

A circulação das ideias liberais, o exemplo das revoluções europeias e das independências das outras colônias espanholas agravava o quadro político geral. Muitos se reuniam busca da autonomia e planejando um governo republicano. O governador da capitania, Caetano Pinto Montenegro, era uma figura dúbia quanto ao controle desses encontros que organizaram a insurreição.

Luiz Vilalta afirma que ele inicialmente era descuidado com as manifestações de insatisfações contra o governo.<sup>27</sup> Caetano costumava deixar ocorrer jantares e reuniões onde se discutia e se preparava a revolta, com o argumento de que era diversão, sem acreditar ser possível uma insurgência. Como afirma o memorialista Pereira da Costa, às vésperas da insurreição, nas academias, clubes, lojas maçônicas, saraus, jantares e festas campestres se erguiam “altares à liberdade, ardia o fogo sagrado do patriotismo, e traçava-se o plano da revolta que devia proclamar a independência da pátria.”<sup>28</sup>

As lutas pela autonomia foram associadas a alguns símbolos locais. Além de buscarem apoio para seus intentos na experiência política, os revoltosos reapropriaram o significado de alguns elementos comuns na sociedade como símbolos de sua causa. O comerciante francês Tollenare que estava estabelecido no Recife relata que nessas reuniões serviam mandioca e cachaça com ostentação, por serem gêneros da terra.<sup>29</sup> O uso dos gêneros alimentícios tão populares, consumidos até pelos escravos, foi uma reconstrução importante de itens do cotidiano em prol da luta por Pernambuco.

Luciano Figueiredo destaca a inovação dos envolvidos em um dos movimentos mais radicais de Pernambuco, que em meio a ideais revolucionárias e autonomistas,

---

<sup>25</sup> BERNARDES, Dênis. Op. Cit. p.231

<sup>26</sup> LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822**. São Paulo: Humanitas. 2004.

<sup>27</sup> VILALTA, LUIZ CARLOS. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. **Notas sobre as ideias de pátria, país e nação**. p. 70.

<sup>28</sup> COSTA, F.A. Pereira da. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 p.448.

<sup>29</sup> TOLLENARE, L. F. de. **Notas dominicais**: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Recife, Empresa do Jornal do Recife. 1906. P.176

atribuíram um novo significado à “aguardente da terra”, que foi “homenageada até com o título de “patriota.”<sup>30</sup> Mas no geral, na América portuguesa o consumo de aguardente era associado às atitudes desafiadoras dos rebeldes durante as mobilizações populares.<sup>31</sup> Vale destacar que essa associação não era feita com qualquer bebida, “a elaboração de juízos contra a prática do protesto armado com participação da plebe absorveu os predicados da bebida popular, sorvida por escravos e luso-brasileiros pobres, e dissociada do vinho, apanágio dos homens de distinção.”<sup>32</sup>

O consumo da “bebida espirituosa” também servia para animar as reuniões, empolgava os ânimos e estimulava os debates. Flávio Cabral, em sua tese de doutorado, ressalta que as reuniões que frequentemente ocorriam à noite nas casas do Padre João Ribeiro Pessoa de Melo, do vigário de Santo Antônio Luís José Cavalcanti Lins, de Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá, além de outras nos arrabaldes e eram regadas pelo grande consumo de cachaça que podia representar um risco aos planos da revolta, “uma vez que a bebida poderia contribuir para se soltar a língua chegando às autoridades o teor das conversas.”<sup>33</sup>

Nas reuniões regadas a bebida as pessoas podem ter se empolgado e discutido muito alto, revelando a algum vizinho ou transeunte o conteúdo das longas e animadas reuniões nas casas dos líderes do movimento.<sup>34</sup> Além dos jantares, outros espaços de sociabilidade usados pelos revolucionários eram as festas. Sintomaticamente, um dos estopins do movimento aconteceu, como afirma Marcus Carvalho, em uma confusão ocorrida na festa pela restauração pernambucana de 1654.<sup>35</sup> Desde o século XVII, segundo a historiadora Kalina Vanderlei, a festa de “Ação de graças pela restauração dos holandeses” ocorria com grande entusiasmo, sendo uma das que mais causava maior interesse entre as autoridades e elites de Recife e de Olinda. Por ser uma vitrine para as elites, gerava despesas vultosas para Câmara Municipal.<sup>36</sup>

---

<sup>30</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **A linguagem da embriaguez:** cachaça e álcool no vocabulário político das rebeliões na América portuguesa. *Rev. Hist.* (São Paulo), São Paulo, n. 176, a03416, 2017 p.22.

<sup>31</sup> *Ibid.* p. 4.

<sup>32</sup> *Ibid.* p. 20

<sup>33</sup> CABRAL, Flávio José Gomes. **Conversas reservadas:** vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil Universidade Federal de Pernambuco, 2008. P. 40

<sup>34</sup> *Ibidem*

<sup>35</sup> CARVALHO, Marcus. **O Outro lado da Independência:** quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817-23 Vol. 43, No. 1 (2006), pp. 1-30 p.

<sup>36</sup> SILVA, Kalina Vanderlei, **O teatro urbano** – sociabilidades urbanas açucareiras em Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. in: *CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA* n. 29.2 (2011) pp.7-8

Segundo Pereira da Costa, a festa da Igreja da Sé, em 27 de janeiro, a mando da Câmara Municipal de Olinda era frequentada por grande parte da população. Esta festa continuou acontecendo nos primeiros anos do Brasil independente bem como outra que se realizava no dia 2 de fevereiro na Imperial Capela da Estância,<sup>37</sup> organizada pelo terço dos Henriques<sup>38</sup>, regimento militar que tinha sua origem na restauração pernambucana.<sup>39</sup> A proximidade entre as duas festas, possivelmente criava um ciclo festivo que se estabelecia em torno da celebração do heroísmo local. Em torno das festas das Igrejas as pessoas podiam aproveitar os espaços de divertimentos que aconteciam ao redor.

Em 1817, as duas festas ocorreram em uma conjuntura de insatisfação, em que parte dos participantes devia estar envolvida ou pelo menos ter ouvido falar das reclamações sobre a monarquia e dos planos que se espalhavam para implementar um novo governo. Os festeiros que estavam envolvidos nos planos da revolta certamente se reapropriaram do discurso do heroísmo pernambucano, usando a experiência política para angariar simpatizantes para a sua causa e legitimar as suas queixas contra a monarquia.

Era um dia festivo que celebrava a experiência política local, exaltava a coragem dos pernambucanos e suas ações em prol da pátria. É muito provável que o sermão da capela Imperial da Estância falasse desse heroísmo dos locais em prol da “América portuguesa”, da importância de todos os envolvidos naquela disputa do século XVII que só se fez possível pela união da elite açucareira, dos indígenas e dos negros liderados por Henrique Dias.

Após a restauração, uma tropa negra batizada em homenagem a esse último líder se estabeleceu. Segundo Hendrik Kraay, o terço era uma das maneiras dos negros projetarem-se, com status e prestígio social, numa sociedade escravista.<sup>40</sup> Eles devem ter sido especialmente exaltados durante a festa que organizaram anualmente.

---

<sup>37</sup> Arquivo Nacional (AN) Série Interior- Negócios de Províncias e Estados (IJJ 9)- 249 08 de março de 1830 fl. 204, Segundo Pereira da Costa sabe-se dessa festa ao menos desde 1724 através de um alvará régio. COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966 vol 5 p. 356-357

<sup>38</sup> O regimento tinha esse nome em homenagem ao comandante negro das guerras para expulsão dos Holandeses e tiveram significativa importância no processo de independência.

<sup>39</sup> Segundo Dênis Bernardes, “uma das mais importantes diferenciações produzidas pelas lutas da restauração pernambucana foi a incorporação de negros e índios, organizados em terços próprios” Bernardes, Dênis *Op. Cit* p. 224

<sup>40</sup> Hendrik Kraay os chama de “uma elite negra” KRAAY, Hendrik. **Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques**. In: JANCSÓ, Istvan ( org). *Brasil Op. Cit.* p. 523

**Figura 1: Oficial do terço dos Henriques**



Fonte: MARTA, 2013, p. 7<sup>41</sup>

O sentimento identitário dos pernambucanos deveria estar aflorado no dia da festa de fevereiro quando, de acordo com o memorialista Francisco Muniz de Tavares<sup>42</sup>, participante do movimento em meio à euforia da comemoração, um português proferiu “palavras injuriosas” contra os locais. Em 1817, segundo Vilalta, havia uma lusofobia de sentimentos e ações.<sup>43</sup> Especialmente porque os “metropolitanos” eram vistos como opressores por serem responsáveis pelo comércio da província, mesmo após a abertura dos portos, além de disputarem os cargos mais altos da hierarquia militar.

Ouvir insultos com esse teor, em uma festa desse tipo, vindos de um português não era algo fácil. Um dos oficiais dos Henriques respondeu aos insultos e a situação acabou em uma briga. O risco da disputa física era inerente à festa, mas esse não foi um desentendimento qualquer, como ressalta Marcus Carvalho, “foi uma briga entre

<sup>41</sup> MARTHA, Michel Mendes. **Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do século XIX)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013. p. 7

<sup>42</sup> TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. Recife, Tipografia Industrial, 1884. Francisco nasceu no Recife e fez seus estudos na Congregação dos Padres da Madre de Deus, sendo ordenado sacerdote um ano antes da Insurreição. Preso pelo envolvimento na rebelião, foi solto em 1821 e conseguiu se eleger para as Cortes de Lisboa e deputado da constituinte em 1823. Passou um tempo em Roma onde respondia pelos assuntos do governo para a Santa Sé e na década de 1830 voltou a Pernambuco. Em 1840 publicou a História da Revolução em Pernambuco, no ano seguinte passou a exercer o cargo de secretário e Presidente da província. Se elegeu deputado e foi um dos cofundadores do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Mesmo presenciando o movimento Francisco Muniz preocupa-se em colher testemunhos e usar documentos para confirmar muitas de suas informações. Mas a citação de autoria de documentos na primeira metade do século XIX não exigia um grande rigor.

<sup>43</sup> VILALTA, *Op. Cit* p.61

componentes dessas suas forças do cristalino contraste racial, uma de europeus e outra de negros livres e libertos.”<sup>44</sup>

O relato do memorialista Francisco Muniz Tavares afirma que esse foi um ponto de virada na atenção do governador para as sociabilidades e quanto à fidelidade dos pernambucanos à monarquia. Este passou a governar com desconfiança publicando ordens contra as disputas entre portugueses e brasileiros, que teriam tido efeito contrário agitando ainda mais as coisas.<sup>45</sup>

No início de março uma denúncia levou o governador a tomar uma série de decisões para conter a insurreição. Entre estas as de proclamar um comunicado conclamando obediência à monarquia e harmonia entre brasileiros e portugueses, além de fazer uma proclamação louvando o Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. Finalmente em 6 de março ele convocou o Conselho de Guerra e ordenar a prisão dos líderes da sublevação.

Na Fortaleza das Cinco Pontas, o capitão de artilharia José de Barros, conhecido como “Leão coroadado”, resistiu à prisão e assassinou os enviados pelo governador. Segundo Luis Vilalta, depois dessa atitude do líder militar, teve início uma insubordinação nos regimentos, começando a eclosão do levante. Na cidade a população reuniu-se para apoiar a revolta usando expressões como “Viva a Independência! Viva a liberdade dos filhos da pátria! Morram os europeus!”<sup>46</sup>

O comerciante francês Tollenare morava perto do quartel da artilharia, foco da disputa relata que toda a região estava em luta. Da sua casa, onde estava entrincheirado, podia ver da janela em meio ao tumulto, aos gritos de “Viva a Pátria”, o Padre João Ribeiro, um dos líderes do movimento, discursando entre as tropas.<sup>47</sup>

Ainda no tumulto, Tollenare recebeu a visita do clérigo que lhe deu a notícia da vitória e pediu bebida propondo um brinde à “liberdade do Brasil”. Tollenare afirma que o recusou, pois ainda não sabia o que tinha ocorrido, ou quem tinha vencido o conflito. O relato do francês sobre essa proposição destaca a sua preocupação com os significados em jogo no ato de servir a bebida. Ele estava ciente do ato revolucionário de usar a aguardente como um símbolo da luta.

O viajante que tinha sobre a sua mesa um vinho do Porto afirma que, para demonstrar mais neutralidade, retirou-o e preferiu servir um vinho francês. Mas o Padre,

---

<sup>44</sup> CARVALHO, Marcus **O Outro Lado** *Op.Cit.* p. 12

<sup>45</sup> TAVARES, Francisco *Op.Cit* pp12 a 14

<sup>46</sup> VILALTA, *Op. Cit.*

<sup>47</sup> TOLLENARE, *Op. Cit.* pp 25-26

um dos líderes do movimento, recusou e pediu a aguardente para o brinde. Como destaca Luciano Figueiredo, era um luso-brasileiro demonstrando “especial orgulho da bebida gentílica diante do estrangeiro.”<sup>48</sup>

Ainda segundo o relato de Tollenare, a rápida fuga do governador para o Forte do Brum, localizado quase no istmo do Recife, encurtou a luta. Já no segundo dia do movimento o governador capitulou e embarcou para o Rio de Janeiro,<sup>49</sup> enquanto os comerciantes portugueses fugiram para a Bahia.<sup>50</sup> Segundo Muniz Tavares, na Casa do Erário alguns membros votaram a nomeação de um Governo Provisório, composto por cinco membros que representavam os comerciantes, os agricultores, os juristas, os militares e os religiosos<sup>51</sup> e lançaram um bando que foi lido pelas ruas ao tom da caixa.<sup>52</sup>

Entre as variadas medidas tomadas no período revolucionário pelo governo provisório vamos destacar algumas que são importantes para a análise da nossa problemática, ao permitirem a percepção das funções que a festa e seus ritos tiveram em um dos movimentos mais radicais de Pernambuco.

A primeira delas foi a adoção dos termos “vós” e “patriotas” como forma de tratamento.<sup>53</sup> O uso do termo patriota tornou-se um fator de identificação entre os revoltosos; os “vivas a pátria” tornaram-se a forma de saudar o novo governo e mostrar publicamente o seu apoio às mudanças em curso. Foram parte da “linguagem revolucionária”, segundo Dênis Bernardes, representavam a base de uma nova identidade, significando ao mesmo tempo pertencimento territorial e “um novo sujeito político: o cidadão da república.”<sup>54</sup>

A importância atribuída a este vocabulário pode ser especialmente percebida nas disputas ocorridas pelos seus usos. Pedro Pedroso, militar importante nas disputas de Pernambuco do período, capitão de artilharia, “‘negro patriota’ que sempre esteve

<sup>48</sup> FIGUEIREDO, Luciano *Op. Cit* p. 22

<sup>49</sup> Em 25 de março chegou a Corte e ficou retido na Ilha das cobras para evitar que a notícia se espalhasse, mesmo na Gazeta do Rio a notícia só foi publicada em 13 de maio. Entre as diversas providências tomadas pelo Rei estava a decisão de adiar as comemorações na Corte mantendo a festa no restante do Império. Ver LOPES, Emílio *Op. Cit* p-179

<sup>50</sup> Vilalta, Luis *Op. Cit* p.71

<sup>51</sup> Manoel Correia de Araújo, senhor de Engenho, Domingos José Martins, comerciante, Padre João Ribeiro, José Luís de Mendonça, magistrado e Domingos Teotônio Jorge, militar.

<sup>52</sup> TAVARES, Francisco *Op. Cit.* pp.36-37

<sup>53</sup> Compunham o Governo Provisório Manuel Correia de Araújo, Domingos José Martins, José Luís de Mendonça, Domingos Teotônio Jorge e o Padre Miguelinho, e foram nomeados o Conselho de Estado o dicionarista Antônio de Moraes Silva, que recusou o cargo, o Deão Bernardo Luís Ferreira Portugal, Gervásio Pires Ferreira, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada ver Vilalta, Luis *Op. Cit.* p. 71

<sup>54</sup> BERNARDES, Denis. **Pernambuco e o Império** *Op. Cit.* p. 231

metido em ‘negócios de brancos’<sup>55</sup>, segundo Luís Geraldo da Silva, foi radical quanto a esses vivas em meio à luta que conquistou Recife. Ao encontrar o Tenente José Hipólito ordenou que ele gritasse “viva a pátria”, mas como não conseguiu dissuadi-lo, matou-o depois de ouvir como resposta “viva El Rey nosso senhor”.<sup>56</sup>

Entre a população, durante o governo revolucionário, o uso do termo “patriota” tornou-se um indicativo de apoio ao movimento. Na defesa da Câmara da Vila de Limoeiro, publicada nos documentos históricos da Biblioteca Nacional, os vereadores relataram uma situação que ocorreu na feira semanal que movimentava a área urbana da região aos sábados, onde muitos iam oferecer o produto de suas plantações de subsistência. O “povo” que frequentava esse espaço em um dos dias havia prendido um vendedor de farinha, porque quando foi chamado de patriota respondeu entojado: “patriota era o diabo.”<sup>57</sup>

Além do vocabulário político, os líderes do governo também souberam usar de cerimônias tradicionais para legitimar o novo governo. De acordo com a narrativa de Francisco Muniz Tavares, ao terceiro dia do movimento o Padre Luiz Jose de Albuquerque, vigário da Freguesia de Santo Antônio, mandou cantar um solene *Te Deum* em ação de graças ao novo governo. Segundo o musicólogo Sylvio Lago, a cerimônia contava com um sermão, uma adoração do Santíssimo Sacramento, uma bênção, e o hino do *Te Deum* propriamente dito, um canto de Ação de Graças executado em ocasiões solenes.<sup>58</sup> Era também um momento para reflexão sobre o motivo da festa e um espaço para ver e ser visto.

Este era um rito festivo muito importante para os portugueses. Segundo Ângela Maria Cardoso, revelava um "gesto de aproximação ao sagrado que, pelo menos desde a Época Moderna, marcava a ascensão ao trono dos reis portugueses."<sup>59</sup> Deixar de usar certas formas antigas de festejar não estava nos planos dos revolucionários na busca pela legitimidade.

---

<sup>55</sup> SILVA, Luís Geraldo, Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação (Pernambuco, 1770-1830) ANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; FAPESP, 2003 pp 497-520. p. 515

<sup>56</sup> *Ibidem*

<sup>57</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos**. Revolução de 1817. v. 107. Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras e Publicações. 1955 p. 153

<sup>58</sup> Lago, Sylvio. **Música erudita brasleira** gênero e forma: gêneros e formas São Paulo Editora Biblioteca 24 horas, 2006 p. 67

<sup>59</sup> CARDOSO, Ângela Miranda. Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; FAPESP, 2003 p.565.

Os líderes do movimento souberam ressignificar um rito costumeiro para legitimar o novo governo frente à população e impulsionar uma nova festa, que deixava de celebrar o rei absoluto para valorizar um novo pacto político. Como percebeu Vovelle para a revolução francesa, os movimentos revolucionários faziam da festa uma pedagogia em ação, dando novos usos aos ritos das festas católicas populares.<sup>60</sup>

Segundo Muniz Tavares o vigário da Matriz de Santo Antônio, Luiz José de Albuquerque, convidou os cinco membros do Governo que teriam aceitado o convite, pois sabiam o quanto o “povo” apreciava semelhantes funções<sup>61</sup>. Como já destacou a historiografia sobre o período colonial, vem de longe o gosto pela festa religiosa e política.<sup>62</sup>

Se para os governantes era útil perceber a aprovação da população, a celebração nessa cerimônia, também podia significar um momento de interrupção do cotidiano, com alegrias, prazeres e muitas conversas sobre o que estava acontecendo na cidade. De acordo com Muniz Tavares, a irmandade do Santíssimo Sacramento, composta em sua maioria por portugueses, foi responsável por financiar o ato, decorou a igreja com luxo e suntuosidade. Os que não abandonaram a cidade precisavam demonstrar a sua colaboração com o movimento.<sup>63</sup>

Muniz Tavares relatou ainda que na hora do *Te Deum*, parte dos patriotas estava na Igreja e a tropa de linha organizada no adro. O vigário, a frente do clero, se preparava para conduzir os novos governadores para a Igreja debaixo de um rico pátio.<sup>64</sup> O fervor republicano do clérigo possivelmente o fez esquecer o significado religioso desse ato, preocupando-se mais com o significado social de apresentar o novo governo que propunha mudanças esperadas por muitos que estavam naquela cerimônia com honras.

---

<sup>60</sup> Vovelle, Michel. *Les Metarmophoses Op. Cit.* pp. 118 a 122.

<sup>61</sup> TAVARES, Francisco Muniz *Op. Cit.* p. 53.

<sup>62</sup> Ver: PRIORE, Mary Del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.; TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed.34. 2000, JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris, (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001.

<sup>63</sup> TOLLENARE. F *Notas Dominicais Op. Cit.* p. 187.

<sup>64</sup> Objeto litúrgico que tinha como função transportar o sagrado pelas ruas, nem os reis tinham o privilégio de serem trasladados embaixo deles, segurar as varas do pátio nas procissões, era uma ação que demonstrava prestígio social. Ver: SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América: a procissão de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005 p. 110 ARRAIS, Raimundo. Matriz, Freguesia, procissões: o sagrado e o profano nos delineamentos do espaço público no Recife do século XIX *Proj. Historia*, São Paulo, (24),1111. 2002

O Padre João Ribeiro, entretanto, liberal radical e um dos líderes do governo<sup>65</sup>, dirigiu-se ao Cônego recordando a função do Pálio no rito católico e dissuadiu-lhe de tal atitude. Houve clamorosos vivas na Matriz, que só se encerraram com o cântico do *Te Deum* e por um elogio solene recitado pelo Padre Miguel Joaquim, que segundo Pereira da Costa, era um clérigo respeitado e um dos secretários do governo.<sup>66</sup>

Muniz Tavares ainda ressaltou que “a proporção que desenvolvia-se o espírito público”<sup>67</sup>, as outras paróquias celebravam semelhantes festividades. Com os Te-Déuns, as mudanças podiam assim ser substituídas pelas bênçãos que a ação de graças a Deus e o regozijo público transmitia nessas ocasiões. Essas festas públicas pela instauração do novo governo eram alvos de disputas por vezes narradas na documentação produzida pela repressão e que investiguei pela publicação na coleção “Documentos Históricos”.

Uma das acusações aos padres que responderam a processos, era ter entoado o *Te Deum* em louvor dos rebeldes.<sup>68</sup> Os enviados às vilas e províncias vizinhas buscavam, em sinal do seu apoio, que os habitantes se livrassem dos símbolos reais e cantassem um *Te Deum* em homenagem ao novo regime. Pela defesa escrita por membros da Câmara Municipal de Limoeiro sobre a acusação de sua participação no movimento, podemos perceber como o governo provisório usou a festa como uma pública demonstração da expansão do movimento.

Os vereadores da Câmara produziram um documento, onde buscaram passar a imagem de não estar envolvidos nas celebrações que ocorreram em Limoeiro. Atribuindo a espontaneidade do povo, as festas que ocorreram na vila. Essa livre concorrência do público aos festejos precisa ser relativizada, afinal o documento foi produzido em meio a uma violenta repressão faz todo sentido que seus autores neguem estar a frente das festas que demonstravam apoio ao movimento.

---

<sup>65</sup>CARVALHO, Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 331-366, 1998.

<sup>66</sup> Pereira da Costa cita que um cronista de 1808 citava o Padre Miguel Joaquim Almeida de Castro em meio a uma lista de clérigos que tinha destaque na sociedade por seus dotes literários e científicos COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966 v.7 p. 157*)Também conhecido por Miguelino, envolveu-se na Conspiração Suassuna em 1801. (*Ibid.* p. 141) Foi ele que pregou no Te Deum que recebeu Caetano Pinto Montenegro em terras pernambucanas, era professor régio de retórica e poética e belas artes no Seminário episcopal. (*Ibid.* p112) Foi morto pelo seu envolvimento na insurreição (*Ibid.* p. 15).

<sup>67</sup> TAVARES, Francisco Muniz *Op. Cit* p. 54.

<sup>68</sup> Foi perguntado ao padre Francisco de Sales, vigário de Limoeiro, Ao Padre Pedro de Souza Tenório, vigário de Itamaracá, Reverendo João Marinho Falcão, entre outros. In: Auto de perguntas ao padre Francisco de Sales sobre sua participação durante a revolução pernambucana de 1817, na qual foi acusado de ler uma carta do ouvidor Antônio Carlos Ribeiro de Andrada na Câmara de Olinda; de referir-se a d. João pela alcunha de Pai João; e de ter cantado o Te Deum louvando a Revolução disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=700&sid=89>.

Entre os argumentos dos vereadores para provar que não contribuíram com a aprovação do novo governo, estava o de que não haviam obrigado os moradores “a mostrar por meio de públicos festejos a aprovação do nefando sistema.”<sup>69</sup> Pela defesa dos vereadores foi por ordens do emissário do governo republicano, que na vila se repicaram os sinos, içaram a bandeira branca e colocassem luminárias e se publicassem bandos pelas ruas, acompanhados por vivas<sup>70</sup>

A atitude festiva favorável a rebelião teria sido favorecida porque o emissário do governo provisório chegou na cidade em um dia de feira. Ao levantar o “estandarte rebelde” junto com alguns militares foi aplaudido pelo “povo ignorante” que segundo eles fizeram festa por serem amantes da novidade.

Outra cerimônia festiva realizada pelo governo provisório foi a criação de uma nova bandeira. Abençoada em uma cerimônia no Campo do Erário, as oito da manhã da quinta-feira santa, com a tropa reunida em linha, estavam os membros do governo provisório, das Câmaras Municipais, clero e “povo”. Após a benção, a bandeira foi entregue aos governadores, coronéis de regimento de brancos, pardos e pretos, como afirma Iara Schiavinatto, “indo das mãos de Deus, através de seus representantes na terra, passando pelos que exercem o governo, pelos que o protegem, chegando a seu povo.”<sup>71</sup>

Segundo o viajante francês Tollenare, nesse dia a procissão religiosa não teria sofrido grandes alterações, Mesmo em tempo de mudanças e em dia de benção da nova bandeira, tudo teria corrido bem em função da vigilância da polícia<sup>72</sup>. As pessoas teriam saído às ruas com as imagens de Jesus em tamanho natural, representando as diversas etapas da via-sacra, acompanhadas de imagens de virgens e santos e com jovens mulatas representando os anjos, seguidas pelos padres e irmandades.<sup>73</sup>

Símbolo e ritos festivos foram usados pelo governo provisório como parte da legitimação do seu poder. Entre vivas e bandeiras, os novos termos de tratamento foram importantes elementos de constituição do próprio movimento de 1817. O entusiasmo

---

<sup>69</sup> BRASIL, **Documentos Históricos** v.107 *Op. Cit* p. 147.

<sup>70</sup> *Ibid.* p. 149.

<sup>71</sup> SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada:** o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999 pp 72-73.

<sup>72</sup> Tollenare. **Notas dominicais** *Op. Cit.* p. 205.

<sup>73</sup> Segundo a historiadora Kalina Vanderlei, no período colonial as celebrações públicas e as procissões tomavam as ruas nos dias de festa patrocinado pela Igreja e pelo Estado, que eram espaços de afirmação das elites locais. Plebe e elite participavam das festividades públicas. SILVA, Kalina Vanderlei, O teatro urbano *Op. Cit.* pp.1 e 2

com a promessa de um novo governo empolgou a variadas cidades nas províncias do Norte, tendo o movimento alcançado a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Um dos grandes retrocessos do novo governo ocorreu, como ressalta Luís Vilalta, devido a uma cisão na camada proprietária quanto à questão escrava. Especialmente frente aos boatos de uma proposta de abolição, os republicanos enfraquecidos tiveram que enfrentar um bloqueio dos portos e ataques terrestres vindos do interior<sup>74</sup>. A repressão começou muito agressiva, depois de intensas lutas, mortes, devastações de engenhos. Segundo Marcus Carvalho a violência das tropas nem sequer respeitou as noções de honra da classe senhorial<sup>75</sup>. A feroz repressão instaurou processos sobre variadas pessoas, vários foram executados, o terror na Província era grande.

Desde o início, os ritos, os símbolos e a festa fizeram parte da estratégia da vitória da monarquia portuguesa. Conforme Iara Schiavinatto:

As condições de rendição impingiam que se honrassem as bandeiras reais, salvas fossem dadas das fortalezas, que se gritasse sete vezes: Viva El-Rei Nosso Senhor e toda a Família Real, com os militares descarregando três vezes as suas armas<sup>76</sup>

O movimento republicano foi derrotado em 19 de maio de 1817. Segundo o historiador Emílio Rodrigues Lopes os que não acompanharam os patriotas na fuga da cidade, amanheceram o dia saindo as ruas com Bandeiras reais gritando "Viva El-Rei de Portugal, e do Brasil, Viva o Senhor D. João VI. "Mulheres brancas, pardas e negras com suas bandeiras a gritarem: viva o nosso Rei"<sup>77</sup>. Alguns teriam o quadro do Rei erguidos nos altos das mãos e partiram para as fortalezas, destruindo as bandeiras revolucionárias e içando as bandeiras reais. Segundo o historiador George Cabral, sintomaticamente, o "primeiro ato de câmara depois da conquista da praça foi organizar um *Te Deum Laudamus*"<sup>78</sup>

A ação de graças a Deus também era parte importante da vitória sobre o movimento. Alguns particulares devem ter pagado para se celebrarem missas e outros ritos festivos pala "restauração de Pernambuco". Ao menos encontramos na documentação pesquisada que Antonio Ferreira Duarte Veloso reuniu testemunhos

<sup>74</sup> VILALTA, Luís *Op. Cit.* p.72

<sup>75</sup> CARVALHO, Marcus. **O Outro lado da Independência** *Op. Cit.* p. 6

<sup>76</sup> CARVALHO, Iara. *Patria Corada Op. Cit.* p. 73

<sup>77</sup> Documentos Históricos. Sobre a Revolução de 1817. Rio de Janeiro MEC/Biblioteca Nacional, 1954, v CI p. 11 apud LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas Públicas, Memória e Representação: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822** São Paulo: Humanitas.2004 p. 192

<sup>78</sup> SOUZA, George F. Cabral de. **Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife 1710-1822.** Recife: Editora UFPE, 2015 p.388

escritos para comprovar o seu empenho em celebrar a vitória do Reino Unido. Pelos atestados enviados à Corte ele pagou para celebrarem-se missas na Igreja de São Pedro e em 24 de maio pagou o músico Marcelino da Costa para cantar uma ladainha às sete horas da noite em homenagem a Nossa Senhora da Conceição da Ponte em ação de graças pela “Restauração de Pernambuco”.<sup>79</sup>

Iara Schiavinatto, afirma que também se organizou, em junho, uma festa para o General Luiz do Rego Barreto, responsável por administrar a Província após a derrota da Revolução. A entrada do governador foi realizada solenemente com as ruas atapeteadas, janelas adornadas com alcatifas e colchas, senhoras acenando com lenços brancos e derramando flores, dando-se vivas, festejando em certa medida o contrato com Dom João, combinando a festa de entrada de um enviado de um rei com a mão violenta do poder real.<sup>80</sup>

Ainda de acordo com a historiadora, o corpo de negociantes organizou uma festa de três dias na Matriz do Corpo Santo, com cânticos, duas bênçãos do santíssimo e dois sermões por dia e o último seguido por *Te Deum*.<sup>81</sup> O francês Tollenare destacou os sermões das cerimônias, agora contra o jacobinismo e a impiedade<sup>82</sup>, o que faz todo sentido em uma festa que celebrava a vitória contra um governo republicano e recebia o responsável pela repressão.

O viajante francês também destacou a presença de uma multidão. Durante as noites, na igreja muito iluminada, as senhoras apareciam muito bem vestidas, eram estendidos tapetes no centro da Igreja, as escravas também ricamente ornadas ficavam à entrada. Os homens cercavam o quadrado formado pelas mulheres e ficavam de costas para o altar ou púlpito. Aproveitavam o “espetáculo conversando como se estivessem em algum lugar profano.”<sup>83</sup>

Depois dos ritos sagrados havia farta distribuição de doces, iguarias, refrescos e, como afirma Iara Schiavinatto, "servidos para contentamento geral da população, para quem a fartura de alimentos, obtidos sem o suor do trabalho e depois do cerco militar, soava como um regozijo."<sup>84</sup> Foram dias de júbilo que antecederam um período austero na cidade sob as ordens do novo governador.

---

<sup>79</sup> AN Série Interior IJJ 9 242 7 de abril de 1818 f.409 e 410.

<sup>80</sup> CARVALHO, Iara. *Op. Cit.* p. 74.

<sup>81</sup> *Ibidem*.

<sup>82</sup> TOLLENARE, L. F. de. **Notas dominicais**: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Recife, Empresa do Jornal do Recife. 1906 p. 234.

<sup>83</sup> *Ibidem*

<sup>84</sup> CARVALHO, Iara. *Op. Cit.* p.74.

Enquanto Luís do Rego Barreto orquestrava a repressão no Recife, no Rio de Janeiro eram organizadas as festas da aclamação de Dom João VI, que já havia sido adiada depois da chegada da notícia da Revolução em Pernambuco. Quando a notícia do fim da revolução chegou, causou alvoroço no Rio de Janeiro e foi anunciada com repiques de sinos, salvas de artilharia e iluminação, espetáculos no Teatro São João, danças e outras manifestações. Segundo Emílio Rodrigues Lopes, depois da derrota da Revolução, por coincidência ou não, houve um aumento do número de festejos na Corte.<sup>85</sup>

Em 6 de fevereiro de 1818 finalmente foi realizada a aclamação de Dom João no Rio de Janeiro. Houve uma grande mobilização social, realizou-se um grande fabuloso espetáculo. Segundo Emílio Lopez, ao fim dos festejos de três dias o Rei assinou alguns decretos, um deles "mandava fechar e concluir os processos contra os revoltosos de 1817, dando anistia mesmo aos que tivessem culpa comprovada, menos aos cabeças da Revolução."<sup>86</sup>

Pela documentação enviada à Corte e depositada no Arquivo Nacional conseguimos saber a visão da autoridade responsável pela repressão sobre os festejos que se fizeram na cidade. Por um ofício enviado por Luís do Rego Barreto, logo que a notícia do perdão chegou a Pernambuco "se deu as mais vivas demonstrações de júbilo e contentamento com hinos de louvor e de glória."<sup>87</sup> Além disso, houve iluminação por três dias consecutivos, "os sinos, e instrumentos que estavam até então em profundo silêncio da tristeza, e do luto, ressoaram canções de alegria com serenidade, melodia, tudo, tudo sentiu os efeitos da Real Clemência."<sup>88</sup> Mesmo o mais feroz representante do poder real teve que respeitar os costumes festivos e usar deles para demonstrar a eficácia de sua atuação.

Após essa euforia inicial o governador informou em ofício enviado para o ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal, que ocupava várias pastas do Ministério de Dom João VI<sup>89</sup>, estar grande parte da cidade do Recife se mobilizando para realizar um grande festejo para a aclamação de Dom João VI. Escolheram o dia 13 de maio, que

---

<sup>85</sup> LOPES, Emílio *Op. Cit.* p. 198 a 200

<sup>86</sup> *Ibidem*

<sup>87</sup> AN Série Interior IJJ9 242 15 de abril de 2018 f.163

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> Segundo o projeto Memória da Administração pública Brasileira do Arquivo nacional Tomás Antônio de Vilanova Portugal era homem de confiança de d. João, foi ministro de várias pastas, chegando a acumular, em caráter ordinário e efetivo, as do Reino, Erário Régio e Negócios Estrangeiros e da Guerra, entre 1818 e 1820. <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/452-tomas-antonio-de-vilanova-portugal>.

na visão de Luís do Rego era o mais propício por já ser "grande para todos os Portugueses"<sup>90</sup>, por ser o aniversário do Rei. Nas próprias palavras do governador, as festas eram

prova de que os ânimos todos estão possuídos deste grande objeto, e ninguém poderá tirar de todas estas demonstrações, senão argumentos do da ventura, da tranquilidade, e do prazer deste povo.<sup>91</sup>

Esta era uma versão da festa que o rei precisava acreditar. Mais que nunca, era importante para os habitantes da província mostrarem a sua fidelidade; para Luís do Rego era também uma oportunidade de mostrar a sua eficiência na condução da restauração da integridade dos domínios do poder real.

Depois que a festa ocorreu, a descrição dela foi enviada ao Rei pelo dicionarista Antônio de Moraes e Silva, conhecido proprietário de terra que havia recusado o convite para ser membro do Conselho do movimento rebelde. Ele usou o argumento de que durante a Festa da Aclamação, em 1818, “o povo do Recife esqueceu-se então da tristeza, sustos e consternações de semelhante dia do ano passado”, quando o movimento estava prestes a ser derrotado. Luís do Rego afirmou que ela era digna de ser lida pelo Rei e demais autoridades, porque foi escrita por um homem cheio de conhecimentos que tinha produzido um testemunho verdadeiro dos sentimentos deste “Povo.”<sup>92</sup> A descrição da futura festa servia de prova cabal para evidenciar a fidelidade da Província.

Conforme análise de Iara Schiavinatto, era comum durante o período colonial o envio de um relato dos festejos realizados nas colônias em documentos conhecidos como "relação das festas", que visava instituir uma visão dos festejos que teriam realmente acontecido, nitidamente beneficiando os súditos que haviam se empenhado para sua realização.<sup>93</sup>

Antônio de Moraes descreveu por cerca de vinte folhas os festejos, destacando o empenho da elite em garantir luxo, suntuosidade, júbilo e boa ordem durante os quase 20 dias de festas. Ao fim dessas páginas, dedicou um pequeno parágrafo para afirmar que a festa também foi marcada por mascaradas menores com música, dança e outras festas que alegraram o “povo”, que havia participado sem haver registro de desordem ou

---

<sup>90</sup> AN Série Interior. IJJ9 242 31 de maio de 1818 f.204

<sup>91</sup> *Ibid.* f.205

<sup>92</sup> *Ibid.* fls..204 e 205

<sup>93</sup> *Ibidem*

queixa na polícia. Não investir atenção nas ações dos homens comuns era uma característica das relações da festa que mesmo que não trate da ação de homens e mulheres comuns, mostra que eles precisam estar por lá, ao menos para legitimar a festas e os regimes políticos.

Nos meses que antecederam a festa da aclamação, pelo relato de Antônio de Moraes, houve um grande investimento em arquitetura efêmera com a construção de praças para a realização das cavalhadas e apresentações teatrais, palacetes, salões para baile na rua da cadeia. Além de iluminação e cinco grandes arcos de madeira com alusões à aclamação, organizados por "grêmios de diversos oficiais".<sup>94</sup>

Como afirma Iara Schiavinatto, no Rio de Janeiro do período, os homens de ofício e suas corporações se responsabilizavam de variados elementos da arquitetura efêmera, mas não da organização da festa.<sup>95</sup> No Recife, segundo o relato de Antônio Morais, um dos arcos foi feito pelos pretos canoieiros e levantado na entrada da Ponte da Boa Vista.

Os canoieiros eram essenciais em uma cidade entrecortada por água. A condução de pessoas e materiais diversos era um serviço que exigia habilidades específicas. Segundo Luiz Geraldo da Silva, desde o século XVIII havia o reconhecimento de uma patente de governados dos canoieiros, e os trabalhadores se organizavam em confrarias. "Os canoieiros do Recife pareciam saber de sua importância no contexto histórico de expansão da cidade."<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> Biblioteca Nacional (BN) Antônio de Moraes Silva, Breve Histórico sobre a vitória conseguida por Luiz do Rego Barreto na expedição para restabelecer a paz na revoltosa capitania de Pernambuco. Engenho Novo de Muribeca[PE] Original I33, 27, 002 MS 618(11) D.75

<sup>95</sup> SOUZA, Iara Lis. Pátria Coroada *Op. Cit.* p. 215.

<sup>96</sup> SILVA, Luiz Geraldo . **A Faina, a Festa e o Rito**. Papirus Editora, Campinas, SP, 2001 p. 147.

**Figura 2: Vista das Cinco Pontas Tomada do Hospital D. Pedro II)- Luiz Schlappriz**



Fonte: Coleção Brasileira Itaú – Brasileira Iconográfica<sup>97</sup>

Entre todos os arcos, Antônio de Moraes e Silva apenas apontou os responsáveis por este. No seu relato da festa ressaltou que até os “aprovisionadores d’água dos rios levantaram o seu.”<sup>98</sup> Mostrar ao Rei o envolvimento de todos na sociedade, inclusive dos pretos era uma motivação importante desse relato. Era preciso restaurar a imagem da fidelidade de todos à coroa portuguesa.

Na descrição da festa, Antônio de Moraes, depois de uma cuidadosa descrição da arquitetura efêmera da festa, passou a relatar a sua versão do espetáculo realizado pela elite local. Às seis da manhã, os Batalhões de Linha, dos Corpos Milicianos de Infantaria e Cavalaria, junto com as Guardas da Cidade de Olinda e Vila do Recife, foram se postando para uma “marcha” desde a rua do Colégio até a Ponte da Boa Vista. Após a chegada do Governador seguiram até o quartel do Pombal, debaixo de chuvas diluviais. Pelos caminhos que passavam, viam as casas ornadas com damascos.

Depois dos cortejos, foi recitado um panegírico. O Governador, acompanhado do Senado da Câmara com a Bandeira Real alçada, deu “sete vivas ao El Rei Nosso Senhor”. Mais de dez mil pessoas vestidas com suas melhores roupas teriam saído

<sup>97</sup> Disponível em : <http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18515/vista-das-cinco-pontas-tomada-do-hospital-d-pedro-ii> acesso em 19 de janeiro de 2018

<sup>98</sup> Biblioteca Nacional (BN) Antônio de Moraes Silva, Breve Histórico sobre a vitória conseguida por Luiz do Rego Barreto na expedição para restabelecer a paz na revoltosa capitania de Pernambuco. Engenho Novo de Muribeca[PE] Original I33, 27, 002 MS 618(11) D.75 f.13.

expostas a fortes chuvas e ainda assim repetiram os vivas com muito aplauso. Nos dias seguintes, bailes, teatro, ceias, cavalhadas, contradanças, cortejos com carros e outros divertimentos ocuparam a população.

Os festejos de 1818 duraram até o dia 31 de maio com muito entusiasmo. Todos na cidade aproveitaram as festas a seu modo, mas depois foi preciso voltar a uma realidade marcada pelos horrores da repressão comandada por um governador arbitrário que construía a reintegração de Pernambuco ao Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves.

## 1.2 As Festas E A Definição Da Independência No Recife

Na década de 1820 as festas cívicas fizeram parte do processo que definiu a formação do Estado Nacional brasileiro. Foi uma época marcada por conflitos que excederam a questão da separação da antiga metrópole. Muitos se envolveram nas tensões do período (pobres, escravos, abastados) e buscaram aproveitá-las a seu modo. Festejar os momentos que significavam alguma vitória nesse emaranhado de interesses foi uma forma de mobilização política que demonstrava publicamente as escolhas que a população do período vivenciava.

Em Pernambuco, a década se iniciou ainda sob as sombras da Insurreição Pernambucana. Desde a sua derrota, o rei manteve no comando da província o responsável pela repressão em 1817: o general Luís do Rego Barreto. Segundo Marcus Carvalho, ele “era um homem talhado para segurar as rédeas de uma província saída de uma revolta.”<sup>99</sup> Seu governo interferiu em variados aspectos da vida cotidiana em Pernambuco, como a vida religiosa, as práticas de sociabilidade, inclusive no festejar.

O historiador pernambucano George Félix Cabral de Souza constatou pela documentação da Câmara do Recife, nos anos seguintes à aclamação de Dom João VI, que poucas datas foram festejadas na cidade.<sup>100</sup> Cabral de Souza achou apenas registros para 1820, quando foram comemorados o aniversário e a aclamação de D. João VI com luminárias; além do nascimento do príncipe, com festas de máscaras.<sup>101</sup> As comemorações ligadas à vida da família real eram parte do governo real e mesmo o mais rigoroso governador não podia se opor a elas.

---

<sup>99</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 331-366, 1998. p. 2.

<sup>100</sup> SOUZA, George *Op. Cit* p.389.

<sup>101</sup> *Ibidem*.

Ao contrário, em momento de dificuldades para a monarquia podia ser interessante festejar. Nas ocasiões relatadas acima, a população se reunia para comemorar as boas novas para a família real em um período que o governo precisava de apoio, por, em data tão recente, ter repreendido a Revolução de 1817, que ficava na lembrança próxima dos sujeitos de Pernambuco. Como quase todo mundo se envolveu no acontecido, o medo e o rancor rondavam sempre pelas ruas e pelas cabeças.

Como ressaltou Emília Viotti da Costa, o ano de 1820 começou com profundas mudanças no panorama político. Depois da Revolução Liberal eclodir na Espanha, ainda em janeiro, Dom João VI decretou uma série de medidas para tentar conter a propagação da revolução em Portugal.<sup>102</sup> Nem as festas, nem as decisões envolvendo política e economia foram suficientes para garantir que seus súditos não buscassem mudanças no governo.

A Cidade do Porto se sublevou em agosto, iniciando a Revolução Liberal que reinvidicava uma Constituição e a volta da Corte para Portugal. O movimento se espalhou rapidamente pelo território português; Marcus Carvalho indicou que esta Revolução fez o Brasil todo entrar em ebulição.<sup>103</sup> As notícias das mudanças políticas em curso ocasionaram mudanças no Brasil.

Tal movimento possibilitou uma transformação importante nas formas de festejar, que também se espalhou pelas áreas banhadas pelo Atlântico. Como afirma Jorge Crespo, antes da Revolução do Porto as festas faziam referência aos ritos de passagem da vida do soberano e de sua família; com as transformações constitucionais traziam consigo outras ideias e concepções de mundo celebrando a “consagração da vida coletiva.”<sup>104</sup> As festas cívicas que exaltavam as atitudes que levaram a mudanças nas formas de governo encontraram um terreno fértil em Pernambuco, especialmente após a experiência do período de governo republicano da Revolução de 1817.

Segundo Flávio Cabral, o Recife ficou em polvorosa com as novidades. Pelas ruas da cidade falava-se principalmente sobre a Constituição e a Convocação das Cortes.<sup>105</sup> As dúvidas dos pernambucanos sobre os rumos que o reino tomava foram acompanhadas por teias conspiratórias para tramar reformas na província. Havia

---

<sup>102</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a república**: momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999 p. 42.

<sup>103</sup> CARVALHO, MARCUS. **O outro lado** *Op. Cit.* p.10.

<sup>104</sup> CRESPO, Jorge. **A história do Corpo**. Lisboa: Difel: Difusão Editorial, 1990. pp 367=368

<sup>105</sup> CABRAL, Flávio. *Op. Cit.* p. 104.

inclusive, segundo Flávio Cabral, o boato de um levante a estourar na quarta-feira de Cinzas para derrubar o governador arbitrário.<sup>106</sup>

Em 26 de fevereiro de 1821, segundo Pereira da Costa, chegou a notícia da confirmação que D. João havia concordado em fazer o juramento da Constituição<sup>107</sup> Segundo seu relato, a cidade foi tomada por salvas, repiques de sino, vivas e um *Te Deum* na Matriz de Santo Antônio, uma das igrejas mais importantes do Recife situada em um espaço de comércio bastante ativo e de uma população altamente diversificada.

Como afirma Jorge Crespo, festejava-se um novo mundo “delineado pelas periferias onde os homens se encontravam por sua iniciativa e responsabilidade.”<sup>108</sup> E alcançaram popularidade no Recife, ainda segundo Pereira da Costa, além dos ritos oficiais, os constitucionalistas prepararam três dias de folgares e divertimentos que incluíram óperas, danças, cantorias, músicas, poesias, jantares. Esses eventos promovidos atraíram a atenção de “todos os homens que esquecidos de seus negócios e das arbitrariedades sofridas só cuidaram de divertir-se”<sup>109</sup>

Mesmo sem enfrentar o governador carrasco, os constitucionalistas conseguiram uma vitória com o juramento da Constituição. O novo estatuto político decidido nas cortes de Lisboa, como afirma Flávio Cabral, transformou súditos em cidadãos garantindo novos espaços para reivindicações<sup>110</sup>. Além dessa mudança, para adequar os governos das províncias brasileiras às novas formas de organização política, passou-se a organizar juntas governativas provisórias para assumir o comando da província. Entretanto, como afirma Flávio Cabral, Luís do Rego mostrou sua habilidade e conseguiu manter-se a frente da província convocando um Conselho Consultivo com pessoas por ele indicadas. Os constitucionais que esperavam assumir o governo da província acabaram ficando de fora.

Uma decisão das Cortes de Lisboa foi extremamente importante para os rumos da política em Pernambuco. Segundo Flávio Cabral, entenderam que nenhum cidadão poderia ser perseguido por expressar sua opinião e que todos os desterrados por esse motivo tinham o direito de voltar para casa.<sup>111</sup> A junta provisional da Bahia então reviu

---

<sup>106</sup> Ibid. p. 146.

<sup>107</sup> COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966 volume 8. pp. 108-109.

<sup>108</sup> CRESPO, Jorge. A história do *Op. Cit* p. 375.

<sup>109</sup> COSTA, F.A. **Anais Pernambucanos** v. 8 *Op. Cit.* pp. 108-109.

<sup>110</sup> CABRAL, Flávio. *Op. Cit.* p. 169

<sup>111</sup> *Ibid.* P.153.

os processos de 1817 e absolveu “os réus do republicanismo”<sup>112</sup> que ainda não tinham sido perdoados em 1818: os líderes do movimento.

Pelo relato de Manuel Joaquim de Menezes, cirurgião mor que combateu a Insurreição de 1817, ao escrever sobre a Confederação do Equador, o movimento separatista que acometeu Pernambuco em 1824, conta-nos que em 1821, quando um passageiro vindo da Corte trouxe a notícia da liberdade, a população do Recife teria reagido com entusiasmo no momento e na mesma noite colocaram luminárias e fizeram cortejos com bandas de músicas.<sup>113</sup>

Mesmo festas não planejadas seguiam rituais semelhantes às organizadas: iluminação, cortejos, músicas. A notícia do perdão real de 1818 foi comemorada na província de forma muito parecida. Quem sabe ao comemorar a soltura dos líderes da Insurreição de 1818, alguns possam até ter feito brindes com cachaça, demonstrando apoio aos “pernambucanos” presos por suas lutas políticas.

Em 26 de maio de 1821, os líderes de 1817 desembarcaram em Pernambuco. De acordo com o historiador Gilberto Vilar de Carvalho, foram recebidos com “cortejos, folganças, bandeirolas, discursos patrióticos e o solene *Te Deum*.”<sup>114</sup> Segundo Pereira da Costa, este foi celebrado alguns dias depois na Igreja do Carmo e havia sido muito concorrido. As 580 tochas que se colocaram à disposição, não teriam dado nem para metade dos presentes.<sup>115</sup>

A escolha da Igreja do Carmo, também localizada no Bairro de Santo Antônio, teria ocorrido porque o pároco da Matriz de Santo Antônio não quis ceder a igreja para essa celebração. Vale lembrar que em 1817 foi nesta igreja que se celebrou o primeiro *Te Deum* para o novo Governo e que o pároco responsável por ela havia sido preso como um dos líderes da Insurreição Pernambucana e era um dos regressos ao Recife pela anistia das Cortes. Flávio Cabral nos conta que o “povo” o acolheu com muito fervor e o levou para tomar posse de sua Matriz.<sup>116</sup>

A chegada dos líderes rebeldes aumentou as tensões na província e, como ressalta Flávio Cabral, Luís do Rego cada vez mais ia perdendo o controle da Província. Várias reuniões secretas aconteciam, panfletos eram espalhados e alertavam o

<sup>112</sup> *Ibidem*.

<sup>113</sup> MENEZES, Manoel Joaquim de. [História médica brasileira e da Revolução de Pernambuco em 1824]. [S.l.: s.n.], [182-]. 79 p. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/cmc\\_ms618\\_12\\_38/cmc\\_ms618\\_12\\_38.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_12_38/cmc_ms618_12_38.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2018. p. 48.

<sup>114</sup> VILAR, Gilberto. **Frei Caneca: gesta da liberdade 1799-1825**. Rio de Janeiro, Mauad, 2004. p. 51.

<sup>115</sup> COSTA, F.A. **Anais Pernambucanos** v. 8 *Op.Cit.* pp.144-145.

<sup>116</sup> CABRAL, Flávio *Op. Cit.* p. 155.

Governador dos planos de luta que culminaram com a organização da junta provisória de Goiana.<sup>117</sup>

A Junta de Goiana governou em paralelo ao governo de Luís de Rego por quase dois meses. Após várias tentativas de conciliação, como analisa Dênis Bernardes, no início de outubro houve um acordo conhecido como Convenção de Beberibe que reconhecia os dois governos nos territórios estabelecidos e previa a eleição de uma nova Junta de Governo, exigindo o retorno de Luís do Rego para Portugal. Em fins de outubro, houve a eleição. A escolha de governantes por uma decisão dos cidadãos locais, como analisa Dênis Bernardes, encerrando “uma longa história: a dominação do Antigo Regime em Pernambuco.”<sup>118</sup>

Uma Junta formada por pernambucanos assumiu o poder na província, tendo como presidente o comerciante Gervásio Pires. Em sua composição, de acordo com Socorro Ferraz estavam três “liberais, participantes de uma forma ou outra dos conflitos com o absolutismo e sobreviventes da Revolução de 1817, três participantes ativos da Insurreição Pernambucana.”<sup>119</sup>

Segundo Pereira da Costa, o General Luiz do Rego partiu para Portugal sem sequer esperar para dar posse a Junta.<sup>120</sup> Depois de anos no controle da província: o responsável pela repressão de 1817, o representante do poder absolutista de D. João VI finalmente foi expulso de Pernambuco, como analisa Maria do Socorro Ferraz Barbosa, por ter ficado sem apoio e sem elo na província.<sup>121</sup>

Essa rápida saída, segundo Pereira da Costa, teria inspirado a imaginação popular. O memorialista registrou algumas músicas e versos sobre a saída do general, no seu livro “folclore pernambucano”. Cantar ou recitar foi uma prática comum nas festividades do período. Em uma das versões que ele coletou, sem indicar a origem dos versos, além de tratar da letra propriamente dita ele descreve a situação em que ele foi cantado.

Pereira da Costa relatou que, à época da partida de Luis do Rego, em uma roda de viola envolvendo pernambucanos e um português, foram cantados alguns versos das

---

<sup>117</sup> A cidade era um polo algodoeiro e açucareiro, o segundo maior núcleo urbano da província e tinha fácil acesso ao interior.

<sup>118</sup> BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006 p. 397.

<sup>119</sup> *Ibid.* p. 399.

<sup>120</sup> COSTA, F.A. Folclore Pernambucano *Op. Cit* p. 170.

<sup>121</sup> BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Liberais constitucionalistas entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 24, p. 98-125, 2008 . p. 104.

modinhas em voga na época dos festejos.<sup>122</sup> Podemos imaginar que muitos deviam se reunir para beber, conversar e se divertir. A presença de um músico numa roda de conversas animava a reunião e, aos goles das bebidas espirituosas, vários temas eram cantarolados.

Voltando aos versos cantados em 1821, em algum momento da roda um pernambucano se animou e cantou a seguinte quadra registrada, mesmo muito tempo depois, por Pereira da Costa: “Luis do Rego foi guerreiro,/Sete batalhas venceu/ Mas na oitava de Goiana/ Deu de gambias e correu”<sup>123</sup>. Por vivas e músicas a população mostrava o seu regozijo com o governo dos pernambucanos na província.

Além dessas manifestações de entusiasmo, se preparou um magnífico espetáculo para dar posse ao novo Governo. O historiador Flávio Cabral ressalta que as festas tomaram a cidade por dias consecutivos, enquanto os absolutistas lamentavam a situação. Indicando que houve celebrações na Igreja Conceição dos Militares e no Corpo Santo, onde estava o retrato de D. João VI, diante do qual fizeram fila os eleitos para a Junta Provisória do Governo, o clero, oficiais e funcionários públicos<sup>124</sup> para fazer um cortejo ao som de uma sinfonia, depois se fez uma oração e por fim se cantou o *Te Deum*.

Além dessa parte oficial, o jornal *O Segarrega*, jornal ligado aos liberais, de 19 de dezembro de 1821 relatou que “a mocidade” deu um baile em homenagem a Junta.<sup>125</sup> Flávio Cabral, baseado na análise do periódico *Relator Verdadeiro* de 23 de dezembro de 1821, afirmou ainda que também foram cantadas músicas relativas ao motivo da festa, regidas pelo mestre de música Joaquim Bernardo Mendonça, famoso compositor da cidade.

Mesmo após eleita uma nova junta, jurada a Constituição e depois de expulso o último governador régio da província, continuava a desordem. Um dos primeiros desafios da junta, como afirma Socorro Ferraz, era restabelecer a ordem em Pernambuco. As tropas portuguesas e pernambucanas ainda estavam aquarteladas, a situação era caótica em assunto de organização militar, mesmo depois que em fins de novembro organizaram a partida das tropas portuguesas.<sup>126</sup>

---

<sup>122</sup> COSTA, F. A. **Folclore Pernambucano** *Op. Cit.* p. 170.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

<sup>124</sup> CABRAL, Flávio *Op. Cit.* p. 194.

<sup>125</sup> O Segarrega 19 de dezembro de 1821

<sup>126</sup> BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Liberais constitucionais**. *Op. Cit.* p. 115.

O constitucionalismo era motivo de disputas que tinham um amplo alcance social. Podemos ver tal situação em um ofício do Alferes Jucélio Francisco de Paula Mesquita e Silva para o Presidente da Província, localizado na série Assuntos Militares onde ele relata uma disputa envolvendo algumas pessoas das camadas populares na Vila de Ipojuca, próxima a Recife, nos últimos dias do ano de 1821.

No mês de dezembro, a proximidade do Natal costumava intensificar o convívio social. A população se encontrava nas ruas, frequentava casas em reuniões privadas, ia para as cerimônias religiosas, etc. Em meio as diversões a complicada conjuntura do período era vivenciada durante as festas. Pelo ofício escrito pelo Alferes Jucélio para a Presidência da província, em 30 de dezembro de 1821, Francisco Joaquim, acompanhado de alguns escravos, foi a um jantar no seu engenho. Enquanto aproveitavam a refeição, os senhores deram autorização para seus escravos circularem pela região. Os momentos de festas e sociabilidade dos proprietários, costumeiramente, possibilitavam momentos de liberdade para os cativos.

O grupo dos escravos escolheu ir a uma povoação próxima, aproveitando para circular, talvez buscando encontrar outros companheiros, ir a uma venda, entre tantas outras possibilidades. Ao chegar na Vila de Ipojuca encontraram um grupo cantando o Hino Constitucional e os viram ser repelidos pelo alferes Bezerra que, com armas, com seus escravos e alguns forros, encerraram a reunião.

Ainda segundo o ofício do Alferes, nas noites seguintes, o grupo do alferes Bezerra fez rondas nos adros da Igreja de Ipojuca e Nossa Senhora do Ó para castigar quem cantasse o Hino Constitucional.<sup>127</sup> Esse não devia ser o único grupo a cantá-lo nas redondezas. Como argumenta Pereira da Costa, essa era uma prática comum nos festejos do Recife no início da década de 1820<sup>128</sup> Quando, segundo o memorialista “O povo, nos seus delírios patrióticos expandia-se em cânticos e saudações hínicas às conquistas que se iam sucedendo e milhares de bocas repetiam-nos no auge do prazer e do entusiasmo.”<sup>129</sup>

<sup>127</sup> PACHECO, A. J. V.; PINTO, R. M. Os hinos de D. Pedro I e Marcos Portugal: em busca de paradigmas. *Revista Música Hodie*, Goiânia, V.13 - n.2, 2013, p. 136-167. Segundo Pacheco deveria ser classificado por um Hino de propaganda Político-militar, classificado como hino militar, um tipo de composição de caráter exortativo, que buscava introduzir e disseminar ideias, que cumprem o seu papel “quando conseguem ser memorizados e repetidos pela população.”

<sup>128</sup> Hino da Constituição de 1820, música de Cocia que apareceu em Portugal com a proclamação do regime constitucional e o Hino Constitucional cantado por Dom Pedro que foi cantado no Rio de Janeiro em junho de 1821 quando teve lugar o juramento das bases da constituição, cujo estribilho tinha a seguinte letra: Viva, Viva o nosso rei/ E a santa religião; Vivam lusos valerosos/ Divinal Constituição. In: COSTA, F. A. Anais Pernambucanos v. 8 *Op. Cit.* pp. 110-111.

<sup>129</sup> COSTA, F.A. **Folclore Pernambucano** *Op. Cit* p. 160.

Nessa época se cantavam vários hinos constitucionais pelo Brasil. Segundo o historiador Ilmar Mattos, eles anunciavam a constituição de um novo corpo político independente e possibilitava "à Brava Gente Brasileira a compreensão das experiências que alvoroçavam seus corações, naquele momento como o início de um tempo novo - uma revolução."<sup>130</sup> Em Pernambuco, um deles, recolhido por Pereira da Costa, conhecido como hino constitucional pernambucano fazia muito sucesso.

Tiranos, desenganai-vos,/Acabou-se a escravidão/ Reinará no Beberibe/ A lusa Constituição  
Estrilho  
Enquanto aos pernambucanos/ Palpitar o coração/ Viverá em Pernambuco/ A Lusa Constituição  
Então mostra o despotismo/No Norte a perturbação/ Vindo já brilhar no Tejo/ A Lusa Constituição.  
Pesou mais na triste Olinda/Do tirano a férrea mão/ Quando o seu povo aderiu/ A Lusa Constituição.  
Ele o monstro que crismou/Em crime d'alta traição/A liberdade que oferece/A Lusa Constituição.  
E querer independência/ Resistir contra a opressão/ Contra quem declara guerra/ A Lusa Constituição.  
Que bens maiores teremos/Para nossa elevação,/Do que os bens que em nós derrama/ A Lusa Constituição.  
Tiranos, desenganai-vos/Acabou-se a escravidão,/ Reinará no Beberibe/ A Lusa Constituição.  
De Lisia a sorte se canta,/ Mas de Olinda porque não?/ E para os dois hemisférios/ A Lusa Constituição.<sup>131</sup>

A letra desse hino fazia referência direta aos acontecimentos da luta dos liberais, exaltando a coragem e vontade dos pernambucanos em garantir um governo constitucional. Esses hinos, além de alcançarem popularidade, também se transformaram em motivos de disputas em variados segmentos sociais, inclusive entre os homens comuns.

Em primeiro de janeiro de 1822, os escravos Gaspar e José acompanharam o seu senhor, o alferes Jucélio, até o Hospício dos Franciscanos para que ele participasse das festividades que os frades organizaram para celebrar o ano bom, dia de grande gala no período. Enquanto os senhores estavam dentro do templo, os escravos reunidos no seu adro também festejavam. Os escravos resolveram cantar o hino constitucional, dar vivas à Constituição e a El Rey, alguns mais empolgados também gritavam “morra os corcundas.”<sup>132</sup>

A festa dos escravos, que possivelmente também podia incluir alguns homens livres pobres naquele primeiro de janeiro, envolveu uma apropriação de um vocabulário político característico da disputa das elites. Talvez alguns desses cativos acreditassem que o constitucionalismo os beneficiaria de alguma forma, para outros podia ser uma oportunidade de, em seus momentos de diversão, que costumavam ser vigiados, cantar uma música que tinha entre seus versos a afirmação: “Acabou-se a escravidão”. Esta

<sup>130</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, [S.l.], n. 1, p. 8-26, may 2005. p. 272.

<sup>131</sup> COSTA, F.A. Pereira, *Folclore Pernambucano*. *Op. Cit.* p.162 e 163.

<sup>132</sup> APEJE. *Assuntos Militares* 2 f. 124.

assertiva fazia referência à situação política da província, mas era apropriada de diferentes modos por quem os cantava.

Segundo Marcus Carvalho, a comparação entre a situação colonial e a escravidão era comum no período e que foi apropriada pelos cativos nas suas lutas pela liberdade.<sup>133</sup> Quem sabe ao cantar essas músicas podiam estar articulando outras estratégias de resistência. O grupo liderado pelo alferes de Milícias João Carlos Bezerra, que andava vigiando os adros da igreja nos últimos dias do ano, apareceu com cinco escravos armados de bacamartes, pistolas e espadas e os espancaram os cativos.<sup>134</sup>

O *Te Deum* foi interrompido em meio à confusão. O senhor dos cativos lamentou no ofício enviado para a Junta governativa que não conseguiu evitar a agressão e pedia providências.<sup>135</sup> Segundo Flávio Cabral, preocupados com tais exageros, a Junta proibiu todo tipo de divertimento na província.<sup>136</sup> O que deve ter sido bem complicado, afinal o início do ano era um tempo de intensas festas.

Tal interdição não significava que algumas datas não deveriam ser festejadas. Afinal por mais que as festas possibilitassem encontros que podiam acabar em conflitos, algumas também tinham um papel importante para a manutenção do poder e precisavam acontecer. Em 26 de janeiro de 1822 se comemorou o aniversário de instalação das cortes, com grande parada, queima de fogos e outros entretenimentos.<sup>137</sup>

Nos primeiros meses de 1822 também se celebrou o nascimento da princesa Januária com salvas e iluminação geral como comumente ocorria nessas festas.<sup>138</sup> Em 13 de maio, uma atitude de corte para tentar comemorar o aniversário de D. João VI, gerou confusão pelas ruas da cidade. Segundo o político oitocentista Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond, o famoso maçom Marquês de Angeja<sup>139</sup> estava na cidade esperando o reparo de seu navio que apresentou defeito em fins de abril 1822,

---

<sup>133</sup> CARVALHO, Marcus. **O Outro lado da Independência**. *Op. Cit.*

<sup>134</sup> APEJE. Assuntos Militares 2 8 de janeiro de 1822 f. 124.

<sup>135</sup> *Ibidem.*

<sup>136</sup> CABRAL, Flavio *Op. Cit* p. 215.

<sup>137</sup> *Ibid* p. 213

<sup>138</sup> A junta provisória preocupou-se em afirmar a Dom Pedro que todos os pernambucanos se alegravam com o evento que suavizava e mitigava a multidão de males que o Brasil sofria. O Deão Bernardo Luís Ferreira Portugal e o Chantre Jerônimo Paz dos Santos enviaram felicitações ao Imperador do júbilo, mas afirmavam ser em benefício da Nação Portuguesa. A ênfase na festa ser benéfica ao Brasil ou a Nação Portuguesa é uma distinção importante nesse ano, em que a união do Reino Unido estava por um fio. AN IJ 9 246 série interior Pernambuco 19 de abril de 1822 e 11 de maio de 1822

<sup>139</sup> Após a violenta perseguição aos Maçons em 1817, confessou-se maçom e como arrependimento ofertou sua prata para a urgência do Estado. BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF; São Paulo:Annablume, 2006. p. 75

em meio a uma viagem entre o Rio de Janeiro e Portugal, precisou desembarcar no Recife, com a marquesa e a filha do conde dos arcos e alguma criadagem.

O concerto foi demorado e o povo da cidade começou a desconfiar dos motivos de sua presença. No dia do aniversário do Rei, ele entendeu que era sua obrigação comemorar tal data e vestiu sua farda de camarista e foi saudar o governador das armas.<sup>140</sup>

Em pouco tempo, o quartel teria sido cercado por uma multidão, a maioria armada.<sup>141</sup> A realização de um protesto com a comemoração do aniversário do Rei, uma festa comum nos regimes monárquicos, era uma atitude grave. Como afirma Iara Lis a população do Recife via “naquele ato de corte, uma traição”<sup>142</sup> e demonstrando insatisfação e oposição ao mando português. Tal episódio, segundo a historiadora, evidencia que festas oficiais propiciavam a demonstração da vontade do "povo" perante o soberano<sup>143</sup>, ainda que a posição dos pernambucanos fosse dúbia nesse período.

A escolha para formar um novo país com Dom Pedro a frente não era óbvia. Como afirma Marcus Carvalho, "às vésperas da Independência, as elites brasileiras, em cada uma das províncias, tinham escolhas a fazer. Foi em torno das alternativas possíveis que se constituíram as facções políticas em Pernambuco."<sup>144</sup> Nesse período, os pernambucanos que lutaram para garantir autonomia no governo local não haviam aderido as cortes portuguesas, tampouco aderiram a causa do Brasil. A independência em Pernambuco foi um processo difícil, as revoltas e a disputa pela autonomia local tencionaram a adesão ao projeto centralista do Rio de Janeiro.

O ano de 1822 foi de intensas comemorações pelas conquistas que iam consolidando a Independência do Brasil. Segundo Iara Schiavinatto, D. Pedro fez da festa uma maneira de instaurar outra condição política no Brasil, sem romper necessariamente com a ordem vigente, recorrendo a um vocabulário político das festas oriundo do passado colonial.<sup>145</sup>

A primeira festa a celebrar a nova situação política institucional foi, segundo o relato do Conselheiro Drummond, um ato solene que aconteceu em 1 de junho,

---

<sup>140</sup> Vasconcelos Drummond (A. de M.) — **Anotações de A M Drummond a sua biografia Memórias**, vol. 13 dos Anais da Bib.Nacional. PP.25-26.

<sup>141</sup> O Conselheiro Drummond dissuadiu o povo de suas intenções e eles dispersaram e ele enviou o Marquês e sua comitiva o mais rápido possível para Lisboa.

<sup>142</sup> Souza, Iara Lis. *Pátria Coroada. Op. Cit.* p. 166.

<sup>143</sup> *Ibid* p.p 166-167.

<sup>144</sup> CARVALHO, Marcus. *Cavalcantis e Cavalgados Op. Cit.*p.332

<sup>145</sup> Souza, Iara Lis. *Pátria Coroada Op. Cit.*p. 213.

reconhecendo Dom Pedro como regente.<sup>146</sup> Em julho, segundo Flávio Cabral, chegou a notícia do título de Defensor perpétuo a Dom Pedro e a Câmara Municipal do Recife patrocinou os festejos.<sup>147</sup> A adesão das câmaras ao projeto do Rio de Janeiro foi uma etapa importante para a Independência. Segundo Iara Schiavinatto:

Ao longo de 1822-1823, as câmaras brasileiras declaravam a sua adesão a D. Pedro e a uma constituição brasileira. Esse sistema de adesão ocorreu de modo desigual em todo o Brasil, pois as regiões Sudeste-Sul se alinharam mais rápida e francamente ao príncipe, enquanto, no Norte-Nordeste, parte das províncias se reportava às Cortes ou então matizava a sua autonomia ante estes dois polos centralizadores.<sup>148</sup>

Segundo Ariel Feldman, no decorrer do ano de 1822, a Junta Governativa do Recife, presidida por Gervásio Pires, importante comerciante, senhor de engenho e um dos anistiados de 1817, havia afrontado as Cortes, sem declarar apoio ao projeto do Rio de Janeiro.<sup>149</sup> Uma articulação política de José Bonifácio conseguiu derrubar a Junta de Governo que fazia forte oposição ao centralismo do Rio de Janeiro e como enfatiza Marcus Carvalho “garantiu a adesão de Pernambuco ao projeto de independência liderado por José Bonifácio.”<sup>150</sup>

A nova Junta Governativa assumiu em fins de setembro o governo da Província. Era composta por donos de engenho da zona da mata e como explica Marcus Carvalho, ficou por isso conhecida por “junta dos matutos.”<sup>151</sup> Em outubro organizaram a celebração do aniversário de Dom Pedro I, no dia 12 daquele mês, considerado dia de Grande Gala no Império português, era celebrado com novos significados, celebrando um príncipe que tinha um papel importante na luta pela independência.

Segundo a *Gazeta Pernambucana*, pela manhã houve grande parada e à tarde cortejo. Grande concurso de gente foi à Câmara onde se via o retrato do Regente a par do seu Pai.<sup>152</sup> Segundo os vereadores, em ofício enviado para a Corte, foram a única casa que realizou com pompa a inauguração do Retrato de D. Pedro I.<sup>153</sup> Frei Miguel do Sacramento Lopes orou uma arenga mostrando a necessidade da “união Brasílica e sua independência política”, depois as tropas deram as descargas de costume. A noite

<sup>146</sup> DRUMOND. *Op. Cit* P. 147.

<sup>147</sup> CABRAL, Flávio *Op. Cit* pp.222-223.

<sup>148</sup> SOUZA, Iara Lis. **Pátria coroada: Op. Cit.** p.143.

<sup>149</sup> FELDMAN, Ariel. A mesma independência: a atuação pública de um unitário pernambucano (1822-1823). **Almanack**, São Paulo, n.10, ago. 2015. p.15.

<sup>150</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: *Op. Cit.* p.342

<sup>151</sup> *Ibid.* p 340

<sup>152</sup> *Gazeta Pernambucana* 9 de novembro de 1822

<sup>153</sup> *Ibidem.*

durante a apresentação teatral se levantaram vivas ao Congresso Brasileiro e ao Regente Constitucional.<sup>154</sup>

Os membros da Junta marcaram para 17 de outubro o "juramento cívico de adesão ao Sistema atual do Brasil" na Igreja Matriz.<sup>155</sup> A cerimônia de adesão contou com a presença das autoridades das Juntas Governativas, das tropas, dos membros da Câmara Municipal, do clero e dos cidadãos. Segundo Pereira da Costa, compareceram 1655 que juraram reconhecer e obedecer à Assembleia Brasileira Constituinte e Legislativa e defender a pátria, suas liberdades e direitos, até vencer ou morrer.<sup>156</sup>

De acordo com o Assento da Casa de Relação, em 16 de novembro de 1822, a notícia da Aclamação chegou a bordo da escuna de guerra Maria Zeferina que vinha do Rio de Janeiro.<sup>157</sup> Pouco tempo depois, enquanto a Corte se preparava para a coroação, os membros da Câmara do Rio de Janeiro enviaram dois ofícios à do Recife cuja menção foi registrada no Livro de Vereação para que providenciassem a aclamação de Dom Pedro como "Imperador do Brasil o Sereníssimo Senhor Dom Pedro de Alcântara, regente e defensor Perpétuo do Brasil."<sup>158</sup>

Segundo a historiografia da independência, os festejos pela aclamação do Imperador pelo Brasil, foram momentos chaves para a legitimação da Independência do Brasil, por caracterizar a irreversibilidade da ruptura e demonstrar apoio popular as decisões do soberano. Por isso foi importante que o ato fosse realizado em vários lugares do território do Brasil. Pernambuco, enquanto uma das principais províncias do Brasil, e onde a adesão ao projeto de centralidade do Rio de Janeiro havia sido problemática, não podia ficar de fora dessas festividades.

As câmaras municipais tiveram papel importante na aclamação. Segundo Iara Schiavinatto, a vantagem de recorrer a essas instituições era sua antiguidade e por há bastante tempo serem responsáveis em nível local pela aplicação do poder institucional.<sup>159</sup> Na reunião da Câmara do Recife, os seus membros decidiram que a celebração seria realizada em 8 de dezembro na Igreja Matriz do Corpo Santo."<sup>160</sup>

---

<sup>154</sup> *Ibidem*.

<sup>155</sup> ARQUIVO NACIONAL. **As juntas governativas e a Independência**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1973, p.692.

<sup>156</sup> COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966 volume 8. p. 365;

<sup>157</sup> ARQUIVO NACIONAL. Série Interior. IJJ9 247 f.131 Esse foi um dos navios portugueses que ficaram no Brasil para uso do Império.Segundo ofício publicado no Livro de MORAIS, A.J. Melo. **A independência e o Império do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004 pp 295-296

<sup>158</sup> IAHGPE **Livro das Vereações e acórdãos da Câmara do Recife 1817-1829** f. 114v

<sup>159</sup> *Ibid*. pp143-144

<sup>160</sup> *Ibid* f. 114v

Pelo ofício enviado a Corte, a escolha de uma data já significativa no calendário social, por ser dedicada a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do reino de Portugal, muito festejada no Brasil. Como explicaram os membros da Câmara Municipal, a virgem que protegia os exércitos e impérios também traria “todo o bem e perpetuidade para o nosso Império do Brasil.”<sup>161</sup>

De acordo com Iara Schiavinatto, no século XIX era comum a estratégia de estabelecer uma coincidência entre celebrações cívicas e religiosas. “Havia um trânsito entre eles que reforçava mutuamente seus significados.”<sup>162</sup> Os festeiros que habitualmente celebraram a santa nas ruas da cidade, alguns dias antes foram avisados da dupla comemoração que transformaria por alguns dias as ruas do Recife em uma grande festa.

A Câmara Municipal do Recife enviou convites a diversas autoridades e informaram à “Junta dos matutos” que sairiam “em corporação no dia 7 de dezembro a anunciar ao Público a solenidade da Aclamação.”<sup>163</sup> A decisão de proclamar a notícia em um bando foi uma importante estratégia para garantir o apoio da população no ato. Segundo José Ramos Tinhorão, um bando servia como um “anunciador do espetáculo.”<sup>164</sup>

---

<sup>161</sup> ARQUIVO NACIONAL. *As Câmaras Municipais e a Independência*. Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura e Arquivo Nacional vol.1 1973 p. 117

<sup>162</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. In: Leite, Monica; Fonseca, Silvia C P de B. (Org.). *Entre a Monarquia e a República*. Imprensa, pensamento político e historiografia. 1822-1889. Rio de Janeiro: UERJ, 2008 p.13 a 33 p.18.

<sup>163</sup> APEJE Câmaras Municipais volume 03 29 de novembro de 1822. f.70

<sup>164</sup> TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed.34. 2000 p.149.

Figura 3: O Bando (Proclamação Municipal)



Fonte: Debret, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Tome troisième. p. 25 <sup>165</sup>

O bando, como podemos ver na imagem acima feita por Debret, era composto por uma comitiva de vereadores que saía pelas ruas, acompanhada por uma banda militar e um pregoeiro, que lia o proclame em alguns locais da cidade.<sup>166</sup> Desta forma, garantiam que muitos soubessem da festa extraordinária que estava para acontecer e fossem aclamar o imperador.

No dia 08 de dezembro de 1822, de acordo com termo de Aclamação, no Pátio da Casa da Câmara os vereadores proclamaram por três vezes os seguintes vivas: "Viva a nossa Santa Religião, Viva o Augusto Senhor Dom Pedro de Alcântara 1º Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil."<sup>167</sup> No termo, registra-se que compareceram o Juiz de Fora, os membros da Câmara Municipal, a Junta Provisória, o Governador das Armas, os componentes do Tribunal da Relação, o clero, a nobreza e o "Povo", os homens bons e "mais cidadãos de todas as classes civis e militares."<sup>168</sup>

<sup>165</sup> THIERRY FRÈRES. **Le bando, (proclamation municipale)**. Paris, França: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 31,4 x 23,5cm em f. 52,6 x 34,6. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=18175](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=18175)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

<sup>166</sup> Ver também. KRAAY, Hendrik. **Entre o Brasil e a Bahia**. *Op. Cit.*p.54.

<sup>167</sup> IAHGPE Livro das Vereações e acórdãos da Câmara do Recife 1817-1829. **Termo de aclamação** f.115 v e 116.

<sup>168</sup> IAHGPE Livro das Vereações e acórdãos da Câmara do Recife 1817-1829 f. 115.

Há registros que além do rito na casa da câmara também se festejou na Igreja do Corpo Santo. Frei Caneca foi o responsável pela oração do *Te Deum*.<sup>169</sup> Mesmo inicialmente não apoiando a adesão ao projeto do Rio de Janeiro, ele foi escolhido pelos organizadores da festa para tão importante função. Segundo Luiz Geraldo da Silva, esse ato foi o símbolo da “adesão dos federalistas ao ‘projeto do Rio de Janeiro.’”<sup>170</sup> Em seu discurso, o clérigo ressaltou a união do temporal e do religioso, enlaçando os dois motivos da festa. Destacando que a celebração deveria servir para preconizar felicidade da nação e fazer com que “os outros se encham de alegria festiva e transcendente.”<sup>171</sup>

A imagem que se quis passar foi a do comparecimento dos cidadãos para ratificar um dos atos fundadores do novo Estado Nação. Por se tratar de um documento que visava passar imagem da unidade, não há registro de oposição a tal ato. Mas no livro de Registro de Ofícios da Junta, fica evidente que as disputas eram um problema na cidade, tanto que havia uma ordem que proibia o uso de fogos de artifício em prol da defesa do país.<sup>172</sup>

A regra foi suspensa para que a festa da aclamação acontecesse com a grandeza necessária, entre os dias 7 a 10 de dezembro de 1822. Sem fogo artificial, os festejos não estavam completos no Recife Oitocentista. Tal decisão demonstra que a festa deve ter sido bem mais ampla que os registros oficiais encontrados na documentação. Nesses dias, é provável que diversos divertimentos tenham ocorrido, tais como jantares, cortejos pelas ruas, contradanças, apresentações teatrais, cavalladas.

As autoridades do Recife, ao enviarem ofícios sobre as festividades realizadas buscavam garantir o uso dessas festas como uma forma de demonstrar a legitimidade nas regiões onde atuavam. Parte da motivação para os gastos e empenho com as festas cívicas era o interesse das autoridades locais em mostrar à Corte o seu envolvimento no processo de consolidação da nova condição institucional do Brasil, afinal em algumas

<sup>169</sup> COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** Recife: Arquivo Publico Estadual, 1951-1966 volume 8 p.366.

<sup>170</sup> Luiz Geraldo da Silva aponta três motivos para a adesão do grupo federalista: o fracasso das cortes em garantir os direitos federativos das províncias do Brasil, em segundo lugar a aceitação das camadas populares, notadamente os militares pretos e pardos a adesão ao projeto do Rio de Janeiro e em terceiro o fato do príncipe acenar para uma proposta constitucional. SILVA, Luiz Geraldo. Um projeto para a nação: Tensões e intenções políticas nas "províncias do Norte" (1817-1824) . **Revista de História**, São Paulo, n. 158, p. 199-216, june 2008. p. 208.

<sup>171</sup> CANECA, Frei. Sermão da Aclamação de D. Pedro I [Na solenidade da aclamação de d. Pedro d’Alcântara em primeiro imperador do Brasil mandada celebrar pelo Senado da cidade do Recife a 8 de dezembro de 1822, na Matriz do Corpo Santo com assistência da Junta Provisória, Relação, Nobreza e Povo] in: Mello, Evaldo Cabral de.(org) Frei Joaquim do Amor Divino Caneca editora 34 São Paulo.. 2001 p. 105.

<sup>172</sup> APEJE, Registro de Ofícios 9/1 29 de novembro de 1822 f. 251

ocasiões, o fazer crer é tão importante quando o fazer. Até porque a unidade territorial do Brasil era frágil nesse período. Não existia um único sentimento de nacionalidade, ou uma noção de pertencimento a uma mesma estrutura. Como afirma Marco Morel, apesar de todas as diferenças “regionais”, após-1822 houve um período de busca e afirmação da identidade nacional.<sup>173</sup>

Os vereadores da Câmara reivindicaram através de um ofício a primazia na realização de festas pela independência na província em 1822. Recife não era a capital da província nesse período, mas os membros da sua Câmara Municipal buscaram estabelecer o papel de liderança em Pernambuco na causa da independência. Os vereadores da cidade buscaram convencer que, com o empenho na solenidade de Aclamação na cidade, inspiraram as outras Câmaras da Província, “que cheias dos mais nobres transportes se inflamaram de sorte, que uniformes abraçaram tão justa, como interessante causa.”<sup>174</sup>

A junta governativa também reivindicou para si o crédito pela inspiração das festividades organizadas pelas outras Câmaras Municipais. Em ofício enviado a José Bonifácio, os seus membros afirmaram que expediram ordens para que também se aclamasse o Imperador em Olinda e outras vilas. Informaram ainda que as festividades ocorreram sob a ameaça de um bloqueio de alguns navios a mando do Brigadeiro Madeira, que estava atrapalhando o comércio e a comunicação com a Corte.<sup>175</sup>

Passadas as festividades a província ainda estava envolta em conflitos, especialmente devido às ações de Pedro Pedroso: militar conhecido na cidade, pelo menos desde 1817, quando já aparecia na política local. Era um radical responsável por vários sucessos durante o governo revolucionário e, desde setembro de 1822, exercia a função de Governador das armas. De acordo com Marcus Carvalho, tinha grande apoio da tropa<sup>176</sup> e estava desafiando o poder da Junta.<sup>177</sup>

---

<sup>173</sup> Segundo Morel, apenas em fins da década de 1830. Já se pode observar um Brasil mais coeso, com muitas diferenças regionais, mas um Brasil aonde a “integração torna-se mais visível que a desunião” MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005 p.154.

<sup>174</sup> *Ibidem*.

<sup>175</sup> ARQUIVO NACIONAL Série Interior IJJ 9 247 23 de dezembro de 1822 f.150.

<sup>176</sup> CARVALHO, Marcus Rumores e Rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848 in: **Tempo** vol 3- n°6 Rio de Janeiro, 1998. p.6

<sup>177</sup> A situação ficou complicada na virada do ano, quando segundo o periódico a *Gazeta Pernambucana*, em primeiro de janeiro de 1823 mandou prender cento e oitenta europeus que foram soltos no dia seguinte devido a ação de mais de cinquenta rapazes a favor dos presos. Em 6 de janeiro ele foi deposto em parte pelo seus desvarios e em parte pelas demonstrações de afeto das camadas populares sendo reintegrado no mesmo dia devido a ação de uma comissão de militares negros. Em 8 de janeiro saiu pelas ruas com uma multidão de pardos e pretos, “quase todos esfarrapados, ébrios e descalços” gritando contra o Governo e

O apoio da tropa e do “povo” ao governador das armas foi relatado pelo periódico *Gazeta Pernambucana* como fonte de inúmeros problemas e distúrbios na cidade, alguns deles envolvendo os festejos. Um deles aconteceu em 22 de janeiro de 1823, nas comemorações do aniversário da Imperatriz<sup>178</sup> houve uma Grande Parada, que, segundo o periódico, contou com a presença de uma “multidão de gente mais vil.”<sup>179</sup>

Por mais que no início da década as “festas constitucionais” tenham ganhado força, a opção por uma monarquia exigia a manutenção das festas em homenagem a família real. Segundo o periódico *Gazeta Pernambucana*, depois do Presidente da “Junta dos Matutos” ter dado Vivas ao Imperador e sua consorte, o povo respondia com “Viva Pedroso, nosso Governador das Armas! que correspondia com mil cortejos”<sup>180</sup> Mesmo sem o periódico fazer referência a presença das elites, muitos membros da aristocracia pernambucana também deviam estar presentes, talvez alguns também o apoiassem. Como afirma Marcelo Mac Cord, Pedro Pedroso “não teria ascendido sem a proteção de grupos da elite e sem o temor de alguns de seus adversários não brancos.”<sup>181</sup>

Ao saudar um militar que estava desafiando a autoridade da Junta, como destaca a historiadora Carla Simone Chamon para atitudes semelhantes, o “povo” deixava claro que “não estava ali apenas para receber passivamente a mensagem do poder.”<sup>182</sup> Muito além de cumprir com o papel geralmente destacado nos documentos sobre as festividades: o fervor público, a parcela da população que se fez presente nesse festejo, resolveu usar o seu entusiasmo para demonstrar o apoio a Pedroso em um dia de festa oficial organizada pela Junta de Governo.

Na festa da Restauração Pernambucana dos holandeses, em fevereiro de 1823, segundo Luis Geraldo da Silva, Pedro Pedroso estava em uma das palhoças rodeado de pretos e pardos, comendo, bebendo e ouvindo música com uma negra sentada no

---

que não devia se dar entrada para o novo Governador das Armas enviado pelo Imperador. VER: *Gazeta Pernambucana* 21 de fevereiro de 1823 e SILVA, Luiz Geraldo, *Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação (Pernambuco, 1770-1830)* in: In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Op. Cit** p. 518.

<sup>178</sup> Instituído como de Grande Gala pelo decreto de 21 de dezembro de 1822Esse decreto definiu os dias de gala do país Ver SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011..pp.60 a 63.

<sup>179</sup> *Gazeta Pernambucana* 25 de março de 1823.

<sup>180</sup> *Ibidem*.

<sup>181</sup> MAC CORD, Marcelo. **O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005 p. 199.

<sup>182</sup> CHAMON, Carla Simone **O Cenário da Festa**. Festa Cívica em Minas Gerais no século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, n.19, p. 183-204, 1998.p. 192.

colo.<sup>183</sup> No Recife, nos tempos de festa, se construía mocambos de palha nas proximidades.<sup>184</sup> Semelhante ao que Martha Abreu destaca para a festa do divino no Rio de Janeiro, era ali onde ocorria a diversão preferida do “povo.”<sup>185</sup>

Pedroso aproveitava o momento da festa para divertir-se, e como afirma Marcus Carvalho, teria “chamado as autoridades que por ali passavam para se juntarem a ele. No ato daquele insólito convite a donos de terra e gente, teria dito: – Sempre estimei muito esta cor, é a minha gente.”<sup>186</sup> Como bem analisa Luiz Geraldo Silva, Pedroso “não apenas parecia um hábil manipulador de identidades políticas, mas também de identidades raciais.”<sup>187</sup>

De acordo com Luiz Geraldo da Silva, em fevereiro eclodiu uma sedição contra a Junta de Governo liderada por Pedro Pedroso que conseguiu tomar o controle da cidade do Recife.<sup>188</sup> Segundo o periódico *A Gazeta Pernambucana* ele “estabeleceu e sustentou por nove dias uma República Democrática.<sup>189</sup> Depois que Pedroso foi derrotado, outro momento de registros de festejos na documentação do governo provincial foi em julho com a “restauração da Bahia.”<sup>190</sup>

Um ofício da Junta do Governo solicitou a Fazenda liberasse cera para que os tribunais participassem da iluminação de três dias que se faria na cidade pela “restauração da Bahia”, e segundo o periódico a *Gazeta Pernambucana*, de 14 de agosto de 1823, além dos ritos oficiais, várias casas organizaram jantares e “outras demonstrações de alegria”.<sup>191</sup> Alguns dias depois das comemorações oficiais pela independência da Bahia, no dia 19 de julho, a “Mocidade” de Pernambuco pediu licença para fazer um enterramento simbólico do General Madeira, responsável pela campanha portuguesa na disputa pela independência da Bahia. Bem provavelmente nessas festas coletivas não oficiais da juventude, como afirma Michel Vovelle, aparecia às contestações e tensões.<sup>192</sup>

Nos casos analisados pela historiografia, os enterramentos aconteceriam para celebrar o fim de um governo ruim. Como afirma João José Reis o funeral sem morte

<sup>183</sup> SILVA, Luís Geraldo. **Negros Patriotas**. *Op. Cit* p.518.

<sup>184</sup> IAHGPE. Livro 75. Atas de 1838 a 1844 04 de março de 1839. f. 23.

<sup>185</sup> ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999. pp.71-72.

<sup>186</sup> CARVALHO, Marcus Rumores e rebeliões *Op. Cit.*p.6

<sup>187</sup> SILVA, Luiz Geraldo. **Negros Patriotas** *Op. Cit.*p.517

<sup>188</sup> *Ibid.* p. 518.

<sup>189</sup> GAZETA PERNAMBUCANA. 25 de março de 1823

<sup>190</sup> APEJE R.Pro 8.1 9 de julho de 1823 f.92v.

<sup>191</sup> APEJE R.Pro 8.1 9 de julho de 1823 f.92v e *Gazeta Pernambucana* 14 de agosto de 1823.

<sup>192</sup> VOVELLE, Michel. **Les Metamorphoses** *Op. Cit* p. 25.

era um ritual político e subversivo.<sup>193</sup> Pela descrição da *Gazeta Pernambucana* de agosto, a frente do cortejo iam homens vestidos de padres, de sobrepeliz e barrete levando archotes acesos nas mãos. Às vestes eclesiásticas somavam-se duas alas com pessoas carregando cereais, vassoura, um abano e uma panela de fogo com que queimavam alcatrão, seguidos de um falso Padre Gordo com grandes óculos e livro.<sup>194</sup>

Ao invés de rezar, todos repetiam palavras de despedidas com zombarias que enfatizavam que Portugal não era capaz de dominar sequer uma província do Brasil.<sup>195</sup> Esse cortejo foi acompanhado por uma grande parte da população e por uma música do segundo Batalhão que tocava marchas fúnebres. Passaram pela porta de várias pessoas, simulando o ritual dos sepultamentos verdadeiros e por fim enforcaram a esquife do general e proferindo uma oração fúnebre citando os crimes dos lusitanos.

Segundo o periódico *A Sentinela Da Liberdade na Província de Pernambuco*, em 9 de agosto de 1823 chegou a notícia da troca do ministério em julho.<sup>196</sup> Muitos teriam festejado na cidade de forma espontânea como podemos ver no trecho abaixo:

As notícias do Rio de Janeiro chegadas em uma fragata Francesa, a respeito da mudança no Ministério, produziram um efeito admirável nesta Capital de Pernambuco: O Recife e suas aderentes Santo Antônio e Boa Vista espontaneamente se iluminaram na mesma noite do dia 9, e o povo rompeu em vias e aplausos, demonstrações do júbilo em que nadavam os corações: por aquela novidade a mocidade de repente formando músicas com muitos archotes acesos divagaram pelas ruas apresentando um admirável espetáculo: aquela espécie de coreto era acompanhado por mais de 400 pessoas, gente de todas as ordens, que entre mil aplausos soltavam foguetes ao ar e proclamavam – Viva o Imperador Constitucional Liberal- Viva o Soberano Onipotente Congresso do Brasil- Viva a Constituição- Morra o Apostolado etc.<sup>197</sup>

Para o periódico essa era uma demonstração pública de como a província sofria

---

<sup>193</sup> Segundo Adriana Romeiro essa era uma prática proveniente da matriz portuguesa que havia florescido na Minas setecentista e analisa o enterramento feito na despedida do governador que teria feito um mau governo ROMEIRO, Adriana. O enterro satírico de um governador: festa e protesto político nas Minas setecentistas in: JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001 pp.301 a 312 Na Bahia foi feito um enterramento de um Juiz de Paz em 1829 quando de sua transferência, onde também se festejava a queda de um déspota local. REIS, João José. **A morte é uma festa ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 pp.165-166

<sup>194</sup> *Gazeta Pernambucana* 14 de agosto de 1823

<sup>195</sup> *Ibidem*.

<sup>196</sup> Ocorrida em 17 de julho, ver: Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Organizações e programas ministeriais desde 1822 a 1889** : notas explicativas sobre moções de confiança, com alguns dos mais importantes Decretos e Leis, resumo histórico sobre a discussão do Acto Adicional, Lei de Interpretação, Código Criminal, do Processo e Commercial, lei de terras, etc., etc., com vários esclarecimentos e quadros estatísticos. Rio de Janeiro : Imprensa. Nacional. 1889 p.7

<sup>197</sup> *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* 13 de agosto de 1823

nas mãos do ministério.<sup>198</sup> Pela descrição, rapidamente a população conseguiu preparar a cidade e juntar-se para festejar uma notícia que era motivo de regozijo para os liberais pernambucanos.

Em outubro, pouco antes do aniversário da aclamação, o Governo recebera notícias da "restauração do Maranhão". A população comemorou com muito júbilo o que, segundo o relato da Junta enviado a Corte, se percebia "nos semblantes de todos, procedido da Solenidade do Dia, e aumentado por aquela notícia tão satisfatória."<sup>199</sup>

As tensões em Pernambuco aumentaram com as atitudes de Dom Pedro em fins de 1823: dissolução da Assembleia Constituinte, instituição da presidência de província e medidas contra a liberdade de imprensa. Luiz Geraldo da Silva argumenta que, em dezembro daquele ano, a província estava a um passo da guerra civil.<sup>200</sup> Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o último membro da "junta dos matutos" foi entregue o governo.<sup>201</sup>

O Comandante de Armas relatou, em ofício enviado em fevereiro de 1824 ao Ministro de Guerra, alguns dos problemas que ocorriam na província, entre eles a desobediência de parte das tropas, mas que a província estava em paz. Depois de exaltar sua ação estratégica na condução do controle da província, relata que descobriu que na Corte eram espalhados boatos a seu respeito. Era acusado de haver se desfeito de uma insígnia oficial da ordem do cruzeiro, instituída em dezembro de 1822.<sup>202</sup>

Para esclarecer a situação em seu ofício, explicava que não era visto cotidianamente com a insígnia, pois como os outros cidadãos apenas a usava em dias de gala ou representação. Apontando como testemunho que o fez em duas importantes festas ocorridas no início de 1824, o aniversário da Imperatriz e a restauração dos holandeses,<sup>203</sup> sem fazer menção a confusões nessas festas. Mesmo a cidade já estando com os ânimos exaltados com as atitudes de Dom Pedro, principalmente com relação a constituição.

Em 1824, como afirma Luiz Geraldo da Silva, as tensões aumentaram com a recusa dos pernambucanos em aceitar a nomeação do primeiro presidente da província

---

<sup>198</sup> *Ibidem*

<sup>199</sup> Documentos relativos aos acontecimentos revolucionários e outros objetos da Província de Pernambuco o dos anos de 1823 e 1824 [Manuscrito] Assina Paes Barreto, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manoel - Bessa de Mello Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1428445/mss1428445.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428445/mss1428445.pdf)

<sup>200</sup> SILVA, Luís Geraldo. Um projeto *Op. Cit.* p.209

<sup>201</sup> *Ibidem*.

<sup>202</sup> AN Fundo Instituto Nacional da Previdência Social. Caixa 613 6 de fevereiro de 1824

<sup>203</sup> *Ibidem*

Francisco Paes Barreto.<sup>204</sup> Em julho foi deflagrada a Confederação do Equador, um movimento que lutou contra os exageros de poder no Imperador, e entre julho e setembro conseguiu tomar a cidade e instaurar um novo governo que tinha entre seus líderes participantes ativos de 1817, como Manoel de Carvalho Paes de Andrade e Frei Caneca,<sup>205</sup>

Infelizmente, na documentação pesquisada há pouco sobre o uso da festa pelos rebeldes. Sabemos pelo relato de José de Barros Falção de Lacerda, responsável pela expedição que derrotou o movimento em 12 de setembro de 1824<sup>206</sup> que ao menos as festas religiosas aconteciam com a iminência da chegada da repressão. Ele escreveu que uma das coisas que garantiram o sucesso da sua empreitada foi o fator surpresa. Pois, em consequência de uma festa religiosa que acontecia em Recife acompanhada de muito barulho e repiques de sinos, os confederados ignoraram a marcha do Exército até que eles chegassem ao bairro de Afogados, perto demais dos bairros centrais para que eles conseguissem organizar uma defesa.<sup>207</sup>

Segundo o ofício do governador de Pernambuco, Francisco de Lima e Silva, após a derrota da Confederação do Equador, em 18 de setembro de 1824, se celebrou um *Te Deum*. Ele também deu ordens para que se iluminasse a cidade por três dias e enviou um ofício ao Comandante Interino da Esquadra surta no Lameirão David Jovvett para que o ato fosse mais solene desse uma salva de 101 tiros dados pelas embarcações da divisão do seu comando e pelas Fortalezas da Cidade.<sup>208</sup>

Além das comemorações pelo fim da Confederação do Equador, em setembro o presidente da província também organizou comemorações para festejar o

---

<sup>204</sup> SILVA, Luís Geraldo. **Um Projeto Para A Nação**. *Op. Cit* p.210 Em retaliação, o Imperador ordenou um bloqueio ao porto, que só foi suspenso devido ao temor de uma possível invasão de navios portugueses no Rio de Janeiro. Como afirma Amy Caldweel, no dia 1 de julho os navios imperiais saíram do Recife e no dia seguinte Manuel de Carvalho lançou o manifesto da Confederação do Equador ver: FARIAS, Amy Caldweel. *Mergulho no Letes: uma reinterpretação político histórica da Confederação do Equador*. Porte Alegre: EDIPUCRS, 2006 p. 27

<sup>205</sup> Durante o governo revoltosos convocaram uma assembleia e lançaram uma carta constitucional, priorizando o poder legislativo. Foi um movimento urbano que com o seu radicalismo, de forma semelhante a 1817 perdeu adeptos entre as classes dominantes. Em agosto teve início uma violenta repressão que condenou alguns dos principais líderes a morte. ver., SILVA, Luís Geraldo, **Um Projeto para a Nação** *Op. Cit.* e FARIAS, Amy Caldweel. **Mergulho no Letes**, *Op, Cit* p. 27

<sup>206</sup> De acordo com o livro UM CONTEMPORÂNEO. Exposição dos Serviços prestados pelo coronel José de Barros Falção de Lacerda, em diferentes províncias do império, desde 1788 até 1848 com especialidade nos anos de 1817, 1821, 1822, 1823 e 1824. Pernambuco : Typographia de M. F. de Faria, 1849. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5340>

<sup>207</sup> Biblioteca Nacional. **Documentos relativos aos acontecimentos revolucionários e outros objetos da Província de Pernambuco dos anos de 1823 e 1824** [Manuscrito] p.6 e 26 [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/cmc\\_ms618\\_12\\_39/cmc\\_ms618\\_12\\_39.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_12_39/cmc_ms618_12_39.pdf).

<sup>208</sup> APEJE Ofícios do Governo 25 17 de setembro de 1824 f.25v e 26.

reconhecimento da independência pelos Estados Unidos da América, primeiro país a reconhecer a nova situação institucional, especialmente frente ao posicionamento da Santa Aliança de não aceitação da independência das ex-colônias. O presidente da província enviou ofícios em 25 de setembro de 1824 convidando os oficiais e publicou um bando para garantir a presença do povo nas “públicas demonstrações de contentamento”<sup>209</sup> a se realizarem no Palácio do Governo.

No livro de Registros da Câmara de Olinda há um ofício recebido da Câmara Municipal do Recife em 26 de novembro de 1824 convidando aos membros para festejar o aniversário da coroação do Imperador e fazer o juramento da Constituição em 1 de dezembro.<sup>210</sup> Nesse mesmo livro também registraram um edital onde eram convidada todas “as Autoridades e Cidadãos de todas as classes” para a Sala do Palácio do Governo no dia 1º de dezembro, de onde partiram para a Igreja Matriz de Santo Antônio para prestar juramento ao “novo pacto de aliança que há de consolidar a estabilidade do trono imperial, e firmar para o sempre a glória da nação brasileira”.<sup>211</sup>

Cada conquista que ajudasse a consolidar a nova situação do Brasil precisava ser comemorada e deveria servir para reforçar a unidade ainda não consolidada, seja no cenário externo ou mesmo no interno. Os vereadores de Olinda enviaram um ofício para a Câmara do Recife no dia 27 de novembro, onde se desculpavam por não poder comparecer ao ato, pois seu estandarte não estava pronto e julgavam que não podiam “se apresentar com indignidade em uma tão pomposa função”.<sup>212</sup> Para o governador da província era essencial que os representantes das principais Câmaras Municipais estivessem juntos no juramento e ordenou por ofício de 27 de novembro que fossem com as armas do Senado.<sup>213</sup> Após a Confederação do Equador, era ainda mais importante que autoridades e cidadãos se mostrassem unidos para esse ato solene de demonstração de fidelidade ao Império ao jurarem a Constituição.

Em um clima de paz aparente, segundo Samuel Campelo, no Natal de 1824 os oficiais da expedição pacificadora decidiram promover espetáculos teatrais para celebrar tão importante data cristã. Como os atores haviam saído da cidade devido ao

---

<sup>209</sup> APEJE Ofícios do Governo 26 25 de setembro de 1824 f.4v e 5

<sup>210</sup> APEJE. Diversos III- 12 26 de novembro de 1824 f. 250.

<sup>211</sup> *Ibid.* f.250v a 251v.

<sup>212</sup> APEJE. **Diversos III- 12** 27 de novembro de 1824 f.251v e 252.

<sup>213</sup> *Ibid* f.252 e 252v.

conflito, foi necessário dar um salvo conduto para um ator que foi sargento dos confederados.<sup>214</sup>

Logo no início de 1825, o governador da província convidou por um ofício os membros do Senado e os funcionários da Câmara para aplaudirem no dia 9 de Janeiro, o dia do Fico com solenidade e pompa.<sup>215</sup> Alguns dias depois, em 13 de janeiro foi o dia da execução de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, um dos principais líderes da Confederação do Equador, transformando-se em um grandioso espetáculo público<sup>216</sup> demonstrando a força do Estado Nacional.

Após esse momento inicial de rigorosas punições, estando assegurada a derrota do movimento, a população local precisava esquecer os problemas ocasionados pelo tempo de conflito armado: carestia, violência, restrições das liberdades, espetáculos punitivos entre outros. Em fevereiro soube-se por fontes não oficiais do reconhecimento português da independência e a província se encheu de demonstrações de regozijo. O Senado da Câmara do Recife escreveu para o Imperador informando do júbilo que se instaurou na província, ressaltando a sua contribuição para o sucesso da causa da independência e integridade do Império, e aproveitou a ocasião festiva para intervir a favor dos envolvidos na Confederação. Segundo os vereadores, “enquanto a Província exulta por tal motivo de Festa Nacional, ainda existe uma parte dela que geme temerosa de ver alçado sobre suas cabeças o formidável cutelo da justiça punitiva.”<sup>217</sup>

O despacho do ministro ressaltava que o Imperador não podia receber as felicitações da Câmara por não ter notícias oficiais do reconhecimento, mas ressaltava que o Imperador estava usando da sua clemência com os criminosos.<sup>218</sup>

No final do ano, o Tratado de Reconhecimento da Independência foi comemorado pelas Câmaras Municipais de Recife e Olinda. Em 05 de novembro, os membros da Câmara do Recife convidaram por ofício os membros da Câmara de Olinda para comparecerem às festividades programadas para ocorrerem entre os dias 13 e 15, na Igreja do Corpo Santo, “pelo feliz reconhecimento do Brasil à categoria de Império

<sup>214</sup> CAMPELO, Samuel. O Teatro em 1824 n: **Revista do IAHGPE** vol 26 1924. pp.386-388.

<sup>215</sup> IAHGPE. **Livros ofícios da presidência 1824-1829**, 7 de janeiro de 1825.

<sup>216</sup> No dia 13 de janeiro de 1825 deixou o oratório para o cumprimento de sua sentença de morte. Seguiu para a execução em um cortejo que durou mais de uma hora, e passou por importantes ruas da cidade, como a Rua do Crespo, Rua do Queimado, Rua do Livramento, Rua Direita. Ainda teve que participar da cerimônia de degradação e depois as recusas dos algozes, até a sua execução por fuzilamento. O povo lotou as ruas da cidade, segundo Gilberto Vilar uns choravam outros aplaudiam a vitória do Imperador. Ver: VILAR, Gilberto. **Frei Caneca: gesta da liberdade 1799-1825**. Rio de Janeiro, Mauad, 2004 e MOREL, Marco. **Frei Caneca: entre Marília e a pátria** Rio de Janeiro. FGV. 2000.

<sup>217</sup> AN Série Interior IJJ 9 614 19 de fevereiro de 1825 folhas avulsas.

<sup>218</sup> AN Série Interior IJJ 9 614 Despacho 18 de março de 1825 folhas avulsas.

Independente.”<sup>219</sup> Em 8 de novembro, os membros do Senado de Olinda aceitaram tal convite e também chamaram os membros da Câmara do Recife para as que organizariam com o mesmo motivo entre os dias 10 e 12.

Somando-se as festas das duas Câmaras, foram seis dias de comemorações. Segundo Antero José Ferreira de Brito, Governador de Armas em ofício enviado para o ministro de guerra foram dias de grande regozijo.<sup>220</sup> Como as cidades eram muito próximas os festeiros mais empolgados podem ter aproveitado todos esses dias de patriotismo e diversão.

Na década de 1820 as festas foram um caminho para a consolidação das novas fases de poder. Não parou de ter festa desde 1817 até 1824, mesmo nos períodos mais críticos da consolidação do Estado. Tudo o que estava acontecendo era refletido num processo festivo, na rua e nas igrejas. O “povo” reconhecia a festa ao seu modo e os senhores de engenho, escravos, comerciantes, padres, autoridades, cada um no seu limite aproveitou e usou as festas para apoiar os seus interesses.

### 1.3 As Festas “Ocasioneis” Nas Décadas De 1830 E 1840

Em 1826 uma lei de 9 de setembro instituiu um calendário de festividades nacionais. As datas instituídas pelo Estado Imperial passaram a ser referência para as comemorações cívicas e passaram a ser comemoradas de forma anual e rotineira, como define Ângela Maria Cardoso.<sup>221</sup> A mobilização política nos festejos aconteceria então de forma mais planejada e sistemática. Sem dúvida, a partir daí, há também um aumento dos registros na documentação que localizei e pesquisei.

Os jornais participaram intensamente das notícias das festividades, tornando-se lugares públicos para a divulgação das festas, comemorações e marcos políticos, sendo eles os criadores das práticas que pesquisamos. Por esse motivo precisamos fazer uma escolha metodológica nesse item. Entre os periódicos da década de 1830 apenas usamos do *Diário de Pernambuco*, o único periódico que circulou por quase todo o recorte

<sup>219</sup> APEJE Diversos III-11 Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 05 de novembro de 1825. f.37

<sup>220</sup> AN Caixa 742 Confederação do Equador 16 de novembro de 1825.

<sup>221</sup> CARDOSO, Ângela *Op. Cit* p.554

temporal desse trabalho, começando em 1825, ainda que só tenhamos tido acesso aos números completos a partir do ano de 1829.<sup>222</sup>

No final da década de 1820 as discussões políticas ressurgiram nas páginas dos jornais de Pernambuco, entre eles o *Diário de Pernambuco*. Entre elas estavam o debate sobre o constitucionalismo e as acusações quanto ao comportamento absolutista de Dom Pedro. As disputas entre os chamados portugueses e brasileiros voltaram a ser fortes em todo o Brasil. Entretanto, o editor do *Diário de Pernambuco* assegurava que os conflitos que antecederam a abdicação não levaram a grandes levantes na província, mesmo após a noite das garrafadas no Rio de Janeiro.<sup>223</sup>

Ainda pelo editor do *Diário de Pernambuco*, ouvia-se falar de “uma efervescência geral nas províncias” do Brasil, com insultos gratuitos, pasquins incendiários, luminárias, “gritos inconstitucionais”, ajuntamentos ilegais.<sup>224</sup> Entretanto, em Pernambuco ele afirmava que a população permanecia “tranquila”, nem ao menos os gritos de “Viva a Federação” tinham retumbado na cidade.<sup>225</sup>

Como defende Miriam Dolhnikoff, a história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi marcada pelas disputas entre os defensores do centralismo e do federalismo, revelando a enorme “tensão entre unidade e autonomia.”<sup>226</sup> Os que apoiavam a unidade e o imperador eram chamados de absolutistas. Às vésperas da abdicação de D. Pedro I, eles ocupavam cargos-chaves na província. Entre eles, o Governo das Armas, ocupado por Bento José Lamenha.

De acordo com Manuel Correia de Andrade, Lamenha era um dos absolutistas que ocupavam cargos de poder em Pernambuco e tinha por hábito indicar os seus

---

<sup>222</sup> Em 1835 houve uma transformação importante no *Diário de Pernambuco*: o seu fundador passou a propriedade do jornal para Manuel Figueiredo de Faria, que o transformou em órgão oficial dos governos da província.<sup>222</sup> Além das notícias sobre as festas que já apareciam sob a forma de correspondências e anúncios, também passamos a usar o jornal como uma fonte para as correspondências oficiais do governo que tratavam sobre os festejos. O jornal à época da Insurreição Praieira, no fim da década de 1840, passou a apoiar os conservadores e durante o governo praieiro perdeu o status de órgão oficial.

<sup>223</sup> Uma disputa ocorrida no Rio de Janeiro em um clima de forte tensão entre as diferentes facções. Os que apoiavam Dom Pedro organizaram uma festa no seu regresso de Minas Gerais. As provocações ocorridas nos festejos acabaram em garrafas e outros objetos atirados para todo lado. Ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002 pp 13 a 17

<sup>224</sup> *Diário de Pernambuco* 18 de abril de 1831.

<sup>225</sup> *Ibidem*.

<sup>226</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005. p. 11 As elites defendiam um modelo em que as elites provinciais tivessem autonomia para gerir suas províncias e representações no governo central, mas que não oferecesse um grau de liberdade que colocasse em risco a integridade nacional. Ver: *Ibid passim*

partidários para cargos chaves, tolhendo as ações dos liberais.<sup>227</sup> Sua política de vigilância nas ruas envolvia a organização de muitas patrulhas, com tropas armadas de baionetas, inclusive para a supervisão das missas. Rito sagrado e essencial para as sociabilidades no Recife Oitocentista, as missas eram um local frequentado por todos. Bem suspeitava o Governador que ali poderiam se articular movimentos de contestação, ou possibilitar conversas perigosas.

O editor do *Diário de Pernambuco*, ainda em 18 de abril de 1831 denunciava o controle seletivo implementado pelo Governador. O comandante de armas dava proteção aos absolutistas<sup>228</sup> e permitia que politizassem os locais costumeiros de sociabilidade da cidade. Como exemplo o jornal fala de um encontro no beco do peixe frito e quartel da polícia, “onde se deu um jantar, em que se fizeram altos gritos, brindes ao Imperador inconstitucional e absoluto, e outros semelhantes; o que ficou impune, como era de esperar.”<sup>229</sup>

No mesmo artigo, o editor do *Diário de Pernambuco* relatou que, no sábado de aleluia (1 de abril de 1831) um Judas em forma de calangro enforcado. A malhação do Judas era uma das práticas de divertimentos populares característica desse dia da semana santa. O boneco era espancado até ser destruído e muitas vezes representava figuras públicas, alvos prediletos da zombaria. Este em especial zombava dos liberais constitucionais.

O editor do *Diário de Pernambuco* afirmava que o objetivo era causar confusão, ao vestir um Judas como se vestiam os que lutavam pela causa brasileira à época da independência da Bahia, os calangros. Segundo ele, a intenção era “poder ocasionar rixas surge a sedição.”<sup>230</sup> Os insultados, nessa “efígie jocoseria” teriam os frustrado ao reagir apenas com um sorriso de desdém, afirmando “os traidores, que nos rodeiam, celebram hoje a festa de Judas seu patrão!”<sup>231</sup> O texto do editor usava essa atitude para exemplificar a disposição pacífica dos Pernambucanos.<sup>232</sup>

<sup>227</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. As sedições de 1831 em Pernambuco. *Revista de História*, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 337-407, dec. 1956 p.24;

<sup>228</sup> A essa disputa somava-se acusação do Imperador estar agindo autoritariamente sem respeito à Constituição, sendo o grupo que defendia Dom Pedro criticado por defender o absolutismo.

<sup>229</sup> *Diário de Pernambuco* 18 de abril de 1831.

<sup>230</sup> *Ibidem*.

<sup>231</sup> Na explicação do editor, calangro era o nome dado pelos portugueses aos independentes na Bahia no tempo da independência, mas esse era o epíteto dado aos liberais constitucionais. *Vocabulário Pernambucano* p.165 e *Diário de Pernambuco* 18 de abril de 1831.

<sup>232</sup> *Diário de Pernambuco* 16 de abril de 1831.

Difícil imaginar que essa tenha sido a única reação dos liberais. Talvez os liberais também possam ter zombado dos seus adversários com algum Judas, ou ao menos descontentado sua raiva desfazendo algum boneco que estava pendurado pelo Recife. Mesmo tendo exaltado a disposição pacífica em um longo texto, alguns dias depois o mesmo periódico denunciava na edição de 21 de abril, que o mês foi tenso entre os liberais constitucionais e os absolutistas, ainda antes das notícias da abdicação ocorrida no Rio de Janeiro no dia 7. Os liberais estavam até evitando sair na rua a noite, depois que alguns foram agredidos e a botica de um constitucional foi apedrejada.<sup>233</sup> A insatisfação com a atuação de Lamenha e alguns de seus partidários levou a um motim depois da chegada da notícia do regresso de D. Pedro I para Portugal, em meio às comemorações da abdicação.

O editor do *Diário de Pernambuco*, em 9 de maio de 1831 relatou sobre os festejos ocorridos entre os dias 4 e 8 de maio para celebrar esse fim, associando tais comemorações a uma “revolução” e conclamava a todos a cautela. Segundo o *Diário de Pernambuco*, no dia 4 de maio de 1831 chegou uma embarcação da Bahia com notícias da abdicação no Recife e um grande número de pessoas. Mais de 3000 teriam seguido com cortejos e festejos, acompanhados de músicas pelas ruas da cidade. A cidade se encontrava toda iluminada, e na noite seguinte a iluminação e os vivas teriam se repetido.<sup>234</sup>

A saída de D. Pedro I, como ressalta Marco Morel, enfraqueceu o “poder centralizador exercido com peso de séculos, possibilitando a explosão da palavra pública como nunca ocorrera no território (que se pretendia) brasileiro.”<sup>235</sup> Segundo o *Diário de Pernambuco*, no dia 6 de maio um pacote chegou com notícias oficiais sobre a abdicação. O Presidente da Província reuniu o Conselho de Governo para decidir como proceder. Enquanto deliberava, uma multidão se reuniu no largo e as músicas de todos os Corpos militares se postaram. Segundo Manuel Correia de Andrade os Conselheiros acharam justas as demonstrações de contentamento. A notícia deveria ser transmitida ao povo, mas se recomendava todo o cuidado para que não transformasse o regozijo em conflitos.<sup>236</sup>

Como descreve Manuel Correia de Andrade, o Presidente e o Conselho se puseram na Galeria do Palácio e deram vivas à Briosa Nação Brasileira, à Constituição,

---

<sup>233</sup> *Diário de Pernambuco* 21 de abril de 1831.

<sup>234</sup> *Diário de Pernambuco* 9 de maio de 1831.

<sup>235</sup> MOREL, Marco. O Período das Regências (1831-1840) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003 p. 24.

<sup>236</sup> ANDRADE, Maniel Correia *Op.Cit.* pp363-364.

à Assembleia Geral Legislativa e ao Imperador Pedro II e foram correspondidos com muito entusiasmo. Depois ordenaram que as bandas de música circulassem pelas ruas da cidade e o “povo” as seguiu em festa.<sup>237</sup> Certamente boa parte seguiu a sua banda favorita festejando pelo terceiro dia consecutivo.

Segundo o periódico *Diário de Pernambuco* de 9 de maio de 1831, parte da tropa ao saber das notícias oficiais não pode conter o entusiasmo e com “ a exaltação dos ânimos pela feliz notícia da retirada do Tirando do Brasil” e frente às atitudes de alguns líderes absolutistas, os festejos acabaram se transformando em um motim para a retirada de alguns desses nomes dos cargos que ocupavam, entre eles o Comandante das Armas, Lamenha. Ainda segundo o relato do periódico, cerca de 40 homens do Batalhão 18 da 1ª linha foram em marcha para Olinda, levando armas e cartuchames. A notícia deve ter corrido solta entre os festeiros que rodavam as ruas da cidade e segundo o editor do periódico, muitos deixaram os cortejos para se reunirem com os amotinados.

Segundo Manuel Correia de Andrade, o ajuntamento ganhou importância com a adesão de lentes do Curso Jurídico, oficiais, heróis da Confederação do Equador, estudantes, soldados de outras unidades, povo e paisanos armados.<sup>238</sup> No dia seguinte, o Conselho de Governo concordou em atender as reivindicações e demitir alguns dos “absolutistas.”<sup>239</sup>

Segundo Manuel Correia de Andrade, a notícia foi muito bem recebida entre os amotinados e pelas 10 da manhã a tropa e boa parte do ”povo” entrou no Recife em “perfeita ordem” e em marcha militar foram ao Palácio do Governo correspondendo com entusiasmo aos vivas patrióticos dados pelo Presidente.<sup>240</sup> Depois dessa marcha, segundo o *Diário de Pernambuco*, o grupo foi às ruas festejar de forma semelhante aos

<sup>237</sup> *Diário de Pernambuco* 09 de maio de 1831.

<sup>238</sup> Ainda no dia 6, o conselho enviou para Olinda, um de seus membros, Francisco de Paula, e seu secretário como mediadores. Segundo o *Diário de Pernambuco* de 09 de maio de 1831, depois de vários entendimentos, os amotinados enviaram uma representação ao Governo que pedia a demissão de alguns empregados públicos mal vistos pelo “povo”, entre eles o Comandante de Armas Lamenha. Em resposta, foram enviados outros Conselheiros: Gervásio Pires Ferreira e Manuel Zeferino dos Santos no dia seguinte. O presidente da Câmara do Recife, que já estava em Olinda, tentando persuadir a tropa a voltar para os quartéis, mas durante a noite a adesão ao motim cresceu. Ver: ANDRADE, Manuel Correia de *Op. Cit.* p. 365.

<sup>239</sup> As 5 da manhã do dia 7 de maio, os Conselheiros foram acompanhados do novo Comandante Interino das Armas, o Coronel Francisco Jacinto Pereira foram a Olinda comunicar a decisão de que alguns magistrados e oficiais superiores ligados ao grupo absolutista, foram removidos entre eles Lamenha, o que segundo Marcus Carvalho rachou a hierarquia de cima a baixo. CARVALHO, Marcus. O encontro da soldadesca desenfreada com os cidadãos de cor mais leviãos no Recife em 1831. *CLIO*, Recife, v. 1, n. 18, p. 109-137. 1998 pp. 114-116.

<sup>240</sup> ANDRADE, Manuel *Op. Cit.* p. 367.

dias anteriores em perfeita ordem, seguindo o mesmo ritual de antes do motim, circulando pelas ruas acompanhando as bandas militares.<sup>241</sup>

Ainda no dia 8, segundo o *Diário de Pernambuco*, “todos os Cidadãos” se reuniram na Matriz de Santo Antônio para celebrar um *te deum*, ordenado pela Câmara Municipal do Recife, e a noite mais festejos aconteceram pelas ruas, com cortejos e bandas de músicas pelas ruas da cidade.<sup>242</sup>

Entretanto, havia um clima de instabilidade social e econômica, segundo Marcus Carvalho, marcado por fortes tensões raciais, grave desmoralização entre os funcionários públicos e militares, que sofriam com castigos corporais, falta de pagamento e preterição de negros e pardos nas promoções. Além do grave problema de moedas falsas.

Como afirma Marcus Carvalho, desde o episódio de 6 de maio de 1831 “o governo temia a mobilização urbana junto com a tropa.”<sup>243</sup> E, de fato, outros motins eclodiram na província durante o período regencial, como a setembrizada (1831), novembrada (1831), carneiradas (1835), abriladas (1832). De qualquer forma, o “sete de abril”, nos anos seguintes, não deixou de ser comemorado pelos liberais como uma vitória dos brasileiros sobre o despotismo.

Em 1834 no anúncio da representação teatral realizada em homenagem ao dia 7 de abril anunciava-se que o Retrato de Dom Pedro II iria aparecer sobre um pedestal em cuja base estava escrita em letras iluminadas a seguinte quadra: “Pra que trema o Despotismo/ E sua Consorte vil/ Eis o talismã mais forte/ O Dia Sete de Abril”<sup>244</sup> Os encontros festivos continuariam a ser uma oportunidade para a articulação política, a divulgação de princípios e a organização de movimentos mais diretamente ligados à tomada do poder.

Em 1835, com o movimento conhecido como carneiradas, encontramos outro interessante exemplo na documentação da correspondência do Governador da Província. Os irmãos Carneiros tentaram usar as festas cívicas como oportunidade para recrutar apoio aos levantes, uma das ocasiões que eles tentaram foi na comemoração do dia 2 de dezembro de 1834. Segundo um ofício da presidência da província para o ministério,

<sup>241</sup> *Diário De Pernambuco* 09 de maio de 1831.

<sup>242</sup> *Diário de Pernambuco* 09 de maio de 1831, 13 de maio de 1831 e 16 de junho de 1831

<sup>243</sup> CARVALHO, Marcus. *O Encontro da Soldadesca. Op.Cit.* p. 120

<sup>244</sup> *Diário de Pernambuco* 5 de abril de 1834

eles aproveitaram uma grande parada organizada “para celebrar o aniversário de Dom Pedro Segundo” para tentar promover um levante.<sup>245</sup>

O líder da Legião das Guardas Nacionais do Recife, Tenente-Coronel Francisco Carneiro Machado Rios, o primeiro tenente de artilharia João Ribeiro Pessoa de Lacerda, e alguns juizes de paz teriam aproveitado o encontro com o Quarto Corpo de Artilharia de Posição da 1ª linha<sup>246</sup>, para ir até o campo e tentar convencer o batalhão a depor o Comandante das Armas. Segundo o Presidente da Província, saíram do campo por não conseguirem adesão ao seu intento. À noite, o Presidente da Província afirmou que teve notícias “de que tais oficiais, unidos a gente má, intentavam fazer algum atentado para levarem avante seus danados intentos de perturbar o sossego público.”<sup>247</sup>

Também em 1835 houve uma transformação importante no *Diário de Pernambuco*, o seu fundador passou a propriedade do jornal para Manuel Figueiredo de Faria. Este o transformou em órgão oficial dos governos da província.<sup>248</sup> Além das notícias sobre as festas que viemos trabalhando até aqui, também passamos a usar o jornal como uma fonte para as correspondências oficiais do governo que tratavam sobre os festejos, trazendo também muitos avisos sobre as festas do período.

Em 1836, após a vitória de Feijó, os Holanda Cavalcanti, uma das famílias mais importantes de Pernambuco<sup>249</sup> se organizaram em prol da regência da princesa Januária. Segundo o historiador pernambucano Manuel Cavalcanti Junior, uma lei de 30 de outubro de 1835 reconheceu a Princesa Januária como Segunda na linha de sucessão.<sup>250</sup>

---

245 Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE) Correspondência do presidente da província para o ministério 17.01.1835 n°1 in: Estado e Pernambuco Documentos do Arquivo do Governo, correspondência de 1835. Imprensa Oficial Recife. 1937

246 Na década de 1830, houve em Pernambuco um movimento conhecido por Carneiradas, o qual, segundo Wellington Silva, tratava-se de levantes militares que defendiam a bandeira liberal e que tinham por líderes os irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios, comandantes da Guarda Nacional. A primeira Carneirada ocorreu em janeiro de 1834 quando diversos batalhões da Guarda Nacional se reuniram no Campo dos Canecas. O movimento foi reprimido energicamente no dia seguinte, mas sem derramamento de sangue. Nos primeiros meses de 1835 ainda conseguiram fazer duas carneiradas. SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX.** Tese de doutorado Recife. Universidade Federal de Pernambuco. 2003 pp.21-22

248 O periódico passa a também divulgar os ofícios enviados pela presidência da Província, comando de armas, sessões da Câmara Municipal e da Assembleia legislativa (Depois da Sua fundação em 1836.)

249 Família desde o período colonial envolvida com a questão das terras e do açúcar, que no início do século se envolveu na Conspiração Suassuna, que ocuparam desde 1826 cadeiras na Câmara dos Deputados e por volta da década de 1840 os grandes nomes do poder em Pernambuco. Ver: CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado:** trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011

250 CAVALCANTI JUNIOR. Manuel Nunes. “O Egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837) Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós Graduação em História, 2015 p. 257

Em março de 1836, no seu aniversário de 14 anos, Januária ficou habilitada para fazer o juramento de manter a religião católica e a Constituição."<sup>251</sup> Segundo Manuel Cavalcanti Junior, no Recife, os irmãos Cavalcanti e seus aliados se organizaram para preparar grandes festejos e foram pessoalmente angariar adeptos e contribuições. O deputado Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque teria saído pelas vilas vizinhas com o argumento de divulgar os festejos, tentando aliciar agricultores para causa januarista.<sup>252</sup>

Frente ao entusiasmo dos donos do poder na província, grande parte da cidade se envolveu na festa. Segundo o historiador pernambucano Manuel Cavalcanti Junior, a grandiosidade da comemoração pode ser explicada pelo fato de que “a maior parte dos chamados januaristas pernambucanos eram oriundos da oligarquia dos Cavalcanti.”<sup>253</sup>

Diferente dos outros anos, o aniversário da princesa ganhou grande destaque nos periódicos. Segundo publicação do periódico *Diário de Pernambuco*, o aniversário foi comemorado com muito entusiasmo, além das honras de um dia de grande gala.<sup>254</sup> A grandiosidade da comemoração, de acordo com Manuel Cavalcanti pode ser explicada pelo fato de que “a maior parte dos chamados januaristas pernambucanos eram oriundos da oligarquia dos Cavalcantis,”<sup>255</sup> uma das famílias mais importantes da província que dominava a política local.

Segundo texto que ocupou a primeira página da edição de 14 de março de 1836 do *Diário de Pernambuco*, as bandas de músicas militares percorreram as ruas que estavam iluminadas. Na manhã do dia 11, a “sociedade de brasileiros” convidou as principais autoridades, funcionários públicos e um bom número de cidadãos para um *Te Deum* na Matriz de Santo Antônio, que estava ricamente ornada, como era costume nos dias de festa com maior adesão popular.<sup>256</sup>

---

<sup>251</sup> Que o fez em uma sessão conjunta da Câmara e do Senado em 04 de agosto de 1836. *DIÁRIO DE PERNAMBUCO* 14 de março de 1836 Segundo, Manoel Nunes Cavalcanti Jr, o pernambucano Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque apresentou ainda em 1835 uma proposta para a antecipação da maioridade da princesa, no ano seguinte solicitou uma sessão conjunta que a princesa fosse reconhecida como regente, mas na reunião ela fez o juramento apenas como herdeira presuntiva do trono CAVALCANTI JUNIOR. Manuel Nunes. “O Egoísmo, *Op. Cit* p.238

<sup>252</sup> *Ibidem*

<sup>253</sup> *Ibid.*p. 246

<sup>254</sup> *Diário de Pernambuco* 11 de março de 1836

<sup>255</sup> CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. “O Egoísmo, *Op. Cit* p. 246

<sup>256</sup> *Diário de Pernambuco* 14 de março de 1836

Os liberais <sup>257</sup> foram acusados no texto do editor do *Diário de Pernambuco* de tentar incutir no “Povo” a desconfiança sobre a realização dessa festa, fazendo circular pela cidade o boato que se pretendia aclamar o despotismo. Mas segundo o texto do periódico:

o Povo, o experimentado Povo, já os conhece; não crê mais em tais hipócritas, e com justa indignação despreza seus embustes! Pelas dez horas do dia começou o Templo, que estava rica, e majestosamente armado, a encher-se de numerosos Concurso: o Excelentíssimo Sr. Bispo, os Excelentíssimos Senhores Presidentes desta Província e da do Pará, todos os Senhores Cônsules, e Vice Cônsules Estrangeiros, todos os Senhores Desembargadores, muitos empregados Público, quase todos os Senhores Negociantes e um número considerável da Oficialidade Militar, enfim mais de setecentos Cidadãos ricamente vestidos, entre os quais se distinguiam onze Comendadores, dois criados do Paço, e quarenta e seis Cavaleiros das diversas ordens militares. <sup>258</sup>

O editor destacava que a Igreja, uma das maiores do Recife, estava tão cheia que respirar. Ao fim do ato religioso, o *Diário de Pernambuco* publicou que “numerosas girândolas de fogo, e repiques de sinos advertiram que o festejo continuava”. As tropas, que tinham formado grande parada na praça da Boa Vista, seguiram até a rua do Colégio, onde ficava o Palácio do Governo. Segundo convite oficial da Presidência da Província do dia 5 de março, mas onde na sala do docel se faria o cortejo ao retrato de D. Pedro II <sup>259</sup>. Mesmo a festa sendo em homenagem a princesa, os relatos não ressaltaram uma campanha para nova regente.

Segundo o relato do *Diário de Pernambuco* do dia 14 de março, o cortejo foi acompanhado de três bandas militares ao som do hino nacional. Ao fim do rito, as tropas deram três salvas. Logo depois, o Comandante de Armas deu vivas à Constituição, ao Imperador e a Família Imperial. “O povo da rua” teria correspondido com entusiasmo, da mesma forma as mulheres nas varandas dos sobrados. Apesar de a festa ser em homenagem a princesa, também deram vivas a Feijó, às tropas pernambucanas e ao Presidente da Província, que também foram correspondidos com

---

<sup>257</sup> A posse de Feijó em outubro de 1835 coincidiu com um novo arranjo entre os partidos políticos pernambucanos. Iniciava-se um processo de surgimento de novos termos: aos poucos as velhas designações que até então dominavam o cenário político local (*moderados, exaltados e restauradores*) passaram a dividir o espaço com outras que caracterizarão a polaridade que começava a predominar na política nacional e local. Os políticos se dividirão entre regressistas e progressistas. Os moderados assumirão seu posicionamento ao lado do *progresso*, enquanto os Cavalcanti e os antigos restauradores ligados a Araújo Lima ficarão com o *regresso*. CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. “O Egoísmo, *Op. Cit* p. 239

<sup>258</sup> Diário de Pernambuco 14 de março de 1836

<sup>259</sup> Diário de Pernambuco 7 de março de 1836

entusiasmo. Os vivas eram uma prática na qual as disputas pela linguagem criada pelas festas se tornavam evidentes para todos os presentes.

À noite, a apresentação no teatro foi bastante concorrida. Os retratos de D. Pedro II e de D. Januária foram saudados, ao lado da Constituição, e a princesa pelo presidente da província. Mal o público tinha respondido aos vivas do Juiz de Paz do primeiro distrito, que estava em um dos camarotes, deu vivas a Feijó e ao Presidente da Província, correspondidos apenas por alguns espectadores da plateia, de onde um oficial militar logo deu vivas a D. Januária, e o entusiasmo desenvolveu-se novamente.<sup>260</sup>

Segundo a tese de Manuel Cavalcanti Junior, a imprensa ligada aos liberais, no entanto, afirmava que não tinha ocorrido apoio popular no Recife, poucas casas tinham se iluminado no dia 10, e que os únicos vivas correspondidos com entusiasmo no Palácio foram dados ao regente, ao presidente da província, ao Comandante das Armas e às tropas pernambucanas. Entretanto, no teatro os vivas dados D. Januária, também foram respondidos com entusiasmo.<sup>261</sup>

Alguns anos depois, como afirma Ilmar Matos, com vistas a deter o Regresso, os liberais foram as ruas em fins da década pela antecipação da maioridade de D. Pedro II (ocorrida no Rio de Janeiro em 23 de julho de 1840), o que proporcionou festividades em vários pontos do Império. Para Matos, “A festa transformava, sem dúvida, a Maioridade numa conquista de todos os que amavam a Liberdade.”<sup>262</sup>

Assim que a notícia chegou no Recife em 9 de agosto de 1840<sup>263</sup>, o Presidente da Província Francisco do Rego Barros a divulgou e a população festejou em Olinda e no Recife. O periódico *Diário de Pernambuco* de 25 de agosto de 1840 relatou que as ruas da cidade foram tomadas com variados cortejos e iluminação espontânea. Depois da euforia inicial, vários grupos organizaram festejos para comemorá-la no dia 19 de agosto.

O Presidente da Província nomeou uma comissão<sup>264</sup> para organizar um *Te deum*<sup>265</sup> para celebrar a maioridade. O “povo” também organizou grandiosas comemorações, entre elas a do Seminário, onde por oito dias houve iluminação e no

<sup>260</sup> *Diário de Pernambuco* 14 de março de 1836

<sup>261</sup> CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. “O Egoísmo, *Op. Cit* pp.249-250

<sup>262</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p.155

<sup>263</sup> *Diário De Pernambuco* 25 de agosto de 1840

<sup>264</sup> Composta pelo Desembargador José Libanio de Souza, Tenente Coronel, Francisco Jose Martins e pelo Inspetor João Batista Pereira Lobo Junior

<sup>265</sup> AN Série Interior IJJ9 252 11 de agosto de 1840 f. 121

último dia pelas seis da noite celebraram um *Te Deum* solene.<sup>266</sup> Segundo ofício enviado do Presidente da Província para Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, os membros da Câmara Municipal do Recife custearam uma brilhante iluminação no dia 23 de agosto.<sup>267</sup>

Em 1841, a Secretaria de Negócios do Império enviou um aviso, em 29 de março, informando que no dia 23 de maio seria realizada a coroação de D. Pedro II. Essa festa exigiria muito mais preparo e antecedência. Como afirma Lilia Mortiz Schwarz, foi o maior espetáculo que se encenara no Brasil. No Rio de Janeiro, todos iriam assistir a coroação, a entronização e a sagração do primeiro monarca genuinamente brasileiro.<sup>268</sup>

Na Província, a primeira providência que localizei foi um edital da Câmara Municipal do Recife de cinco de maio de 1841. Os vereadores em sessão ordinária decidiram que iriam comemorar o dia 23 de maio com “todas as demonstrações de júbilo” e para isso “roga aos habitantes desta Cidade, hajam de iluminar as frentes de suas casas nas noites dos dias 22, 23 e 24.”<sup>269</sup>

Tal como observa Carla Simone Chamon para Minas Gerais, enquanto em tempos coloniais “o povo era muito mais intimado a participar da festa do que propriamente convidado para ela”, durante o império “essa imposição cessa e os moradores passam de fato a ser convidados pelo poder público a assistir e participar da comemoração.”<sup>270</sup> O convite para a participação do “povo” pelo que comenta o Presidente da Província no *Diário de Pernambuco* de 22 de maio parecem ter atraído a atenção de vários populares que estariam organizando festejos pela cidade. A “sociedade natalense” publicou um aviso no *Diário de Pernambuco* do dia 19 de maio anunciando que preparava um baile para o dia 22.<sup>271</sup>

Em sete de maio de 1841 o Presidente da Província, segundo publicação do jornal *Diário de Pernambuco*, teria solicitado que o Diretor interino do Arsenal de Guerra fizesse os reparos necessários na sala do Dossel para o Cortejo da Coroação e

<sup>266</sup> AN Série Interior IJJ9252 21 de agosto de 1840 f.122 e *DIÁRIO DE PERNAMBUCO* 28 de agosto de 1840

<sup>267</sup> AN Série Interior IJJ9252 11 de agosto de 1840121

<sup>268</sup> Lilia. O Império em procissão passim

<sup>269</sup> *Diário de Pernambuco* 15 de maio de 1841 A Câmara Municipal de Olinda tomou a mesma decisão em 10 de maio *Diário de Pernambuco* 13 de maio de 1841

<sup>270</sup> CHAMON, Carla Simone **O Cenário da Festa**. *Op.Cit.* p.190

<sup>271</sup> *Diário de Pernambuco* 19 de maio de 1841

Sagração.<sup>272</sup> Várias providências estavam sendo tomadas para essa data ser celebrada com a devida pompa, seja pelos festejos oficiais ou por divertimentos particulares.

Em 21 de maio o *Diário de Pernambuco* publicou uma notícia do periódico do Rio de Janeiro: *O Despertador* de 6 de maio com notícias sobre a cerimônia de entronização do Imperador: “Temos fundamentos para assegurar que a cerimônia de sagração e coroação de S.M. o Imperador foi adiada para Junho”, por ter chegado ao Imperador a notícia que muitas construções e outros preparativos não ficariam prontos a tempo.<sup>273</sup> A logística necessária para a circulação das notícias, fez com que a notícia chegasse na véspera do início efetivo do festejo.

A arquitetura efêmera já deveria estar quase toda pronta, roupas, bebidas e comidas compradas, e algumas preparadas. As pessoas certamente conversavam euforicamente sobre a mudança na festa e se as festas que aconteceriam na cidade também seriam adiadas. Os espaços de sociabilidade da cidade deviam estar cheios, aguardando a decisão do presidente da província sobre o assunto.

No dia 22 de maio, o *Diário de Pernambuco* publicou um texto do periódico *O Brasil* que falava sobre os problemas da realização da coroação em maio. Entre eles, uma crítica ao ministério andradista, que, estava preparando uma festa sem garantir no orçamento a previsão para o pagamento para ela.<sup>274</sup> Mesmo com a mudança do ministério os gastos com as festas continuaram.

Nesse mesmo dia, o Diário publicou um comunicado do presidente da província mantendo a data das festividades em Pernambuco. Pois estava ciente por notícias oficiais da data da coroação e não acreditava na notícia do *Despertador* publicada no *Diário de Pernambuco*, pois tinha recebido o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro até o dia seis de maio e não havia notícia sobre o adiamento, o que levava a crer que se tratava de uma "eventualidade, mas nunca certeza, e certeza tal que possa paralisar, não só as festividades públicas, com as que nos constam estar preparadas por alguns particulares."<sup>275</sup>

Frente à decisão de manter os festejos anunciada pelo Presidente da Província, os preparativos devem ter voltado com entusiasmo, entretanto, nesse mesmo dia o *Brigue Americano Commisary* aportou no Recife e trouxe a bordo o *Jornal do Comércio* publicado na Corte, que continha uma transcrição de uma circular dirigida

<sup>272</sup> *Diário de Pernambuco* 12 de maio de 1841

<sup>273</sup> *Ibid.* 21 de maio de 1841

<sup>274</sup> *Ibid.* 22 de maio de 1841.

<sup>275</sup> *Ibidem.*

aos Presidentes das Províncias que avisava da decisão de mudar o ato da coroação para 18 de julho.<sup>276</sup>

O Presidente da Província resolveu então adiar os festejos para a mesma data da festa na Corte. O *Diário de Pernambuco* de 24 de maio publicou o anúncio datado do dia 22 avisando da transferência da data aos convidados. O presidente também enviou ofícios no mesmo dia para as principais autoridades locais.<sup>277</sup> No dia 24 ele escreveu ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império informando sua decisão de transferir a festa com base no comunicado publicado no *Jornal do Comércio* de 12 de março.<sup>278</sup>

Em 25 de maio uma notícia publicada pelo editor do *Diário de Pernambuco* falava sobre os questionamentos acerca da mudança da data: "Muito tem dado a pensar o adiamento da Coroação de Sua Majestade Imperial"<sup>279</sup>, mesmo com as notícias publicadas no *Jornal do Comércio* e no *O Brasil* explicando os dois motivos: necessidade de intervenção legislativa para criação de alguns cargos para a festa do Rio de Janeiro e o tempo para execução das obras necessárias. A notícia buscava tranquilizar os leitores afirmando que “nenhuma razão houve, além destas, que pudesse perturbar a ordem pública, como falsamente se supõe.”<sup>280</sup>

O adiamento da aclamação de Dom João VI, devido a Revolução de 1817, deve ter sido usado como argumento em variadas conversas sobre esse abrupto adiamento das festividades da coroação na província. Na década de 1830, houve uma série de movimentos que abalaram a unidade do Estado Nacional. Era um argumento crível pensar que alguma desordem deveria ter adiado a coroação e sagração. Foi preciso que o editor do *Diário* publicasse um esclarecimento sobre os motivos da decisão, afinal era preciso abafar o boato sobre qualquer distúrbio.

A questão do financiamento para a festa tornou-se um problema com a mudança do ministério em 23 de março de 1841.<sup>281</sup> O ministério andradista ordenou grandiosos

<sup>276</sup> AN Série Interior IJJ9252 24 de maio de 1841.

<sup>277</sup> Enviou ofícios para o Comandante de Armas, ao presidente da Relação, Comandante Superior da Guarda Nacional, Chefe de legião de Olinda, Câmaras Municipais, Cônsules, etc. *Diário de Pernambuco* 24 de maio de 1841 e 4 de junho de 1841.

<sup>278</sup> Em 24 de maio escreveu o presidente da província um ofício para o Ministro com base no que tinha lido no periódico. Em 29 de maio ele escreveu novamente ao Ministro afirmando estar ciente do adiamento da coroação que lhe foi informado por aviso de 10 de maio, respondendo a correspondência oficial que informava a decisão. AN Série Interior IJJ9252 29 de maio de 1841.

<sup>279</sup> *Diário de Pernambuco* 25 de maio de 1841.

<sup>280</sup> *Ibidem*

<sup>281</sup> ver: Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Organizações e programmas ministeriaes desde 1822 a 1889 *Op. Cit* p. 83

festejos, que iam muito além da cerimônia religiosa, incluindo “uma festa profana e de aparato”, o que de acordo com o periódico o assemelhava a uma nova aclamação”<sup>282</sup> sem aprovar verbas para custeá-los. Como afirma Lilia Mortiz Scharctz, “não havia limites financeiros e de imaginação”<sup>283</sup> para a comemoração no Rio de Janeiro. De acordo com a notícia do jornal *O Brasil* publicada no *Diário de Pernambuco* de 22 de maio sobre os embargos da coroação, o novo gabinete teve que seguir com os preparativos já iniciados e mesmo fazendo algumas emendas e supressões teve que aceitar o plano do ministério andradista para os festejos.<sup>284</sup>

Para saldar as despesas com as festas, o Ministério do Império aprovou no crédito suplementar para o ano de 1841-1842, um aditivo para despesas com a coroação e sagração 146:957#916 réis <sup>285</sup>, a quantia que representava uma grande fortuna no período. Nos Festejos de Coroação e Sagração do Recife se gastou a quantia de 9:923#207 réis<sup>286</sup>, paga pelo Ministério do Império ao Major Manoel do Nascimento da Costa Monteiro, um dos membros da comissão responsável por organizar a festa que ficou incumbido de enviar as despesas para a Secretaria de Negócios do Império, como foi determinado por aviso imperial de 7 de julho.<sup>287</sup>

Essa foi a primeira festa que Recife conseguiu fazer em paralelo a cerimônia oficial que acontecia no Rio. Na prestação de contas enviadas ao Ministério do Império, o Major afirmou que as despesas foram feitas com a possível economia. A festa organizada pela comissão incluiu um *Te deum* na Igreja Matriz de Santo Antônio que

<sup>282</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO 22 de maio de 1841

<sup>283</sup> SCHWARZ, Lilia Moritz. **O Império em Procissão: Ritos e Símbolos do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro. JORGE ZAHAR EDITOR, 2000 p. 12

<sup>284</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO 22 de maio de 1841

<sup>285</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO 2 de dezembro de 1841

<sup>286</sup> Prestação de Contas do Te Deum e Iluminação pela festa de Coroação de Dom Pedro II. Além de 1:200#500 do Arsenal de Guerra, que não foram incluídas nas despesas da Prestação de contas das festas do Recife enviadas para o Ministério do Império. Devido a mudança na data da aclamação às vésperas da festa algumas despesas foram pagas duas vezes no Recife: como a condução de junco e folhas aromáticas, e a impressão dos convites feita com a Tipografia de Santos e Companhia. Na prestação de contas da iluminação para coroação de Dom Pedro II, observa-se gastos com retratos, emblemas, estátuas, obelisco, jarros, cento e dez dúzias de fogos de ar, quatro árvores, trinta pés de coqueiro, três canoas com folhas e flores, além de diferentes madeiras e materiais miúdos para construção de aluguéis de 105 globos de vidro de diferentes tamanhos, 680 lampiões, 26 pares de lanterna, 89 magas ricas, e 46 mangotas bordadas e dois castiçais. É interessante observar que os elementos que envolviam a luz foram alugados, o que demonstra a possibilidade de um comércio organizado para este tipo de iluminação. AN IJJ9 252 23 de agosto de 1841 fls 167 a 185

<sup>287</sup> AN IJJ9 252 23 de agosto de 1841 fl. 167

gastou cerca de dois terços da verba e uma grandiosa iluminação no pátio do palácio.<sup>288</sup> O *Diário de Pernambuco* de 22 e 29 de julho destacaram descrições do festejo.

Os dois festejos organizados à custa do governo e também as três noites de teatro, a iluminação por toda a cidade, além de diferentes “regozijos particulares, dando destaque ao baile as “sociedade Euterpina”, o dos alunos da faculdade de direito e o organizado pelo Coronel Manoel Cavalcante de Albuquerque e Melo em Afogados, fogo artificial patrocinado por uma “sociedade de pessoas amantes da Monarquia Constitucional”, nos quatro dias que duraram os festejos do dia 17 ao 20 de julho.

A descrição da arquitetura efêmera deu destaque a pirâmide que foi o centro da iluminação organizada pelo governo. A pirâmide de quatro palmos tinha em seu topo um globo dourado em cima de um pedestal quadrangular. Na base da pirâmide e em cada ângulo do pedestal uma bandeira com as armas do Império. Todas as faces estavam cercadas por festões na forma oval. Nas quatro faces do pedestal se liam emblemas com referências a coroação do Imperador. A construção foi cercada por um gradio com uma cancela em cada uma das faces, as dobradiças giravam sobre pilastras em forma de figuras alegóricas. Nos quatro ângulos do gradio estavam a Ásia, África, Minerva e a Agricultura. A pirâmide descrita pelo periódico tinha a composição representada no quadro 1:

**Quadro 2:** Descrição da pirâmide baseada nas notícias publicadas no *Diário de Pernambuco* de 22 de julho de 1841 e de 29 de julho de 1841

FACE	1	2	3	4
Figura	Imperador	Independência	Patriotismo	Código Político
Orientação	Norte	Nascente (aurora)	Poente (Capibaribe)	Para o palácio
Dístico	Reina e Prospera, oh caro Imperador, Desde o trópico austral até o Equador.	Sou do Brasil a heróica Independência, Pedro Segundo apraz minha existência.	Do mundo o resto adore o Egoísmo, Aqui Numen sou eu, Patriotismo.	Sem Pedro não tereis doce fruição, Nem sem mim, do Brasil Constituição.
Poesia da base	No imortal templo da Fama/ Contendem por esta vez/ De Setembro o Dia Sete e de Julho o vinte e três	Entre os amigos do Trono/Do Império Brasileiro/ Tem sempre um lugar distinto/O Povo Pernambucano.	Salve, oh dia, que o Bom Jovem/Tirou do Livro da vida/ Para salvar nossa Pátria, Quase no abismo caía!	Quando Pedro sobre o Trono/Pôs o Límpido Janeiro/ O Claro Capibaribe/ O adorava primeiro.
Estátuas das cancelas	América e Europa	Paz e Liberdade	Virtude e Justiça	Comércio e Artes

Fonte: Elaborado pela autora

<sup>288</sup> Prestação de Contas das despesas com o *Te Deum* e da iluminação pública do largo do Palácio. AN IJJ 9 252 série interior fls 167 a 185

Essa pirâmide teve uma construção elaborada, que recorreu a diversos elementos para celebrar a aclamação do jovem imperador. América e Europa receberam destaque nas cancelas, mas a África e Ásia também compuseram a cena, ocupando os seus lugares no gradio simbolizando a participação ou o reconhecimento das quatro partes do mundo. Os que contemplassem a face do Imperador teriam a percepção da grandeza do Império e da sua dimensão política. Aproximar a coroação do imperador ao dia da independência era estratégico para a legitimação do Estado Nacional.

Nas faces da independência e da constituição havia referências mais diretas a situação de Pernambuco nas poesias da base de cada uma, que destacam a participação do “povo pernambucano” no processo político de formação e consolidação do Estado Nacional e o apoio a ascensão do Imperador, que vinha para resolver os problemas do Brasil, como afirma a face do patriotismo. A mensagem era forte e ligava a coração do Imperador a uma nova fase na História do Brasil. Na face da independência destacava-se “Entre os amigos do Trono/Do Império Brasileiro/ Tem sempre um lugar distinto/O Povo Pernambucano.”<sup>289</sup>

O periódico destacava o entusiasmo, a boa ordem com que os pernambucanos comemoraram essa data, além da linguagem da pirâmide que exaltavam os elementos do patriotismo e a importância da entronização do Imperador, que marcava uma nova fase no Império brasileiro. Os festejos continuaram a marcar a vida política, durante a década de 1840, em Pernambuco ganharam destaque em meio ao movimento praieiro, que modificou significativamente o ritmo do cotidiano. Por vários anos, praieiros e gabirus usaram o espaço público como um território de conflitos.

O Movimento Praieiro englobou um processo de disputa político-partidária, que aconteceu em Pernambuco entre 1842-1849, que segundo Marcus Carvalho foi “um atrito armado resultante da radicalização de uma disputa intra-elite pelo poder político local e cargos correspondentes”<sup>290</sup> que tinha entre as suas principais bandeiras a nacionalização do comércio a retalho, que atraía a lealdade do “povo”.<sup>291</sup>

<sup>289</sup> Diário de Pernambuco 29 de julho de 1841

<sup>290</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, July 2003. p. 214.

<sup>291</sup> O início do movimento é assinalado pela cisão interna ocorrida em 1842 dentro do partido liberal. A década de 1840 para os produtores de açúcar foi relativamente próspera, enquanto a cultura algodoeira sofria as consequências dos preços baixos em relação ao açúcar e enfrentava uma das maiores secas do século. A pecuária passava por um período de “vacas magras”. Se os anos quarenta foram prósperos para os senhores de Engenho, foram muito sofridos para a população pobre. Entre outras coisas, a interrupção das reformas iniciadas no governo do futuro conde de Boa Vista, que havia além de mudado a cara do Recife, ofertado emprego para tantos, deixou muita gente desempregada. Ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução *Op. Cit.*, MARSON, Isabel Andrade. A Rebelião Praieira São Paulo Ed.

A ala praieira obteve significativa expressão social em Pernambuco, englobando em seu núcleo principal senhores de engenho e junto com eles um amplo contingente de dependentes, moradores, rendeiros e lavradores, além dos profissionais liberais. Os praieiros chegaram ainda a se aproximar de determinados setores de pequenos proprietários e assalariados urbanos de níveis diversos que participavam das eleições primárias.

Os Praieiros também deram um renovado impulso ao uso das festas como mobilização política. Segundo o editor do periódico conservador *O Carranca*, o ânimo pelos vivas que estavam arrefecidos na província foi retomado com entusiasmo, quando Chichorro da Gama assumiu o poder. Nas palavras do editor:

Mas a praia (quem diz praia diz Chichorro) que no seu modo de festejar qualquer coisa é tão excêntrica como em tudo o mais assentou que depois dos- Vivas- a Independência, a Sua Majestade e a Família Imperial, se devia dar também vivas ao instrumentos da praia.<sup>292</sup>

Os vivas eram um elemento de disputas entre organizadores e os festeiros. Nesse momento da festa quem contava com o apoio do “povo” podia fazer rapidamente uma alteração na linguagem da festa. Os praieiros, que tinham entre as suas táticas conquistar o apoio da população seja nas festas ou nos *meetings* que realizavam, certamente souberam usar bem essa prática festiva a seu favor. Depois que perderam nas urnas em 1845, os gabirus também passaram a usar de estratégia semelhante para ganhar espaço entre o “povo”. O que se via nas festas das províncias, era que além das festas\_nacionais, os partidos adversários também comemoravam com entusiasmo as festas religiosas<sup>293</sup> e as variadas decisões políticas que favorecessem algum dos partidos.

O entusiasmo festivo cresceu em 1848, quando as disputas entre praieiros e gabirus estavam mais acirradas. Partidas de presidentes da província, posses de novos presidentes e especialmente as tão polêmicas eleições para o senado. Segundo o periódico *O Lidador*, em 14 de junho de 1848 por volta das onze horas o “vapor

---

Brasiliense 1981. \_\_\_\_\_ *O “Cidadão-criminoso”*: o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o segundo reinado in: Estudos Afro-Asiáticos n° 16. 1989, SILVA, Luiz Geraldo. A Insurreição Praieira: um comentário. **Almanack Brasiliense**, [S.l.], n. 8, p. 46-51, nov. 2008 e CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. **Almanack Brasiliense**, [S.l.], n. 8, p. 5-38, nov. 2008. ISSN 1808-8139.

<sup>292</sup> *O Carranca* 16 de setembro de 1845.

<sup>293</sup> De acordo com Bruno Câmara entre 1844 e 1848 houve ao menos sete manifestações de rua tendo por alvo os portugueses, alguns delas durante as festas. Uma das mais famosas ocorreu na festa de Nossa Senhora da Conceição que falaremos no capítulo 3.

Pernambucana” fez o sinal sobre a eleição dos senadores, alguns iluminaram as casas e foguetes iam ao ar ao som de viva o Imperador, viva o Chichorro.

Ainda segundo *O Lidador*, um grupo, no entanto, armando-se de cacete e bengalas, saiu pelas ruas quebrando as casas que estavam iluminadas. Os conservadores preparavam-se para sair as ruas ao anoitecer com um carro triunfal acompanhados com músicas, luminárias e foguetes do ar, mas afirmavam que desistiram por medo do povo e em respeito a demissão do Pires da Mota.

O editor acreditava que esse carro não existiria, pois esses problemas não impediriam o partido da ordem de comemorar a anulação da eleição dos senadores. No dia 15 os praieiros não conseguiram intimidá-los e sobressaíram-se no meio do tumulto os gritos de “viva o imperador” e “viva o senado.”<sup>294</sup>

Depois que os praieiros perderam seus cargos quando da inversão de 1848, e das anulações das eleições, deram início para a revolta armada em novembro de 1848. Durante a revolta, o periódico praieiro *Diário Novo*<sup>295</sup> publicava sobre o esvaziamento dos festejos cívicos, durante o perigo do movimento armado.

Desde que há paradas aqui, e festejos por ocasião do dia natal de Sua Majestade o Imperador, ainda se não viu uma parada mais ordinária, do que a do dia 2 de dezembro de 1848, e as respeito de festejos, nenhum houve, nem ao menos as ruas se iluminaram!!" Devido ao sentimento de dor e luto que Recife está mergulhada.<sup>296</sup>

Segundo o relato do editor, apenas poucos militares compareçam a Grande Parada, não fizeram manobras especiais e havia apenas cerca de 30 pessoas. Foram dados vivas à “Independência, Constituição, Imperador, Assembleia Geral e ultimamente ao presidente da província”, mas este último não foi respondido por ninguém, nem ao menos pelos soldados. Segundo o editor do *Diário Novo*: “Uma voz, porém, houve generosa que se lembrou de dar vivas aos Pernambucanos livres, e foram esses vivas correspondidos com entusiasmo por toda a tropa que repetiu por mais de três vezes vivam, vivam!!”<sup>297</sup>

---

<sup>294</sup> *O Lidador* 17 de junho de 1848.

<sup>295</sup> O jornal *Diário Novo* foi um dos periódicos associados aos praieiros. Teve grande circulação na década de 1840 e chegou a funcionar como um diário oficial durante o governo de Chichorro da Gama, no qual foram pesquisados anúncios, correspondências e outros textos sobre as festas. A pesquisa no principal periódico praieiro foi essencial para analisar os significados políticos dos festejos nesse período de intensas disputas no espaço público da província.

<sup>296</sup> *Diário Novo* 4 de dezembro de 1848.

<sup>297</sup> *Ibidem*

Nem sequer houve cortejos, teatros, saraus ou iluminação.<sup>298</sup> Para o editor do *Diário Novo* isso se devia ao sentimento de dor e luto no qual Recife estava mergulhada, era "como se o fogo já nos batesse as portas, e espavorida corresse a gente para os navios!"<sup>299</sup> Além disso, o medo de a tropa aproveitar a ocasião para um conflito armado era tanto que, os cartuxames para a salva só foram entregues quando já estavam no Largo do Palácio.

Já na versão de o *Diário de Pernambuco* o aniversário foi comemorado com entusiasmo e regozijo. O Governo da província mandou publicar no *Diário de Pernambuco* de 1º de dezembro um convite para que a parada fosse celebrada "com a maior pompa possível."<sup>300</sup> Na edição do dia 4 o *Diário* publicava uma notícia de um boato espalhado pelos praeiros do planejamento do Governo de desarmar os Guardas Nacionais que comparecessem a Grande Parada, "na intenção sem dúvida de amedrontar os cidadãos soldados e afastá-los da mesma parada, para torna-la menos completa que devera ser."<sup>301</sup> Mas o ardil não teria logrado êxito e a parada e cortejo ao busto do Imperador teriam sido muito disputados.<sup>302</sup>

Durante o movimento as disputas pelo apoio da opinião pública demonstrada na festa foram uma estratégia recorrente entre os periódicos que defendiam praeiros e gabirus. Poucos dias depois dos festejos do aniversário do Imperador, os conservadores conseguiram uma vitória importante sobre as tropas praeiras. Segundo o periódico ligado aos praeiros, *O Capibaribe*, após a derrota dos praeiros que estavam na Mata do Catucá, em 10 de dezembro de 1848, parte da população, inclusive muitas mulheres, reuniu-se no pátio do palácio do governo para ouvir as músicas de diferentes batalhões<sup>303</sup> que depois percorreram as ruas da cidade.

O *Diário Novo* em uma série de artigos vinha negando a derrota, enfatizando que os liberais apenas tinham mudado o lugar do acampamento e tinham matado vários soldados das forças do governo. Em um artigo de 12 de dezembro de 1848, explicava as músicas e os fogos pelas ruas da cidade como um ato de barbaridade do governo conservador que brindava enquanto os seus soldados estavam lotando os hospitais. Nas palavras do editor:

<sup>298</sup> Diário Novo 4 de dezembro de 1848 e 5 de dezembro de 1848.

<sup>299</sup> *Ibidem*.

<sup>300</sup> Diário de Pernambuco 1 de dezembro de 1848.

<sup>301</sup> *Ibidem*.

<sup>302</sup> Diário de Pernambuco 4 de dezembro de 1848.

<sup>303</sup> O Capibaribe 13 de dezembro de 1848.

As músicas percorreram as ruas, aplaudindo a derrota adrede inventada das forças liberais, quando estas conseguiram o mais assinalado triunfo sobre as armas liberticidas!!! Que bárbaros!!! Para iludirem, festejam a desgraça dos seus!!!!... Ninguém os acredita.<sup>304</sup>

Pouco depois da disputa do Catucá, Manoel Vieira Tosta tomou posse como presidente da província, no dia de Natal, o que segundo o editor do *Diário de Pernambuco*, era o dia com menos gente na capital, mas o ato foi muito concorrido.<sup>305</sup> Já o *Diário Novo*, que mantinha a luta para conquistar a opinião pública favorável aos praieiros, afirmava que ninguém se interessou pelo ato.<sup>306</sup> A edição de 30 de dezembro de 1848 foi a última que circulou no *Diário Novo*. Em 2 de fevereiro de 1849 a fracassada tomada do Recife praticamente terminou a rebelião.

Após o fim da rebelião, segundo o periódico *União*, o Corpo de Comércio organizou um *Te Deum* em 17 de maio de 1849 na Igreja de São Pedro ricamente ornada "pelo feliz restabelecimento da ordem e tranquilidade pública", para o qual não teria se poupado despesas. O pregador Frei João Capistrano de Mendonça com a eloquência que dedicou o discurso aos problemas do governo dos praieiros, "os crimes do Catucá" e os feitos dos que acabaram com a rebelião. As autoridades envolvidas no fim da rebelião estavam presentes, junto com o corpo consular e o corpo de comércio. O tenente coronel Falcão ficou com uma brigada na Praça do Comércio para prestar as honras militares ao fim da cerimônia.<sup>307</sup>

Em 5 de julho ofereceram um baile, Manoel Vieira Tosta, o novo Presidente da Província que havia assumido no Natal de 1848 com disposição para pacificação, oferecendo perdão aos Praieiros e um dos responsáveis pela pacificação da Província nos combates do início do ano. Segundo o editor do Periódico *A União* fazia jus aos bailes franceses e ingleses. Salão ornamentado, uma bela ceia, duas músicas tocavam sinfonias, contradanças e valsas, brindes ao homenageado.<sup>308</sup>

O fim do movimento praieiro, como afirmam Marcus Carvalho e Bruno Dornelas, marcou a derrota da oposição à oligarquia que vencera a disputa à época da independência. As festas entre 1817 e 1848 guardaram diversas continuidades, os atos e acontecimentos políticos precisam dos marcos festivos. Em geral, as festas contavam com cortejos com as bandas de músicas, fogos, iluminação, teatro, arquitetura efêmera,

<sup>304</sup> Diário Novo 12 de dezembro de 1848.

<sup>305</sup> *Diário de Pernambuco* 28 de dezembro de 1848.

<sup>306</sup> Diário Novo 29 de dezembro de 1848.

<sup>307</sup> A união 22 de maio de 1849.

<sup>308</sup> A União 7 de julho de 1849. .

O *Te deum* continuou a marcar a celebração da vitória sobre os movimentos insurrecionais.

A sociabilidade <sup>309</sup> oitocentista exigia a festa. Durante os períodos de intensificação de disputas pelo poder, as festas cívicas foram usadas com maior frequência pelos opositores. Desde a década de 1830 as disputas travadas pelos periódicos tornaram-se significativamente mais importantes e ganharam força na província com a praieira. Além disso, percebemos que se festejava independente do investimento que se pudesse ter. Em alguns momentos as notícias políticas foram festejadas seja com cortejos simples e em algumas de maior importância com arquitetura efêmera.

---

<sup>309</sup> A sociabilidade pode envolver diversos tipos de práticas, desde as mais informais como os encontros cotidianos ao formalismo de algumas associações. Existem inúmeras formas de sociabilidade(s), nem todas elas envolvem a diversão. Nesse trabalho vamos usar esse termo fazendo referência as relações tecidas entre as pessoas que propiciavam a conversa, o jogo, à dança, enfim, o entretenimento. Ver:ARRISCADO, José Augusto. Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX : a assembleia vianense in: **Revista da Faculdade de Letras**. História. - Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. - Série III, vol. 6, 2005, BOSCHI, Caio César . Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. **Varia História**, v. 22, p. 291-313, 2006, SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX In: **Dimensões**- Revista de História da UFES n°16, LOUSADA, Maria Alexandre. Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias 1760-1834 **Penélope**, 1998

## CAPÍTULO 2: COMEMORAÇÕES DO DIA DA INDEPENDÊNCIA

A ruptura com a situação colonial e os embates em torno da formação da nação transformaram a história da antiga colônia portuguesa na primeira metade do século XIX. Os marcos políticos, como o Sete de Setembro, foram comemorados e vividos por todos, do mais eminente representante da coroa ao último escravo. Festejar essas datas foi uma forma de reafirmar as conquistas que moldavam o Estado Nacional e de garantir a participação política de cada um.

Estabelecer as festas nacionais e criar o hábito de festejá-las anualmente foi importante para criação de símbolos que estimulassem o pertencimento à nação. Variados acontecimentos moldaram o processo da independência, não foi simples escolher a data em que se comemoraria anualmente a separação da metrópole. Esse era um dia importante para reforçar o Brasil independente, pois muito além de celebrar o aniversário da nova situação política, buscava consolidá-la.

Maria de Lourdes Viana, ao analisar as variadas representações sobre a escolha do Sete de Setembro, destaca as mudanças nas condicionantes políticas nos primeiros anos do Estado Nacional, que o constituíram como “acontecimento fundador da nacionalidade brasileira.”<sup>310</sup> Em 1822, como ressalta a historiadora, diversas datas foram “referidas como marcos definidores da proclamação da Independência.”<sup>311</sup> O dia Doze de Outubro, dia da aclamação de D. Pedro I, foi amplamente divulgado e apoiado por colocar a independência como conquistada e partilhada pelo povo. Entretanto, havia um total silêncio sobre o Sete de Setembro.

A ausência de menção a data no ano da Independência também é destacada por Hendrik Kraay, que salienta ser a autonomia em relação a Lisboa percebida antes do Sete de Setembro, e que a lei de dezembro 1822, ao reconhecer os dias de gala do Brasil, não faz menção a ela.<sup>312</sup> Segundo a Maria de Lourdes Viana, o Imperador, no discurso de abertura da Assembleia Constituinte em 1823, tomou para si a decisão da ruptura, destacando a sua proclamação às margens do Ipiranga.

<sup>310</sup> VIANA, Maria Lourdes. **A utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822**. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994 p. 220 Em seu livro ela já ressalta a necessidade precisava de revisão e apreciação mais atenta no estudo do processo da formação da sociedade brasileira

<sup>311</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: Marcos e Representações Simbólicas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo v 15 n°29 pp. 173-206 1995. p. 177 Destacando o decreto de 1 de agosto que convocava a Assembleia Constituinte e declarava inimiga as tropas portuguesas, o dia 6 de agosto, dia da publicação do manifesto às nações

<sup>312</sup> KRAAY, Hendrik. Days of National Festivity in: **Rio de Janeiro, Brazil, 1823–1889** (Stanford, CA: Stanford University Press, 2013), pp. xii 562 Days of National Festivity p. 32

Só a partir do ano seguinte passou a ser celebrada com os rituais cívicos próprios dos dias de gala.<sup>313</sup> Como afirma Iara Schiavinatto, nos primeiros anos da nova situação político-institucional do Brasil, o Sete de Setembro era lembrado como parte de uma dinâmica de viagens que foram responsáveis pela fundação de uma relação política entre o príncipe e seus súditos.<sup>314</sup> Progressivamente, o grito de “Independência ou Morte” à beira do Ipiranga foi sendo incorporado como o dia comemorativo da Independência, exaltando-se o seu aspecto heróico.

Segundo Hendrik Kraay, as primeiras comemorações do Sete de Setembro foram menos importantes que os festejos da aclamação de D. Pedro.<sup>315</sup> Em 1825, algumas decisões do Estado Nacional regulamentaram o protocolo para a celebração dos dias de gala, havendo uma oscilação sobre a importância do dia Sete nas comemorações.<sup>316</sup> Uma decisão do Ministério de Guerra, em 25 de agosto de 1825, enviou uma tabela que definia como os dias de gala deveriam ser festejados nas diversas Províncias do Brasil. Enquanto o Sete de Setembro deveria ser comemorado como um dia de pequena gala, apenas com embandeiramento nas fortalezas, o Doze de Outubro era considerado como um dia de grande gala, portanto, festejado com bandeira e três salvas de 101 tiros em todas as fortalezas além da grande parada.

Essa regulamentação do Ministério foi modificada no ano seguinte, em 1826, quando uma lei do Estado Nacional produziu uma nova forma de praticar os rituais cívicos no Brasil. Por essa legislação, ficavam definidas como datas “de festividade nacional em todo o Império os dias” 09 de janeiro (dia do fico), 25 de março (juramento da constituição), 03 de maio (abertura da Assembleia Constituinte), 07 de setembro (Independência do Brasil), e 12 de outubro (aclamação de Dom Pedro I e oficialização do Império).<sup>317</sup> Embora reconheçamos a importância dos estudos das comemorações das

<sup>313</sup> Ibid. .33

<sup>314</sup> Em 1822 o imperador foi a São Paulo para travar e fincar alianças políticas, além de resolver problemas com as tropas. O famoso ato da independência à beira do Ipiranga que consistiu no famoso grito de “Independência ou morte”, em jogar fora o laço azul português que trazia no chapéu, desembainhar a espada e fazer um juramento de honra, compor um hino e ordenar o uso da fita verde com a legenda “Independência ou Morte.” Ver: SOUZA, Iara Lis. *Pátria Coroada Op. Cit.* 1999, pp.237-256

<sup>315</sup> KRAAY, Hendrik. *Days of... Op. Cit*

<sup>316</sup> Ibid. p .41 houve duas tabelas de dias de gala para a Corte nesse ano, na primeira o Sete de Setembro deveria ser comemorado com três salvas de 21 tiros nas fortalezas que costumam salvar, todas as músicas no paço e Beija-mão e o dia Doze de outubro nem sequer aparecia. ( 7 de março de 1825 p.p.34-35), a segunda ordena que o Sete de Setembro seja comemorado com três salvas de 21 tiros nas fortalezas que costumam salvar e bandeiras nas fortalezas e o 12 de outubro com bandeira nas fortalezas, grande paradas, salvas de 101 tiros nas fortalezas que costumam salvar. (5 de setembro de 1825 pp.131-132)

<sup>317</sup> Lei de 9 de Setembro de 1826, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1826 p.7 Vol. 1 disponível em: [http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei\\_snde/1824-1899/lei-38600-9-setembro-1826-567169-publicacaooriginal-90570-pl.html](http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei_snde/1824-1899/lei-38600-9-setembro-1826-567169-publicacaooriginal-90570-pl.html)

outras “festividades nacionais” para compreensão das íntimas ligações entre o mundo da política e o das festas, concentraremos a análise apenas no Sete de Setembro.

As correspondências entre as autoridades registram muito pouco sobre as “festas nacionais” em Pernambuco no final da década de 1820. Além disso, o *Diário de Pernambuco*, único periódico que circulava na Província naquela época, não teve os exemplares conservados na íntegra entre 1825 e 1828, o que dificulta uma análise de como se festejava o Sete de Setembro em Pernambuco nesse intervalo.<sup>318</sup> No Rio de Janeiro, segundo Hendrik Kraay, a data foi comemorada com importância semelhante ao 12 de outubro, depois da instituição da lei. A partir de 1830, o Sete de Setembro passou a ser festejado com mais entusiasmo, quando, de acordo com o autor, os liberais exaltados passaram a organizar variados festejos populares.<sup>319</sup>

No Recife, ao menos a partir de 1828, temos registro de que o Sete de Setembro passou a ser festejado por iniciativa de particulares. As notícias sobre essa comemoração só apareceram em publicações de jornais de 1829, quando os periódicos relataram acerca das festas do ano. Numa correspondência publicada no *Diário de Pernambuco*, em 4 de setembro de 1829, comentava-se que uma “sociedade de doze brasileiros” tinha impulsionado os festejos do Sete de Setembro.<sup>320</sup> Sem muito detalhes, o comentário foi ter sido comemorado com “celebridade legal.”<sup>321</sup>

A partir do ano seguinte, as comemorações do Sete de Setembro nos jornais ganharam maior destaque nas publicações, revelando, sem dúvida, seus novos sentidos políticos e identitários. No Recife, entre 1829 e 1848, os festejos do Sete de Setembro tiveram o papel de celebrar a nação brasileira, numa província distante da capital do Império, mas também foram ferramentas importantes nas disputas de poder local. Durante o período estudado, evidentemente, percebemos mudanças, em função das diferentes conjunturas, nas formas em que foram registradas, descritas, divulgadas e, provavelmente, vividas pelos cidadãos da Província.

---

<sup>318</sup> Os exemplares do *Diário de Pernambuco* do ano de 1828 não foram conservados e segundo Dênis Bernardes, este era o único a circular na província. Ver: BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *Impressos e liberdade: notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850)* in: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (Org) **Impresso no Brasil Dois séculos de livros brasileiros** São Paulo: Ed. UNESP2011 p.200.

<sup>319</sup> KRAAY, Hendrik. *Days of Op. Cit p.* 47 Uma distinção importante é a diferença entre celebrações oficiais e populares. As primeiras envolvem principalmente as autoridades e forças armadas e o povo é espectador, já as populares, organizadas pro grupos privados que podem ou não ser ligados a partidos políticos. “Somewhere in between stood the entertainment for the populace provided by the authorities.” Em algum lugar entre os dois estava o divertimento para a população fornecido pelas autoridades. *Ibid.*

p.3

<sup>320</sup> *Diário de Pernambuco*, 14 de setembro de 1829

<sup>321</sup> *Diário de Pernambuco* 4 de setembro de 1829

Enfim, todos os registros dos jornais indicam que as festas do Sete de Setembro tornaram-se uma grande oportunidade para avaliarmos o que estava em jogo em suas comemorações, ao menos na visão dos editores e escritores dos jornais. Sem nunca deixarem de se contaminar com as disputas políticas do momento, podemos acompanhar pelos jornais as mobilizações política, a divulgação de projetos e ideários, as demonstrações de patriotismo, o exercício de poder e de status social, as formas de sociabilidade, etc. Ao trazerem para si o registro e a divulgação das festas, os periódicos pernambucanos participaram intensamente do controle sobre os seus significados e usos, mas também deixaram escapar muitos outros movimentos e ações dos festeiros. Nem tudo era possível controlar.

Para sistematizar a análise das comemorações do dia da Independência no Recife optamos por dividir o capítulo em três partes. Na primeira, o foco é a forma como o Sete de Setembro foi noticiado nos jornais. Na segunda parte, faremos uma análise acerca dos ritos festivos oficiais nas comemorações, entre 1829 e 1848. Na última parte, estarão em destaque os “festejos populares.” Em todas as partes, iremos tentar acompanhar as relações possíveis entre o exercício do patriotismo e as formas de comemoração do Sete de Setembro.

## **2.1 Os Festejos Do Sete De Setembro De 1829 Nos Jornais Pernambucanos**

No ano de 1829, quatro periódicos (*Diário de Pernambuco, Abelha Pernambucana, O Constitucional e O Cruzeiro*) que circulavam no Recife trouxeram os festejos para as páginas dos jornais e os colocaram em uma nova posição frente à opinião pública.<sup>322</sup> Possivelmente devido à surpreendente dimensão das festas, que contaram com cortejos pelas ruas da cidade, esmolas aos presos da cadeia, *Te Deum*, iluminação especial, música, teatro, jantares, além de outras “manifestações espontâneas” não especificadas pelos periódicos.

Os festejos do Sete de Setembro foram motivo de registro e discussão entre ao menos quatro periódicos que circulavam no Recife. Suas publicações oscilavam entre uma pretensa “descrição” do que teria ocorrido, uma defesa dos significados da festa

---

<sup>322</sup> Entendemos opinião pública de forma parecida ao que define François-Xavier Guerra, um “imaterial” Tribunal” ante o qual ideias e homens são chamados a aparecer” FRANÇOIS-XAVIER GUERRA «VOCES DEL PUEBLO.” REDES DE COMUNICACIÓN Y ORÍGENES DE LA OPINIÓN EN EL MUNDO HISPÁNICO (1808-1814) *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, núm. 225 p. 357

e/ou críticas diretas às formas e intenções dos que impulsionaram grandiosos festejos. De qualquer forma, havia uma unanimidade de que os festejos foram “extraordinários.”

Para entendermos a relação dos periódicos com esse festejo no Recife a partir de 1829, precisamos levar em consideração os novos tumultos políticos na Província. No contexto das eleições gerais para juízes de paz, vereadores, membros do Conselho Geral de Província e para deputados à Assembleia Geral.<sup>323</sup> Em fevereiro ocorreu a chamada República dos Afogados, um movimento relativamente pequeno que criticava as principais autoridades provinciais e o Imperador<sup>324</sup> que levou a suspensão dos direitos constitucionais na Província e ao estabelecimento de uma devassa que envolveu nomes como o dirigente do *Diário de Pernambuco*.<sup>325</sup>

Findo esse episódio, a disputa das ruas continuou nos periódicos, ficando polarizada entre dois grupos principais, com seus respectivos jornais. Um lado representando os ideais de um grupo acusado de ser “absolutista” e outro de ser “republicano e democrático.” Essa conjuntura criou espaço para a discussão política, inclusive nos jornais, além de ter favorecido as comemorações do Sete de Setembro. Os liberais exaltados que foram acusados e julgados por sua participação no movimento deram impulso aos festejos, no Brasil do século XIX, como analisa Hendrik Kraay, os rituais cívicos também eram “espaços nos quais os inconformados com a ordem existente podem fazer reivindicações públicas.”<sup>326</sup>

Ao planejar grandiosas festas, os liberais exaltados, resignificaram as formas de comemoração das festas nacionais em Pernambuco. Apesar de impulsionados por um grupo político, os festejos foram espaços de divertimento e de demonstração de patriotismo para as mais diferentes parcelas da população do Recife, desde os escravos, pouco citados na documentação, até os que ocupavam o poder na província.

---

323 De acordo com Feldman **Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831)**. Almanack, Guarulhos: UNIFESP, n.7, 2014.

<sup>324</sup> A conjunção de dois movimentos paralelos. No primeiro pouco mais de 20 pessoas cometeram roubos e insultos em Afogados. Depois foram rumo ao interior agregando simpatizantes. Ao chegarem a Vitória de Santo Antão em torno de 80 homens depuseram as autoridades locais, soltaram os presos da cadeia, se apoderaram das armas e quiseram instalar um governo revolucionário, fracassaram e fugiram para o sertão. Em paralelo, surgiram no Recife alguns pasquins e uma proclamação contra o Imperador que foram afixados nas esquinas por quatro dias consecutivos, convocando todos para a rebelião.

325 Foi realizada uma devassa dos pasquins onde foram presos seis homens acusados de promover, por meio da palavra escrita, ataques contra o presidente e o comandante das armas. FELDMAN, Ariel. **Guerra aos Op. Cit.**p.41

<sup>326</sup> KRAAY, Hendrik. Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: festas cívicas depois da Independência. In: PAMPLONA, Marco Antônio; DOYLE, Dan (Org.). Nacionalismo nas Américas. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.329-354..p.331

As publicações sobre os festejos foram vinculadas em periódicos que disputavam porta-vozes dos grupos envolvidos nas disputas políticas do período trouxeram os festejos para o epicentro das disputas nas páginas, buscando estabelecer uma linguagem das festas favoráveis aos interesses dos seus grupos. Até porque tinham grande poder de divulgação das ideias no Brasil do século XIX, e pretendiam por suas publicações dar visibilidade e convencer os leitores que a versão da festa criada por suas páginas era a verdadeira.

**Quadro 2 - Caracterização Geral dos Periódicos**

Jornal	Formato	Redator	Páginas	Periodicidade	Datas Limites	Tipografia
<i>Diário de Pernambuco</i> <sup>327</sup>	30 x 20	Antônio de José Falcão Miranda*	4	Segunda a Sábado	Novembro/1825 até os dias atuais	Tipografia do <i>Diário de Pernambuco</i>
Abelha Pernambucana <sup>328</sup>	28X20	Antônio Borges da Fonseca. <sup>329</sup>	4	Terças e sextas	Abril/1829 até agosto de 1830	Tipografia Fidedigna
<i>O Constitucional</i> <sup>330</sup>	28X18	Jerônimo Vilela Tavares	4	Segundas e Sextas	Julho/1829 até junho/1831	Tipografia do <i>Diário de Pernambuco</i>
<i>O Cruzeiro</i> <sup>331</sup>	30X20	Padre Francisco Ferreira Barreto	4 a 6	Segunda a Sábado	Maior/1829 até maio/1831	Tipografia do <i>O Cruzeiro</i>

\*Diretor do Jornal e dono da Tipografia

Fonte: Elaborado pela autora

Dos jornais pesquisados, apenas o periódico *O Cruzeiro* era da linha “absolutista”, que fizeram várias críticas aos festejos, questionando a grandiosidade. Segundo o trabalho de Ariel Feldman, tinha entre seus membros “gente que dominava boa parte da burocracia administrativa, militar e judiciária pernambucana.”<sup>332</sup> Já os periódicos: *O Abelha Pernambucana*, *O Constitucional* e o *Diário de Pernambuco* faziam parte do grupo ligado aos liberais e publicaram textos defendendo a legitimidade dos festejos organizados. Localizamos 36 publicações, cuja distribuição pode ser vista no quadro abaixo:

<sup>327</sup> NASCIMENTO, Luís do. **História da Imprensa Pernambucana**, 1821-1954. vol. 1, Recife: UFPE, 1966, pp.21 a 29

<sup>328</sup> NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco** 1821- 1924. Vol. 4. Recife: UFPE, 1969., pp. 67 a 70

<sup>329</sup> FELDMAN, Ariel. **Guerra Op. Cit** p.40

<sup>330</sup> NASCIMENTO, Luiz. **Op.Cit.**, pp. 73 a 75

<sup>331</sup> NASCIMENTO, Luís do. **História da Imprensa Pernambucana**, 1821-1954. vol. 2, Recife: UFPE, 1966 , pp. 67 a 70

<sup>332</sup>FELDMAN, Ariel. **Guerra Op. Cit.** p.40

**Quadro 3 – Publicações sobre o Sete de Setembro no jornal *O Cruzeiro* em 1829**

<b>Data</b>	<b>Folha</b>	<b>Tipo</b>
07.09.1829	5	Correspondência
07.09.1829	5 e 6	Correspondência
10.09.1829	1 e 2	Correspondência
12.09.1829	3	Correspondência
14.09.1829	3e 4	Correspondência
16.09.1829	1 e 2	Comunicado
16.09.1829	3 e 4	Correspondência
18.09.1829	3 e 4	Correspondência
02.10.1829	2	Correspondência

Fonte: Elaborado pela autora

**Quadro 4 – Publicações Sobre o Sete de Setembro no Jornal *Abelha Pernambucana* em 1829**

<b>Data</b>	<b>Folha</b>	<b>Tipo</b>
11.09.1829	4	Ode
15.09.1829	1 a 3	Editorial
25.09.1829	1 a 3	Editorial
29.09.1829	3 e 4	Correspondência
09.10.1829	1	Ode
09.10.1829	1	Soneto

Fonte: Elaborado pela autora

**Quadro 5 - Publicações sobre o Sete de Setembro no Jornal *O Constitucional* em 1829**

<b>Data</b>	<b>Folha</b>	<b>Tipo</b>
10.09.1829	3	Editorial
24.09.1829	4	Correspondência
01.10.1829	1 a 3	Editorial

Fonte: Elaborado pela autora

**Quadro 6 - Publicações sobre o Sete de Setembro no jornal *Diário de Pernambuco* em 1829**

<b>Data</b>	<b>Folha</b>	<b>Título</b>
03.09.1829	3 e 4	Teatro
09.09.1829	2	Correspondência
10.09.1829	1 e 2	Pernambuco
10.09.1829	2 e 3	Comunicado
10.09.1829	3 e 4	Ode
11.09.1829	2	Correspondência
14.09.1829	1 a 3	Comunicado
14.09.1829	3	Sonetos
15.09.1829	1 e 2	Elogio
16.09.1829	2 a 4	Correspondência
17.09.1829	1 e 2	Ode
19.09.1829	3	Soneto
22.09.1829	1	Soneto e Quadras
22.09.1829	1 a 3	Correspondências
24.09.1829	1 e 2	Correspondências
06.10.1829	1 e 2	Correspondências
15.10.1829	1 a 3	Conferência
31.10.1829	1 a 3	Comunicado

Fonte: Elaborado pela autora

As publicações se estenderam por cerca de dois meses e foram mais intensas na quinzena posterior a festa. A maior parte foi feita sobre a forma de “correspondências” dos leitores, anônimas que enviadas para os periódicos e na maior parte das vezes assinadas por alcunhas. Ao descrever a festa ou criticar as escolhas feitas para comemorar o Sete de Setembro essas pessoas davam a sua opinião sobre as festas e criticavam publicamente sem precisar revelar suas identidades.

É interessante destacar que a maior parte das alcunhas ligavam-se a impressões acerca dos festejos. No Jornal *O Cruzeiro* as alcunhas foram *O Medroso* e *O Pateta das luminárias*, *O Espectador Sizudo*, *O Boqui-aberto*, *Boa Viagem* e *O Embirrado*. Sendo duas correspondências nominalmente assinadas, uma por Jozé Antônio de Oliveira e outra por João Facundo da Silva Guimarães. Nos jornais do grupo ligado aos organizadores da festa as alcunhas foram: *O Sora Lombriga*, no *O Constitucional*; *Acadêmico*, *O Constitucional Independente*, *O independente*, *O Espectador Olindense*, *O Independente* e *O Espectador Imparcial* no *Diário de Pernambuco* e *O Amigo de Trambolho* na *Abelha Pernambucana*.

As festas ocorridas entre os dias 6 e 8 de setembro de 1829 envolveram pelo menos os três principais bairros da cidade com iluminação, músicas, vivas, fogos artificiais e grande trânsito de pessoas, o que por si só já seria o assunto de muitas conversas no Recife Oitocentista. Se pensarmos que vários periódicos passaram a publicar e mesmo questionar as escolhas feitas para comemorar o dia da Independência entre 03 de setembro a 31 de outubro, como podemos ver nos quadros acima, é razoável pensarmos que os festejos aguçaram a imaginação dos moradores e tornaram-se um dos assuntos principais das ruas da cidade nesses meses.

Como sugere Iara Schiavinatto, as publicações sobre as festas poderiam “(re)evocar” a lírica do momento festivo ao ser lida, participando de uma educação cívica, quando lidas em voz alta em locais públicos poderiam “motivar vivas, embalar o canto, acender desavenças e adversários.”<sup>333</sup> Além disso, o grande número de publicações possibilitava aos festeiros novas visões sobre a festa que podiam se somar às lembranças de suas vivências nos dois dias seis e sete, o que podia levar a debates e a construção de uma nova opinião sobre os festejos.

A julgar pela leitura dos periódicos, os “extraordinários” festejos de 1829 mobilizaram de forma intensa o espaço da cidade e sua população. Houve uma profusão

---

<sup>333</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Entre os Manuscritos** *Op. Cit.* p. 26

de eventos que congregou diferentes segmentos da sociedade. Os jornais concordam com a grandiosidade e sucesso dos festejos, mas questionavam os seus significados.

No dia 10 de setembro o *Diário de Pernambuco* começou a publicar sobre como teriam sido essas comemorações. Nesse dia mais de três páginas e meia do jornal foram dedicadas ao relato de alguns dos festejos organizados. As festas e os espetáculos de teatro começaram na véspera do dia nacional. Na noite do dia 6, a maioria teria optado por se reunir em companhias que organizaram festejos de formas diferenciadas, das quais algumas foram publicadas.<sup>334</sup>

Os primeiros festejos publicados pelo jornal foram sobre dois cortejos que tinham como ponto de encontro praças importantes dos bairros centrais (Praça da Boa Vista e Praça do Comércio). Durante a noite, a paisagem da cidade ainda foi modificada pelos fogos do ar, girândolas, músicas e intenso trânsito do “povo” pelas ruas. A correspondência do periódico afirmava que “tudo respirava alegria, o entusiasmo não é para descrever-se em toda a parte reinou a ordem.”<sup>335</sup> Essa é uma das poucas passagens em que se faz alusão direta ao povo, apenas informando que eles estavam nas ruas, sem especificar como eles estavam festejando.

No dia 07, segundo publicação do *Diário de Pernambuco*, o dia comemorativo da Independência do Brasil, “as Fortalezas salvaram ao amanhecer, as Músicas nos bairros, que lhe foram destinados romperam a alvorada e correram as ruas.”<sup>336</sup> As salvas de artilharia ao raiar do sol eram parte dos ritos de comemoração dos dias de Gala. Ao menos em Olinda as Igrejas repicaram os sinos, em grande parte, acompanhadas por girândolas. Ainda pela manhã “houve grande parada”,<sup>337</sup> assistida pelo Presidente da Província. Por volta das nove horas, uma Companhia encaminhou-se até a cadeia para levar esmolas aos presos pobres. A noite houve teatro e um grandioso jantar no Palácio do Governo.

No jornal *Diário de Pernambuco* do dia 24 de setembro uma correspondência assinada pelo *O independente* começava com uma série de perguntas sobre a novidade e a grandeza que as comemorações representavam naquele ano:

Senhor Editor- Que é isto? Por que apareceram tão extraordinários Festejos no dia 7 de Setembro, Aniversário da nossa Independência? Vm. Já viu desde que esta se proclamou regozijo igual?<sup>338</sup>

<sup>334</sup> *Diário de Pernambuco* 10 de setembro de 1829

<sup>335</sup> *Ibidem*

<sup>336</sup> *Ibidem*

<sup>337</sup> *Ibidem*

<sup>338</sup> *Diário de Pernambuco* 24 de setembro de 1829

Em um quadro de disputa polarizada entre os periódicos, o redator do *O Cruzeiro* publicou uma carta do *Pateta das Luminárias*, no dia 10 de setembro de 1829, mesmo dia em que o *Diário de Pernambuco* inicia a “descrição” dos festejos. A carta exultava a importância do dia, mas questionava os motivos de terem aparecido em todos os ângulos da cidade de tamanhas festividades com grande adesão da população as comemorações. O *Pateta das Luminárias* buscou convencer os leitores de *O Cruzeiro* do estranhamento que a grande dimensão dos festejos causou na Província:

Mas em fim não sou eu só a pensar deste modo. Todos os bons Pernambucanos perguntam: Que é isto? É coisa nova a Independência? Porque estas festividades depois de tantos anos? Porque nos anos passados se não praticou assim? Uns perguntam aos outros...<sup>339</sup>

Buscando convencer os leitores de *O Cruzeiro*, escreveu um texto onde buscava ser lido como o representante da opinião pública. Uma coisa era um anônimo criticar a festa, outra bem diferente era conseguir ser lido como o porta voz do que se falava nas ruas da cidade. Claro que não podemos afirmar se essa era de fato a posição dos “bons pernambucanos” quanto aos festejos. Posto que, muitas vezes, como afirma Robert Darton, um texto “com o pretexto de expressar a opinião pública, visa moldá-la.”<sup>340</sup>

O *Pateta das Luminárias* finalizou sua carta prenunciando a reação dos periódicos opositores: “creio que esta minha carta vai atrair a maldição dos Jornais da liberdade.”<sup>341</sup> Conhecendo o quadro de disputas que se instaurou em 1829, podemos até dizer que essa era uma previsão fácil de ser feita. Especialmente se pensarmos que tais festejos foram uma estratégia importante para as práticas de patriotismo de um grupo que criticava o Estado Nacional e foi perseguido por suas ações.

Era importante que depois do grande esforço empenhado na organização dos festejos se assegurasse que a imagem que se espalhasse sobre eles estivesse de acordo com os ideais almejados. Afinal, por mais que se exalte a grande participação da população nos festejos, muitos devem ter tomado conhecimento desse festejo pelo que ouviram falar ou leram nos periódicos.

No dia 15 de setembro foi publicada uma longa defesa em um dos “jornais da liberdade” o *Abelha Pernambucana*, que ocupou duas folhas e meia do exemplar. Nela,

<sup>339</sup> *O Cruzeiro* 10 de setembro de 1829

<sup>340</sup> DARTON, R. Livros de sucesso e revolução. In \_\_\_\_\_. Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras pp.162-196. , 1992 p.186

<sup>341</sup> *O Cruzeiro* 10 de setembro de 1829

os extraordinários festejos realizados em Pernambuco foram associados aos “sentimentos patrióticos” dos pernambucanos, como se pode perceber no seguinte trecho do editorial:

...Foi para solenizá-lo, (não como Ele deve ser festejado, porque faltassem meios e forças aos Pernambucanos para o fazer em proporção dos seus sentimentos patrióticos; mas como lhes foi possível) foi para solenizá-lo que projetaram e apresentaram em público os festejos do dia 6 e 7, decorridos na maior efusão de prazer, e sentimentos verdadeiramente patrióticos, ma mais perfeita harmonia, paz, e sossego público...<sup>342</sup>

O patriotismo foi um princípio organizador da vida coletiva, das lutas dos grupos políticos que buscavam demonstrar o empenho em prol do Estado Nacional. Como afirma Geneviève Verdo para o Caso da independência do Rio do Prata, as “cerimônias patrióticas” são as principais ocasiões para a manifestação do “espírito público” e do “zelo patriótico” das cidades, onde havia “uma emulação, uma manifestação de diferentes qualidades, que visa a obter em retorno honras e privilégios.”<sup>343</sup>

O redator do jornal *Abelha Pernambucana* para reforçar o seu argumento da legitimidade dos “sentimentos patrióticos” nas comemorações do Sete de Setembro de 1829, também afirmou que em outras nações, como os Estados Unidos e a França, os festejos cívicos também eram celebrados. Os locais citados pelo editor são importantes referências para o pensamento político liberal da época.<sup>344</sup> A França era ainda um dos principais referenciais da “civilidade” que se buscava implementar na nova Nação. Segundo o redator na França, a comemoração dos dias nacionais tinha a intenção de “perpetuar a memória deles nos ânimos e corações das gerações futuras.”<sup>345</sup> Essa lógica comemorativa faria história também no Brasil.

Além do zelo patriótico, outras publicações apontam outras explicações para a grandiosidade dos festejos. No dia 24 de setembro, uma correspondência assinada pelo “*O independente*” publicada no Jornal *O Diário de Pernambuco* apontava como motivo

<sup>342</sup> *Abelha pernambucana* 15 de setembro de 1829

<sup>343</sup> VERDO, Geneviève. Religião, “espírito público” e patriotismo na independência do Rio da Prata. Almanack [online]. n.8, pp.104-119 2014, p. 112

<sup>344</sup> Entende-se liberalismo nesse trabalho como “uma abrangente concepção do Estado” um vocábulo que esconde diversas possibilidades. Essa influência européia não chegou incólume ao Brasil, pois o que chamamos de liberalismo brasileiro definiu-se devido a uma leitura das elites em prol de seus interesses e de uma realidade nacional. FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco** no século. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996. p. 55

<sup>345</sup> *Abelha pernambucana* 15 de setembro de 1829

para extraordinários festejos a ação dos “absolutistas” que ele comparou a um novo quilombo no Recife, o “Catucá da Praça.”<sup>346</sup>

...Qual será o motivo porque nos anos passados não tem havido nem uma sombra de entusiasmo público para celebrar o entusiasmo público para celebrar o faustoso Aniversário da Independência?

A Causa verdade deste claro testemunho da opinião pública não é outra se não a coluna, e a malvada divisão que os seus Periódicos *Cruzeiro do cemitério*, e *Amiguxo* tem feito nesta Província.(...)<sup>347</sup>

A correspondência do *Independente* publicada no *Diário de Pernambuco* de 14 de setembro de 1829, também fez referência importante aos participantes dos festejos.

As primeiras Autoridades, os Empregados Públicos, os Comandantes e Oficiais dos Corpos, o Corpo do Comércio, a melhor gente de Pernambuco parece que a porfia apostavam qual havia mostrar maior contentamento naquele dia!<sup>348</sup>

Pelo seu texto grande parte das elites se empenhou para festejar com mais entusiasmo o dia Sete de Setembro. Apesar de não encontrarmos nas publicações para entendermos qual a participação “da melhor gente de Pernambuco” na organização dos festejos, fica nítido pelas publicações que liberais, conservadores, autoridades provinciais e estrangeiras, comerciantes, militares todos participaram dos festejos. E além deles os populares também tiveram intensa participação nesse “regozijo público” As autoridades, na maior parte das vezes, também aparecem como participantes ilustres das festas. A divulgação de notícias da ação de “sociedades” e outros grupos que se organizaram para festejar, as disputas e picuinhas pessoais faziam o enredo geral das publicações.

Os jornais também publicaram sobre alguns preparativos necessários para a organização da festa. De acordo com uma correspondência publicada no *Diário de Pernambuco* de 14 de setembro de 1829, a mesma “sociedade composta de doze

<sup>346</sup> Em uma analogia ao principal quilombo existente na região. Enquanto existiu, o quilombo efetivamente influenciou a lógica e o ritmo da resistência escrava em Pernambuco. Ocupava as margens da fronteira agrícola da mata norte, tendo início no subúrbio do complexo urbano Recife-Olinda, era dividido em diversos núcleos, sendo dois principais um próximo a Goiana e um na chamada Cova da Onça. Ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. *A Vossa Senhoria (...)* incumbe a destruição de quilombos”: juízes de paz, quilombolas e noções de ordem e justiça no primeiro reinado in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro e SILVA, Giselda Brito da. ( org) **Ordem & Polícia: controle político- social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVII ao XX.** Recife, Ed. Universitária da UFRPE, 2007 e

<sup>347</sup> *Diário de Pernambuco* 24 de Setembro de 1829 O termo *Amiguxo* faz referência ao periódico *Amigo do Povo*, no qual não encontramos publicações com críticas diretas aos festejos de 1829, mas que junto com *O Cruzeiro* costumava fazer uma crítica sistemática aos liberais.

<sup>348</sup> *Diário de Pernambuco* 24 de Setembro de 1829

Brasileiros, amantes da Liberdade do seu país”<sup>349</sup> que organizara os festejos em 1828<sup>350</sup> pediu autorização ao Presidente da Província e ao Governador das Armas para usarem as partes do Palácio ocupadas por cada um para os festejos em homenagem à Independência.<sup>351</sup>

Ainda antes da realização dos festejos chegou às mãos do redator do jornal *O Cruzeiro* uma carta datada de 4 de setembro assinada por João Facundo da Silva Guimarães criticando uma das práticas importantes para a realização dos festejos: a arrecadação de dinheiro. O periódico informava que uma “sociedade” da freguesia de Santo Antônio, em Sete de Setembro, “pretendia realizar uma esmola aos presos da Cadeia, iluminação no Pátio do Carmo e alguns divertimentos na casa do Doutor Bernardo Luiz Ferreira, um conhecido “revolucionário” das terras pernambucanas.<sup>352</sup>

Na carta que enviaram para Manoel, pedia-se a contribuição de dez patacas (3.200 réis). Em outra publicação *O Cruzeiro* destacou a abrangência que a contribuição poderia ter, ressaltando a possibilidade de outros dois valores de contribuição: 640 ou 160 réis<sup>353</sup>, o valor mais baixo estipulado para contribuição era o necessário para comprar uma garrafa de vinho do porto, por exemplo.<sup>354</sup> Como sugere a historiadora Carla Simone Chamon ao analisar os festejos cívicos oitocentistas em Minas, “talvez, a contribuição financeira atingisse também setores menos privilegiados da sociedade e se diluísse entre os habitantes.”<sup>351</sup> No bairro comercial de Santo Antônio pessoas de diferentes camadas sociais teriam condições para contribuir com esse ato de caridade aos presos pobres e divertimentos privados na casa do Deão.

O editor de *O Cruzeiro* parece ter tentado zombar da subscrição, associando-a a pobreza, tanto que resolveu publicar esta carta no dia 7 de setembro, logo depois de outra carta, agora assinada por *O Medroso* que questionava a lógica de se fazer esmola com o dinheiro dos outros. Além disso, depois das duas cartas sugeria que o Doutor Bernardo ficaria constrangido, “quando souber que se pede dinheiro para fazerem-se

---

<sup>349</sup> O periódico não nomeia a sociedade e nem os seus participantes.

<sup>350</sup> Bento Joaquim de Miranda Henriques foi citado por ter entrado para substituir um membro que saiu, ser o primeiro ano de sua participação, Francisco José da Costa, J. Lucio Correia faziam parte da sociedade e forma responsáveis pelos brindes do jantar.

<sup>351</sup> *Diário de Pernambuco* 14 de setembro de 1829

<sup>352</sup> Doutor Bernardo Luiz Ferreira Portugal, Deão de Olinda e advogado em 1817 foi o responsável por benzer as bandeiras dos revolucionários de 1817, envolvido no morgado do Cabo. Fragmentos de um livro inédito. Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano n.45 Recife 1894

<sup>353</sup> *O Cruzeiro* 14 de setembro de 1829

<sup>354</sup> *Diário de Pernambuco* 4 de abril de 1829

divertimentos em sua casa, dirá: Pois tão pobre sou eu, que não posso dar um baile, e fazer uma iluminação a minha custa.”<sup>355</sup>

Após a publicação da carta de João Facundo no *O Cruzeiro*, a conversa sobre recolher dinheiro para os festejos circulou pela cidade, especulava-se sobre a identidade de O *Medroso*, que teve a carta publicada junto à destinada a João. Um dos nomes que se falava era o de Manoel da Fonseca. Afinal, ele foi o destinatário da carta e tinha desavença com três membros da sociedade de Santo Antônio. Possivelmente depois de ter negado, pessoalmente a alguns, ser o responsável pela publicação no *O Cruzeiro*, resolveu publicar uma carta no *Diário de Pernambuco* onde buscava acabar com a suspeita dando a sua versão dos fatos.

A carta de Manoel da Fonseca foi publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 11 de setembro de 1829, quatro dias depois de a carta de Silva Guimarães ter sido impressa no jornal *O Cruzeiro*, tempo no qual circulava a conversa que a escrita pelo *O Medroso* seria de sua autoria, posto que ela foi publicada junto a uma carta que ele havia recebido, por ter manifestado o interesse em “concorrer para os festejos do Aniversário da Independência.”<sup>356</sup>

Manoel argumenta que jamais havia enviado cartas para o jornal *O Cruzeiro*, e para garantir a sua inocência escudava-se com os que conheciam seu gênio e pensar. Afinal aqueles mais próximos deveriam conhecer a sua rotina. As pessoas se conheciam relativamente bem na cidade do Recife que crescia, mas não era tão grande assim.

Entretanto, era preciso explicar como a carta que recebera foi parar nas páginas do *O Cruzeiro*. Ele teria recebido uma visita no dia 05, que leu a carta de Guimarães e pediu para levar a carta e mostrar a outrem. Ele consentiu, pois não havia imaginado que seria publicada, ou serviria para dilucidar a carta do *Medroso*. Não podemos afirmar se a pessoa que visitou Manoel fosse o autor de uma das publicações, ou se ele simplesmente entregou a carta a alguém que fez chegar às mãos do redator do *O Cruzeiro*. Ou ainda se essa carta não percorreu um número maior de mãos até chegar as páginas do jornal e na boca de parte da população. Outro argumento utilizado para corroborar não ter sido responsável pela publicação foi o de que respondeu a Guimarães com termos satisfatórios e expressivos, possivelmente fazendo uma contribuição financeira para realização do divertimento.

---

<sup>355</sup> *O Cruzeiro* 7 de setembro de 1829

<sup>356</sup> *Diário de Pernambuco*, 11 de setembro de 1829.

Seja por subscrições ou por outros tipos de iniciativas, para que as festas acontecessem foi necessário uma grande mobilização social, mas os jornais não publicaram sobre todo o trabalho que envolvia o preparo para a festa. A organização dos variados eventos deveria ser uma das atividades que ganhavam destaque no cotidiano dos dias que antecederam a festa. Além deles outros grupos também se preparavam para festejar o Dia da Independência. Os primeiros dias de setembro devem ter sido de intensa movimentação na região central do Recife. Os trabalhos para as variadas comemorações devem ter envolvido muita mão de obra. Artífices deviam estar atarefados com a construção da arquitetura efêmera. O comércio deve ter movimentado grandes quantias, botequins, armazéns de secos e molhados, além de particulares devem ter recebido variadas encomendas de pratos especiais.

As críticas e a surpresa com a empolgação acompanharam a grande movimentação social que envolvia os preparos. Tamanha agitação parecia se espalhar pelos arredores da cidade, como afirma a correspondência do *Boa Viagem*, publicada no jornal *O Cruzeiro*, de 14 de setembro, ele teria descoberto de véspera que:

vinha abaixo o Recife com festejos, em honra, e memória da heroica Independência deste Império; e por conseguinte na tarde do dia 6 enfiei a trouxa, e botas no quiri, e pede calcante pus-me a caminho. Cheguei, ouvi, vi, refleti, e pasmei!!!!!! Que festanças, que alegria, que foguetes, que luminárias, que coisas;; meu Deus exclamei eu no adro de S. Pedro perto da meia noite, quanta gente verdadeiramente constitucional!!!<sup>357</sup>

O *Boa Viagem* foi o único correspondente do *O Cruzeiro*, a defender os festejos, em sua carta pediu ao redator para não permitir publicações contra as festas, pois ainda durante os festejos tinha ouvido que eles preparavam “mangações e achincalhamentos.” Sua súplica não foi atendida. No mesmo dia que ele teria escrito a carta, no dia 7 de setembro, *O Cruzeiro* publicou uma carta criticando uma das sociedades que se reuniram para organizar os festejos.

As tentativas de depreciação dos festejos possibilitaram vários debates pela cidade, devem ter mexido com os brios de muita gente e também uma problema para os que defendiam os festejos como uma forma de demonstrar os “sentimentos verdadeiramente patrióticos” dos pernambucanos. Uma publicação de uma correspondência no *Diário de Pernambuco* de 16 de setembro, falava que tinha ouvido uma conversa de dois absolutistas criticando os festejos e tentava mostrar o absurdo que

---

<sup>357</sup> *O Cruzeiro* 14 de setembro de 1829

era existir tais críticas. *O Constitucional Independente* iniciou a sua carta com uma série de indagações que ele teria ouvido sobre o festejo:

Senhor Editor- Estamos perdidos! Que querem os Farroupilhas? Onde vai parar o sofrimento da gente de bem? Que significam estas alegrias? Estas luminárias? Estes fogos do ar? Estas músicas? Estes vivas? Estas Pirâmides? Estes jantares? Todas estas cousas nunca vistas?”<sup>358</sup>

Certamente, os questionamentos das conversas dos supostos “absolutistas” referiam-se a percepções que circulavam pela cidade. É importante salientar que como afirma Marco Morel, a “circulação de palavras - faladas, manuscritas ou impressas - não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornava brasileira.”<sup>359</sup> É bem provável que as publicações sobre as festas tenham ocasionado um grande falatório pelas ruas da cidade.

Outra crítica que esta publicação ressaltou envolvia os ensaios das bandas militares. Os músicos devem ter escolhido um repertório especial para as noites em comemoração ao Dia da Independência e deviam estar se preparando para não errar no dia da festa. Uma das bandas foi criticada por querer, em sua execução nos festejos do dia sete, destoar do tipo de música que se esperava se tocar numa “festa nacional.” Segundo a publicação no *Diário de Pernambuco*, do dia 16 de setembro “preparou-se a Música de certo Corpo (o da Artilharia, ouviu!) para tocar por achincalhe uma composição das quadras de candomblé nesse dia, e não sei se chegou a tocar.”<sup>360</sup>

Mas o que significava candomblé no Recife desse período? A correspondência não explicava o significado dessa palavra da primeira metade do século XIX. Prática presente nas religiões afro-brasileiras o termo candomblé ainda que não se referisse à religião que conhecemos hoje, fazia referência ao universo das religiões afro-brasileiras africanas.<sup>361</sup> As quadras de candomblé deveriam estar ligadas às músicas cantadas pelos

<sup>358</sup> *Diário de Pernambuco* 16 de setembro de 1829

<sup>359</sup> Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). **Livros e Impressos**. Retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.153-184 p.163

<sup>360</sup> *Diário de Pernambuco* 16 de setembro de 1829

<sup>361</sup> O jornal *Amigo do Povo*, em uma publicação de junho de 1829 ao tentar explicar este termo faz uma comparação geográfica para dotar de significado esse termo. “Candomblé = É na Bahia no lugar chamado Cabula: ali é que os escravos, e as meretrizes iam tomar ventura levadas por uma impostora de nome Nicácia. É o mesmo que a Cruz do Patrão em Pernambuco.” (O Amigo do Povo 27/06/1829) A Cabula era um distrito rural da Bahia onde a “adivinha-curandeira” Nicácia morava e aonde segundo João José Reis “ia muita “gente de várias qualidades” procurá-la “a fim de lhe conferir fortuna, quer dizer, adivinhar e propiciar a sorte.” REIS, João José, *Dono da Terra Chegou, Cento e Cincoenta Acabou? Notas sobre Resistência e Controle dos Escravos na Bahia, que Recebeu a Família Real em 1808*. **Revista USP**, v. 79, p. 106-117, 2008 ,p.116

escravos em suas práticas religiosas. Para quem escreveu a carta, era um absurdo executar tal tipo de música em um dia em que a população das diversas regiões do Brasil reunia-se para comemorar a Independência. Ao aproximar a música planejada para a festa a uma religião dos escravizados e “gente de cor” da cidade, pretendia-se criticar e mesmo depreciar o som executado pela Música da Artilharia. Para os que formavam a elite daquela sociedade os costumes das camadas populares, especialmente dos escravos, eram comumente associados à barbárie.

Mas qual o motivo de um jornal publicar críticas feitas aos festejos por ele defendidos? O correspondente possivelmente tentou canalizar conversas que questionavam as motivações das comemorações cuidadosamente realizadas na véspera e no Dia da Independência. Essas conversas deveriam ser uma constante pelas ruas da cidade e podiam estar criando novos significados para os festejos. *O Constitucional Independente* afirmava, em sua “correspondência,” como sofria em ouvir questionamentos sobre as comemorações e teceu uma série de comentários para responder as críticas que podiam estar abalando as crenças nos festejos. Na opinião do texto publicado no *Diário de Pernambuco*, foi importante festejar com tanto entusiasmo, “para que eles conheçam a opinião de Pernambuco, sem que nos importem seus insultos, suas mentiras, seus desaforos.”<sup>362</sup>

As críticas publicadas pelo *O Cruzeiro* foram duramente rebatidas, e a preocupação em deixar claro os “sentimentos patrióticos” nas páginas dos periódicos eram ainda mais importantes quando pensamos que essas eram as versões que iriam criar a imagem dos festejos para aqueles de longe, especialmente na Corte, como podemos ver numa publicação do *Diário de Pernambuco* de 15 de outubro que simulava uma conversa sobre a festa, ressalta o *Doutor Lombriga* retratado como uma absolutista comenta:

Ainda pareceis novato na grande arte da intriga! Aqui nos chamaram mentirosos, patifes, malvados, intrigantes, &c &c: mas no Rio são as coisas de outro modo: o caso da libré dos presos igual a dos festejadores, os caboclos, ou columins, insulto aos Europeus, tudo isso pode fazer impressão.<sup>363</sup>

Entre as várias críticas o caso dos “insultos aos Europeus” se destacou, era um problema refletido em diversas situações no Brasil da década de 1820. Como analisa Gladys Sabina Ribeiro, os conflitos entre portugueses e brasileiros estavam ligados a

<sup>362</sup> *Diário de Pernambuco* 16 de setembro de 1829

<sup>363</sup> *Diário de Pernambuco* 15 de outubro de 1829

rixas e divergências com um conteúdo político mais amplo, também envolviam-se com questões ligadas ao mercado de trabalho.<sup>364</sup> Além disso, a crise política que se instaurou nos anos que antecederam a abdicação reascendeu o ânimo contra os portugueses.

Uma publicação do jornal *O Cruzeiro* de 10 de setembro de 1829 criticava a participação ativa dos portugueses nos festejos de 1829, discordando principalmente da presença de 50 a 60 portugueses entre os caixeiros que organizaram uma companhia para festejar o dia Sete de Setembro com um cortejo na noite do dia 6. Segundo a publicação do *O Cruzeiro*:

Que os Portugueses vagassem entre os festivos Brasileiros, que não fugissem dos seus círculos, que não dessem uma só prova de descontentamento, que concorressem a geral iluminação, que trata em urbanamente tratados, era do dever de todos os Portugueses, mas que se formassem em grandes ajuntamentos sem serem convidados, é o supra sumo do desejo, é levantar troféus ao seu aviltamento!<sup>365</sup>

Nos dias 25 e 29 de setembro o jornal *Abelha Pernambucana* publicou defesas a a presença dos portugueses nos festejos e questionando as críticas do jornal *O Cruzeiro*. Na correspondência publicada no dia 29 o autor usava os seguintes argumentos:

Os Portugueses não deviam aplaudir a Independência do Brasil para não obrarem baixamente e cobrirem de infâmia. Um tal obrar só é digno de Portugueses degenerados, assim diz o Sr. Desembargador cruzeiro!...Os vossos desejos eram que os Portugueses que bem conhecem o que ganhou Portugal e eles com a emancipação do Brasil; e que de coração amam a Constituição, fossem atrás dos bons Brasileiros, que cheios do sacrossanto fogo da Liberdade andavam comemorando o Grande Dia a atirar-lhes pedradas como aconteceu em Olinda, Ah! Monstros!<sup>366</sup>

Em primeiro de outubro, o jornal *O Constitucional* defendeu que não havia problemas na participação dos portugueses, sendo eles inclusive boa parte dos Caixeiros que foram autores de um dos festejos. Para o redator:

Que importa, que os portugueses tenham hoje perdido as esperanças da recolonização do Brasil? É isto motivo para se não solenizar a faustosa época da nossa independência, quando esta agora é que está de todo firme e inalterável como diz o pateta? Entende por acaso esse pateta do Cruzeiro, ou esse Cruzeiro pateta, que os festejos a Independência devem ser um acinte, ou espécie de perrice aos portugueses, e não um público testemunho do contentamento Nacional? Enquanto lutávamos pela Independência, e esta podia ser duvidosa; justo era, que a festejássemos com toda a pompa, e fósforo para dar figas, e mate aos Portugueses. Hoje, que estes estão

---

364 RIBEIRO, Gladys Sabina. As noites das garrafadas: Uma história entre outras de conflitos antilusitanos e raciais na Corte do Rio de Janeiro em 1831. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 37, No. 2, Special Issue: State, Society, and Political Culture in Nineteenth-Century Brazil (Winter, 2000), p 60 e p.66

<sup>365</sup> *O Cruzeiro* 16 de setembro de 1829

<sup>366</sup> *Abelha Pernambucana* 29 de setembro de 1829

desenganados a respeito da recolonização, são censuráveis as Festas, são fósforos &c. &c Da-se estúpido, e perverso igual? É isso que é um pateta colonista: ele o está dizendo: como cativo, e quase por consequência o malcriado só queria festejar pela Independência, em quanto estes podiam servir de raivar os Portugueses, mais como estes já não tomam isto em grosso, devem cessar os Festejos?<sup>367</sup>

No dia 02 de outubro, *O Cruzeiro* publicou uma carta rebatendo as correspondências publicadas no *Abelha Pernambucana* que defendiam a presença dos portugueses. Pela leitura dos periódicos não se percebe rivalidades entre portugueses e brasileiros durante os festejos. A presença dos portugueses só foi questionada quando a festa passou a ocupar as páginas dos periódicos e a se questionar a sua inserção no jogo de poder local.

As notícias das festas nos jornais talvez fossem também uma forma de mostrar que ainda existiam inimigos da independência. No dia 09 de setembro de 1829 o *Diário de Pernambuco* publicou uma correspondência de *O Acadêmico* denunciando que foram atingidos por "um chuveiro de pedras" quando voltavam de um jantar na casa de um dos lentes da faculdade no dia 6 de setembro em homenagem ao Sete de Setembro. Mesmo sendo agredidos por pedras, *O Acadêmico* assegurou que eles resolveram não responder, em suas palavras as pedradas excitaram "um grande rancor e ódio, que só a lembrança do dia 7 foi capaz de aplacar!"<sup>368</sup> Segundo *O Acadêmico*, a intenção de escrever essa carta para mostrar que ainda existiam inimigos da independência, segundo ele "ainda há chumbo-Portugueses, que esperam pela antiga União como por D. Sebastião; e desgraçadamente alguns Brasileiros degenerados."<sup>369</sup>

*O Diário de Pernambuco* também publicou algumas correspondências que falavam sobre conflitos nos festejos, que eram atribuídos a ação dos "absolutistas." Uma correspondência do *Espectador Olindense* publicada no dia 22 de setembro afirmava que na manhã do dia Sete teriam aparecido afixados nas esquinas e portas pasquins, intitulados: "Morrão os Constitucionais Baianos e Pernambucanos."<sup>370</sup>

Os pasquins eram formas de crítica típicas do período e como ressalta Marco Morel para o Rio de Janeiro, tais papéis conseguiam propagar críticas que não eram encontradas em outros impressos, inflamando os espíritos de parte da população.<sup>371</sup>

<sup>367</sup> *O Constitucional* 1 de outubro de 1829

<sup>368</sup> *Diário de Pernambuco* 09 de setembro de 1829

<sup>369</sup> *Ibidem*

<sup>370</sup> *Diário de Pernambuco* 22 de setembro de 1829

<sup>371</sup> MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840). 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005 pp 225-227

Mesmo frente as provocações e a gravidade que a prática de colar pasquins com críticas políticas representaram no início do ano, tendo sido um dos estopins para que fossem suspensos temporariamente os direitos constitucionais na província, não há relatos de reações a eles. Talvez o entusiasmo com a festa tenha abafado o ódio que tais “papéis incendiários” poderiam ter propagado.

Os jornais não controlavam todos os significados, devem ter sido criados inúmeros outros pelos festeiros de 1829. Especialmente se pensarmos o festejar, de forma semelhante ao que Chartier pensa sobre a prática de leitura, uma “prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores.”<sup>372</sup> Cada festa é dotada de tantas possibilidades, quanto permite a criatividade dos que delas participam. As festas extraordinárias de 1829 representaram um novo uso para a comemoração de uma data estabelecida como feriado nacional em homenagem a Independência do Brasil.

## 2.2 As Comemorações Oficiais Do Sete De Setembro Entre 1829 E 1848

A situação política de Pernambuco passou por uma série de disputas políticas. Entre 1829 e 1848 as festas de Sete de Setembro foram vivenciadas e organizadas como uma forma de práticas de patriotismo para liberais e conservadores. Eles se envolveram nas comemorações cada qual a seu modo em um período de intensa disputa pela poder. Às vésperas da abdicação os conservadores estavam no poder da província. Segundo o Historiador Paulo Cadena, de 1835 a 1844 os Cavalcanti de Albuquerque dominavam o poder em Pernambuco. Até quando os praieiros assumiram o poder entre 1845.<sup>373</sup>

Os jornais pesquisados foram ligados aos diferentes grupos. A maior parte deles teve uma duração curta, apenas o *Diário de Pernambuco* circulou durante todo o período analisado. Encontramos em todos os periódicos relatos com descrições e críticas às formas de festejar. No *Diário de Pernambuco* e no *Diário Novo* também encontramos a publicação da ‘parte oficial,’ onde eram publicados os ofícios trocados entre as autoridades.

No Recife Oitocentista, os ritos oficiais das festas tidas como nacionais envolviam uma série de festividades e rituais. Comemorava-se a consolidação da

<sup>372</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In: Lynn Hunt (org.). **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.211-238. p.214

<sup>373</sup> CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011 pp.118-119

independência, ela tinha que ser vivida, sentida e comemorada nas ruas de Recife, nas praças do poder, nos quartéis locais, nos teatros da cidade. Ao longo dos quase 20 anos que percorri os jornais, mapeando os registros das festas em variados jornais, elas não parecem ter tido grandes mudanças. Sem dúvida, os ritos oficiais das festas se assemelham aos analisados por Hendrik Kraay no Rio de Janeiro e envolviam, salvas de artilharia, *Te Deum*, Beija-mão, iluminação pública, paradas militares e teatros de gala<sup>374</sup>, mas tiveram também cores e sabores locais.

Ao amanhecer do dia Sete de Setembro, como nos outros dias de gala e festas nacionais, a cidade era despertada pelas salvas de artilharia, repiques de sinos e embandeiramento. Os fortes e embarcações surtas no porto preparavam-se para esse rito. Por mais que tenham um destaque menor nas publicações sobre os festejos, eram parte imprescindível desse dia e envolviam principalmente militares e as autoridades.

O público parecia estar acostumado com a linguagem do ritual e o acompanhava com bastante atenção. Pela análise dos periódicos, não encontramos muitas disputas ou controvérsias sobre essa parte das festas. Um pequeno deslize no cumprimento do rito pela Fortaleza de Pau Amarelo, que em 1830, não teria içado a bandeira, foi motivo para uma correspondência publicada no *Diário de Pernambuco* para lembrar ao seu Capitão, Antonio de Souza Rolim, de içar a bandeira para que o “faustoso” dia fosse comemorado como se deve em 1831.<sup>375</sup>

Em 1841, quando os fortes e embarcações não respeitaram a sequência do rito no Recife, o Comandante de Armas enviou um ofício ao Presidente da Província, solicitando que fossem emitidas ordens para que nas salvas futuras se observasse o costume<sup>376</sup>: as salvas deveriam ter início na Fortaleza do Brum e no segundo tiro serem acompanhadas pelas embarcações surtas no porto.<sup>377</sup>

Apesar de ser um rito aparentemente simples, envolvia uma destreza para o carregamento das armas, pois podiam causar acidentes graves. Também em 1841, em Igarassu, na primeira salva, segundo o *Diário de Pernambuco*, uma peça de calibre doze explodiu e destruiu o polegar direito do seu soquete, o Guarda Nacional Luiz Gonzaga.

---

<sup>374</sup> KRAAY, Hendrik. *Days of National Op.Cit.* p. 38

<sup>375</sup> *Diário de Pernambuco* 01 de setembro de 1831

<sup>376</sup> *Diário de Pernambuco* 17 de setembro de 1841

<sup>377</sup> *Ibidem*

Além de perder o dedo, ele também quebrou o braço, quando foi lançado da muralha para o fosso com as roupas em chamas.<sup>378</sup>

Outra parte importante dos ritos oficiais da festa, que envolviam os militares como protagonistas eram as paradas militares. Em Pernambuco, a partir de 1835 com o *Diário de Pernambuco* passando a publicar uma parte oficial com as correspondências trocadas entre as autoridades, percebemos que ordens dadas nas vésperas da Parada Militar, além de estabelecerem a formação do cortejo, também confirmavam a escala do policiamento. Afinal, era preciso garantir a ordem e a tranquilidade pública mesmo com a “Grande Parada” atraindo os responsáveis por sua aplicabilidade na cidade. Tal como observou Iara Schiavinatto para as festas cívicas no Rio de Janeiro, essa ordem “fincava uma correlação entre os homens, demarcando seu lugar social dentro do cortejo que, analogamente, deveria nomear a sua posição na ordem social vigente.”<sup>379</sup>

A tropa se reunia na parte da manhã do dia Sete de Setembro. As variadas forças que compunham o aparato policial eram distribuídas ordenadamente de acordo com a decisão do comando de armas. As “Grandes Paradas” tinham início em pontos variados dos bairros centrais da cidade, passavam por ruas diversas onde o “povo” podia acompanhar o trajeto. Até meados da década de 1830, os periódicos ressaltam que os militares depois de circularem por algumas ruas nas manhãs do dia sete, postavam-se próximos a Igreja onde se celebrava o *Te Deum*.

Ao contrário do que ocorria nos relatos sobre as “festas ocasionais”, esse rito era pouco citado nas publicações dos festejos do Sete de Setembro. Depois dos momentos de ação de graças com oração, discurso e música dentro do templo religioso, as tropas davam-se as descargas e depois seguiam para o pátio do Colégio, onde saudavam o Retrato do Imperador em um cortejo que ocorria em uma sala especial do Palácio do Governo.

O pátio do Palácio, que comumente já era um lugar movimentado (como podemos ver na figura 3), nos dias das comemorações do Sete de Setembro deveria ficar lotado. Nesses momentos em que os militares preparavam manobras para a exibição pública, o espetáculo devia atrair a atenção de muitos, como observamos nas publicações das ordens do presidente da província nos diários pernambucanos, ao

---

<sup>378</sup>A tesouraria provincial pagou o cirurgião que o atendeu e concedeu o direito de receber enquanto se recuperava. *Diário de Pernambuco* 17 de setembro de 1841

<sup>379</sup> SOUZA, Iara Lis. **Pátria Coroada...** *Op. Cit.* p.228.

menos os empregados públicos e autoridades eram convidados para comparecer ao rito cuidadosamente desenhado.

**Figura 4** - Largo do Palácio do Recife



Fonte: Schlappriz, Luiz- Biblioteca Nacional<sup>380</sup>

Os festejos podiam coincidir com as eleições, o que mudava a ordem dos festejos. Pela lei de regulamentação das Câmaras municipais, de 1828, a cada quatro anos os seus membros e os Juizes de Paz seriam eleitos exatamente no dia Sete de Setembro em todo o Brasil.<sup>381</sup> A política do poder central, ao cristalizar datas e movimentos cívicos nacionais, usou uma importante estratégia para construção do Estado Nacional.

As eleições eram momentos agitados no Brasil Império. Segundo Graham, envolviam uma participação ampla da população. Cada qual se preparava a seu modo. Era dia de escolher uma roupa especial, era a apoteose de uma sociedade escrita iletrada, demarcando a hierarquia social “acima de tudo, exibições teatrais

<sup>380</sup> SCHLAPPRIZ, Luis. Campo das Princesas, (Largo do Palacio). Recife, PE: Lith. F. H. Carls, [1863-68]. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon354212.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon354212.jpg)>. Acesso em: 24 abr. 2018.

<sup>381</sup> LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828. Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm).

elaboradas.”<sup>382</sup> Em 1832, no periódico *Bússola da Liberdade*, em meio ao relato de um cortejo, se fez uma rápida menção sobre o cumprimento do dever cívico:

Principiava a amanhecer o glorioso Dia ao som dos estrepitosos canhões, que trovejavam nas fortalezas, e depois de haverem todos cumprido com os deveres de eleitores em suas respectivas freguesias ( por ser esse o dia das eleições da Câmaras Municipais e Juízes de Paz) tronaram a reunir-se na mesma casa, onde foram servidos com profusão de diversas iguarias e licores.<sup>383</sup>

Em 1836, segundo relato publicado no *Diário de Pernambuco*, a eleição ocorreu no dia Sete de Setembro. Como previa a lei, todos os cidadãos precisavam ir a sua matriz de manhã, adiando a Grande Parada para o turno vespertino.<sup>384</sup> Para além de mudar o horário dos ritos, a coincidência desses dois atos de civismo trazia outras formas de vivência do patriotismo e cidadania do dia da festividade nacional.

Votar congregava muitos na matriz de suas freguesias. Além do que, como afirma Richard Graham, eleições podiam se transformar em folguedos semelhantes aos cortejos festivos, quando grupos adversários proclamavam “ideias comuns e fidelidades rivais” saindo pelas ruas com expressões semelhantes, como músicas, foguetes e dando vivas.<sup>385</sup> Em um dia de festa, onde todos já estavam animados para celebrar a Independência é bem provável que a cidade estivesse bem agitada. As conversas deviam fervilhar pelas disputas entre tradicionais adversários, como gabirus e praieiros, e até mesmo um encontro entre grupos adversários por entre os festejos podia levar a uma intensa briga.

Com a Praieira houve o aumento nas tensões no espaço público. Em 1844, ano que os praieiros começaram a ganhar os cargos mais importantes da província, o *Diário de Pernambuco* ressaltava que eles causavam tumultos nas eleições. Como resalta Bruno Câmara, foi entre os dias 8 e 10 de setembro que ocorreu o primeiro mata-marinheiro, “aguçados pelo calor das urnas e também pelas comemorações de aniversário da Independência.”<sup>386</sup>

Em 1848, por exemplo, ano do retorno dos conservadores ao poder no Brasil Império, em que as eleições para os senadores foram anuladas por duas vezes e que os praieiros tornaram mais radicais o uso do espaço público para conquista de seus

---

<sup>382</sup> GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 1997 pp.160-164.

<sup>383</sup> *Bússola da liberdade* 12 de setembro de 1832

<sup>384</sup> *Diário de Pernambuco* 9 de setembro de 1836

<sup>385</sup> GRAHAM, Richard. *Op.Cit.* p. 151

<sup>386</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** Recife: O autor, 2012. p.16

objetivos, os jornais descrevem alguns tumultos. Durante o ano eleitoral as confusões durante as qualificações foram intensas, o que segundo o periódico *A União*, teria levado ao adiamento das eleições.<sup>387</sup>

Voltando aos ritos oficiais, após a grande parada era hora de um ato festivo que ocorria dentro do palácio do governo: o cortejo ao Retrato do Imperador para o qual eram convidadas as diversas autoridades, pessoas de representação da província e funcionários públicos. Essa prática, pelo que indicam os jornais, era uma adaptação do ritual do beija mão.

Em 1847, o *Diário Novo* destacou também que, junto a Grande Parada, houve o rito do beija-mão. Apesar das poucas referências na descrição dos festejos do Sete de Setembro, esse termo aparece outras vezes com o nome de Cortejo ao Retrato. Em 1834 o *Diário de Pernambuco* inclusive fala da existência de uma sala do beija-mão no Palácio do Governo.<sup>388</sup>

A cerimônia, como afirma Iara Schiavinatto, tecia um laço entre súdito e soberano. Nelas “os nobres e afortunados se dirigiam à real presença, reverenciando-o com o ato de beijar-lhe a mão, curvando-se à sua figura.”<sup>389</sup> Na ausência do imperador, o seu retrato o representava nos espetáculos oficiais. Era uma forma de trazê-lo para as diferentes localidades do Brasil, “exibindo suas qualidades, atributos, e remetia para seu sentido sobrenatural, inserindo-o numa lógica na qual se destacavam os santos, o andor, o pálio.”<sup>390</sup>

Nos relatos festivos sobre o Sete de Setembro, acontecia quando as grandes paradas militares chegavam ao largo do Palácio do Governo e os convidados entravam no palácio para fazer a reverência ao Imperador. Segundo Elaine Dias, a prática acontecia da seguinte forma nas províncias: o retrato “era colocado ao pé de um trono, e ali as pessoas seguiam para uma espécie de cumprimento semelhante ao beija-mão, recebendo ele cortejos e homenagens.”<sup>391</sup>

Além dos ritos que tinham como foco a ação das autoridades, militares e demais empregados públicos, também fazia parte das comemorações oficiais as iluminações. Mesmo nas comemorações mais simples era preciso garantir, ao menos, a iluminação da

<sup>387</sup> *A União* 7 de setembro de 1848

<sup>388</sup> Na ausência do Imperador era feito um convite para um cortejo ao Retrato em uma sala específica do Palácio do Governo, que o escrivão da Câmara Municipal de Olinda registrou como beija mão DIII-12 3 de abril de 1825

<sup>389</sup> SOUZA, Iara Lis, *Pátria Coroada Op. Cit* p. 234

<sup>390</sup> *Ibid.* p.258

<sup>391</sup> DIAS, Elaine. A representação da realeza no Brasil: uma análise dos retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 243-261, June 2006

cidade. Esta era um dos símbolos do “regozijo público” desde o período colonial, e apesar de envolver parte dos ritos da Monarquia para a comemoração, essa parte da festa dependia do envolvimento dos particulares, a cidade só se iluminaria se grande parte do “povo” resolvesse colocar as luminárias em suas casas.

As pessoas iluminavam suas casas de acordo com as suas possibilidades que podiam ser com simples luminárias de sebo, ou investir em belíssimos conjuntos para as suas propriedades, que podiam envolver globos, mangas, castiçais de várias cores, formatos e tamanhos. Algumas mais elaboradas envolviam muito mais que luzes e se transformar em um divertimento, eram acompanhadas por música, recitação e algumas vezes contradanças. Havia um trânsito entre os ritos oficiais e os festejos populares.

De acordo com as narrativas do cortejo de 1829, a cidade foi ricamente iluminada nesses dias. Entretanto, a espontaneidade de tal iluminação foi questionada por uma correspondência publicada no Jornal *O Cruzeiro* que relatava conversas que teria ouvido pelas ruas da cidade depois do festejo:

Porque se iluminou toda a Cidade espontaneamente?. Eu se o fiz diz este, foi por pedido de um dos agentes da festa. Eu, responde o outro. Temi de ser notado por eles e receber algum ataque.<sup>392</sup>

Tal como afirma Kraay ao analisar as contribuições espontâneas para as primeiras comemorações populares das festas nacionais no Rio de Janeiro, a espontaneidade precisava ser relativizada, pois muitos podiam ter contribuído para os divertimentos por medo de represálias públicas dos liberais, tais como os insultos.<sup>393</sup> Um trecho da publicação do *Diário de Pernambuco* de 16 de setembro também afirmava que entre as conversas dos absolutistas contra as festas estava o receio dos que não colocaram luminária, “uns esconderam-se em casa, outros foram para os sítios.”<sup>394</sup>

Além disso, algumas publicações dos jornais deixavam escapar, ou mesmo testemunhavam outras possíveis formas de celebrações no dia Sete de Setembro. Um caso parece exemplar e ocorreu no ano que os praieiros assumiram a presidência da província, em 1845. Como afirma Marcus Carvalho, no governo começaram a substituir os delegados e subdelegados de polícia na província.<sup>395</sup> Os periódicos conservadores

<sup>392</sup> *Cruzeiro* 10 de setembro de 1829

<sup>393</sup> Kraay, Hendrik, *Days Of Op.Cit.* p. 55

<sup>394</sup> *Diário de Pernambuco* 16 de setembro de 1829

<sup>395</sup> O que aumentou as suas bases de poder local, cerca de 600 autoridades substituídas por aliados dos praieiros, levando a e atritos armados em várias localidades. Ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: *Op. Cit.* p. 212

lançaram uma série de críticas as atitudes dos seus adversários no poder. *O Carranca*, por exemplo, em doze de setembro ao publicar sobre o dia da independência comentava sobre os excessos que os seus adversários empregaram nas comemorações:

Muito festejo houve neste dia! Muita alegria! Muitos fogares houveram nessa noite! Muitos prazeres! A praia que de tudo abusa, porque não abusaria do aniversário de nossa Independência? Houve de dia mascarada, a noite bacanal, e viva a pátria! e toca a musica!<sup>396</sup>

Entre os excessos destacava o uniforme dos militares ser “bizarro”, comparava os cortejos com a ação das “turbas”, com muito barulho e gritaria até meia noite e por fim destacava o hábito da cabotinagem feita pelos líderes praieiros. O periódico conservador *Diário de Pernambuco* em 25 de setembro, possivelmente para mostrar que os festejos dos praieiros eram deselegantes e pouco ordeiros, publicou uma correspondência assinada pelo *Guarda Nacional* sobre conflitos em festejos em Nazaré da Mata.

Segundo o correspondente do periódico “certas notabilidades praiieras” da vila queriam “solenizar o dia 7 de setembro, com aquela pompa só própria da praia, incumbiram ao cabo do destacamento tirar uma subscrição, a qual mui pouco produziu em atenção ao procurador e agentes.”<sup>397</sup> Como acontecia nas festas nacionais, na véspera do feriado era dia de começar a iluminação, mas frente ao pouco que foi arrecadado apenas teriam conseguido colocar algumas luminárias de sebo em frente ao quartel do destacamento, além de quatro ou seis mangas e castiçais de vidro numa mesa, tendo em cima o busto do imperador.<sup>398</sup>

Ao começar a função que acompanhavam algumas iluminações, os vivas à independência misturaram-se com gritos de “morram os guabirus e marinheiros.” Às vozes festivas somava-se uma disputa verbal que foi característica do movimento praieiro. Em meio à confusão, as mangas e castiçais foram quebrados quando derrubaram a armação da iluminação. Segundo o *Guarda Nacional*, “envergonhados de semelhante excesso de embriaguez, determinaram emendar-se na noite de 7.”<sup>399</sup> Os praieiros teriam aumentado o sebo e conseguidos novas mangas para iluminação e chamado o subdelegado da vila para manter a ordem. Entretanto para animar o festejo, teriam convidado

<sup>396</sup> A Carranca 12 de setembro de 1845.

<sup>397</sup> *Diário de Pernambuco* 25 de setembro de 1845.

<sup>398</sup> *Ibidem*.

<sup>399</sup> *Ibidem*.

seis prostitutas da Rua do Bôxó para desempenharem o baiano e outras danças de igual jaez com diferentes súcios ao som de um violão, uma flauta, uma viola e dois pandeiros.<sup>400</sup>

Segundo a correspondência, a noite teria sido uma “orgia.” As descrições do *Diário de Pernambuco* sobre as iluminações foram bem diferentes quando os gabirus retornaram ao poder. Em 1848, por exemplo, as publicações deram grande destaque às iluminações. Enfatizava-se que quase todas as casas e edifícios públicos da cidade foram iluminados, entre todas se sobressaiu a do Arsenal de Guerra, cujos empregados deram um copo de água a todos que se fizeram presentes por algum tempo.<sup>401</sup>

Mesmo em uma cidade às claras, a iluminação do Arsenal destacou-se logo que o sol se escondeu no dia seis de setembro. Era composta por três arcadas elegantemente guarnecidas de muitas luzes. Na Arcada Central, “via-se um quadro encerrado, que todos supuseram ser de Sua Majestade o Imperador”<sup>402</sup> que só foi revelado por volta das sete e meia da noite, depois que o Presidente da Província chegou.

O Diretor interino do Arsenal de Guerra e os demais empregados da repartição “pressurosos correram ao encontro de Sua Excelência, e receberam-no com vivas e demonstrações de júbilo.” Após essas boas-vindas, o diretor pediu licença para desencerrar o quadro sobre a arcada central e então se encaminhou com o Presidente da Província para frente desta e finalmente o retrato de D. Pedro II foi “patenteado aos olhos do povo, ao som de muitos rojões, e do Hino Nacional, tocado por uma banda de música marcial.”

Após esse ritual a banda continuou a tocar e o Presidente foi convidado para ir a um das salas da diretoria do Arsenal para servir-se de um copo de água. Na sala ainda encontrou o Comandante das Armas, onde puderam se servir dos manjares que lhes foram oferecidos. Por volta das nove horas da noite retirou-se para ir ao Teatro para finalizar as comemorações que marcavam os ritos oficiais da Independência.

Os espetáculos teatrais empolgavam e envolviam muitos nas noites do Sete de Setembro. Uma apresentação teatral bem executada podia ser um dos pontos altos para os festeiros. Os espetáculos do Sete de Setembro eram anunciados nos periódicos desde o início do mês, afinal, sem o público todo o dinheiro e trabalho do diretor do teatro teriam sido em vão. Os variados espetáculos eram acompanhados de homenagens patrióticas que também se encontravam presentes em outros momentos da festa, tais

---

<sup>400</sup> *Ibidem.*

<sup>401</sup> *Diário de Pernambuco* 09 de setembro de 1848.

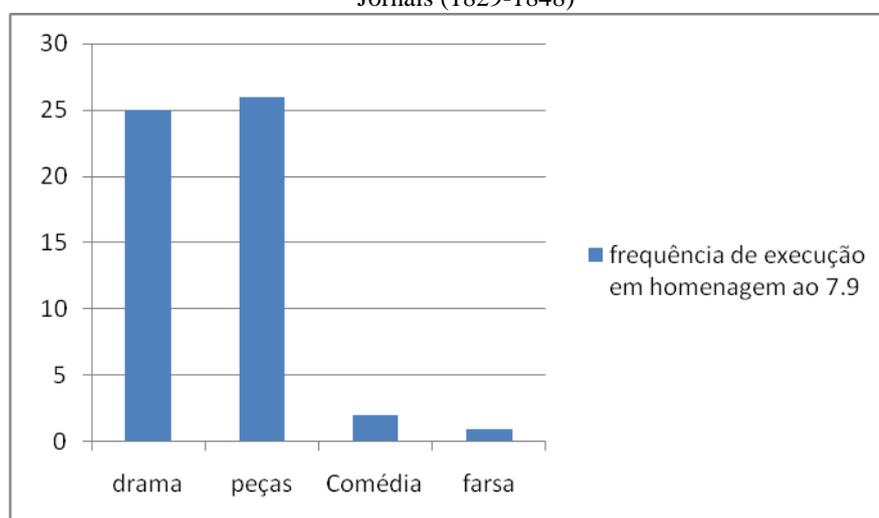
<sup>402</sup> *Ibidem*

como: a execução do Hino Nacional, homenagens ao Retrato do Imperador e vivas, recitas de poemas e iluminação especial no teatro.

Em um dia festivo ir ao teatro era um ato diferenciado. Os organizadores, tal qual em outros ritos dos festejos, preocupavam-se em anunciar a chegada das principais autoridades por girândolas, construir uma arquitetura efêmera relacionada a festa, na qual podia ter destaque o retrato do Imperador. Em alguns anos, o tão importante símbolo monárquico nas províncias fazia parte do espetáculo. Quando ao público, tomados pelo espírito patriótico enchiam a plateia com Vivas, e subiam aos palcos para recitar suas “peças poéticas.”

Em 1829, o empresário avisou que as representações teriam um preço maior que o de costume e a justificativa para o aumento é que faria um “grande espetáculo próprio, e análogo a tão plausível dia”; para tanto iria preparar “iluminação e música dobrada em grande Orquestra e toda a mais pompa e brilhantismo que requer tão fausto assunto”<sup>403</sup> Um anúncio desse tipo é um indicativo importante dos preparos para festa que deveria ser uma das atividades que ganhavam destaque nos dias que a antecederam. Nesses espetáculos, as representações principais foram os dramas e as peças como podemos ver no gráfico abaixo.

**Gráfico 1** – Anúncios de representações teatrais em homenagem ao Sete de Setembro nos Jornais (1829-1848)<sup>404</sup>



Fonte: Elaborado pela autora

Os temas dos dramas e peças variavam entre a vida da realeza europeia, o cotidiano europeu e também a temas relacionados às tensões do período. As peças só foram anunciadas até 1835, e entre elas apenas uma fazia referência à temática cívica

<sup>403</sup> *Diário de Pernambuco* 03 de setembro de 1829.

<sup>404</sup> Para construção do gráfico foram pesquisados os jornais *Diário de Pernambuco* e *Diário Novo*.

brasileira: O triunfo da Independência (1830). Entre os dramas, as representações ligadas a temas da construção do Estado Nacional foram: O Brasil Salvo (1830), Paraíso brasileiro ou o poder da Independência (1832), as três províncias do norte (1835), o despotismo no Brasil ou o Congresso dos Deuses (1835), lamento da Independência ou a Liga Constitucional (1836), A morte de Pedro Gomes ou a Revolução de 1817 (1838), a independência reconhecida pelas potências europeias (1840) e o poder da independência (1841).

A maior parte das apresentações teatrais acontecia no teatro público do Recife, ocasionalmente também se realizavam espetáculos no Teatro de Olinda. Onde, em 1833, representou o drama *O Negro punido* e a farsa *Chupista astucioso* ou o *Marujo fugido*, temas associados ao cotidiano do período. Alguns espetáculos também eram realizados por “sociedades” particulares: como a Teatral, a Philodramática e a Thaliense organizaram espetáculos para a independência que foram anunciados nos periódicos. As publicações dessas sociedades geralmente convidavam os sócios para participarem e pegarem seus convites sem anunciar detalhes do que seria representado. Em 1843, uma publicação em 13 de setembro o *Diário de Pernambuco* de um elogio recitado na representação da *Sociedade Philodramática*, informava que se representou o drama *Sete Infantes de Lara*.<sup>405</sup>

As publicações sobre as representações do teatro público geralmente se limitavam aos anúncios das representações, mas em 1837 uma polêmica sobre o empenho do diretor do teatro na realização das representações em homenagens ao Dia da Independência. Nesse ano, em 04 de setembro o diretor anunciou no *Diário de Pernambuco* as peças *O rachador de lenha*, *O ministro sindicante* e três diferentes dramas um para cada dia dos espetáculos (6,7,8), além de sortes, forças e jogos publicou que faria uma “nova e majestosa iluminação exterior.”<sup>406</sup> Destacou também faria uma homenagem especial ao Retrato do Imperador que surgiria no palco pelas mãos de Mr. Vally, atração especial de seus espetáculos, que "arrebentando as fúrias, baixará trazendo a Fama, que conduz o Retrato de S.M.I.C.”<sup>407</sup>

O diretor do teatro publicou uma correspondência no dia 20 de setembro onde ele ressaltou que, apesar seu empenho na organização das representações, espalhava-se pela cidade o boato e que ele teria se esforçado pouco para organizar a apresentação em

---

<sup>405</sup> Diário de Pernambuco 12 de setembro de 1843

<sup>406</sup> *Diário de Pernambuco* 04 de setembro de 1837

<sup>407</sup> *Ibidem*

comemoração à Independência. Ele resolveu publicar uma rápida prestação de contas para se defender, afirmando que gastou muito e arrecadou pouco. Segundo ele, o público dos três dias variou bastante. No dia 6, 53 pessoas compraram bilhetes, no dia 7, 179 e no dia 8, 206 bilhetes foram vendidos, além de 57 varandas e todos os camarotes. No dia 6, costumeiramente os cortejos ocupavam as ruas da cidade e muitos devem ter preferido ir ao teatro nos outros dias do festejo.<sup>408</sup>

Nos dias 6 e 7, os preços foram o padrão praticado nas apresentações teatrais, no dia 8, devido à presença do famoso Mr. Vally, o valor cobrado foi mais caro, e nesse dia ele conseguiu arrecadar 487.360 réis. Mesmo argumentando que ganhou pouco e gastou muito, considerou em sua correspondência publicada no *Diário de Pernambuco* esses três dias "salvadores de um ano ruim", onde muitas vezes realizava espetáculos para três ou cinco pessoas.<sup>409</sup> Viver de teatro não era fácil no Recife Oitocentista.

Os ritos oficiais nas comemorações do Sete de Setembro trouxeram os rituais da Monarquia para o Recife Oitocentista. Apesar de os mesmos ritos previstos para corte acontecerem na cidade, tinham características locais que traziam as características da cultura urbana da cidade na primeira metade do século XIX.

### 2.3 Festejos Populares E Patriotismo

Além dos ritos oficiais que compunham os rituais cívicos, muitas vezes os periódicos enfatizaram o entusiasmo e o empenho da população em organizar festas que extrapolavam essas comemorações. Ressaltando o acontecimento de variados festejos populares, aqueles que aconteciam por causa do entusiasmo dos populares e não faziam parte dos ritos obrigatórios das comemorações dos dias de festividade nacional. Em consequência dessa característica, não aconteciam anualmente com a interferência das autoridades, não encontramos sequer registro de precisarem de pedidos de autorização para a sua realização.<sup>410</sup> Entretanto, as autoridades eram convidadas para participar da maior parte dessas comemorações. Além disso, muitas vezes os ritos oficiais e festejos populares se intercambiavam.

Comemorar com entusiasmo não era algo novo na cidade. Como vimos no capítulo 1, vários acontecimentos foram celebrados com grandiosos festejos populares. Mas a incorporação de um grande volume de gente na comemoração do Sete de

---

<sup>408</sup> Diário de Pernambuco 20 de setembro de 1843

<sup>409</sup> *Ibidem*

<sup>410</sup> Exceto quando pretendiam realizar os festejos nos prédios públicos.

Setembro foi uma novidade que repercutiu no imaginário dos que moravam na cidade. Na maior parte dos relatos, os liberais aparecem como os impulsionadores dos festejos populares que costumavam envolver cortejos, teatros, jantares, bailes, etc. Os conservadores também participaram ativamente das comemorações do Sete de Setembro.

### 2.3.1 Os Cortejos

Os cortejos na rua eram parte importante da festa em diversos lugares e épocas e são essenciais para a compreensão do alcance social e significados delas. Para os Estados Unidos, Mary Ryan o caracteriza como “o gênero característico das solenidades cívicas do século XIX”<sup>411</sup>, que constituíam a linguagem pública e cerimonial. No Recife Oitocentista, os periódicos destacaram a sua presença nos festejos entre 1829 e 1835, e depois retornando no ano de 1845, ano que os praieiros assumiram o poder na província.

Nesses festejos, os grupos se formavam de acordo com interesses diversos, como a vizinhança, ou trabalho. As pessoas saíam pelas ruas acompanhadas por bandas de música, cantando, dançando, entoando vivas e espalhando por toda a cidade o clima festivo. Não era algo exatamente novo festejar o momento cívico percorrendo em grupos os diversos e tortuosos caminhos da região.

As noites da véspera do dia 7 costumavam ser os principais momentos para se reunir com as pessoas de suas redes de solidariedade e festejar nas ruas da cidade em cortejo acompanhado de bandas de músicas. As bandas atraíam a atenção dos transeuntes e possivelmente agregavam um bom número de festeiros ao grupo original. Para pensar essa prática, analisaremos as imagens construídas pelos periódicos em alguns anos em que registraram os cortejos.

Em 1829, o *Diário de Pernambuco* destacava que as “companhias” que se reuniram no Recife tinham um destino comum: a casa do Governador de Armas, Antero José Ferreira de Brito, polêmico na sua atuação.<sup>412</sup> Ele morava na Estância, bairro afastado, localizado nas imediações de Afogados, fronteira entre a cidade e o campo. As

---

<sup>411</sup> RYAN, Mary. “A parada norte-americana: representações as ordem social do século XIX” in: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**, São Paulo: Martins Fontes, 1992 p.178

<sup>412</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de “ Aí Vem o Capitão Mor” As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil Imperial. **Tempo**- UFF- Departamento de História. Vol7 n/1 Rio de Janeiro: Sette Letras. 2002 p. 173.

duas “companhias” reuniram-se em bairros centrais do Recife e percorreram um longo cortejo de aproximadamente sete quilômetros para chegar até o bairro fronteiro.

Pelo relato de um correspondente do *Diário de Pernambuco*, uma das “companhias” se reuniu na praça do bairro da Boa Vista, de onde seguiu em cortejo, marchando “a frente uma guarda do 5º Batalhão com a respectiva música.” Ao chegarem à casa do Governador das Armas, onde já se encontrava o Presidente da Província, cantaram um hino acompanhado por uma grande orquestra.<sup>413</sup> A oficialidade da Guarnição foi convidada para um copo de água. Esse costume também acontecia no Rio de Janeiro, conforme o trabalho de Hendrik Kraay, era uma forma de chamar para “um lanche, na linguagem da época.”<sup>414</sup>

O restante da companhia teria ficado na parte de fora da casa fazendo exibição de seu cerimonial até a chegada de outra companhia, quando se retiraram e foram depositar a pirâmide que carregavam no Palácio do Governo. Depois de saírem da casa do Governador das Armas, a Companhia da Boa Vista seguiu para o bairro de Santo Antônio. Ao passarem por algumas das igrejas do bairro, foram recebidos pelas respectivas confrarias<sup>415</sup> com grande aparato e repiques de sinos.

Depois de passar por várias ruas do Bairro de Santo Antônio com sua música, pirâmide e entusiasmo, o cortejo organizado pelos moradores da Boa Vista devem ter tido diversas recepções calorosas, afinal no centro da cidade havia muitas igrejas e confrarias, repetindo assim várias vezes vivas e hinos até chegarem ao pátio do Palácio. O hino foi cantado e segundo o *Diário de Pernambuco* foram “postar a Pirâmide no porto de saída”<sup>416</sup> sobre uma grande base circulada de arvoredo.

No mesmo dia, a correspondência do *Pateta das Luminárias* foi publicada em outro jornal: *O Cruzeiro* informava que, quando o cortejo passou pelo bairro de Santo Antônio, foi recebido pelo Deão Bernardo Luiz Moreira, um conhecido “revolucionário”, junto com outros padres que teriam saído da Igreja para o Pátio de São Pedro com a cruz alçada a dar vivas a uma “súcia de mascarados” que as onze horas da noite festejava carregando a Efégie do Imperador.<sup>417</sup> Dois dias depois o *Pateta das Luminárias*, publicou uma pequena nota de retratação, afirmando que:

<sup>413</sup> *Diário de Pernambuco*, 10 de setembro de 1829

<sup>414</sup> KRAAY, Hendrik. Alferes Gamboa e a Sociedade Comemorativa da Independência do Império, 1869-1889. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2011, vol.31, n.61, pp. 15-40. .p.18.

<sup>415</sup> A presença das irmandades nas festas do Sete de Setembro foi um aspecto pouquíssimo retratado nos periódicos. A única vez que apareceu foi na correspondência do *Pateta das luminárias*.

<sup>416</sup> *Diário de Pernambuco* 10 de setembro de 1829

<sup>417</sup> *O Cruzeiro* 10 de setembro de 1829

Eu estava bastante longe, e por ver o Deão de roquete, e murça, figurou-se-me que ia a diante uma cruz, mas não foi assim; e para que me não acusem de mentiroso, declaro que me não acusem de mentiroso, declaro que somente nisto se enganei.<sup>418</sup>

A publicação de uma pequena nota corrigindo seu texto nos ajuda a entender que as festas envolviam um universo amplo. Mesmo com sua correção no relato, a crítica a saudação calorosa no Pátio de São Pedro continuou a incomodar. O ataque ao comportamento do Deão foi rebatido por uma carta publicada no dia 21 de setembro, no Jornal *O Constitucional*, que afirmava que o clero costumeiramente saía para receber as autoridades na porta da igreja em ocasiões festivas.<sup>419</sup> Festejar o aniversário de uma data que celebrava a formação de um novo país era uma novidade. Ainda não se sabia como as confrarias e padres deveriam se comportar em comemorações das festas nacionais.

Ainda segundo a publicação de 10 de setembro de 1829 do *Diário de Pernambuco*, também no dia 6 os caixeiros organizaram uma companhia que havia se reunido na Praça do Comércio, no bairro do Recife, às seis horas da noite com uma das músicas dos batalhões. A iluminação do bairro teria começado por volta das sete horas da noite e as pessoas começaram a chegar, inclusive muitas senhoras que “aformoseavam o plausível espetáculo.” Os caixeiros organizados de braços dados, ao som de uma girândola, cantaram o hino nacional, deram vivas e saíram em marcha de braços dados em quatro de fundo.<sup>420</sup>

Depois de passarem por importantes ruas, chegaram ao palácio do Governo, onde foram recebidos com girândolas e “demonstrações de prazer”, por uma sociedade que havia organizado uma recepção para as companhias com duas bandas tocando a noite toda, além de iluminação no prédio e no busto do Imperador. A companhia, em resposta, cantou os hinos, proclamou vivas e depois de concluídos os ritos voltaram a seguir em cortejo em marcha até a residência do Governador das Armas.

O cortejo seguia ao som da música e dos vivas, além do entusiasmo do grupo. O *Diário de Pernambuco* ressaltava que, por onde passavam, as ruas estavam iluminadas em demonstração do regozijo público. Em algumas janelas apareciam versos alusivos ao Sete de Setembro. Depois de cerca de duas horas de marcha, circulando por ruas importantes da cidade chegaram ao portão do sítio do Governador.

---

<sup>418</sup> *O Cruzeiro* 12 de setembro de 1829

<sup>419</sup> *O Constitucional*, 21 de Setembro de 1829

<sup>420</sup> *Diário de Pernambuco* 10 de setembro de 1829

Nesse momento, a companhia já tinha mais de trezentas pessoas de “uniforme e gravemente vestidas” e pediram licença para entrar. Dentro do sítio do Governador de Armas estava a companhia da Boa Vista que já havia concluído o seu cerimonial e cederam o lugar para os caixeiros pudessem entrar. Segundo o *Diário de Pernambuco*, os caixeiros organizaram-se em formação de colunas e cantaram a seguinte música:

Estrilho

Nunca mais o despotismo/Reger-á nossas ações/ Com tiranos não combinam/Brasileiros corações.

Estrofe 1

As armas Brasilianas/Para a Pátria defender:/É melhor perder a vida/Do que vis escravos ser.

2

Do Brasil a gente forte/A liberdade há de ter/Preferem antes mil mortes/Do que vis escravos ser.

3

Honra Pátria e Liberdade,/Protestamos defender:/É melhor morrer por elas/Do que vis escravos ser.

4

Da Pátria os sacros Direitos/Havemos firmes manter;/Morrer antes Brasileiros/Do que vis escravos ser.

5

Ternas mães aos ternos filhos/Ensinaí a conceber/Que é melhor não existir/Do que vis escravos ser.<sup>421</sup>

O estrilho dessa música é o mesmo identificado por Hendrik Kraay como o Hino de 2 de julho na Bahia, cantado, ao menos, desde a década de 1830.<sup>422</sup> Versos de júbilo pela pátria, liberdade e direitos, em oposição a situação de despotismo, tirania e de se ser escravo, pareciam unir os sentimentos de todos os brasileiros, baiano e pernambucanos. Jamais recuar, mesmo que sejam necessárias as armas e as mortes.

Aclamados por caixeiros nas ruas, suas palavras poderiam significar contestações muito mais transgressoras, já que negavam o despotismo, a tirania e a própria condição dos escravos. Ninguém queria voltar a ser escravo de Portugal? E de mais algum senhor? Poderosos e perigosos poderiam ser esses versos quando ouvidos por escravizados. Afinal, o que significaria mesmo a independência, que associações podiam ser feitas com a luta pela liberdade? É razoável pensar que entre os que desfrutaram dos festejos estavam os escravizados e ainda que fossem relegados às margens das grandes comemorações. Ao menos estavam vendo e ouvindo tudo, deviam cantar músicas como essas enquanto desfrutavam o espaço que esses festejos nacionais possibilitavam para a cultura urbana, nem que seja na maior liberdade para diversão.

O terceiro cortejo de 1829, foi publicado na edição de 22 de setembro de 1829 do *Diário de Pernambuco*, foi escrito pelo *Espectador Olindense*, ressaltava que os moradores de Olinda também tinham aderido aos festejos. Os acadêmicos teriam sido os

<sup>421</sup> *Ibidem*

<sup>422</sup> **KRAAY, Hendrik.** Entre o Brasil e a Bahia: As comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX in: *Afro-Ásia* n°23, 1999 p. 56.

responsáveis por organizar os festejos. Eles reuniram-se também às sete horas, tendo a frente uma “bem arranjada Música” que formava, na opinião do *Espectador Olindense*, a mais encantadora melodia. Os jovens seguiam em marcha pelas ruas principais da cidade, parando nas portas dos conhecidos constitucionais, com inúmeros vivas ao fim dos quais improvisaram quadras e sonetos. Entre os variados hinos, o *Espectador Olindense* publicou um dos estribilhos. Mais uma vez, o mesmo cantado pela companhia dos caixeiros: “Nunca mais o despotismo/Reger-á nossas ações/ Com tiranos não combinam/Brasileiros corações.”<sup>423</sup>

Segundo o jornal, mais de 200 pessoas se juntaram ao grupo, quando chegaram aos Quatro Cantos, cruzamento entre as principais vias da cidade. Teriam também recebido duas pedradas, supostamente vindas do fundo do quintal de um membro de uma sociedade ligada aos conservadores. O *Espectador Olindense*, correspondente do *Diário de Pernambuco*, comentou que por mais que alguns quisessem revidar tal ataque, o grupo se controlou e seguiu festejando. Ao retornarem, duas pedras teriam ferido uma Senhora que “de sua janela acenava com um lenço, dando vivas à Independência e aos Acadêmicos.”<sup>424</sup> Como não conseguiram identificar quem atirou, resolveram deixar impune o “lançador das pedras” e seguiram em clima festivo pelo resto da noite.

Às três da tarde do dia 7, narra o jornal *Diário de Pernambuco* que os moradores de Olinda foram ao Jardim Botânico por ruas ornamentadas especialmente para os festejos, alcatifadas com folhas de pitanga. De muitas casas saíam tabuleiros ricamente cobertos. Foram seguidos de “um inúmero concurso de pessoas de todas às classes”, destacando a presença do Juiz de Paz da freguesia da Sé e de alguns vereadores e escrivães da cidade. Os acadêmicos se reuniram no mosteiro de São Bento, sede do curso jurídico, e cerca de meia hora depois passaram em forma militar, seguindo até o Jardim Botânico, tendo a frente a música do “Batalhão Miliciano da cidade.”<sup>425</sup>

No dia 18, uma carta assinada pelo *O Boqui-aberto*, havia sido publicada no Jornal *O Cruzeiro* questionando o fato dos estudantes terem complementado uma das saúdes que fizeram ao Imperador, com: enquanto constitucional. O Debate sobre ser justo ou não o complemento ao brinde também foi motivo de debate nos periódicos. Em 1829, como afirma Ariel Feldman “Ser constitucional não era apenas um artifício de

---

<sup>423</sup> *Diário de Pernambuco* 10 de setembro de 1829

<sup>424</sup> *Ibidem*

<sup>425</sup> *Diário de Pernambuco*, 10 de setembro de 1829.

retórica. Ser constitucional era claramente uma opção dentro de um mundo em que existiam outras opções políticas.”<sup>426</sup> E os estudantes parecem ter decidido ressaltar a sua escolha.

Depois de aproveitarem o “lanche”, teriam saído pelas ruas de forma improvisada dando vivas constitucionais, cantando hinos tal como fizeram na noite anterior. No meio dessa comemoração, os estudantes do curso de Direito recitaram variadas odes e também deram variados vivas: “ A Constituição do Império, A independência do Brasil, a Sua Majestade Imperial e Constitucional, as Autoridades Constituídas e aos Brasileiros natos e adotivos.”<sup>427</sup> Entre as Odes, uma foi publicada no jornal *Abelha Pernambucana* mais de um mês depois dos festejos com versos alusivos a nomes importantes das disputas políticas, como Frei Caneca e Cipriano Barata.

(...) Tu mesma, cara Patria ( em pejo o digo)/ Tu mesma vacilaste, e talvez hoje.../ Ou bem tarde talvez... Senão tivesses/ Para ser independente/ Um CANECA erudito e eloquente.(...)  
 (...) O atleta baiano depois chega,/ Que outrora o lusitano admirava, / A Pernambuco o céu o conduziu/ Como direção exata.../ Convence a todos o Imortal BARATA. (...)<sup>428</sup>

Algumas descrições publicadas nos periódicos deixavam escapar a presença de pessoas de todas as classes nesses cortejos. O periódico *O Cruzeiro*, por exemplo, em 1829 destacou a presença dos “moleques de pés descalços”<sup>429</sup> nos cortejos. Ainda que tenha sido usada para depreciar a importância da comemoração, a associação dos festeiros com a pobreza possibilita suspeitarmos que o público dos cortejos poderia ser mais variado do que as comportadas ‘companhias’, mesmo que não tenhamos notícias dos espectadores e dos que aderiam no improvisado. Vale sempre a lembrança da análise de Mary Ryan para os Estados Unidos Oitocentista,

A parada é um texto especial, intrincadamente emaranhado em seu contexto histórico e social. Tem múltiplos atores: os milhares de participantes que levaram, para uma cerimônia composta, os símbolos que eles próprios escolheram.<sup>430</sup>

Algumas críticas aos comportamentos dos cortejos ressaltavam problemas nessa parte da festa. Por exemplo, em 1830, no dia 09 de setembro uma correspondência

<sup>426</sup> FELDMAN, Ariel. **Guerra aos extremos** *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>427</sup> *Diário de Pernambuco*, 22 de setembro de 1829.

<sup>428</sup> *Abelha Pernambucana*, 09 de outubro de 1829.

<sup>429</sup> *O Cruzeiro* 22 de setembro de 1829.

<sup>430</sup> RYAN, Mary. *Op. Cit.* p.180.

publicada no jornal *O Cruzeiro* reclamava dos criticáveis comportamentos nos cortejos do dia 6, associando os comportamentos dos festeiros a um motim:

Um grupo de moleques tendo a sua frente uma dúzia de calangros entre os quais dizem, o que eu não vi, nem creio, que ia do Sr Camargo, Secretario do Governo, e acompanhado por música militar coicearam por estas ruas cantando o hino nacional, insultando com palavras atacantes e apedrejando casas que não estavam iluminadas.<sup>431</sup>

A correspondência também ressaltava que o apedrejamento não era para todos que se recusaram a participar desse sinal de regozijo público. A casa do Coronel Bento José da Costa, importante comerciante da cidade, liberal que esteve envolvido na Insurreição de 1817, mesmo não estando iluminada continuou ilesa.<sup>432</sup> O relato falava que a confusão era tanta que, ao chegarem à casa do Comandante de Armas, o Lamenha, receberam ordem para que recolhessem as músicas. Era um período de grande instabilidade, as ameaças e confusões eram duramente combatidas pela autoridade.

Para o ano de 1831, Marcus Carvalho resalta que a festa do Sete de Setembro ocorreu com muita pompa, “como se estivesse indo tudo muito bem”<sup>433</sup>, mesmo que dias depois tivesse estourado um levante da soldadesca, conhecido como Setembrizada. Nem sempre a grande agitação social se refletia nas publicações dos jornais sobre as festas. Durante a década de 1830 encontramos poucos relatos de tumultos nos cortejos em homenagem ao Sete de Setembro.

A descrição de um desses cortejos em 1832, publicado pelo periódico *Bússola da Liberdade* de 12 de setembro de 1832<sup>434</sup>, é um dos poucos relatos que destaca a organização a partir de um batalhão militar. Nesse ano, os oficiais do Bairro da Boa Vista se reuniram na casa do comandante dos Guardas Nacionais daquele bairro, Antonio Carneiro Machado Rios, líder liberal, responsável por vários levantes na década de 1830 em Pernambuco.<sup>435</sup>

<sup>431</sup> *O Cruzeiro* 9 de setembro de 1830.

<sup>432</sup> *O Cruzeiro* 10 de setembro de 1830.

<sup>433</sup> CARVALHO, Marcus J. M. De O encontro da soldadesca desenfreada com os cidadãos de cor mais levanos no Recife em 1831. *CLIO*, Recife, v. 1, n. 18, p. 109-137. 1998 p. 126.

<sup>434</sup> Periódico redigido pelo padre João Barbosa Cordeiro. De acordo com: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994 p. 161 periódico ligado aos federalistas conhecido pela violência da sua linguagem. ( ver anexo 1)

<sup>435</sup> Anos mais tarde em 1835 Antônio Carneiro Machado Rios e seu irmão foram responsáveis por um movimento conhecido como carneiradas, segundo Wellington Silva, tratava-se de levantes militares que defendiam a bandeira liberal e que tinham por líderes os irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios, comandantes da Guarda Nacional. A primeira Carneirada ocorreu em janeiro de 1834 quando diversos batalhões da Guarda Nacional se reuniram no Campo dos Canecas. O movimento foi reprimido energeticamente no dia seguinte, mas sem derramamento de sangue. SILVA, Wellington Barbosa da. Entre

Antes de darem início ao cortejo foram até a casa do Brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos, antigo Comandante de Armas<sup>436</sup> e um dos líderes da “Sociedade Federal.”<sup>437</sup> Os oficiais conseguiram reunir mais de trezentos cidadãos e andaram pela cidade até o arrabalde da Soledade, para chegar até a casa de campo de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, segundo Manuel Cavalcanti Junior, herói liberal da Confederação do Equador que havia retornado a Pernambuco no ano anterior.<sup>438</sup>

Andaram pelas ruas ao som de “uma bem concertada música, repetidos fogos de ar.” Ao passarem da Ponte da Boa Vista, um dos principais locais de sociabilidade da cidade, e adentrarem no bairro de Santo Antonio, foram saudados por um grupo da Sociedade Patriótica Harmonizadora<sup>439</sup>, grupo político que estava celebrando a independência na casa que habitualmente se reuniam na esquina da Rua Nova com a Rua do Sol.<sup>440</sup>

Na descida da ponte, os grupos formados pelas duas “sociedades” se encontraram e entoaram o Hino Nacional, proclamaram vivas, depois seguiram pela Rua Nova até a Rua do Cabugá, ambas no bairro de Santo Antônio, onde novamente cantaram o hino. Depois voltaram para a Boa Vista, percorrendo quase todas as ruas. Após isso, voltaram à casa do Tenente Coronel Carneiro, onde havia manjares, refrescos e se fizeram vários brindes. Depois foram ver o amanhecer do dia 7 na Praça da Boa Vista, onde se voltou a cantar o hino ao som da música que os acompanhavam, soltaram foguetes e deram repetidos vivas, além de ocuparem parte da noite com danças, cantorias, etc.

Já eram cinco da manhã quando o festejo se desfazia, no entanto, um novo convite foi feito para celebrarem o Sete de Setembro na casa do Tenente Carneiro, após o meio dia. A celebração foi marcada para degustação de um bródio, mas antes de

a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX. Tese de doutorado Recife. Universidade Federal de Pernambuco. 2003, pp.21 e 22.

<sup>436</sup> Assumindo o cargo de Comandante de Armas depois do 7 de abril, controlou com rigor os quartéis, decretando toque de recolher e mais rigor nos castigos físicos, foi destituído do cargo depois da setembrizada, movimento onde os soldados, sem a participação dos oficiais, tomaram as ruas do Recife. Em grande parte devido aos maus tratos impostos por Vasconcelos, pela falta de salário ver: FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. Federação e República na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834)

<sup>437</sup> Grupo ligado aos liberais exaltados

<sup>438</sup> CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. O Herói da Confederação do Equador volta do Exílio: Manoel de Carvalho Paes de Andrade e as Lutas Políticas Regenciais (Pernambuco, 1831-1835) **Saeculum** - REVISTA DE HISTÓRIA [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015.p.76

<sup>439</sup> Em torno dessa sociedade se reuniram os que forariam o Partido Moderado em Pernambuco ver: FELDMAN, Ariel. “Na Arena dos Gladiadores Periodioqueiros”: O Padre Carapuço e a Discussão Política Em Pernambuco (1831-1833) **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 48/49, p. 365-388, 2008. Editora UFPR p.373

<sup>440</sup> *Bussola da liberdade* 12 de setembro de 1832

chegarem à festa era preciso ir às suas freguesias cumprirem o dever cívico de votar para os candidatos às Câmaras Municipais e aos Juízes de Paz.

Os relatos dos cortejos passaram a ter destaque novamente em 1835 e, depois, apenas em meio ao movimento praeiro. Em 1846, por exemplo, no periódico *Diário de Pernambuco* de 9 de setembro, teve destaque nas descrições do cortejo um carro triunfal com um jovem vestido de índio junto com o emblema do Brasil como destaque. Nesse ano o grupo percorreu as ruas dos três bairros centrais da cidade “puxado por alguns moços de calças e jaquetas brancas e bonetes de seda verde e amarela”, acompanhado por “algum povo.”<sup>441</sup>. Ao contrário de 1829 quando o periódico apoiava os cortejos organizados na cidade e as “descrições” dos cortejos ocuparam mais da metade das edições em que foram publicados, em 1846 eles ocuparam menos de um oitavo de uma página do periódico.

Já o periódico que defendia os praeiros, o *Diário Novo* em 9 e 10 de setembro publicou sobre os festejos. No primeiro afirmou que em uma cidade iluminada depois das músicas dos diferentes corpos terem tocado no pátio do palácio, saiu um carro do convento dos carmelitas e “um grande número de cidadãos” teria percorrido as principais ruas da cidade com vivas à “Independência, à S.M.I, à Família imperial, à Constituição, aos Brasileiros e ao Exm. Presidente da província”, que teriam sido correspondido com grande entusiasmo.<sup>442</sup>

No dia 10 o jornal volta a publicar, afirmando ter escrito com pressa o texto do dia anterior sobre o festejo o que o fez omitir “certas circunstâncias” dignas de menção. A primeira destacada foi o entusiasmo na comemoração como um reflexo da alegria de ter Chichorro da Gama na presidência da província. A segunda foi que “os homens da *grã-patacoada* da ordem envidaram todos os esforços, para que não fosse solenizado o grande dia do Brasil.”<sup>443</sup>. Na sua descrição destacou que o carro havia saído da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, sendo acompanhado por diversas bandas de músicas e que reinou a ordem por todo o concorrido cortejo.

No dia 12 de setembro de 1846, na sessão avisos diversos, os responsáveis por preparar o cortejo<sup>444</sup> publicaram um anúncio para fazer dois agradecimentos, primeiro agradeceram aos “religiosos Carmelitas” pelo favor de ter recolhido o carro que estava sendo preparado na Igreja Conceição dos Militares, localizada em uma rua próxima, de

---

<sup>441</sup> *Diário de Pernambuco* 9 de setembro de 1846

<sup>442</sup> *Diário Novo* 9 de setembro de 1846

<sup>443</sup> *Diário Novo* 10 de setembro de 1846

<sup>444</sup> João Cavalcanti de Mello e Albuquerque, Francisco Xavier Pereira de Brito e José Francisco Carneiro.

onde foi lançado para fora pelo Major Guimarães e pelo tenente “Thomaz Pereira Pinto”, depois aos comandantes dos 1º, 2º e 4º corpos da Guarda Nacional que emprestaram as bandas de músicas. Finalizaram o aviso tecendo elogios “aos briosos pernambucanos, uma vez que souberam conservar a melhor ordem possível, desmentindo, destarte os boatos aterradores.”<sup>445</sup>

### 2.3.2 A arquitetura

Findo os festejos diurnos, era hora de se preparar para noite, onde se destacava a arquitetura efêmera preparada para a festa. As mais elaboradas envolviam construções feitas com esmero para saudar o dia. Em Recife também deveria acontecer como a descrição de Carla Simone Chamon para Minas.

A festa cívica, como toda festa, se sustenta pelo seu encantamento. Sem sombra de dúvida, o que primeiro se sobressai numa comemoração festiva é a sua beleza, o seu poder de encantar e seduzir, tanto a quem participa (como ator ou espectador), como a quem dela toma conhecimento indiretamente, por relatos escritos ou orais.<sup>446</sup>

As construções para as festas eram magníficas e exigiam um trabalho árduo, além de serem repletas de significados. Eram acompanhadas de vários elementos que celebravam a monarquia, a paz e a nação. Em 1830, com a proximidade do dia da Independência, *O Cruzeiro* publicou uma correspondência sobre a alegria com que os liberais exaltados se entregavam aos festejos do Sete de Setembro de 1829, assinada por *O Compassivo* associando a arquitetura efêmera da festa como uma forma para “poderem dar pasto a suas ideias revolucionárias.”<sup>447</sup> Para reforçar sua argumentação, ele criou uma interessante associação entre a participação dos liberais e as práticas festeira dos negros no dia da Senhora do Rosário. Mesmo,

sujeitando-se a polícia, e leis do nosso país, folgam de recordar por meio de suas danças, e cantorias ou as festanças, ou os combates de sua pátria, que eles não podem esquecer.<sup>448</sup>

---

<sup>445</sup> *Diário Novo* 12 de setembro de 1846

<sup>446</sup> CHAMON, Carla *Op. Cit.*, p. 194

<sup>447</sup> *O Cruzeiro* 6 de setembro de 1830

<sup>448</sup> *Ibidem*

Afirmava ainda que os exaltados para festejavam a república “enfronhada nas vestes respeitadas da nossa Constituição” e viam na arquitetura efêmera como “a serpente aos pés do caboclo” como sendo “o despotismo real aos pés da república.” Tal como os negros nas festas do Rosário que “pintam sobre os escudos efigies de outros negros que se destacavam nas batalhas ou vencidos que os aborrecem”, os farroupilhas enxergavam nas efigies das festas “a figura de seus heróis como a do Frei Caneca e Agostinho.”<sup>449</sup>

*O Compassivo* ressaltava que, apesar de todos os excessos criticados, as festas dos liberais se esforçavam para tudo acontecer sobre as formas constitucionais e exaltando o patriotismo que as comemorações do dia da Independência simbolizavam. O correspondente defendia que deveria ser concedido a eles “este gostinho, que não prejudica, deixemos que por alguns instantes eles se fartem com repúblicas metafísicas.”<sup>450</sup> O correspondente incentivava que todos deveriam

ir com eles nos atos, que não podem ser mesclados por ideias republicanas, por exemplo, um Te Deum, em que se rendam graças devidas ao Altíssimo por nos ter dado a felicidade de sermos independentes; um jantar, em que se faça uma saúde a quem nos deu a saúde civil.<sup>451</sup>

Voltando aos elementos que compunham a arquitetura efêmera desses festejos, um dos que destacavam as analogias dos festejos organizados era a pirâmide. Durante o período estudado, a documentação ressaltou a presença delas em anos alternados: 1829, 1830 e 1847, com linguagens diferentes. As pirâmides não eram incomuns nos festejos cívicos no Brasil. Segundo Emílio Carlos Rodrigues Lopez, serviam como um tradicional símbolo de poder que “eram comumente utilizadas para imortalizar as ações dos governantes.”<sup>452</sup> Foi também um símbolo associado à maçonaria. Em Pernambuco elas apareciam ricamente ornadas e faziam referência a personalidades ou símbolos importantes do poder.

---

<sup>449</sup> *Ibidem*

<sup>450</sup> *Ibidem*

<sup>451</sup> *Ibidem*

<sup>452</sup> LOPES, Emílio *Op.Cit.* p.317

**Quadro 7:** As quatro faces das pirâmides das festas da Independência

1829	1830	1847
Imperador recebendo nos braços o Brasil representado por um jovem Índio calcando o despotismo figurado por um dragão	Efígie do Imperador calcando o Despotismo	Pedro Álvares Cabral
Coroa de fumo e café	Anjo trazendo uma coroa de louro	D. Filipe Camarão
Espada e a lança	Minerva tendo a mão um livro aberto no qual se lia Constituição	Henrique Dias
Armas do Império	Armas do Império	José Bonifácio

Fonte: Elaborado pela autora

As pirâmides da década de vinte foram construídas de forma semelhantes, mas são fundamentalmente diferentes da pirâmide de 1847. Nesta, os símbolos e valores do império foram substituídos por homenagens a figuras importantes da construção da Identidade nacional e regional. A pirâmide de 1829 foi descrita pelo *Diário de Pernambuco* como parte do cortejo da “companhia” da Boa Vista sendo carregada por um carro ricamente ornado acompanhado por um grupo marchando em ordem militar.<sup>453</sup>

Tinha na frente da base um quadro de Sua Majestade Imperial recebendo nos braços o Brasil representado por um jovem Índio, e Calcando aos pés o despotismo figurado por um dragão, de um lado via-se uma coroa de fumo e café, de outro uma espada e balança, e no fundo as Armas do Império.<sup>454</sup>

O escrito na pirâmide e descrito pelo *Diário de Pernambuco* trazia uma linguagem de patriotismo para a arquitetura efêmera. O jornal *Abelha Pernambucana* explicou a alegoria da seguinte forma: O Retrato do Imperador seria “para eternizar a memória da Independência e Emancipação do Brasil; proclamada pelo seu Imperador Constitucional Defensor Perpétuo”; o dragão sendo pisado pelo Imperador buscaria passar a mensagem de que “é a Nação Brasileira que nesse quadro está sendo salva por Sua Majestade Imperial e Constitucional das Garras da infame seita da coluna japonesa absolutista representada pelo monstro calcado pelos pés do Imperador do Brasil.”<sup>455</sup>

<sup>453</sup> *Diário de Pernambuco* 10 de setembro de 1829

<sup>454</sup> *Ibidem*

<sup>455</sup> *Abelha Pernambucana* 15 de setembro de 1829

Na carta do *Pateta das Luminárias*, publicada no *O Cruzeiro* de 10 de setembro de 1829 ele afirmou ter estranhado “uma pirâmide onde vinha colocada a Efigie de S.M.I. puxada por uma aldeia de colomins, e acompanhada por uma centena de homens vestidos todos de calças e jaquetas brancas.”<sup>456</sup> De acordo com os jornais *O Cruzeiro* e *a Abelha Pernambucana*, além de estarem vestidos de branco, tinham chapéus com fitas e topes pregados.<sup>457</sup>

Segundo a publicação da *Abelha Pernambucana* de 15 de setembro de 1829, as roupas brancas eram para: “testificar que nesta demonstração de jubilo e gratidão só entravam de animo puro lavado de toda a macha de suspeita” e os chapéus estariam ornados de tal forma por ter sido “aquele mesmo o que Sua Majestade Imperial e Constitucional, adotou depois de chegar na Capital do Império, tendo acabado de proclamar a Independência do Brasil nos bosques no Ipiranga.”<sup>458</sup> Os índios que puxavam o carro simbolizariam a Nação Brasileira.<sup>459</sup>

Desde a época Joanina, era corriqueiro o uso do índio como símbolo do Brasil, forma de expressar o sentimento de pertencer à terra natal. Segundo Emílio Carlos Rodrigues Lopes, muitas das identidades desse período “foram recriadas para confirmar uma nova ideia de ‘Nação’ e de ‘Pátria.’”<sup>460</sup> *O Cruzeiro* de 10 de setembro de 1829 questionou esse significado e atribuiu outra possibilidade para o uso dos índios, que, segundo o periódico, estavam em todos os “teatros da festa:”

se eles são figuras simbólicas do Brasil, também ouvi lembrar por um crítico, que aquelas figuras representavam o estado natural do homem tão gabado pelos velhacos revolucionários; mas estou convencido de que não foi nessa acepção, que eles se pintarão nas varandas do Sr. Deão de Olinda.<sup>461</sup>

No ano seguinte o cortejo também contou com uma pirâmide. De acordo com o relato do *Diário de Pernambuco* de 1830, além dos símbolos escolhidos para compor as quatro faces, outros elementos da nacionalidade também reforçavam o civismo. Foi posta em um chão coberto de junco e folhas de Pitanga, sob o qual havia uma base de roda com arbustos formados por algodoeiros e de cana de açúcar, principais elementos da economia de Pernambuco. Somando assim local e nacional para exaltar o Brasil.<sup>462</sup>

<sup>456</sup> *O Cruzeiro* 10 de setembro de 1829

<sup>457</sup> O tope nacional era de acordo com Hendrik Kraay “uma insignia na forma de uma flor com um triângulo amarelo e o mote de ‘Independência ou morte’” KRAAY, Hendrik, Nação, Estado *Op.Cit.* p.344

<sup>458</sup> *Abelha Pernambucana* 15 de setembro de 1829

<sup>459</sup> *Ibidem*

<sup>460</sup> LOPES, Emílio *Op. Cit.*, p.311

<sup>461</sup> *O Cruzeiro* 10 de setembro de 1829

<sup>462</sup> *Diário de Pernambuco* 23 de setembro de 1830

As tecnologias para construir a pirâmide não foram simples. Foi iluminada por dentro e cercada por lampiões. Era transparente e no seu interior aparecia de encarnado “Independência ou morte.” Foi posta sobre um estrado de quatro degraus que simulavam ser de pedra em cada um deles, havia mangas e lampiões de vidro conseguindo-se ler no primeiro em letras vermelhas: “Imperador e Constituição.” A decoração dessa pirâmide ressaltava as vicissitudes do período, especialmente a disputa envolvendo as ações do Imperador em fins do Primeiro reinado. Quando essa pirâmide foi levada na marcha da companhia que a organizou, soltou-se, do centro da Praça da Independência, um balão aerostático ornado das cores nacionais.

Depois de não aparecer durante a regência, uma pirâmide foi construída na festa de coroação do Imperador Dom Pedro II com elementos parecidos das anteriores. Em 1847 a pirâmide da festa do Sete do Setembro, em meio ao Movimento Praieiro, trouxe algumas originalidades. A pirâmide montada no pátio do palácio tinha na parte de cima a figura do Brasil com a bandeira nacional e nas quatro faces as figuras de Pedro Álvares Cabral, D. Filipe Camarão, Henrique Dias e José Bonifácio. Na base uma menina vestida como a deusa da liberdade.<sup>463</sup>

A escolha de dois heróis da Restauração Pernambucana de 1645 em um momento de elevada desordem é significativa. Escolheram-se os líderes indígena e negro daquele “movimento restaurador” da união da então América portuguesa. No movimento de 1817, a restauração pernambucana também foi usada com símbolo da identidade pernambucana e os organizadores do festejo parecem ter lembrado desse rumo nessa celebração. Durante o movimento praieiro Henrique Dias e Felipe Camarão foram usados como símbolos da identidade local em outros momentos.

Algum tempo antes, em 14 de julho de 1843, o *Diário de Pernambuco* já havia registrado a presença desses heróis em outra circunstância. No anúncio do livro o “Compêndio História do Brasil” escrito pelo General Abreu e Lima, ornado com sete retratos: D. Pedro I, Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Felipe Camarão, Henrique Dias e José Bonifácio<sup>464</sup>. No ano seguinte, o *Diário Novo* já havia comparado os heróis da restauração como símbolos da pernambucanidade, chamando a província de “terra de Camarão e Henrique Dias!”<sup>465</sup> Quando da eleição de Chichorro da Gama em 1845, o periódico *Lidador* publicou um artigo criticando o a escolha dos praieiros de

<sup>463</sup> *Diário Novo* 09 de setembro de 1847

<sup>464</sup> *Diário de Pernambuco* 14 de julho de 1843

<sup>465</sup> *Diário Novo* 4 de maio de 1844

usar os heróis da restauração como símbolo da união dos pernambucanos para favorecer a sua causa.<sup>466</sup> A pirâmide escolhida em 1847 para simbolizar a Independência brasileira percorreu várias ruas da cidade, parando nas praças e em algumas casas da cidade gritando-se vivas à Independência.

### 2.3.3 Esmolas

Outra prática festiva que envolvia cortejos pelas ruas da cidade eram as esmolas para os presos pobres. Eles estiveram presentes nos relatos sobre as festas entre 1829 e 1832. Duas publicações descreviam como teriam sido vivenciados pelas ruas da cidade. Em 1829, o *Diário de Pernambuco* ressaltava que, por volta das nove horas, parte dos cidadãos acompanhados do Presidente da Província também se reuniu para levar esmolas para os presos pobres. A roupa destinada “a aqueles desgraçados”, teria sido transportada em salvas e bandejas, mas o cortejo também contava com carroças com “muitas arrobas de carnes, galinhas, farinha, arroz, feijão, pão, frutas, etc., etc.” As bandas de músicas e algumas autoridades da oficialidade, entre outras pessoas distintas, também participaram desse momento.<sup>467</sup>

Esse não foi o único momento de filantropia descrito pelo *Diário de Pernambuco*. No dia 08 de setembro, a sociedade que organizou um dos jantares festivos teria servido aos mendigos da cidade com um grande jantar e distribuído dinheiro. A população pobre e escrava, apesar de pouco referida nos documentos, deveria ser parte significativa dos festeiros. Em poucos momentos os periódicos fazem referência a participação do “povo” nas comemorações do Sete de Setembro.<sup>468</sup>

No ano de 1830, o periódico *Amigo do Povo*, publicou em 18 de setembro uma correspondência do *O Leitor*, sobre o que ele chamou de “procissão dos carros”, talvez pelo cortejo ser acompanhado de carros de boi carregados com os donativos para os presos pobres. O ponto de encontro foi o Largo do Carmo, localizado próximo a uma região de grande movimento. Assim que saíram em direção à cadeia, repicaram os sinos mesmo sem a presença das principais autoridades, como o Bispo e o Presidente da Província, causando espanto no *O Leitor* que questionou sobre motivação daqueles repiques. O espanto do correspondente teria crescido quando, ao passarem pela Igreja

---

<sup>466</sup> *O Lidador* 29 de junho de 1847

<sup>467</sup> *Diário de Pernambuco* 10 de setembro de 1829

<sup>468</sup> *Ibidem*

do Rosário, ouviram novas badaladas de sino. Movido por curiosidade, entrou na Igreja e foi perguntar ao sacristão para quem estava repicando os sinos?

A resposta que ele diz ter ouvido foi que repicavam para Vicente Peixoto, responsável por várias funções importantes na administração religiosa e que podia assumir a administração das capelas a qualquer momento.<sup>469</sup> Exagero ou não, esta situação é importante para mostrar como as festas serviam para outros interesses além do patriotismo e da celebração da independência. O sacristão teria admitido que estava aproveitando a ocasião para agradar a alguém que poderia conceder algum benefício, como teria dito o sacristão do Rosário, "nada se perde em lhe fazermos já a boca doce com estes repiques."<sup>470</sup>

A demonstração de bajulação feita pelo um sacristão que estava saudando uma autoridade menor foi bastante ruidosa para ser ignorada pelas disputas periodiqueiras. O *Amigo do Povo* descrevia essa atitude como uma prova dos excessos que a festa do Sete de Setembro estava causando na cidade. O “povo” parecia não estar ali para fazer parte do espetáculo das elites. Eles eram festeiros e aproveitavam a festa a seu modo.

### 2.3.4 Reuniões privadas e bailes

Reuniões privadas nem sempre tinham destaque nos periódicos. No início das comemorações, na década de 1820, se relatava a organização de jantares ou divertimentos e bailes, sem muitos detalhes. Em 1829, na noite do dia sete, houve um jantar no Palácio do Governo, para o qual foram convidadas as autoridades e “pessoas de representação.” Segundo Mariana Corção e Fernanda Codevilla Soares "o jantar festivo se eleva à refeição arquetípica desse século, servindo como ponto central de aceitação social e de respeitabilidade."<sup>471</sup>

O relato sobre o jantar de 1829 congregava variados elementos que ressaltavam a civilidade e a grandeza do festejo. De acordo com a publicação do *Diário de Pernambuco*, foram cento e trinta convidados, entre eles “as Autoridades da Província, Deputados Eleitos, Cônsules Estrangeiros, Empregados de mais representação, Militares, Negociantes, Lentes, Estudantes do Curso Jurídico...” que começaram a chegar às três horas da tarde e se acomodavam em um salão ricamente decorado, tendo

<sup>469</sup> *Amigo do povo* 18 de setembro de 1830

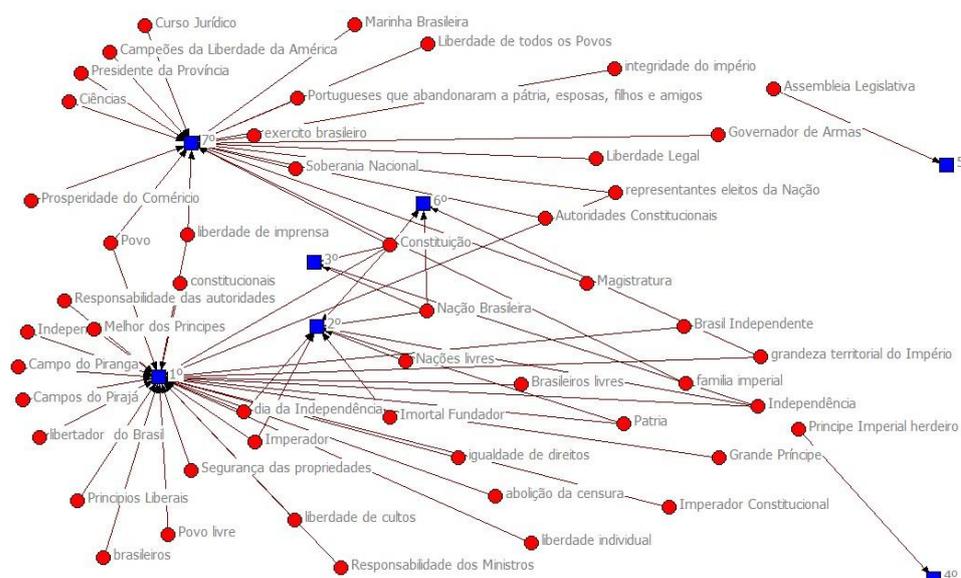
<sup>470</sup> *Ibidem*

<sup>471</sup> CORÇÃO, Mariana e SOARES, Fernanda Codevilla Soares. Bom gosto à mesa: cultura material e distinção social no Brasil do século XIX *Clio Arqueológica*. N.2, v.27: s/p. Recife. 2012 p.9

a frente uma coroa de pitanga com o seguinte dístico: “Tendo a frente o Imortal Pedro Primeiro,/Numa no Trono, em Campo audaz Mavorle /Proclama o bravo Povo Brasileiro/Independência, Liberdade, ou Morte.”<sup>472</sup>

Os convidados foram acomodados em uma "mesa de ferradura", servidos em um *dezert* lindo e elegante, onde foram dados brindes e recitados elogios. Foram pelo menos mais 22 brindes. Destes sete desses brindes foram publicados no Periódico e faziam as seguintes menções:

**Gráfico 2 – Brindes do jantar do Sete de Setembro**



Fonte: Elaborado pela autora<sup>473</sup>

Os brindes foram comandados por três dos sócios que organizaram o festejo, Miranda Henrique (1,4 e 7), Francisco José da Costa (2 e 5), e Lúcio Correia (3 e 6). Os que foram publicados no *Diário de Pernambuco* destacavam elementos diversos que os organizadores associaram a comemoração da Independência. Além de brindarem a elementos que compunham o Estado Nacional, ressaltavam alguns problemas que os pernambucanos tinham sofrido durante o ano ao brindarem as liberdades constitucionais.

Um dos brindes desse jantar foi dirigido aos "portugueses, que em demanda da Liberdade abandonaram Pátria, Esposas, filhos e amigos."<sup>474</sup> Na emoção e energia contagiante das músicas, cortejos, iluminação, copo d'água, as desconfianças pareciam

<sup>472</sup> *Diário de Pernambuco* 14 de setembro de 1829

<sup>473</sup> Com o uso do software: Borgatti, S.P., Everett, M.G. and Freeman, L.C. 2002. Ucinet 6 for Windows: Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies.

<sup>474</sup> *Diário de Pernambuco* 14 de setembro de 1829

ter sido abafadas. Mas quando o assunto tomou a página da imprensa para estabelecer qual a mensagem que a festa deveria passar esse envolvimento causou polêmica entre os periódicos como vimos no primeiro item deste capítulo.

Na década de 1840 ganhou força nos jornais o relato sobre bailes nas festas para comemorar desde as festas carnavalescas às festas nacionais. Os periódicos *Diário Novo*, *Diário de Pernambuco* e *União* descrevem bailes marcados por conflitos envoltos nas disputas do movimento praieiro. Para exemplificar a importância dos bailes, vale a narrativa de um deles, longamente narrado pelos jornais *O Lيدador* e *O Diário Novo*.

Em 1847, o mestre Carpina Francisco Martins dos Anjos Paula e o mestre alfaiate Rufino de Souza Peixe<sup>475</sup>, que segundo Marcus Carvalho e Bruno Dornelas eram de origem lusitana<sup>476</sup>, organizaram um baile. Pelo relato publicado no *Lيدador* de 18 de setembro para garantir que o baile acontecesse os artistas portugueses levantaram dinheiro por meio de subscrição e pediram para realizá-lo em um palacete no Pátio de São Pedro, pertencente à Ana Francisca de Paula Cavalcanti. Possivelmente, a poderosa família soube usar essa festa como uma forma de paternalismo para variados artistas.

Segundo o *ليدador*, os artistas decoraram a frente do edifício com uma iluminação que tinha no centro ricamente ornado o busto de S.M.I, obra de Domingos de Silos Thomé, Tenente do Regimento de Homens Pretos. Eles também conseguiram mobília para quinhentas pessoas. Os praieiros não haviam sido convidados e se empenharam para que as músicas militares não participassem, além de terem espalhado o boato de que todos que fossem iriam ser insultados e se preciso fosse usariam a polícia para acabar com a comemoração.

No dia do baile havia no Pátio de São Pedro, segundo o periódico *O Lيدador* “umas 2 dezenas de soldados de policia à paisana e o mesmo de vadios e alguns escravos.” Depois das oito horas, eles formaram ala e guarneceram todas as avenidas da porta do edifício, facilitava a ação desses homens esse ser um pátio fechado por acesso por algumas ruas estreitas. Quando os convidados iam chegando “dirigiam-lhe motejos indiretos ora mais ora menos picantes.” Borges Mendes e Passos faziam versos na porta proclamando Chichorro da Gama como futuro senador.<sup>477</sup>

<sup>475</sup> O *Lيدador* 18 de setembro de 1847

<sup>476</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Op. Cit.* p.32

<sup>477</sup> O *Lيدador* 18 de setembro de 1847

Segundo o periódico *O Lidador*, espalhou-se que se deviam usar fraques ou jaquetas brancas, a maior parte das 400 pessoas que teriam ido ao baile de acordo com o “programa de vestuário.” Entre os participantes estavam militares, negociantes e artistas. Às nove horas já havia umas trezentas pessoas na festa. E então teria se procedido à revelação do busto do Imperador. Uma jovem senhora cantou o Hino da Independência, deram-se “vivas ao imperador, à Independência e aos Pernambucanos, sem que nomes tão sagrados fossem confundidos e rebaixados com o do detestado Chichorro.”<sup>478</sup> Os vivos aos Pernambucanos e aos Pernambucanos livres era usados pelos praieiros do diferentes ocasiões festivas.

Ainda segundo *O Lidador*, os soldados chegaram a subir para “arrancar o busto do Imperador” e alguns dos que estavam nos bailes organizaram-se para defender a entrada. Quando o chefe da polícia chegou ao pátio, não ter interferido na ação dos soldados e teria ido à Igreja de São Pedro conversar com frei Capistrano e puderam ver a tentativa de invasão. O Frei inclusive aproveitou a situação para “xingar um desafeto.” Depois de os soldados desistirem de entrar no palacete e permaneceram no pátio, arrebutaram as girândolas que eram usadas para saudar a chegada de autoridades ou outro momento importante e precisavam ser fincadas em buracos no chão.

Depois das dez horas surgiram quatro escravos trazendo tabuleiros para a ceia do baile. A encomenda da comida para 500 pessoas representava um grande negócio para o estabelecimento comercial. Ao entrarem no Pátio de São Pedro, “a gente comandada pelo Sr. Frei Capistrano” reteve um dos pretos, fez “correr o pobre caixeiro da casa de pasto que o acompanhava, roubou um dos tabuleiros fechado que continha assados, e além disso talheres, guardanapos, etc.”<sup>479</sup> Essa era uma forma de prejudicar a festa que tanto queriam, se não conseguiram evitar que os festeiros se fizessem presentes, então que a comida não chegasse. Mas pelo relato parece que a comida interceptada não atrapalhou a alegria da festa.

O periódico *O Lidador* comparou a confusão com a festa de 1829 como uma referência como uma comemoração que envolveu entusiasmo e antagonismo entre grupos políticos.

Não é de hoje que em Pernambuco há partidos, sempre os houveram desde que nos constituímos nação. Em 1829 o colunismo, e o chimanguismo estiveram bem pronunciados; ambos deram bailes, ambos por este meio demonstraram suas simpatias; porém foi alguém insultado, perturbaram por ventura uns os divertimentos dos outros? Não, porque nesse tempo não eram

---

<sup>478</sup> *Ibidem*

<sup>479</sup> *Ibidem*

presidente, e chefe de polícia dois selvagens sanguinários, dois malvados conhecidos.<sup>480</sup>

O periódico praieiro *Diário Novo* de 13 de setembro de 1847 publicou uma correspondência sobre esse baile, que foi feito para iludir o povo com suas promessas, ou como costumavam dizer a credulidade desse povo “se compra a dinheiro, ou se convence, embriagando-o com vinhos, e licores, que nunca ou raras vezes provaram.”<sup>481</sup> O uso da “embriaguez” para conquistar simpatizantes não era uma novidade nessa época. Como afirma Isabel Marson, à época do Movimento praieiro, sob o comando dos praieiros a política provincial ganhou “a dimensão de espetáculos organizados e dirigidos, especialmente nos momentos de eleições ou quando acontecimentos ocorridos na Corte precisavam ser apoiados ou rejeitados.”<sup>482</sup>

Depois da derrota, nos pleitos eleitorais de 1844 e 1845, os gabirus também passaram a usar tal estratégia. Segundo Marcelo Mac Cord: “Para angariar simpatizantes entre os trabalhadores urbanos do Recife, por exemplo, o próprio ex-presidente da Província poderia ser visto brindando em botequins.”<sup>483</sup> A construção de redes de clientela era um dos objetivos de se frequentar tais ambientes. Sabe-se que uma das características do Brasil império era a rede de clientelismo: “O poder fluía simultaneamente ‘de cima para baixo e através do presidente provincial, e de ‘baixo para cima’, dos mandachuvas locais ao presidente e até o Gabinete.”<sup>484</sup>

No *Diário Novo*, uma correspondência zombava da forma com que “os senhores Rego Barros Cavalcantis desceram vergonhosamente de sua alta e sem igual posição até essa canalha.” A praieira trouxe para o primeiro plano das discussões políticas o jogo de conquistas das classes populares. O periódico evidenciava como a família poderosa usava do artifício da festa para demonstrar uma falsa consideração com as camadas populares. Como afirma a publicação “os Senhores Rego Barros Cavalcantis não amam

---

<sup>480</sup> *Ibidem*

<sup>481</sup> *Diário Novo* 13 de setembro de 1847

<sup>482</sup> Apesar de concordarmos que com a Praieira as festas tomaram um novo fôlego nas ruas da província, com o uso indicado pela autora, discordamos da sua visão das camadas populares como “uma massa de coação capaz de impressionar os adversários conservadores. Essa redução da participação das classes populares a fantoches dos interesses partidários reduz a sua autonomia e seus interesses ao participarem da festa.” MARSON, Isabel Andrade. O “Cidadão-criminoso”: o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o segundo reinado in: **Estudos Afro-Asiáticos** n° 16. 1989 P.144

<sup>483</sup> MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros** : uma associação de artifices no Recife, 1836-1880 Campinas: Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2009 p.66

<sup>484</sup> GRAHAM, Richard. *Op. Cit* p.198

o povo; esse sentimento de aversão está tão ligado a eles, que nunca poderão encobri-lo inteiramente.”<sup>485</sup>

Espalhavam que Sebastião do Rego Barros e José Joaquim do Rego Barros dançavam com cabrinhas e mulatinhas.”<sup>486</sup> Os fidalgos com suas mulheres, e filhas dançaram no baile, mas logo que saíram, arrancaram das mãos as luvas, e as atiraram a lama, dizendo, que estavam a feder com a catinga das mulatas!<sup>487</sup> Às três horas da noite alguns célebres praieiros teriam pedido permissão para entrar no baile. Mesmo fazendo de tudo para atrapalhar a festa, o periódico ressalta que não perderam a oportunidade para dançar uma quadrilha e tomar refrescos antes de se retirarem. Às quatro da manhã, os insultos não diminuíram e os presentes no baile foram ameaçados de levar pau na saída caso não dessem vivas ao Senhor Chichorro. Muitos convidados esperaram o amanhecer para sair em grupo com as mulheres ao centro, cercadas por mais de duzentos homens.<sup>488</sup>

Em 1848, no Dia da Independência houve um baile custeado por uma subscrição no Palácio da Presidência em homenagem a guarnição desta cidade, pela restauração da ordem pública nos dias 26 e 27 de junho, um dos maiores conflitos de rua do movimento praieiro. No periódico *A União* uma crítica a esse baile permite desconstruir a imagem de ambiente “civilizado” que se costumava associar a essa prática. O *matuto de escada* falou do pouco zelo com a escolha das roupas e adornos, afirmando que a maior parte das pessoas tinha nos cabelos folhas da independência, que eram disponibilizadas em um balaio na entrada do baile. Segundo Pereira da Costa estas folhas eram *cróton variegatum* usadas pelos entusiastas da independência por suas “folhas verdes com filetes amarelos em diagonal” e tornaram-se um “distintivo patriótico” era um símbolo nas festas que teriam se espalhado por todo o país.<sup>489</sup> Hendrik Krray também as observou nos festejos do Rio de Janeiro.<sup>490</sup>

Em 1848, o *matuto de escada* comparou um baile, que frequentou no dia Sete de Setembro, com a grande festa dos negros. Segundo ele:

ouviam-se um burburinho a modo do que causam os pretos do Rosário faziam, quando no dia da festa da Padroeira, se reúnem no pátio da Igreja, e

<sup>485</sup> Diário Novo 13 de setembro de 1847

<sup>486</sup> *Ibidem*

<sup>487</sup> *Ibidem*

<sup>488</sup> O Lidador 18 de setembro de 1847

<sup>489</sup> COSTA, F.A. **Vocabulário Pernambucano** *Op.Cit.* p. 418

<sup>490</sup> KRAAY, Hendrik **Days of** *Op. Cit.* f.62 e 338

ao som de cantares selvagens, dançam em torno de um dos descendentes dos reis do Congo.<sup>491</sup>

Criticava também que a comida foi muito pouca, e disse como não encontrava a ceia, procurou um mestre sala, um empregado da tesouraria provincial, e foi informado que havia água de coco, mas que o chá deveria estar por vir. A comida só chegou à meia noite, e foram quatro ou cinco bandejinhas de bolo, acompanhados de bules de estanho alugadas do botequim da cova da onça.<sup>492</sup>

Ritos oficiais e festejos populares foram de extrema importância para a consolidação do Sete de Setembro como Dia da Independência, impulsionando outras formas de comemorações. Recife participou ativamente das comemorações do Sete de Setembro. As festas na cidade seguiram os padrões estabelecidos para as comemorações, mas também os jornais mostraram personagens e movimentos locais.

Além de ser um espaço para demonstração do “zelo patriótico” e para as disputas locais. Foram parte da cultura urbana que se estabelecia na primeira metade do século XIX, atraíam muitas pessoas para os bairros centrais da cidade, criaram um uso diferenciado do espaço público que transformava o cotidiano da população. Além de estar envolvidas em um sentido político maior, da demonstração do patriotismo. Nem tudo é uma questão racionalizável, mesmo sendo criticados quando acontecem as festas atraem, permitem a vivência dos valores em disputas no campo simbólico, mediada por ritos formais, euforia, liberdade, diversão. As festas do Sete de Setembro também tinham outros sentidos para os festeiros do Recife, possibilitando divertimentos, sobrevivência e sociabilidades.

---

<sup>491</sup> *A União* 19 de setembro de 1848

<sup>492</sup> *Ibidem*

### CAPÍTULO 3 : A NORMATIZAÇÃO DAS FESTAS

As festas são um momento especial do cotidiano, trazem múltiplas possibilidades para os festeiros. Entre tantas, como temos visto, nos interessa os usos das festas na construção de sociabilidades, práticas de patriotismo e oportunidades de diversão. Por um lado, eram importantes para o bom funcionamento social e para a criação de novos vínculos entre todos os habitantes das cidades, da província e do Império. Tal como analisa o historiador Amador Gil para a Argentina, nos espaços festivos se fomentava a ideia de pertencimento coletivo importante "para fomentar a ideia de um sentimento nacional, permitindo construir mesmo que fragilmente os limites de uma comunidade com contornos nacionais."<sup>493</sup> Os espaços festivos contribuía, como afirmou Alexandre Mansur Barata, para que fossem interiorizados “novos vínculos de pertencimento coletivo.”<sup>494</sup>

As festas eram grandes oportunidades para isso. Por outro lado, eram espaços importantes para a diversão do início do século XIX. Registrava Gilberto Freyre, que as festas de igreja e de entrudo propiciavam os “momentos de confraternização entre os extremos sociais” nas praças e ruas de Recife.<sup>495</sup> Mesmo sem a instauração de uma vida de “corte” no Recife, como no Rio de Janeiro, a cidade sentiria os efeitos da abertura dos portos e também sentia o calendário de muitas festas religiosas e oficiais da realeza.<sup>496</sup> Pelo Recife circulavam novas ideias e surgiam novas formas de sociabilidade, ainda que viajantes, como o comerciante francês Tollenare e o inglês Henry Koster, tenham destacado as poucas opções para os divertimentos no início do século.

Em meio à necessária renovação dos padrões de sociabilidade e civilidade, festas e divertimentos precisavam ser organizados e controlados. Na nova conjuntura de um país recém independente, regulamentar os festejos seria também fundamental para a manutenção da tranquilidade pública. As festas podiam trazer também muitos

<sup>493</sup> GIL, Antonio Carlos Amador. **Tecendo os fios da nação**. Soberana e identidade nacional no processo de construção do estado. Vitória: IHGES, 2001 p.89

<sup>494</sup> BARATA, Alexandre Mansur. Do Secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840)in: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 p.67

<sup>495</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano** 16ªed. São Paulo: Global, 2006 p. 31

<sup>496</sup> Para o Rio de Janeiro, ver SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1999 p. 56

problemas para a nova ordem que se implantava. Os usos e os abusos das festas foram normatizados através de diferentes regulamentações e políticas no Recife Oitocentista. Objetivavam controlar e educar os festeiros e a própria população para os novos tempos, novos valores patrióticos e cívicos, sem abalos na ordem pública.

Para além dos projetos imperiais de fundar a nação, a conjuntura política era marcada por muitas convulsões políticas em Pernambuco na primeira metade do século XIX, como insurreições liberais e diversos conflitos cotidianos. Já afirmou Rita de Cássia Barbosa de Araújo que, para o Recife da primeira metade do século XIX, o “contexto de instabilidade de abalos da ordem pública e da disciplina social levou as classes dominantes a decidirem pelo endurecimento do grau de tolerância em relação às práticas culturais populares.”<sup>497</sup>

O controle sobre as festas foi uma política visível em todos os estados nacionais do final da época moderna. Em tempos de revisão do antigo regime, as festas precisavam expressar ou dialogar com os novos valores liberais e civilizatórios. Como analisou Jorge Crespo no caso de Portugal, uma das grandes críticas às festas era em relação ao seu grande número, até porque elas incentivavam “a preguiça, as despesas e a libertinagem.”<sup>498</sup> No Recife as três críticas fizeram parte do controle às formas de festejar, e, por isso, buscamos pensá-las como fio condutor desse capítulo. Regras foram criadas pelo Estado Nacional, estadual e municipal, mas para modificar as festas tradicionais foi preciso mais que tinta sobre papel. Estudar as leis criadas para regular as festas, bem como a sua aplicabilidade faz-se de extrema importância para a boa compreensão da dinâmica festiva dessa sociedade no período em foco.

Nos capítulos anteriores vimos como as conjunturas políticas interferiam nos usos e significados dos festejos, mas as escolhas de como festejar não se transformaram apenas por essa via. Usamos documentos diversos para poder acompanhar as interferências que buscavam moldar os festejos. Através da análise das legislações imperiais, posturas municipais do Recife, relatos de alguns viajantes: (Tollenare, Koster e Vauthier), da folhinha de algibeira, de periódicos, da documentação dos Juizes de Paz e das correspondências oficiais do fundo Interior do Arquivo Nacional, passaremos a analisar essas tentativas de controle no festejar do Recife durante o “ciclo das insurreições liberais.”

---

<sup>497</sup> ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do tempo** : entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife . Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996. p.165

<sup>498</sup> CRESPO, Jorge. **A historia do corpo**. Rio de Janeiro: Difel, 1990. p.127

Entre esses teve destaque o *Carapuço*, escrito pelo Padre conservador Miguel do Sacramento Lopes Gama, era um jornal dedicado a crítica de costumes, publicado uma vez por semana entre os anos de 1832 e 1842. Entre os jornais pernambucanos, é um dos mais trabalhados pela historiografia. O seu redator dedicou grande parte dos números a analisar os hábitos festivos e de divertimentos da população de Pernambuco, sendo um grande crítico de como a população aproveitava as novidades do período e estava preocupado em moldar os comportamentos adequados ao modelo de cidadão correspondente aos ideais almejados para a nova identidade nacional.

O capítulo será dividido em quatro partes a partir das principais linhas de normatização que localizamos documentação. Apesar de dar destaque a algumas festas no decorrer do texto. Na primeira analisamos o controle do tempo dedicado à festa, especialmente pela regulamentação dos feriados. Na segunda parte analisamos as normatizações das posturas das Câmaras Municipais sobre a festa, na terceira parte o controle sobre os gastos com a festa; na última, alguns episódios das festas religiosas relacionados ao trabalho em outros capítulos.

### **3.1 Por Uma Agenda De Festas**

O calendário era uma ferramenta importante na regulamentação do tempo legitimado e aceito como dedicado às festas. Percebemos três tipos de feriados no Brasil Oitocentista. Além dos feriados, as pessoas podiam aproveitar variadas festas religiosas, nascimentos, casamentos, festas ocasionais que também faziam parte do ano festivo no Recife. A agenda festiva durante um ano era muito intensa no Recife do século XIX. Considerando apenas as festas públicas, o ano começava e terminava com o ciclo festivo que Tollenare chamou de “festas de verão”, envolvendo o ciclo natalino e uma série de festas nos arrabaldes que só se encerrava com o entrudo e a proximidade da quaresma.

Depois vinha a Semana Santa, com todo seu esplendor religioso e profano, a procissão do Corpo de Deus, com sua íntima associação com os poderes seculares, a festa do Espírito Santo, festejos juninos, festas a Nossa Senhora e outros Santos. Todas essas festas religiosas eram intermeadas por variadas datas cívicas. Ao fim de tudo dezembro chegava para encerrar o ano e começar outro ciclo das festas natalinas.

No Recife do século XIX havia uma tentativa por parte do Estado Nacional e da Igreja de controlar o tempo em que as festas deveriam oficialmente ter maior

importância no cotidiano. No vocabulário de *Bluteau*, um feriado era definido como: “Dia que não é de trabalho, nem de despacho”.<sup>499</sup> A escolha dos dias em que oficialmente se parava o trabalho para festejar buscava ritmar e organizar o cotidiano. Esse foi um aspecto importante para definir uma política que procurava definir os motivos para o encontro da população com a liberdade de não trabalhar.

Dias de Gala, dias de festa nacional e dias santos compunham os dias reconhecidos como feriados durante o Império. Os dias de gala, segundo Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho, eram as “datas oficiais promovidas pelo Estado ou a ele ligadas, que movimentavam as personagens da cidade através dos cortejos, das procissões, dos banquetes, cavalhadas, iluminações.”<sup>500</sup>

A primeira mudança oficial no calendário do Brasil independente ocorreu com o decreto de 21 de dezembro de 1822, justificado por D. Pedro como resposta a decisão de D. João VI que extinguiu a comemoração do seu nascimento em terras portuguesas.<sup>501</sup> A lei instituiu os dias de aniversário da família imperial e de eventos ligados à nova situação política do Brasil eram os destaques deste calendário cívico oficial.<sup>502</sup>

Frente ao imenso território e a novidade que representava comemorar a nova nação independente, essa lei definia alguns dias para comemorar a nova situação do Brasil. Eram os dias da adesão ao sistema constitucional, à aclamação e a coroação de D. Pedro I. O ritmo dos acontecimentos e a própria independência em construção fazia com que as datas escolhidas como marcos mudassem rapidamente.

Como bem disseram Istvan Jancsó e Iris Kantor: “A instituição oficial de novos calendários festivos após a independência tornou-se parte de uma estratégia de recriação da unidade política vis-à-vis as tensões regionais e sociais.”<sup>503</sup> Para o Recife, ao menos desde 1824, conseguimos perceber a preocupação pelas autoridades provinciais da articulação das comemorações do governo central com a das províncias. Mas não devia

<sup>499</sup>BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/feriado>

<sup>500</sup> SOUZA, Iara Lis Pátria Coroad. *Op. cit*p.53

<sup>501</sup> Decreto de 21 de dezembro de 1822 Coleção de Leis do Império do Brasil - 1822 Página 102 disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39069-21-dezembro-1822-568605-publicacaooriginal-91942-pe.html>

<sup>502</sup> Almanaque do Rio De Janeiro para o Ano de 1816. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 268 jul/set 1965.

<sup>503</sup>JANCSÓ, István, KANTOR, Iris. Falando de Festas JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). **Festa:** cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, p de dezembro de

ser muito fácil a administração dessas novas festas, ao lado das antigas, das provinciais e das locais.

Ainda em 1824, por exemplo, o Presidente da província de Pernambuco recebeu um ofício do fiscal da Alfândega com muitas dúvidas a respeito de como deveria seguir a tabela de feriados que havia recebido. No ofício, o fiscal ressaltava as dificuldades para seguir todas as datas que os órgãos públicos não podiam trabalhar.<sup>504</sup> Mais ainda, quando se tratava de dias específicos da cidade do RJ, como 05 de junho (Procissão do Corpo de Deus da Capela Imperial) e os 14 e 19 de setembro (em razão dos oragos do Rio de Janeiro).

O fiscal da alfândega também discordava que todas as repartições deveriam ficar sem expediente entre 24 de dezembro e Dia de Reis, e entre a quarta-feira das trevas até os prazeres. Na opinião do fiscal, esses feriados podem se aplicar à rotina dos tribunais, mas não aos expedientes do comércio e navegação ou da alfândega.<sup>505</sup> O Recife era um centro exportador e redistribuidor de mercadorias importadas e escravos tanto para o interior como para fora da província. Parar o porto e o comércio significava um grave problema financeiro.

Entre o Natal e Dia de Reis, segundo o periódico *Carapuceiro*, nas ruas da cidade ocorriam várias apresentações teatrais, jantares, danças, presépios, bailes do menino Deus e bumba meu boi que marcavam esse intervalo de festas.<sup>506</sup> O “povo” queria se divertir entre os dois feriados, era tempo de folgança que o *Carapuceiro* diz que começavam no fim da tarde e iam até a madrugada.<sup>507</sup>

Todos se divertiam nesses dias. Mesmo com o expediente no comércio e na alfândega, muitos trabalhadores deviam mesclar o labor com os divertimentos nesses dias. Até porque, na primeira metade do século XIX a separação entre o tempo dedicado ao trabalho e ao lazer não era tão rígida, como afirma Denise Moura, “trabalho e lazer misturavam-se, imprimindo uma especificidade ao viver, conviver e lidar com toda a sociedade.”<sup>508</sup> A vida nem sempre era guiada pela lógica do trabalho, para os que recebiam um jornal diário, cumprir o serviço era uma forma de poder festejar.

---

<sup>504</sup> APEJE. Registro de Provisões 8.2 27 de fevereiro de 1824

<sup>505</sup> *Ibidem*

<sup>506</sup> Carapuceiro 11 de janeiro de 1840, 22 de fevereiro de 1834, 24 de janeiro de 1838, 21 de fevereiro de 1840 e 8 de fevereiro de 1834

<sup>507</sup> Carapuceiro 8 de fevereiro de 1834

<sup>508</sup> MOURA, Denise. **Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1998 p. 40

Os carregadores estavam entre os que se envolviam intensamente nesse ciclo festivo. Segundo Pereira da Costa, os carregadores negros (livres ou escravos) encarregados de conduzir mercadorias, formavam companhias diariamente para trabalhar e na véspera de reis se reuniam para sair pelas ruas da cidade em cortejo. Um deles, sentado sobre um caixão empunhando uma bandeira, era carregado pelos companheiros, cantando uns versos e toada de marcha, parando na casa dos seus fregueses e outras pessoas solícitas para desejar boas festas.<sup>509</sup>

Os que recebiam as animadas saudações erguiam vivas e estouravam foguetes e faziam uma contribuição. Ainda segundo Pereira da Costa, ao fim do cortejo os mestres contavam o dinheiro recebido e distribuía entre todos que saído para pedir, que podiam “passar larga e festivamente o seu Dia de Reis.”<sup>510</sup> Muito além disso, o “povo” aproveitava o dia com variados festejos que, segundo o *Carapuceiro*, envolviam a tradicional queima das palhinhas secas dos presépios, que se transformava em um grande divertimento popular.

Passados os dias de festa era o momento de voltar à rotina de trabalho e esperar a próxima festa, que não demoraria a chegar. Seguindo as pistas de E.P. Thompson ao analisar as doações ocasionais da *gentry*, podemos afirmar que “esse lubrificante social dos gestos podia, com bastante facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girar mais suavemente.”<sup>511</sup> As muitas datas de gala previstas em 1824 foram revistas em 1825 na regulamentação do Ministério de Guerra sobre como deviam ser festejados nas províncias.

**Quadro 8** - Comparação entre os dias de gala da lei de 11.12.1822 e a tabela dos dias de gala enviados pelo Ministério de Guerra em 1825

Festa	1822	1825
01.01 - Cumprimento de bons anos as Majestades Imperiais.	Grande Gala	Grande Gala
06.01 - Dia de Reis	Pequena Gala	Grande Gala
09.01 Dia do Fico		Grande Gala
22.01 – Aniversário da Imperatriz.	Grande Gala	Grande Gala
12.02- Não informado	-	Pequena Gala
17. 02- Aniversário da Princesa Paula	-	Pequena Gala
26.02 - Dia em que Sua Majestade Imperial Proclamou no Rio de Janeiro o Sistema Constitucional.	Grande Gala	-

<sup>509</sup> Costa, Francisco Augusto Pereira da. **Folclore Pernambucano** in: Revista do Instituto e Geográfico Brasileiro Tomo LXX ano 1907 parte II. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional p. 288

<sup>510</sup> *Ibidem*

<sup>511</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 1998 p.49

07.03 - Chegada do Imperador na Corte.	Pequena Gala	-
11.03 - Aniversário da Infanta Dona Januária.	Pequena Gala	Pequena Gala
13.03 - Primeira oitava da Páscoa.	Grande Gala	-
25.03- Juramento da Constituição	-	Pequena Gala
30.03- Domingo de Páscoa.	Pequena Gala	-
04.04 – Aniversário da Princesa D. Maria da Gloria.	Grande Gala	Grande Gala
25.04 – Aniversário da Rainha de Portugal e Algarves	Grande Gala	Grande Gala
03.05- Abertura da Assembleia	-	Grande Gala
13.05 – Aniversário do Rei de Portugal e Algarves	Grande Gala	Grande Gala
29.05 - Procissão de Corpo de Deus	Pequena Gala	-
05.06 - Procissão de Corpo de Deus na Capela Imperial.	Grande Gala	-
06.06 - Coração de Jesus e Festa dos Comendadores na Capela Imperial.	Pequena Gala	-
15.08 - Assunção de Nossa Senhora.	Pequena Gala	Pequena Gala
07.09-		Pequena Gala
14.09 - Exaltação de Santa Cruz e Festa dos Cavaleiros de Cristo na Capela Imperial.	Pequena Gala	-
19.09 - São Januário.	Pequena Gala	-
04.10- Nome da Princesa Francisca		Pequena Gala
12.10 – Aniversário do Imperador e Sua Aclamação	Grande Gala	Grande Gala
19. 10- Nome do Imperador**	Grande Gala	Grande Gala
05.11 - Chegada do Imperador ao Brasil.	Pequena Gala	-
1511. - Nome da Imperatriz.	Grande Gala	Grande Gala
01.12 - Aniversário da Sagração e Coroação do Imperador e Festa dos Cavaleiros da Ordem Imperial do Cruzeiro.	Grande Gala	Grande Gala
08.12- Nossa Senhora de Conceição	Grande Gala	-
25.12 - Dia de Natal	Pequena Gala	Pequena Gala
26.12 - Primeira oitava do Natal.	Grande Gala	Pequena Gala
31.12 -São Silvestre	Pequena Gala	-

Fonte: Elaborado pela autora

As datas questionadas como exclusivas para o Rio de Janeiro não foram apresentadas na tabela enviada pelo Ministro da Guerra, que determinava as formas de comemorações dos feriados para as províncias em 1825. Além disso, inseria uma série de datas sobre o processo de formação do Estado Nacional, tais como o Dia do Fico, o Sete de Setembro e a abertura da Assembleia e permaneceram como dias de Gala as festas religiosas de Assunção de Nossa Senhora, Natal e Dia de Reis.

Além dos dias de gala, em 1826 o Estado Nacional instituiu outro tipo de feriado, os de festa nacionais que faziam referência a datas importantes para a conquista da soberania nacional e precisavam ser especiais em todo o Brasil. A lei de 09 de setembro de 1826 escolheu os dias de 09 de janeiro (Dia do Fico), 25 de março (juramento da constituição), 03 de maio (abertura da Assembleia Constituinte), 07 de

setembro (Independência do Brasil), e 12 de outubro (aclamação de Dom Pedro I e oficialização do Império).<sup>512</sup>

Tais datas definidas pelo poder central deviam ser comemoradas em todo o Império. Em Pernambuco, tornaram-se referências nas comemorações desde fins da década de 1820. No *Diário de Pernambuco* de 1832, uma correspondência questionava o excesso das comemorações das festividades nacionais e outros feriados no Recife:

Snr. Editor- Não me dirá, porque razão foi hoje (9 de Janeiro) dia Feriado? Não bastava toda a enfiada dos feriados do Natal? Não bastam os nossos dias de guarda, que na roda do ano andam por trinta e tantos?

Em Resposta o Editor afirmou “Aplauda-se ontem a memória do FICO, cujo VOU-ME se há de aplaudir daqui a três meses. São anomalias, de que as coisas do Brasil estão cheias.”<sup>513</sup>

Uma série de leis modificava alguns dias de gala e festas nacionais devido a mudanças como a abdicação, nascimento e morte de herdeiros, casamentos imperiais. Mas o número de feriados era um ponto questionado pelos políticos. Em 1840, houve mudanças significativas no calendário festivo. Com um decreto de 1844, os dias de gala passaram a ser apenas seis. Tratou-se de uma diminuição significativa em comparação com os primeiros anos do Brasil Império.<sup>514</sup>

Em 1848, como ressalta Hendrik Kraay, há a redução das festas nacionais para apenas duas<sup>515</sup> reafirmando a preocupação em diminuir o número de feriados no Brasil Império. As determinações para os feriados eram nacionais, mas a *Folhinha de Algebeira*, ou o *Diário eclesiástico e civil para as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas*. O periódico relacionava os feriados e tecia algumas considerações sobre calendários, publicava dia a dia as festas que aconteceriam no ano seguinte, muitas vezes informando o local. Depois do calendário se publicava um almanaque, ou livro de jogos, ou livro de sortes, entre outros textos. Nessa fonte se listava os feriados que aconteceriam na cidade ano seguinte, mesmo sem fazer referência a leis provinciais ou municipais que determinassem feriados.

<sup>512</sup> Lei de 9 de Setembro de 1826, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1826 Página 7 Vol. 1 disponível em: [http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38600-9-setembro-1826-567169-publicacaooriginal-90570-pl.html](http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38600-9-setembro-1826-567169-publicacaooriginal-90570-pl.html).

<sup>513</sup> *Diário de Pernambuco*, 10 de janeiro de 1832

<sup>514</sup> *Diário de Pernambuco*, de 6 de maio de 1844 e Decreto nº 345, de 30 de Março de 1844. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1844 Página 11 Vol. 1 pt. II disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-345-30-marco-1844-560648-publicacaooriginal-83756-pe.html>.

<sup>515</sup> KRAAY, Hendrik. **Days of**. *Op. Cit*, p. 113.

**Quadro 9** - Dias de Gala para as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas previsto nas Folhinhas de Algebeira de 1848

Data	Dias de Grande Gala-1848
01.01	Ano Bom
14.03	Aniversário da Imperatriz
29.07	Aniversário da Princesa Isabel
04.09	Aniversário de Casamento das Majestades Imperiais
15.10	Dia do nome da Imperatriz
19.10	Dia do nome do Imperador

Fonte: Elaborado pela Autora

Além dessas datas marcantes no processo de Soberania Nacional, ainda se comemorava dias com importância regional, como a festa pela restauração pernambucana anunciada pela *Folhinha de Algebeira*, para acontecer em 27 de janeiro. Outro tipo de feriado no Brasil Império era os dias santos. A *Folhinha de Algebeira*, ou o *Diário eclesiástico e civil* para as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas, destacava anualmente dia a dia as festas religiosas programadas para ocorrerem, muitas vezes determinando o local de sua realização. Esse era, segundo F.A. Pereira da Costa, o nosso mais antigo calendário, que anunciava feriados, festas tradicionais da cidade e uma parte variável que podia ser um almanaque, jogos, por exemplo. No período estudado apenas conseguimos localizar a *Folhinha* de 1847 que previa as festas para o ano de 1848.

Nos anúncios dos feriados a *Folhinha* também anunciava as datas que as feriados religiosos aconteceriam no ano seguinte. Em 1848, ocorriam em Pernambuco, de acordo com a *Folhinha de Algebeira*, vinte e quatro dias santos, espalhados praticamente por todos os meses do ano.<sup>516</sup>

**Quadro 10** - Dias Santos na Província de Pernambuco (1847-1849)

1	Circuncisão do Senhor (01.01)	2	Dia de Reis (06.01)
3	Purificação de Nossa Senhora (02.02)	4	São José (19.03)
5	Anunciação de Nossa Senhora (25.03)	6	Quinta das Endoenças*
7	Sexta da Paixão**	8	1ª Oitava, após o domingo de Páscoa
9	Invenção da Santa Cruz (02.05)	10	Ascensão do Senhor (17.05)
11	1ª Oitava após a Páscoa do Espírito Santo	12	2ª Oitava após a Páscoa do Espírito Santo
13	Corpo de Deus	14	Santo Antônio (13.06)
15	Sagrado Coração de Jesus	16	Nascimento de São João Batista (24.06)

<sup>516</sup>APEJE. *Folhinha de Algebeira*, 1847 p.16

17 São Pedro e São Paulo Apóstolo (29.06)	18 São Tiago Apóstolo (25.07)
19 Assunção de Nossa Senhora (15.08)	20 Natividade de Nossa Senhora (08.09)
21 Festa de todos os Santos (01.11)	22 Nossa Senhora da Conceição (08.12)
23 Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo (25.12)	24 1ª Oitava após o Natal (26.12)

Fonte: SANTOS, 2001, p.68<sup>517</sup>

\* Dia Santo apenas após o meio dia \*\* Dia Santo até o meio dia

Os dias santos de 1848 foram publicados depois de uma explicação de uma redução dos feriados religiosos em 1844. Vauthier, um engenheiro contratado para modificar a estrutura física do Recife na década de 1840, registra em seu diário: “Dia feriado. Dia santo, como dizem os brasileiros. Não há razão para que em breve todas as datas do calendário estejam invadidas por esta forma.”<sup>518</sup>

Segundo José Ramos Tinhorão, no Brasil do início do século um terço do ano era de dias santos.<sup>519</sup> No Brasil Oitocentista houve regulamentações que visaram diminuir esses feriados religiosos. A primeira modificação nesse tipo de feriado que encontramos em Pernambuco foi na década de 1830, em um ofício do bispo enviado em 13 de setembro de 1834 como resposta a um ofício que recebeu em 7 de dezembro de 1833 do Presidente da Província sobre a tentativa do Conselho Geral da Província de dispensar Dias Santos. A autoridade eclesiástica discordou da respondeu afirmando que:

sendo diminuto o número de Dias Santos, que podem ser dispensados, pois nesta ordem não podem entrar a maior parte, por causa das Festas que nelas se celebraram: por isso me parece prudente não dispensar os referidos Dias Santos, podendo alias conceder-se esta dispensa, quando, em determinados casos, assim o exigir a necessidade pública ou mesmo particular.<sup>520</sup>

Pelo ofício enviado pelo bispo, uma mudança na lei eclesiástica não modificaria o cotidiano dos dias em que se celebravam grandes festas que possivelmente impossibilitariam o trabalho durante esses dias. A diminuição desses dias fazia parte de uma série de mudanças nos hábitos festivos, que lutava contra um “catolicismo barroco” que marcou o Brasil no século XIX, com muitas festas e expressões externas de fé.

Em 23 de fevereiro de 1844 foi publicada no *Diário de Pernambuco*, uma

<sup>517</sup> SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins**: *Op.Cit* p. 68.

<sup>518</sup> FREYRE, Gilberto **Um engenheiro francês no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960 p.557

<sup>519</sup> TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Ed.34. 2000 p.9

<sup>520</sup> Assuntos Eclesiásticos 1 13 de setembro de 1834 f. 14.

pastoral do bispo de 21 de fevereiro de 1844 que dispensou treze dias santos<sup>521</sup> sem liberar os cristãos da obrigação de assistir missas, com o argumento de que

os nossos diocesanos compreenderão, quanto seja a benignidade da santa igreja em ocorrer ao detrimento, que seus filhos suportam pela carência de víveres indispensáveis a sua subsistência, e pela necessidade do trabalho nos dias, até agora proibidos, para munidos com esta consideração, se esforçarem a ser exatos nas observâncias cristãos como nós esperamos, e as quais os admoestamos.<sup>522</sup>

Como bem lembra Emílio Lopes, era a tentativa de que os dias de comemorações “fossem observados de fato, visto que a população trabalhava nos dias Santos, fazendo com que houvesse defasagens e resistências entre práticas cotidianas e normas da Igreja e do Estado.”<sup>523</sup> Talvez na década que separou a tentativa do Conselho e a decisão do Bispo alguns desses dias santos foram perdendo a importância no calendário de comemorações. De todos os dias dispensados pela Pastoral a *folhinha de Algibeira* apenas anunciou como dia de festa para o ano de 1848 o dia de São Lourenço.

O calendário era uma normatização que interferia diretamente na rotina das pessoas, como afirma Le Goff, a “resistência ao poder do calendário manifestou-se muitas vezes, tão profundamente radicadas estão às tradições no espírito e na prática dos povos, das nações e das sociedades”.<sup>524</sup> Em 1853, no Recife, houve um planejamento de revolta de escravos que foi associado pelas autoridades policiais à supressão dos dias santos.<sup>525</sup>

Sem a suspensão do trabalho, criava-se uma dificuldade a mais para a participação das camadas populares nas festas, mas a animação dos festejos não permitia que aquele fosse um dia corriqueiro. Cada Igreja possuía o seu calendário de celebrações para vários santos durante o ano, no entanto, os padroeiros e oragos tinham uma festa especial. Na *Folhinha de Algibeira* se anunciou que ocorreriam festas religiosas em 88 dias diferentes em 1848, cuja distribuição entre os meses do ano

---

<sup>521</sup> São Mathias (24 de fevereiro), segunda oitava depois do domingo de páscoa, S. Felipe (1 de maio), segunda oitava depois do domingo do Espírito Santo, São Lourenço (10 de agosto), São Bartolomeu (24 de agosto), São Mateus (21 de setembro), São Miguel (29 de Setembro), São Simão (28 de outubro), Santo André (30 de novembro), São Tomé (21 de dezembro), 27 e 28 de dezembro. Diário de Pernambuco 23 de fevereiro de 1844

<sup>522</sup> Diário de Pernambuco 23 de fevereiro de 1844

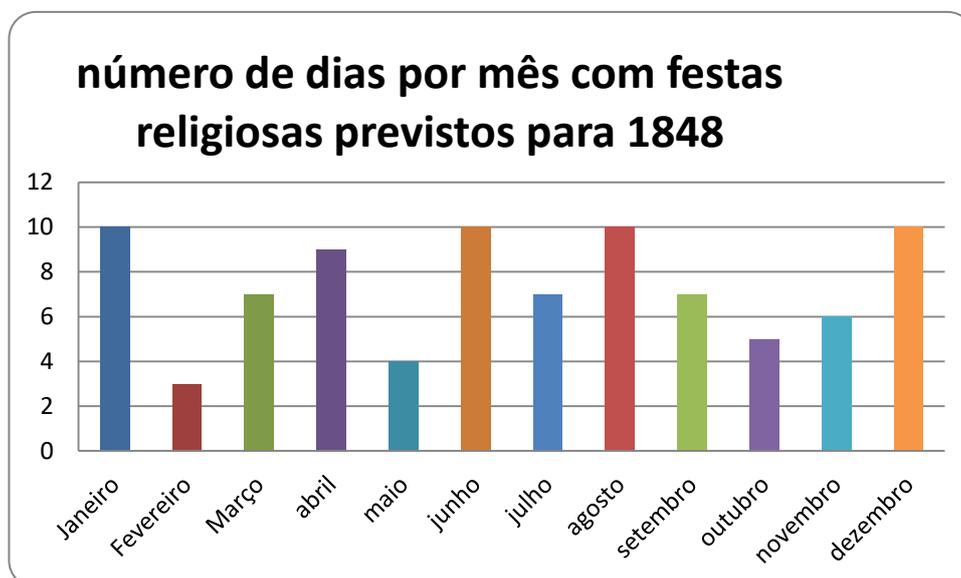
<sup>523</sup> LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas Públicas, Memória e Representação: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822** São Paulo: Humanitas. 2004 p.116

<sup>524</sup> LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. 4. ed. -. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Artes, 1996 p.482

<sup>525</sup> REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus J. M de Carvalho. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822-c. 1853)**. São Paulo: Companhia das letras, 2010 p.325

podemos ver no gráfico a seguir:

**Gráfico 3:** Número de dias por mês com festas religiosas previstos pela Folhinha de Algebeira de 1847



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Muitos desses dias aconteciam para o mesmo santo em lugares diferentes da cidade. Também permitiam a circulação das pessoas, aproveitando os variados movimentos que as festas permitiam. Podia-se participar de um rito religioso em uma igreja mais tradicional e depois ir aos divertimentos como as barracas, as rodas de viola, danças ou mesmo os banhos de rio no verão em outros espaços. Durante todo o ano havia uma série de ciclos festivos. Entre os mais importantes estavam os das festas de junho e do fim do ano que se estendia até o mês do fevereiro.

Os dias santos também eram aproveitados para fins políticos. Como podemos ver em uma correspondência publicada no *Diário de Pernambuco* de 1831, o *Sentinela Pernambucano* informava que os membros da Coluna do Trono e do Altar se reuniam nos domingos e dias santos no Monteiro “então em alto e bom som lá se política colunaticamente, concentram-se intrigas que se devem fomentar.”<sup>526</sup>

Além das festas mais disputadas, as ruas da cidade eram ainda ocupadas por uma série de festividades, como procissões, missas, novenas, trezenas, jantares, jogos, bebedeiras, danças, entre outras opções. Como afirma João José Reis, “o calendário católico promovia a ocupação das ruas e constituía um importante espaço de expressão

<sup>526</sup> Diário de Pernambuco 18 de julho de 1831

da festa negra.”<sup>527</sup> Entre todos esses dias cada festeiro escolhia quais dias iriam aproveitar com mais intensidade.

Mesmo com as diminuições nos feriados, em 1848, para respeitar o calendário festivo da Igreja e do Estado, era exigido que se parasse o trabalho, nos vinte e quatro santos, cinco dias de gala<sup>528</sup> e dois dias de festa nacional. Eram trinta e um feriados que traziam consigo muitos outros dias de festas. Se esse calendário servia para reforçar a presença do governo imperial na província, também foi usado com outros significados pela população.

### 3.2 As Posturas E As Festas

As formas com que se festejavam no Recife foram criticadas em diversos períodos, sob argumentos distintos e com estratégias diversas. Como afirma Jorge Crespo, para Portugal “o exagero da festa era uma preocupação antiga entre os teóricos da polícia do Estado.”<sup>529</sup> Adequar as maneiras como as pessoas se divertiam era necessário, ainda que esse processo fosse lento, e, por vezes, não aparentasse surtir efeito. No Recife, o mundo moderno mesclava-se com o antigo nessa construção.

Como afirma João José Reis, depois da “Independência, parece ter ficado mais difícil comemorar com tamanha folga, devido aos renovados anseios civilizatórios.”<sup>530</sup> E mesmo os novos costumes eram alvos de críticas e estranhamentos, muitas vezes por permitirem maior liberdade aos comportamentos. Os novos costumes que se instauravam também eram alvos de críticas e estranhamentos, muitas vezes por permitirem uma maior liberdade no comportamento, como publicado no periódico *O Candeia* de 23 de novembro de 1832

o tempo de hoje está muito diferente do tempo antigo. Naquele assim que dava Ave Maria tudo se punha a rezar, e ao depois, uns liam, outros comiam, outros dormiam, e etc.; hoje pelo contrário a essa hora é que os rapazes se aprontam para o teatro ( que é o Candeia); as raparigas se espartilham para o passeio, e as mãos por baixo se preparam para a ronda.<sup>531</sup>

As práticas de folguedos tradicionais, como o Entrudo, o Judas, os papangus, eram criticadas em jornais, combatidas por leis, coibidas por parte da força policial,

<sup>527</sup> REIS, João José. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e Outras F(r)estas**. Ensaios de História Social da Cultura. 1 ed. São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002 p. 133

<sup>528</sup> Um dos dias de gala coincidia com um dia santo o ano bom.

<sup>529</sup> CRESPO, Jorge. A história *Op.Cit.* p. 354

<sup>530</sup> Reis, João José. Tambores *Op.Cit.* p. 133

<sup>531</sup> APEJE *O Candeia* 23 de novembro de 1832

embora sempre contassem com a tolerância de outros. Essa não era uma repressão simples. Como sugere Jorge Crespo, era importante também “promover a educação dos comportamentos, orientando os homens para um consumo de energias mais racionalizado, de acordo com os modelos de civilização.”<sup>532</sup> Havia uma repressão mais severa às festas dos escravos e homens livres pobres. Vistos como potencialmente perigosos no período e seus divertimentos estavam entre os mais vigiados.

As criticadas práticas populares faziam parte da festa de diversas outras camadas da sociedade. Muitos representantes das elites, que pregavam a necessidade de civilizar os divertimentos, não deixavam de se divertir com as práticas tradicionais. Como não havia uma legislação que abrangesse todas as regiões do Brasil de um modo homogêneo, um importante instrumento regulador da ordem social no Império foram os códigos de posturas. Herdados do tempo da colônia, controlavam os hábitos do dia-a-dia da população.

As posturas, de acordo com a pesquisa de mestrado de Clarissa Nunes Maia, regulavam a vida cotidiana, agindo como uma forma de disciplinamento urbano.<sup>533</sup> Na cidade do Recife, o primeiro código de posturas foi feito pela Câmara Municipal em 1831 e o segundo foi organizado pela Câmara Municipal em 1848, ambos publicados no *Diário de Pernambuco*. Além desses também analisamos a versão do código aprovada pelo Conselho Geral em 1833 e as posturas aprovadas pela Assembleia Geral de 1840 publicadas no livro “*Coleção de Posturas Municipais da Província de Pernambuco* decretadas pela Assembleia legislativa provincial de Pernambuco dos anos de 1836 a 1845.”<sup>534</sup>

As posturas são códigos que regulamentam o convívio entre os cidadãos e organizam o território da cidade. Como salienta Maria Ângela de Almeida Souza, expressam duas dimensões: uma forte referente da cultura urbana da cidade, capaz de traduzir o estágio de desenvolvimento urbano, e, ao mesmo tempo, expressam o ideal de cidade almejado.<sup>535</sup>

Não aprofundaremos a análise sobre os códigos, apenas analisaremos os artigos que dialogavam diretamente com as formas de festejar. De uma maneira geral, tal como

<sup>532</sup> CRESPO, Jorge. A história *Op.Cit.* p. 272.

<sup>533</sup> MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX-1850/1888.** São Paulo; Annablume, 2008, p.45

<sup>534</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO. *Coleção de Posturas Municipais da Província de Pernambuco* decretadas pela Assembleia legislativa provincial de Pernambuco dos anos de 1836 a 1845. Pernambuco: Na Typografia de M.F. de Faria 1845.

<sup>535</sup> SOUZA, Maria Angela de Almeida. **Posturas do Recife imperial.** Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco 2002 p.19.

analisou Martha Abreu para o Rio de Janeiro, desde a década de 1830 as posturas buscavam “civilizar o império em termos de limpeza, saneamento, moral pública, organização e embelezamento do espaço urbano.”<sup>536</sup>

O primeiro código de Posturas da cidade do Recife foi publicado em um ano de fortes tensões em Pernambuco. Os conflitos que marcaram o período de abdicação se estenderam até o fim do ano. Em setembro, ocorreu uma quartelada na qual a soldadesca juntou-se com uma parcela da população e tomou as ruas do Recife. Como diz Marcus Carvalho, “Setembro de 1831 foi uma deserção em massa (...) 36 horas de gritaria, saque e bebedeira, e depois foram para casa.”<sup>537</sup> Mesmo após efetivamente acabado o movimento, o clima de insegurança permaneceu e refletia-se no controle aos populares. Como apontou Marcus Carvalho “logo depois da Setembrizada, a Câmara Municipal resolveu proibir o livre comércio de garapa.”<sup>538</sup>

Depois da lei de 1828, a autonomia das câmaras vinha diminuindo. Pelo trabalho de Carlos Eduardo França de Oliveira para Minas Gerais e São Paulo, observa-se que as Câmaras passaram a ser subordinadas ao Conselho Geral da Província, o que incluía a própria aprovação do novo Código de Posturas Municipais e “eventuais emendas e alterações de posturas.”<sup>539</sup> Em 1833 o Conselho Geral de Pernambuco votou a aprovação do Código proposto e fez algumas alterações, inclusive excluindo alguns títulos da versão da Câmara Municipal do Recife.

Na década de 1840 os graves conflitos que assolavam o país de norte a sul foram praticamente suprimidos, instaurando-se uma época que podemos afirmar ser de conciliação nacional. Em Pernambuco, o segundo código de Posturas foi aprovado em meio ao Movimento Praieiro, em que o espaço público estava sendo usado como território de disputas. No gráfico a seguir podemos ver a proporção do número de artigos nas posturas que vamos analisar:

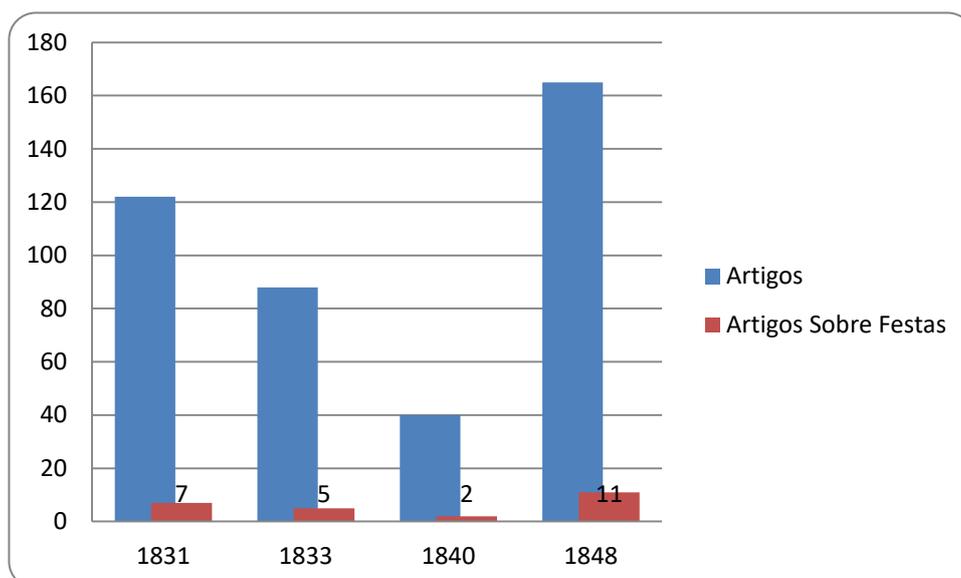
---

<sup>536</sup> ABREU, Marta. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.p.219

<sup>537</sup> CARVALHO, Marcus J. M. De O encontro da soldadesca desenfreada com os cidadãos de cor mais levianos no Recife em 1831. **CLIO**, Recife, v. 1, n. 18, p. 109-137. 1998 p.127

<sup>538</sup> CARVALHO, Marcus J. M. De Os símbolos do “progresso” e a “população” do Recife,1840-1860 in: **Cidades Brasileiras**: políticas urbanas e dimensão cultural. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1998, p. 122

<sup>539</sup> OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Entre o local e o provincial: os Conselhos Gerais de Província e as Câmaras Municipais, São Paulo e Minas Gerais (1828-1834).*Almanack* [online]. 2015, n.9

**Gráfico 4:** Número de Artigos das Posturas Municipais do Recife de 1831, 1833, 1840 e 1848

Fonte: Elaborado pela autora.

Além de haver um crescimento no número de artigos referentes a festas, em muitos casos há um endurecimento das penas, como veremos abaixo. As festas não foram um assunto de grande destaque nas posturas do Recife da primeira metade do século XIX. Tentamos analisar os artigos que faziam referência aos festejos. No geral, relacionados ao controle das interferências na estrutura urbanas, controle aos fogos, sinos, jogos de pretos, jogos de azar, espaços de divertimentos e as formas de comemorações das festas religiosas.

No código de posturas municipais de 1831, publicado no *Diário de Pernambuco*, artigo 3º do Título 9 “Sobre Edifícios ruinosos, escavações, armações e quaisquer precipícios de varandas, ou ruas que prejudiquem ao público”<sup>540</sup> autorizava-se a abertura de buracos nas ruas e prédios para realização de festejos, desde que conservassem lanternas nas noites, para baliza do público, e, quando acabasse, fossem tapados todos os buracos.

A punição de 2.000 réis para quem não tapasse os buracos foi mantida nas posturas de 1848. Além disso, esse segundo código também inseriu a proibição de abrir nichos fora das casas (art. 9 tít.10). Na década de 1840 também se decidiu que para fazer interferências na estrutura urbana seria preciso pedir licença à Câmara, autorizada

<sup>540</sup> Diário de Pernambuco 09 de dezembro de 1831

por uma lei provincial de 1843. Podemos ver as licenças concedidas pela Câmara Municipal que envolviam a arquitetura efêmera da festa no quadro abaixo:<sup>541</sup>

**Quadro 11** - Licenças ligadas a arquitetura efêmera da festa concedidas pela Câmara Municipal do Recife, 1843

Fincar paus para bandeiras, ou girândolas, cada um dito, reparando o dano causado nas ruas	1\$000
Para armar barracas volantes nas praças e mercados públicos	6\$000
Fogos de artifícios nas praças públicas, ou lugares designados pela Câmara, e soltar máquinas aerostáticas.	30\$000
Armar palanques, ou curro, tablado para festejos públicos	30\$000

Fonte: Elaborado pela Autora

A primeira das licenças exigia que fossem abertos buracos para fincar bandeiras ou girândolas que se faziam presentes em um grande número de festas religiosas e festejos populares. Como pudemos ver nos capítulos anteriores, eram usadas para saudar convidados especiais, autoridades ou marcar momentos importantes da festa. Apesar de não deixar explícito esse uso no texto as barracas eram uma parte importante dos divertimentos.

Quem quisesse realizar divertimentos ou soltar os fogos que era preciso pagar 30.000 reis o valor mais alto para as licenças, e eram um dos pontos altos dos festejos como podemos ver em um texto publicado no Diário de Pernambuco em 4 de março de 1843, as festas religiosas eram ocasiões para essas diversões:

Do culto Religioso, da Igreja para dentre muito pouca coisa: ou só quanto baste para titulo de festa; de fora tudo: bandeira estrondosa, muito foguete do ar, e fogo de rodas, chafarizes, barbeiros, painel, que entrem pela alta noite, finalmente função de estrondo, e toda profana. Em falta de fogo supre uma cousa chamada maquinas, e festa há em que soltam 4, e 5 destas maquinas. Os Santos em todos estes casos não são outra coisa de que pretextos para a patuscada.<sup>542</sup>

Outras licenças importantes concedidas pela Câmara Municipal foram os botequins e casas de bilhar, ambas no valor de 30.000 réis. Esses eram pontos de encontro e diversão onde todos podiam entrar, ambiente potencialmente perigoso, parte imprescindível do mundo de lazer popular, e foram normatizados pelos códigos de posturas da Câmara Municipal.

<sup>541</sup> Quadro feito com base na tabela n.1 A QUE SE REFERE O § 5º DO ART 19 DA LEI PROVINCIAL N120 DO ANO DE 1843 *Das licenças concedidas pela Câmara Municipal*. In: Assembleia Legislativa De Pernambuco. Coleção de Posturas *Op. Cit.* p.95

<sup>542</sup> *Diário de Pernambuco*, 04 de março de 1843.

No tocante ao controle dos botequins destacamos três artigos que estavam mais relacionados aos frequentadores. O primeiro deles, o artigo 2º do Título 13º “sobre polícia dos mercados, casas de negócio, portos de embarque, pescarias e padarias” determinava que “casas públicas de bebidas, tavernas, ou barracas que venderem molhados” deveriam fechar ao toque de recolher e não admitir “ajuntamentos de pretos, e vadios dentro delas.”<sup>543</sup>

A repressão diária sobre os escravos era enorme, impedindo a eclosão de uma insurreição geral. No entanto, sempre que se abria uma brecha, os escravos aumentavam a pressão sobre seus grilhões atrapalhando o funcionamento do sistema. Podemos perceber na proibição a preocupação em manter fechadas as tavernas à noite. Vale lembrar que era na calada da noite que alguns escravos e outros indivíduos da “ínfima classe” buscavam, longe da vigilância dos senhores e do aparato repressivo, formas alternativas de divertimento. Com diz Bruno Câmara era “nessas horas que os taberneiros e vendilhões da cidade mais se contentavam. Afinal, o som de cobre tilintando em suas gavetas era dos mais aprazíveis.”<sup>544</sup>

Além disso, buscavam cuidar da presença de pretos e vadios. As tavernas estavam cotidianamente cheias de “homens comuns”, afinal esse era um dos lugares em que transcorriam as atividades lúdicas da população pobre. O “povo” podia aproveitar para jogar ou conversar sobre o que se passava pela cidade; os escravos podiam tramar fugas, rebeliões. Fazia-se mesmo associações diretas entre esse espaço e a resistência escrava. No *Diário de Pernambuco*, em 1831, foi publicado que cada taberna na cidade era um quilombo e cada taberneiro um Malunguinho.<sup>545</sup>

A associação da taberna com a confusão é reveladora e sintomática de que muitas decisões e contatos dos escravos e homens livres pobres do Recife deveriam acontecer além das intensas brigas que transparecem nas fontes policíacas, judiciais ou mesmo nos jornais, especialmente se considerarmos o que lembra Solimar Oliveira

---

<sup>543</sup> *Diário de Pernambuco* 20 de dezembro de 1831

<sup>544</sup> CÂMARA, Bruno *Op. Cit.*, p.86

<sup>545</sup> Malunguinho foi um dos principais líderes do Quilombo de Catucá, Um dos mais importantes quilombos de Recife no século XIX. Este quilombo resistiu aos ataques das elites senhoriais por cerca de duas décadas. Tornou-se um grande pesadelo para as autoridades pernambucanas. Ver: CARVALHO, Marcus J.M. de. O Quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco in: REIS, João José e GOMES Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio-História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

Lima “momentos que poderíamos chamar de ‘descontração e cumplicidade’ estavam estritamente relacionados com tensões e conflitos.”<sup>546</sup>

O artigo 7 buscava controlar a venda de bebidas espirituosas a pessoas embriagadas, ou loucas incorreram na pena de 8000 réis.<sup>547</sup> O consumo de álcool era uma possibilidade que acentuava o risco dentro das tavernas. O Artigo 6, no entanto, proibia

nas casas de bebidas, tavernas, e barracas, ajuntamento de pessoas com tocatas, e danças, assim tão bem descantes pelas ruas, em horas silenciosas; salvo nas noites de festas Publicas da Nação, em encomendações de almas por qualquer pretexto, que sejam.<sup>548</sup>

A concessão para danças e músicas nos dias de “festas nacionais” aparece em uma época em que os cortejos pelas ruas tinham importância nas formas de comemoração das datas cívicas. Nesses dias solenes, as pessoas teriam autorização para circular pelas ruas e divertirem-se, como vimos ser comuns nas variadas festas cívicas. Entretanto, buscava evitar os encontros para danças e músicas no cotidiano, especialmente nesses estabelecimentos onde se vendia bebidas que animariam tais divertimentos.

O conselho geral da província, ao aprovar as Posturas da Câmara Municipal do Recife, rejeitou os artigos 6 e 7 que controlava a venda de bebidas e a proibição de tocatas e danças, mas manteve o artigo 2 que regulava o horário e o presença de “pretos e vadios dentro desses estabelecimentos comerciais. A pena prevista pela artigo 2 era de 2.000 réis ou 24 horas de prisão, a mesma proposta pela Câmara. A Postura de 1848 também manteve esse artigo mas retirou a possibilidade de prisão e aumentou a multa para 6.000 réis.<sup>549</sup> Além disso, no artigo 7 do mesmo título reinsertaram a proibição proposta de 1831 de controle da venda de bebidas a pessoas embriagadas, além de restringir a “venda de aguardentes aos escravos sem bilhetes dos senhores” sob pena de 3.000 réis e 6 dias de prisão ( reincidência 6.000 e 15 dias de prisão).<sup>550</sup>

Os jogos também representavam um perigo que buscavam ser controlado pelas posturas municipais. Os jogos eram uma prática de divertimento comum na sociedade. Como observou Marta Abreu ao analisar a relação das posturas com as festas no Rio de Janeiro, “os jogos em geral tornar-se-iam um importante aspecto da gestão da polícia

---

<sup>546</sup> LIMA, Solimar Oliveira. **Triste Pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul(1818-1833)** 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 97

<sup>547</sup> Diário de Pernambuco 23 de dezembro de 1831

<sup>548</sup> *Ibidem*

<sup>549</sup> Diário de Pernambuco 14 de outubro de 1848

<sup>550</sup> FUNDAJ Diário de Pernambuco 23 de dezembro de 1831 O parágrafo 7 título 13 das Posturas de 1831

municipal ao longo do século XIX.”<sup>551</sup> O Código de Posturas de 1831 controlava-os no seu artigo 8 do Título 11: Sobre vozerias, injúrias, indecências e palavras obscenas nas ruas, contra a modéstia Pública, e polícia sobre os pretos:

Fica proibido desde já, os jogos pelas ruas, praças, praias ou escadas que costumam os pretos e vadios fazerem, sob pena de sofrerem os que forem livres de 2 a 6 dias de Cadeia, e os escravos de 12 a 36 bolos dados na mesma Cadeia, e logo depois ser entregues a seus senhores: esta graduação de pena, serão em proporção das idades dos transgressores.<sup>552</sup>

Já nas posturas aprovadas pela Assembleia Legislativa em 1840, os jogos que se proibiam eram outros. O artigo 16, no seu título Titulo II: Da Policia Sanitária da Cidade e seus subúrbios

Fica proibidos todos os jogos de parada qualquer que seja sua denominação, e todos os de dados, que forem de mero azar; e quem tiver casa de tabolagem para os jogos mencionados, sofrerá as penas do Código Criminal; e as pessoas que jogarem os mesmos jogos em praças ou lugares públicos, sofrerão seis dias de prisão sendo livres, e sendo cativos quatro dúzias de palmatoadas.<sup>553</sup>

Os jogos de azar traziam consigo a promessa de lucro rápido e, por mais que se perdesse dinheiro, podia-se atribuir essa fatalidade ao azar e esperar que a próxima rodada trouxesse a sorte e compensasse o que havia perdido. A pena para esse crime era uma das mais duras, envolvendo 6 dias de prisão para os livres que fossem pego participando. Além disso, havia uma referência a pena prevista pelo código criminal do Império para os que tivessem o espaço, que no seu artigo 281 previa uma pena de 15 a 60 dias de prisão, além de uma multa.<sup>554</sup>

Outra regulamentação levada a cabo pelas posturas da Câmara Municipal do Recife do ano de 1831 foi o controle dos fogos e repiques de sino. O artigo 7 do Título 9 determinava:

Fica desde já proibido dentro da Cidade, o uso de roqueiras, fogos soltos, e de bombas, assim como de fogos do ar proibidos estes desde o toque de recolher até a alvorada: as pessoas que deles uso fizerem , serão multados em 4000 réis, assim como fica suspenso todo, e qualquer dobre de sinos, desde o toque de recolher até as 5 da manhã, e só fica permitido para o uso do Sacramento, motivos de

<sup>551</sup> ABREU, Marta. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999. p.219

<sup>552</sup> Diário de Pernambuco 13 de dezembro de 1831

<sup>553</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO. Coleção de Posturas *Op. Cit.* p. 20

<sup>554</sup> Código Criminal do Império. disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830).

incêndios e arrebatos os sacristães, ou administradores das Igrejas, ou Irmandades que contravierem a disposição desta Postura, pagarão a mesma pena cominada acima: da mesma maneira fica suspensa a multiplicidade dos dobres de defuntos de dia e só poderão as Igrejas dar um dobre na ocasião da morte, e outro na do enterro, não excedendo cada um deles do espaço de cinco minutos, não sendo nas horas privadas; salvo porém nas vésperas e dias de Comemoração, ou dos ofícios particulares, naquelas Igrejas somente em que eles se fizerem, serão os dobres reduzidos a 3ª parte, isto é uma somente naquelas horas em que se costumam a dar 3, e esses não excederão de 5 minutos, sob a mesma pena do presente §.<sup>555</sup>

Segundo Raimundo Arrais, “a linguagem dos sinos tinham ampla repercussão na vida da cidade”, acompanhava todas as cerimônias da Igreja e auxiliava na administração da cidade.<sup>556</sup> Era também um importante toque de alarme quando das calamidades.<sup>557</sup> As igrejas que realizassem festas estavam liberadas para tocá-los por no máximo cinco minutos.

Os fogos de artifícios serão trabalhados no capítulo 4, mas essas foram uma das grandes preocupações do controle sobre a festa no século XIX. Sobre diversos meios de comodidade e manter a segurança e sossego dos habitantes regulamentava sobre alguns costumes presentes nas festas religiosas. Na posturas de 1848, as proibições sobre esses assuntos foram diluídas em 3 artigos. No que controlava os fogos ( art. 7, tít. 6) a punição passou a ser de 10.000 réis e 24 horas de prisão. Os sinos só poderiam ser tocados a noite em caso de incêndio ou missa do natal sob pena de 12.800 réis (art 8, tít. 6), e para os que dessem mais de 3 repiques ou não respeitassem o horário previsto as 12, 3 da tarde e as aves marias nas solenidades deveria pagar a multa de 10.000 réis (art. 9, Título 6).

O Código de Posturas de 1848 também regulamentava a abertura das igrejas a noite, só autorizando as missas de madrugada na noite do Natal a meia noite (art. 13, tit. 1). As Constituições do Arcebispado da Bahia já proibiam festividades noturnas nas Igrejas, que podiam ser um perigo à moral pública, à religião e à civilização. Já que os espaços da igreja podiam servir para variadas práticas que destoavam de um templo religioso, como afirma uma publicação na coluna variedade do *Diário de Pernambuco*

<sup>555</sup> Diário de Pernambuco 9 de dezembro de 1831

<sup>556</sup> ARRAIS, Raimundo. **Matriz, Freguesia, procissões:** *Op. Cit* pp 180-183

<sup>557</sup> SANTOS, Lidia Rafaela Nascimento. **Das festas aos botequins:** organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). 2011. 144f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, 2011

de 3 de março de 1840, “entre nós as festividades noturnas em as Igrejas, porque estas tornam-se teatros de namoro, d’algazarra, e dos mais despejados escândalos.”<sup>558</sup>

As procissões foram uma das cerimônias religiosas que foram regulamentadas desde o código de 1831 no seu artigo 8 do título 14 proibia

o tristíssimo brinquedo Público, das figuras de Judas nos Sábados de Aleluia; assim como os Furnicocos e Papangus; figuras de mortes e de tiranos, nas procissões que a Igreja celebra no tempo da Quaresma, por tornar o ato irrisório e indecente: os administradores contraventores pagarão multa de 4000réis, e os representantes de tais objetos sofrerão 24 horas de prisão.<sup>559</sup>

Regulamentar as procissões era essencial para controlar os modos de festejar e estar adequada as tentativas de implementar a “civilização” que somava-se a uma tentativa da Igreja Católica de modificar o “catolicismo barroco.” Como afirma José Ramos Tinhorão, as procissões, por serem festas de rua com música, dança e representações teatrais, faziam uma “projeção virtual da realidade de um país e de um povo”<sup>560</sup>

Entre todos os festejos religiosos, as posturas se referiam apenas as celebrações ocorridas entre a Quaresma e a Semana Santa. Para os católicos, o período da quaresma era de 40 dias de recolhimento e contrição em preparação para a Páscoa, que era finalizada com a Semana Santa, um dos períodos mais importantes do calendário litúrgico católico, marcado por variadas procissões e que era contrário as formas como eram festejadas na cidade. Na minha dissertação destaquei alguns casos de prisões devido a esses abusos sobre as festas religiosas. Entre esses, havia um caso relatado pelo Juiz de Paz de Olinda, no qual ele ressaltou essa preocupação ao enviar um ofício ao Presidente da Província “em lugar de respeitarem os dias da Santa Quaresma, os tem profanado licenciosamente.”<sup>561</sup>

As posturas proibiam 5 tipos de figuras nas comemorações da Semana Santa. O memorialista Pereira da Costa resalta que em 1803 já tinham registrado proibições, do Bispo Azeredo Coutinho<sup>562</sup> aos tiranos e outras figuras.<sup>563</sup> As figuras que eram proibidas

<sup>558</sup> Diário de Pernambuco 03 de março de 1840

<sup>559</sup> Diário de Pernambuco 29 de dezembro de 1831

<sup>560</sup> TINHORÃO, José Ramos. **Festa de negro em devoção de branco**: do carnaval na procissão ao teatro no cório. São Paulo: Editora Unesp, 2012 p. 14

<sup>561</sup> APEJE Juiz de Paz 3 07 de março de 1834 f.34

<sup>562</sup>Um dos clérigos envolvidos em promover reformas que garantissem que a população o reforço do código moral tradicional inspirados no ortodoxia tridentina ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Reformas da Igreja em contraposição: o pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX). Itinerantes. **Revista de Historia y Religión**, v. 5, p. 65-90, 2015 e ASSIS, Virgínia Maria

eram muito parecidas, representando figuras sombrias que amedrontavam e eram motivo de escárnio nas procissões. Segundo Câmara Cascudo, Farricocos ou Furnicocos eram figuras de mortes que se vestiam de uma túnica preta e capuz e eram associadas a morte.<sup>564</sup>

Pereira da Costa relata que um tipo de Farricoco que se destacou em Pernambuco foi o papangu, “uma figura de pano pardo” com a cabeça e cara cobertos com um tecido branco com orifícios para os olhos e bocas” que ia a frente da procissão de cinzas com um “comprido relho” que usava para fustigar os que impedissem sua passagem.”<sup>565</sup> Já o Tirano, segundo a coluna do *Carapuço* no *Diário de Pernambuco* de 22 de março de 1843, era um rapaz vestido de Mouro armado de uma falange e levando acorrentados “uns poucos de fradinhos” e a morte era um rapaz vestido de esqueleto.<sup>566</sup>

O Judas no sábado de aleluia era uma das práticas festivas da Semana Santa conhecida pela animação e tumulto nas ruas da cidade. O sábado era comemorado com muita correria, risada, escárnio, especialmente por nesse dia ser costume praticar o espancamento do Judas, formado por panos ou efígies estraçalhados pendurados em árvores que depois dos sinos eram espancados até serem desfeitos e destruídos. Segundo Gilberto Freyre, uma expressão popular do “ódio social do oprimido ao opressor”<sup>567, 568</sup>, Muitas vezes as pessoas aproveitavam a festa para preparar Judas com as figuras dos seus adversários, como destacou o redator do *Diário de Pernambuco* às vésperas da abdicação, quando acusou os conservadores de pendurarem um Judas com as roupas de um calangro, como vimos no capítulo 1.

---

Almoêdo de. “Clero e Coroa na Capitania de Pernambuco”. In: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica. No. 16. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996

<sup>563</sup> COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** Recife: Arquivo Publico Estadual, 1951-1966 v. 5 p. 311

<sup>564</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. 3. ed. São Paulo: Global, 2002. Pp297 a 299;

<sup>565</sup> COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Op.Cit** p. 312

<sup>566</sup> Diário de Pernambuco 22 de março de 1843

<sup>567</sup> FREYRE, Gilberto **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano 16ªed. São Paulo: Global, 2006p.590

<sup>568</sup> APEJE Juiz de Paz 1 04 de maio de 1829 p.168

**Figura 5- Judas no Sábado de Aleluia**



Fonte: Debret, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Tome troisième. p.34<sup>569</sup>

Durante todo o período estudado as procissões religiosas continuaram a ser um problema. Na década seguinte foi preciso reiterar as proibições em novos códigos de posturas. Em 1848, “os Papangus, mortes, figuras semelhantes nas procissões e os Judas nos sábados de Aleluia”, aumentando a punição para com prisão de 48 horas (art 7 tít. 10).<sup>570</sup> A reincidência das proibições indica que talvez as figuras não tinham desaparecido das procissões.

Outro motivo para as críticas era o respeito aos padrões de comportamento da religião. Como ressalta Martha Abreu, preocupações com as práticas distantes de um certo ideal em festas religiosas começaram junto com as mesmas. Em alguns momentos valorizando o movimento educativo repressor das reformas religiosas, ora a secularização dos costumes, campanhas moralizantes e disciplinadoras.<sup>571</sup> Além dessas figuras, o Padre Lopes Gama, ao reclamar de as festividades noturnas nas Igrejas serem apenas mais um motivo para reunião para festividades defendia que:

Para dar cabo de toda essa patifaria bastava uma postura da Câmara Municipal concebida mais ou menos nesses termos- Ficam proibidas as farsas de padres ou frades revestidos de insígnias sacerdotais, e exercendo qualquer ato de seu sagrado Ministério, sob pena de 300 réis de multa e 15 dias de cadeia, se o farsista for homem livre, e se for escravo levará quatro dúzias de

<sup>569</sup> THIERRY FRÈRES. *Brulement de l'effigie du juda : le Samedi Saint*. Paris, França: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, pb, 32 x 23,3cm em f. 52,6 x 34,6. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=9104](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=9104)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

<sup>570</sup> Diário de Pernambuco 13 de outubro de 1848

<sup>571</sup> ABREU, Martha. *Império do Divino Op. Cit.* pp 186-187

palmatoadas e o seu senhor pagará a referida multa.<sup>572</sup>

As posturas da década de 1840 tentaram normatizar os atos festivos que fizessem um uso inadequado dos símbolos católicos que não apareceram nas posturas da década de 1830, mas que foram sugeridas no artigo do *Carapuiceiro*. No Artigo 2 título 5 da posturas de 1840

Ficam proibidas as farsas públicas em que se apresentem indivíduos disfarçados em Padres, e Frades com qualquer insígnia eclesiástica, arremedando as funções do Sagrado Ministério: os contraventores, se forem homens livres, sofrerão a pena de 3.000rs. de multa, e se forem escravos a pena de 4 dúzias de palmatoadas.<sup>573</sup>

O Código de Posturas de 1848 acrescentou a pena de 4 dias de prisão. Esse código praticamente dobrou o número de artigos referentes a festas, mas na maior parte reiterava as proibições anteriores, menos as proibições dos jogos de pretos e vadios, proibia-se também a construção de nichos fora das casas (art.9 título 10), mas inseria a proibição das brigas de galos (art.10, título 10).<sup>574</sup>

As posturas municipais indicavam aspectos característicos das festas na cidade, apesar de ter várias características da normatização do festejar. As leis municipais eram importantes, mas havia outras formas de controle que colaboravam para as mudanças no festejar. O Padre Lopes Gama publicou no seu periódico 5 de julho de 1837 algumas sugestões para conseguir modificar esses atos.

Cuide sim o Governo na boa educação pública da Mocidade, esmere-se por difundir por todas as classes a necessária instrução, proporcione meio de dar que fazer a todos, trabalhe instantemente por espancar o Vadismo, essa enfermidade, que parece endêmica em nosso país; e veremos como os próprios festejos públicos tomam um caráter assidado, prudente, e agradável.<sup>575</sup>

### 3.3 Os Gastos Em Festas

As festas envolviam certo planejamento para a organização, mesmo as festas ocasionais mostravam que a população estava disposta para se envolver em alguma festa. Isso envolvia uma disposição com os gastos necessários para a realização das festividades públicas. Desde uma simples festa, a uma de grande porte, os gastos

<sup>572</sup> Diário de Pernambuco 03 de março de 1840

<sup>573</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO. Coleção de Posturas Municipais *Op. Cit.* p. 42

<sup>574</sup> Diário de Pernambuco 13 de outubro de 1848

<sup>575</sup> GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuiceiro**: crônicas de costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 05 de julho de 1837

envolvidos no processo envolviam a disposição para participação, deixando de lado outros aspectos do cotidiano e gastando com isso. Desta forma, o controle deste aspecto das festas também passou por uma normatização.

Ainda que grande parte da população se envolvesse nos festejos, as críticas quanto ao dinheiro público pagar pelas festividades era um alvo de disputas e parte dos discursos de alguns periódicos do Recife Oitocentista. Em 14 de junho de 1832 o periódico *O Olindense*, por exemplo, que segundo Nelson Werneck Sodré, era o jornal composto por estudantes do curso jurídico<sup>576</sup>, político e literário, criticou os políticos que precisava sustentar milhões de brasileiros, mas gastavam com festejos:

(...) Do gênio elevado dos Brasileiros, os nossos decantados políticos souberam tirar partido, menos cavando o verdadeiro merecimento, e dando valor a bagatelas, para nos tornar vãos, amigos de aparências brilhantes, e desconhedores da verdadeira glória, daqui provém o grande apreço, que entre nós se tem feito com fitas, comendas, galões, etc. daqui os aparatos suntuosos, os festejos em que se despendiam com entusiasmo contos e contos de reis em pirâmides, em luminárias e fogos de artifício (...).<sup>577</sup>

A preocupação com o dinheiro para sustentar família era especialmente grave em uma cidade que passava por problemas financeiros e convivía com a grande incidência da moeda falsa e de desemprego. O controle sobre os gastos públicos com os festejos foi parte da regulamentação implantada pelo governo imperial na lei de 1828 e decisões das autoridades que ocupavam os cargos resolveram limitar o gasto com as festas. Ainda que algumas delas, como as de entronização do Imperador, tenham merecido grandes investimentos do poder público em suas diversas esferas.

Como destaca Carlos Eduardo Oliveira, com o processo de formação do Estado Nacional as Câmaras Municipais foram perdendo força seja pelo caráter centralizador do novo Império, ou pela sobreposição ao poder provincial. A reestruturação do poder das Câmaras Municipais foi selada com a lei de 1 de outubro de 1828 proposta pelo Senado, que as definiu como “corporações meramente administrativas”.<sup>578</sup>

A lei de 1828 que regulamentava as funções das Câmaras Municipais não atribuía mais a elas a organização das festas públicas, proibindo os gastos para esse

<sup>576</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, 4ª ed., Rio de Janeiro., Mauad, 1999. p. 160

<sup>577</sup> *Olindense* 14 de junho de 1832

<sup>578</sup> OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Entre o local e o provincial: os Conselhos Gerais de Província e as Câmaras Municipais, São Paulo e Minas Gerais (1828-1834). **Almanack**, Guarulhos, n. 9, p. 92-102, p.95

fim.<sup>579</sup> Esses órgãos eram responsáveis, desde o período colonial, por grandiosas festas anuais, algo que também foi usado na legitimação da Independência. Esta mudança não teve uma fácil aceitação das Câmaras Municipais de Recife e Olinda.

Para os vereadores, muito além de uma obrigação as festas eram oportunidades para demonstração de poder e de prestígio social. Durante alguns anos após a publicação da referida lei, a Câmara Municipal de Olinda, por exemplo, continuou a realizar as festas e buscar financiamento público para isso. Como exemplo, em 1829 seus membros enviaram um ofício para a Presidência da Província questionando se deveriam realizar as solenidades do costume, entre estas o aniversário pela restauração holandesa.<sup>580</sup> Não se sabe a resposta do presidente, mas, segundo Pereira da Costa, a Câmara gastou 60\$000 dos cofres gerais com festas em 1829.<sup>581</sup>

Na década de 1830, segundo Pereira da Costa, os vereadores da Câmara de Olinda tiveram as despesas das festas cortadas pelo Conselho Provincial e recorreram ao Ministério do Império para manter o financiamento. O Ministro José Lino Coutinho, em decisão de novembro de 1831, além de negar, repreendeu-os, afirmando ser incompreensível “o gasto com festas, como a da restauração de Pernambuco dos Holandeses, ou a do anjo Custódio e outras, que ainda eram realizadas em 1829 e 1830.”<sup>582</sup> O ministro também ordenou que se insistissem em organizá-las, o fizessem com custo próprio.

A Câmara Municipal do Recife também continuou a usar dinheiro dos cofres da municipalidade para a aquisição de luminárias e para a Festa de São Sebastião. Como descobrimos nos ofícios do Presidente da Província enviados para a Câmara Municipal, os gastos não foram aprovados pelo Conselho Geral da Província. Em 1831, o Presidente da Província enviou um ofício para a Câmara Municipal do Recife informando que, pelo parecer do Conselho, eles deveriam restituir aos cofres da municipalidade a quantia de 49\$325 que tinham sido gastos com festas e luminárias.<sup>583</sup>

Mesmo a lei de 1828 tendo desobrigado as Câmaras Municipais da organização

---

<sup>579</sup> SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife imperial**. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco 2002

<sup>580</sup> APEJE Câmaras Municipais 03 de janeiro de 1829

<sup>581</sup> COSTA, Francisco Augusto Anais Pernambucanos *Op. Cit.* p.356-357 e APEJE Câmaras Municipais 04 21 de janeiro de 1823 f.34

<sup>582</sup> COSTA, Francisco Augusto Anais Pernambucanos v.5 *Op. Cit* p. 357

<sup>583</sup> IAHGPE. Livro de Ofícios da Presidência 1831-1832 26 de março de 1831 s/p e APEJE Câmaras Municipais 9 f. 77 18 de maio de 1831

das festas, só na lei de 15 de novembro de 1831<sup>584</sup> o governo imperial suspendeu a verba que o Conselho da Província de Pernambuco pagava à Câmara Municipal de Olinda para festividades no ano seguinte, e em 12 de abril de 1835, um decreto declarou tal decisão como permanente.<sup>585</sup> Ainda em 1838 conseguimos encontrar no orçamento anual da legislação estadual que, entre as despesas com o “culto público”, estava a quantia de trezentos mil réis para a festa e Procissão do Corpo de Deus.<sup>586</sup>

Esta era uma tradicional festividade no Brasil, visto que os seus idos remontam desde o período colonial. *Corpus Christi* tinha como função exaltar o Santíssimo Sacramento da Eucaristia, mas o “Corpo de Cristo” em trânsito pelas ruas da cidade era um dos momentos ímpares de exaltação da figura do monarca português no período colonial. Em uma sociedade em que Estado e Igreja eram unidos, era mesmo natural que a religião e o poder cívico se mesclassem em uma festa que exaltava os poderes divinos e terrenos.

Segundo Beatriz Catão, essa procissão “constituía um terreno para a unidade e, simultaneamente, para a diversidade no Império português, seja pela ação dos vereadores, seja pela intervenção de outros agentes e grupos no rito.”<sup>587</sup> Nela o Santíssimo Sacramento seguia embaixo do pátio e atrás dele se posicionava em ordem de importância que ia das autoridades para as tropas, depois as corporações e, por último, as irmandades.

No eixo urbano de Recife as disputas pela sua realização evidenciam que esta cena ideal não era sempre o que se via na prática festiva. A primeira polêmica sobre essa procissão, que descobrimos ao consultar a documentação do Arquivo Nacional, foi quando o Bispo Tomás de Noronha escreveu ao Ministro dos Negócios do Império pedindo uma decisão sobre uma polêmica referente a procissão do Corpo de Deus em Pernambuco, que envolvia as duas principais Câmaras Municipais da Província: Olinda e Recife.<sup>588</sup>

A realização desta Procissão, bem como das grandes festas religiosas, era um

<sup>584</sup> Lei de 15 de novembro de 1831 Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html).

<sup>585</sup> Decreto de 12 de abril de 1835 *in*: Coleção de Leis de 1835 parte 2...p.38.

<sup>586</sup> Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco TOMO III ano 1838 P. 26.

<sup>587</sup> SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Os senhores do tempo: a intervenção do bispado na procissão do Corpus Christi no século XVIII. *Tempo*, Niterói, v. 18, n. 33, p. 165-190, 2012. p.167.

<sup>588</sup> AN Série Interior IJJ 9 248 f.362 O ofício não é datado. Mas dialoga com uma documentação da Câmara Municipal de Olinda sobre a realização da procissão em 1827 que trabalhamos nesse capítulo. Para atribuir o ano da discussão consideramos que a entrada do Bispo se deu em 2 de agosto de 1825. (Avulsos APEJE Ofício sobre a entrada do bispo 27.7.1825) Sendo a primeira procissão do Corpo de Deus que ele relata ter visto no documento a de 1826, e a que ele decidiu intervir a de 1827;

objeto de disputa que envolvia a importância da localidade e da autoridade. Como afirma Kendrick Kraay, “as procissões nos dias dos Santos e de Corpus Christi reuniam todos os membros da comunidade e às vezes era ocasião para conflitos sobre a precedência entre as autoridades concorrentes.”<sup>589</sup>

Na década de 1820 um novo Bispo foi eleito para a Diocese de Olinda. Ele resolveu interferir na realização da procissão de Corpus Christi. Depois que procurou comparecer a procissão do Corpo de Deus, que segundo seu ofício “por tão repetidas Ordens Supremas se manda e costuma fazer em todas as principais cidades.”<sup>590</sup> Como não teria encontrado procissão nem pública nem particular, apenas a celebração dentro de várias igrejas do centro da cidade. O bispo afirmou que, ao saber que só haveria procissão em Olinda, para onde teria se dirigido e se deparado com uma procissão “deserta e pobre”, tendo um grupo de “quatorze a dezesseis Padres” incluindo três Regulares dos três Conventos.”<sup>591</sup>

O clero do Recife se recusava a comparecer com o argumento de que estariam ocupados nas suas Igrejas. Além dos religiosos, também apareciam uns “poucos homens brancos de casaca”, como destaca o ofício do Bispo, que levavam o púlpito da Câmara e uma “pequena irmandade de pretos”. Kalina Wanderlei destaca que a procissão era uma festa de elite desde tempos coloniais, sendo a participação das irmandades e dos moradores próximos de onde fossem celebradas obrigatórias de acordo com as Ordenações Filipinas.<sup>592</sup> No século XIX, segundo Raimundo Arrais, os principais espaços para divertimento no Recife eram as procissões. O cortejo ainda obedecia uma rígida ordem hierárquica que buscavam “reafirmar, nas hierarquias e nos símbolos de prestígio exibidos nesses rituais coletivos, as posições ocupadas pelos indivíduos dentro do conjunto social.”<sup>593</sup>

O caráter transgressor do destaque dos negros em uma procissão como essa chamou a atenção do Bispo. Mas a intensa presença dos negros e os poucos investimentos nas procissões na cidade são destacados desde fins do século XVII por um poema de Gregório de Matos sobre a procissão de cinzas em Olinda:

---

<sup>589</sup> Kraay, Hendrik. *Days of National Op. Cit.* p. 7 Tradução da autora

<sup>590</sup> AN Série Interior IJJ 9 248 f.362

<sup>591</sup> *Ibidem*

<sup>592</sup> WANDERLEI, Kalina. *O Teatro Urbano. Op. Cit.* I p. 10

<sup>593</sup> ARRAIS, Raimundo *Matriz, Op. Cit* p. 175-176

Um negro magro em sofolié justo,/ De joias azorragues dois pendentes,/ Bárbaro Peres,  
 e outros penitentes,/ De vermelho um mulato, mais robusto.  
 Com as asas seis anjinhos, sem mais custo/ Uns meninos fradinhos inocentes, /Dez ou  
 doze brichotes mui agentes,/ Vinte ou trinta canelas de ombro onusto /.  
 Debita reverencia, seis andores, /Um pendão de algodão, tinto em tejuco,/ Em parelha  
 dez pares de menores;  
 Atrás um negro, um cego, um mameluco,/ Três lotes de rapazes gritadores: /Eis a  
 procissão de cinza em Pernambuco.<sup>594</sup>

Apesar do estranhamento com o público, o bispo resolveu acompanhar a procissão. No ofício enviado para o Ministro de Negócios do Império afirmava ter visto algo que não lembrava em nada uma procissão, nem mesmo o trajeto respeitava o esperado para esse ato. As ruas não estavam preparadas e o que viu foi um grupo “descendo e subindo as muito íngremes, desertas e arruinadas calçadas de Olinda”<sup>595</sup>, passando ao lado de ruínas e matos, onde pastam rebanhos de cabras e animais imundos nas diversas ruas que passaram.

O Bispo afirmava que, como tinha obrigação de fazer os atos de culto externo com “decência e pompa” para uma procissão religiosa, contando com a assistência das autoridades, tribunais, cavaleiros etc.<sup>596</sup> resolveu dar ordens para mudar de local no ano seguinte. Em 1827, a Câmara de Olinda organizava-se para a realização da festa do Corpo de Deus, quando recebeu um ofício do Bispo, que informava ter “tratado e acertado com Excelentíssimo Governo desta Província celebrar a Festa de *Corpus Christi*: na Igreja do Santíssimo Sacramento do Recife.”<sup>597</sup>

Nesse ano Olinda já havia perdido a prerrogativa de ser a capital da Província para o Recife. Para a Câmara Municipal de Olinda manter esse tradicional rito festivo podia ser uma forma de sustentação do prestígio. No contexto do século XIX, ao menos antes da instalação do curso jurídico, em 1828, grande parte do fluxo de pessoas que circulava por Olinda era para frequentar as festas realizadas na Catedral e outras Igrejas.

Além disso, algumas festas como a do *Corpus Christi* representava uma verba financeira anual. O Bispo, ao enviar o ofício para a mesa do Desembargo do Paço, afirmou ter proibido a realização da procissão em Olinda, ainda que por isso a Câmara perdesse quatro das seis arrobas de cera que recebia anualmente, além de 30 dos 40 mil reis que a Fazenda Pública repassava.

<sup>594</sup> COSTA, F. A. Folclore Pernambucano *Op. Cit* p. 199

<sup>595</sup> *Ibid* f. 362 v

<sup>596</sup> *Ibidem*

<sup>597</sup> APEJE. Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 30 de março de 1827

As disputas entre as duas Câmaras eram antigas. Segundo Kalina Wanderlei, desde a transformação do Recife em vila, em 1710, a sua Câmara passou a pleitear o direito de realizar a procissão de Corpus Christi, mas a de Olinda fez de tudo para evitar a realização na vila vizinha.<sup>598</sup> A querela com a cidade vizinha arrastava-se por variados aspectos, especialmente em um cenário de reorganização de poderes após a independência. No impulso fundador da nacionalidade, na década de 1820, Recife buscou se firmar como principal cidade da província, além da importância econômica, irradiaram várias ações que asseguraram a independência, apesar de também ter servido de um dos principais espaços para contestação desse Estado que se formava.

Em ofício enviado para a Mesa de Desembargo do Paço em 31 de agosto de 1825, o presidente da província José Carlos Xavier da Silva fazia referência a uma disputa sobre as apurações da eleição “sempre prejudiciais ao sossego dos povos.”<sup>599</sup>. Ele relatava os argumentos que ouvia a favor de cada uma das cidades. As autoridades de Olinda argumentavam que a sua cidade era a mais antiga e tinham a catedral onde aconteciam as posses mais solenes, como as posses dos governadores, capitães gerais e festas reais. Já as do Recife argumentavam que a cidade florescia, grande parte da população e negócios eram feitos nelas, e, além disso, grande parte das repartições e a sede do governo já estavam nela instaladas.

Na opinião de José Carlos Xavier da Silva, Recife era o centro do comércio e da riqueza da província e Olinda era uma aldeia decadente, que apenas recordava o seu antigo esplendor “oferecendo alguma comodidade aos que vão buscar a barateza das casas e refrigério no verão”.<sup>600</sup> O Desembargo do Paço decidiu que a apuração deveria ser no Recife.

Aceitar perder a realização do Corpo de Deus não era algo que a Câmara de Olinda podia aceitar facilmente, especialmente pela decisão de um Bispo. Como argumento para rejeitar a decisão, a Câmara de Olinda ressaltou que anteriormente já foi realizada a festa do Corpo de Deus no Recife e não se obtivera êxito.<sup>601</sup> Os vereadores também solicitaram por um ofício enviado ao Presidente da Província explicações sobre o motivo da mudança de local para o Presidente da Província e este se negou a interferir na decisão do Bispo, a autoridade máxima de Pernambuco.

---

<sup>598</sup> VANDERLEI, Kalina *Op. Cit* p.13

<sup>599</sup> *Ibidem*

<sup>600</sup> AN. Série Interior. IJJ9 248. 31 de agosto de 1825 f.74

<sup>601</sup> APEJE. Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 30 de março de 1827 f.136v

Mesmo com a ordem episcopal e da presidência da província, os vereadores de Olinda insistiram em realizar a procissão, talvez por não reconhecerem a autoridade do Bispo em modificar uma procissão tão antiga na cidade. O bispo enviou um ofício para a Câmara de Olinda cujo argumento principal girava em torno dos problemas sobre a estrutura urbana:

[...] em Olinda nem há ruas direitas, nem há boa Ordem e falta tudo o necessário, para que esta primeira das solenidades se possa fazer com a pompa e decência com que se fazem em todas as outras partes, e decerto se fará no Recife.<sup>602</sup>

A escolha do local mais adequado para uma procissão: festividade que tinha como espaço principal os caminhos da cidade era desafiadora em cidades com sérios problemas na estrutura urbana. Os insultos à ordem, tranquilidade e moral pública eram eminentes nas festividades religiosas no Recife, ou em Olinda. Entretanto, no ofício enviado à Câmara de Olinda não usou os argumentos daquele enviado a Corte, sobre os problemas que destacou ao relatar os motivos da escolha ao Ministro do Império.

O bispo alertou aos vereadores que, caso insistissem em realizar a procissão em Olinda, não contariam com a assistência do “clero secular e regular do Recife e os Cavalheiros das três ordens militares, os quais costumam levar as varas do Pálio.”<sup>603</sup> Realizar uma procissão sem o apoio desses significaria uma perda de prestígio para os organizadores da festa. Também tiveram a cera e dinheiro negado pela Fazenda Estadual para realizar essa procissão.

Os membros do Senado da Câmara de Olinda ainda enviaram ofício para o Comandante das Armas solicitando que expedisse “as ordens necessárias para fazer postar as Tropas em adoração e reverência ao mesmo Senhor e dar as competentes Salvas do Costume.”<sup>604</sup> Na véspera o bispo afirmou que ficou sabendo e instruiu os cônegos que tivessem atenção redobrada e evitassem pretextos para motins que acontecessem na procissão de Olinda.

Segundo o ofício enviado ao Desembargo do Paço, novamente a Câmara de Olinda havia fracassado em realizá-la, apenas juntaram na Igreja da Sé um grande número de pretos e pardos e uns poucos brancos. Os padres que foram a Catedral teriam relatado que ainda dentro da igreja, os presentes vociferavam, o que teria levado os cônegos a proibir boa parte dos que estavam na Sé de seguir a procissão.

---

<sup>602</sup>*Ibidem*

<sup>603</sup>*Ibidem*

<sup>604</sup>APEJE. Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 02 de junho de 1827

Apenas os clérigos, a irmandade dos pretos e “meia dúzia que usavam as capas do sacramento” tiveram autorização para participar da procissão pelas ruas de Olinda. Mesmo com a restrição dos participantes o ato foi realizado com muito barulho a tal ponto que os carregadores das varas do Pálio, queixaram-se com os cônegos da situação. Uma difícil decisão surgia para os religiosos, deviam tentar alguma outra estratégia para manter a procissão ou encerrar o ato solene. Frente a situação resolveram voltar para Sé antes do fim do percurso.

No Recife, por sua vez, o Bispo afirmou ao Ministro do Império “que nunca viram nestas terras festa tão ordenada e tão brilhante.”<sup>605</sup> Ele ainda informou a Mesa de Desembargo do Paço que teria assegurado, junto com o presidente da província, um distinto lugar e regalias na procissão. Frente a insubordinação, ele pede a “Imperial decisão” sobre o assunto. Ao contrário do que geralmente acontecia não há o despacho no documento.

Nos anos seguintes a procissão continuou a acontecer em Olinda. A *Folhinha de Algibeira* anunciava, em fins da década de 1840, que as festividades de *Corpus Christi* ocorreriam na matriz do Santíssimo Sacramento do Recife e na Catedral da Sé, em Olinda. Apenas nesta última ocorreria a procissão, voltando a situação que o Bispo encontrou no início da década.

A questão do financiamento público das festas também envolveu outras esferas do poder. Em 1830, os liberais constitucionais procuraram a presidência da província solicitando verba para organizar um *Te Deum* em comemoração ao aniversário da Constituição. O Presidente da província rejeitou a solicitação, alegando que a lei não declarava como as “festas nacionais” deveriam ser festejadas.<sup>606</sup> Depois do entusiasmo com que se realizaram as festividades populares de setembro de 1829, o presidente os convidou a realizarem a sua custa.<sup>607</sup>

Mesmo sem autorizar o pagamento público, dias antes lançou uma portaria para que as autoridades, negociantes, cônsules e cidadãos de todas as classes<sup>608</sup> fossem assistir ao rito custeado pelos constitucionais na Igreja de São Pedro. Respondendo a críticas sobre as ações do Presidente da Província. *O Constitucional* defendia que, mesmo custeada por particulares “aquela Festa era uma Festa Nacional.”<sup>609</sup>

---

<sup>605</sup> AN Série Interior IJJ 9 248 f 362v

<sup>606</sup> Abelha pernambucana 26 de fevereiro de 1830

<sup>607</sup> Abelha Pernambucana 26 de fevereiro de 1830

<sup>608</sup> O Cruzeiro 1 de abril de 1830

<sup>609</sup> O Constitucional 19 de abril de 1830

A dúvida sobre que partes do festejo o Estado provincial ressurgiu na documentação das festas pela maioria de Dom Pedro II em 1840, uma comemoração ocasional que não fazia parte dos rituais de entronização do Monarca estabelecidos em 1822. Quando Dom Pedro I abdicou, o seu filho foi aclamado Imperador sem ser coroado. Uma articulação que antecipasse a maioria não era algo previsto nos orçamentos, mas mesmo assim precisava ser comemorado nas praças públicas. Mesmo ciente que não tinha autorização, o Presidente da Província organizou um *Te Deum* à custa da fazenda pública e escreveu ao Ministro do Império na esperança que ele não desaprovava a despesa “em atenção aos ponderosos motivos que lhe dão lugar, e ao fim religioso que tem em vistas.”<sup>610</sup>

Algum tempo depois, em 1845 o Inspetor João Gonçalves da Silva escreveu ao Ministério do Império informando que autorizou o gasto de 2:101#960 réis em um *Te Deum* e enviou a conta para o Ministério, "por julgar ter procedido de conformidade com o que dispõe o decreto de 7 de maio de 1842 que controlava a regularidade e economia da Fazenda."<sup>611</sup>

O Decreto do governo Imperial de 7 de Maio de 1842 regulamentava em quais casos as autoridades provinciais podiam fazer despesas extraordinárias. O inspetor se preocupou em cumprir o artigo quatro, que definia estarem os presidentes das Províncias obrigados a prestar contas imediatamente ao Ministério da despesa e ao Tribunal do Tesouro Público, sem prestar atenção nos 12 casos previstos para esse tipo de despesa extra determinadas no artigo 1, não envolvesse despesas com os festejos.<sup>612</sup>

### 3.4. Episódios Em Festas Religiosas

As festas religiosas no Recife foram parte essencial do cotidiano. Como vimos, elas aconteciam em todos os meses do ano no Recife. Nas igrejas e seus arredores, através de procissões, celebradas em nichos ou mesmo nas casas o povo celebrava com entusiasmo os seus santos.

Um dos locais de festas mais concorridos no Recife eram os nichos, uma espécie de cavidade aberta em uma parede, onde eram colocadas imagens. Nos nichos se celebravam vários tipos de cerimônias religiosas, desde ladainhas até festas nos dias

---

<sup>610</sup> AN Série Interior IJJ9252 11.08.1840 fls.120-121.

<sup>611</sup> AN Série Interior IJJ 9 252 5.5.1845 fl.330.

<sup>612</sup> DECRETO Nº 158 - de 7 de Maio de 1842, Regulando a execução do art. 48 da Lei de 4 de Outubro de 1831.<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=66461&norma=82384>.

dos santos. As celebrações nesses tipos de construções eram diferenciadas, toda a cerimônia acontecia no espaço público das ruas, agregava dimensões peculiares aos festejos.

Em um deles, na Rua do Queimado, no bairro de Santo Antônio, segundo Pereira da Costa nos tempos do seu governo, Luiz do Rego Barreto encontrou o preto conhecido por Mestre Braz rezando um terço. O mestre Braz, chamado por Pereira da Costa de “pobre cantor homem livre e de sentimentos”<sup>613</sup> não era dos cantores mais famosos, mas costumava cantar nas ruas para garantir seu sustento.

O Governador resolveu apagar do seu cavalo junto com os seus ajudantes e genuflexos ouviram a oração. Segundo Pereira da Costa, o cantor percebendo a presença do governador, esticou a oração. O general não teria gostado e mandou os seus ajudantes darem quatro dúzias de bolos, mesmo Braz sendo um homem livre.<sup>614</sup> A carta de alforria não garantia aos negros um tratamento justo, mas as festas bem que facilitavam o exercício da liberdade e resistência, como bem salientou Janote Pires Marques no seu estudo sobre as “festas de negros” em Fortaleza.<sup>615</sup>

O castigo infringido ao Mestre Braz, segundo Pereira da Costa, foi humilhante e o levou a repensar a prática de cantar nesses espaços festivos. A pena física era a forma de punição dos escravos. Para se sujeitar ao risco do castigo físico, o músico exigia um aumento considerável na remuneração do seu trabalho. Pouco depois, na narrativa de Pereira da Costa, teriam aparecido afixado no nicho os seguintes versos:

Por doze vinténs não canto,/ Hão de aumentar a parada/ Pois  
pode bem suceder/   Levar de novo pancada;/ Sem o que eu não me  
arrisco/ A cantar segunda vez:/Se quiserem deem por noite/ O que eu  
ganhava por mês.<sup>616</sup>

Os nichos mais importantes foram colocados nos arcos da ponte que ligava o Bairro do Recife ao de Santo Antônio. Segundo Raimundo Arrais, os arcos eram um dos conjuntos urbanísticos típicos do Recife que chegaram até o século XIX, onde é possível “momentos significativos das representações coletivas urdidas nessa relação dos indivíduos com o espaço.”<sup>617</sup> No arco localizado no bairro portuário colocou-se em um nicho com a Imagem de Nossa Senhora da Conceição. Segundo Pereira da Costa,

---

<sup>613</sup> *Ibidem*

<sup>614</sup> COSTA, F.A. Pereira da Folklore Pernambucano *Op. Cit.* p.167

<sup>615</sup> MARQUES, Janote Pires. **Festas de Negros em Fortaleza**. Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900); Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009 p.71

<sup>616</sup> COSTA, F.A. Folklore Pernambucano *Op.Cit* p. 168

<sup>617</sup> ARRAIS, Raimundo Matriz, *Op.Cit* p. 169

devido a sua importância sobre o arco, foi construída uma capela para a Santa em meados do século XVIII.<sup>618</sup>

O nicho em homenagem a Nossa Senhora da Conceição foi palco de muitas manifestações religiosas e também políticas. Em 1817, pouco depois da derrota da Insurreição de 1817, ali se cantou uma ladainha em homenagem a vitória das tropas reais. Também no nicho da Conceição foram presenciadas as maiores manifestações de rua do Movimento Praieiro. Segundo o periódico *O Lidador* de 11 de dezembro de 1847, na Rua da Cadeia, que tinha por limite o arco da Conceição, enquanto as famílias e o “povo” concorriam para ouvir a música e ver o fogo que devia arrematar a solenidade, um grupo teria se precipitado sobre as peças do fogo de artifício acendendo-os. Paralelamente, alguns teriam espancando os diretores do festejo e todos que parecessem portugueses.<sup>619</sup>

Os conflitos se espalharam por vários lugares da cidade.<sup>620</sup> Segundo Bruno Câmara, em uma queima de fogos de 1847 alguns festeiros começaram a provocar os portugueses. Os tumultos teriam se espalhado para a Rua da Cruz, do Vigário e do Encantamento, e mesmo no Forte dos Matos houve confusão.<sup>621</sup> De acordo com o periódico *O Lidador*, em meio ao tumulto, várias vendas do bairro da Boa Vista foram invadidas e donos e caixeiros foram deixados mortos. Vidraças de casas, especialmente de estrangeiros foram estilhaçadas.

Depois de tamanha confusão pelas ruas da cidade, de acordo com *O Lidador*, a representação que ocorreria no Teatro Apolo no dia seguinte foi adiada, os preparos que se faziam para celebrar a festa da congregação no dia 12 de dezembro encerrados e os saraus que costumam ser tão frequentes no último mês do ano foram cancelados.<sup>622</sup> Para o redator do periódico *O Lidador*, esses contratemplos estavam impedindo as famílias de aproveitar os festejos de dezembro de 1847, com bailes, teatros, festas e novenas.<sup>623</sup> Até mesmo as idas às festas nos arrabaldes estariam arriscadas porque “lá também o cacete as vai perseguir.”<sup>624</sup>

---

<sup>618</sup> COSTA, F.A. Anais Pernambucanos V.6 *Op. Cit* p. 494

<sup>619</sup> Lidador 11 de dezembro de 1847

<sup>620</sup> A Algibeira definia que as festas ocorreriam na Capela da ponte do Recife, no convento de São Francisco e do Carmo, no seminário, no recolhimento da conceição e em outras igrejas

<sup>621</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros na época da Insurreição Praieira**. Recife. Dissertação de Mestrado- UFPE. 2005. p.120

<sup>622</sup> Lidador 11 de dezembro de 1847

<sup>623</sup> *Ibidem*

<sup>624</sup> *Ibidem*

As festas dos arrabaldes eram um dos momentos festivos mais intensos do ano para os festejos no Recife Oitocentista. Os que podiam alugavam casas nas regiões, os que não podiam iam aproveitar o festejo nem que fosse a pé. Entre os meses iniciais ou finais do ano, justamente quando havia uma grande movimentação da população das cidades para ocupar os seus arrabaldes, marcando um ciclo de festas que tinha grande repercussão na Recife da primeira metade do século XIX. Durante esse ciclo festivo podemos pensar que as festas dos Santos eram mesmo um pretexto para a reunião das pessoas que muitas vezes moravam distantes umas das outras. Pode-se mesmo afirmar que um dos mais fortes atrativos dos arrabaldes era o intenso calendário patusco-religioso que era posto em prática nesse período do ano.

Em 1843 quando uma publicação do *Diário de Pernambuco* ao tecer algumas palavras sobre os festejos de São Gonçalo, que teriam sido extraordinários no referido ano e festejados em todos os lugarejos. Entre as descrições estava uma crítica as formas de se festejar os Santos no Recife:

Eu já disse, e não retiro a palavra, que para muita gente uma novena, uma festividade, mormente dos nossos subúrbios, não são outra coisa mais, do que um recreio, um passatempo, e até um pagode, de maneira que em falando, por ex., bumba meu boi, presépio, fandangos, congos &c, inventam festas a este, ou aquele Santo, a fim de haver adjunto, baile &c, &c.”<sup>625</sup>

Algumas famílias mudavam-se para as regiões mais distantes do núcleo central da cidade do Recife durante esse ciclo festivo. Segundo o célebre crítico de costumes o Padre Lopes Gama,

É este o tempo da mór parte da gente sair da capital para o campo, a fim de fugir à intensa calma e por outra parte espairecer pelos aprazíveis sítios dos nossos arrabaldes. Os mais procurados são os que bordam as graciosas margens do Capibaribe desde o lugar de Benfica até os Apipucos. Mas alguns gostam do Beberibe, de Boa Viagem, e não falta quem saia da cidade do Recife para passar a festa na cidade de Olinda. São gostos e em gostos não deve haver disputar.<sup>626</sup>

Os que se fixavam nessas regiões organizavam recepções, bailes, ceias largas, “jantares profusos”, “almoços ajantarados”, presépios, jogos de prendas, Voltarete,

<sup>625</sup> Diário de Pernambuco 04 de março de 1843

<sup>626</sup> GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuiceiro**: crônicas de costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 p.57

Manilha ou o “esfolador gagau”<sup>627</sup> entre tantas outras opções. Durante esse tempo em que muitos mudavam de vizinhança, como afirma Leandro Carvalho “intensificava-se a convivência entre pessoas de diversas procedências, que se reuniam sob os mesmos interesses.”<sup>628</sup>

Podemos ver esses diferentes usos que se faziam em um dos ciclos festivos mais animados na cidade, o ciclo de fim de ano. Podemos ver um exemplo desses usos em um “diálogo entre Sinharama, e sua sobrinha D. Mariquinha” publicado no *Diário de Pernambuco* de 14 de fevereiro de 1840: “(...) Quando a gente vem para o campo/ Não vem fazer penitência,/ Novenas, e festa são/ Pretextos para convivência (...).”<sup>629</sup>

Foram nesses festejos que no âmbito do Movimento Praieiro parece ter ressurgido nos periódicos uma prática festiva que teria desaparecido da documentação sobre as festas nas décadas de 1820 e 1830, mas que faziam muito sucesso no início do século: as cavalhadas e suas corridas de argolinhas. Teriam começado a desaparecer de algumas festas em 1817, segundo Tollenare, por não estarem mais em uso na França e Inglaterra.<sup>630</sup>

Como já registrou Lilia Moritz Schwarcz, era comum a presença das cavalhadas junto com os rituais oficiais.<sup>631</sup> Nas festas de 1818 pela aclamação de D. João VI no Recife, por exemplo, as cavalhadas foram o grande destaque dos divertimentos e aconteceram ao menos em cinco dias. Em sua descrição da festa da Aclamação, Antônio Moraes destacou a presença da “gente nobre” que teriam corrido revoltas e desencontradas escaramuças, jogaram canas e balcanizas de cera de cores cheias de flores, carreiras de argolinhas, escaramuças e jogos bélicos por vários dias durante o festejo, divididas em duas turmas de Cavaleiros com capas de cetim vermelhas e azuis.<sup>632</sup>

<sup>627</sup> Ver especialmente os exemplares de 07 de abril de 1832, 07 de maio de 1832, 24.11.1832, 16 de janeiro de 1833, 05 de dezembro de 1833, 14 de dezembro de 1833, 01 de fevereiro de 1834 e 08 de fevereiro de 1834

<sup>628</sup> CARVALHO, Leandro F. R. “... e o estrepidoso zambuba poe tudo em alvoroco” musica e sociedade em Pernambuco na primeira metade do seculo XIX. Dissertação de Mestrado em História, Recife, 2001 p.19.

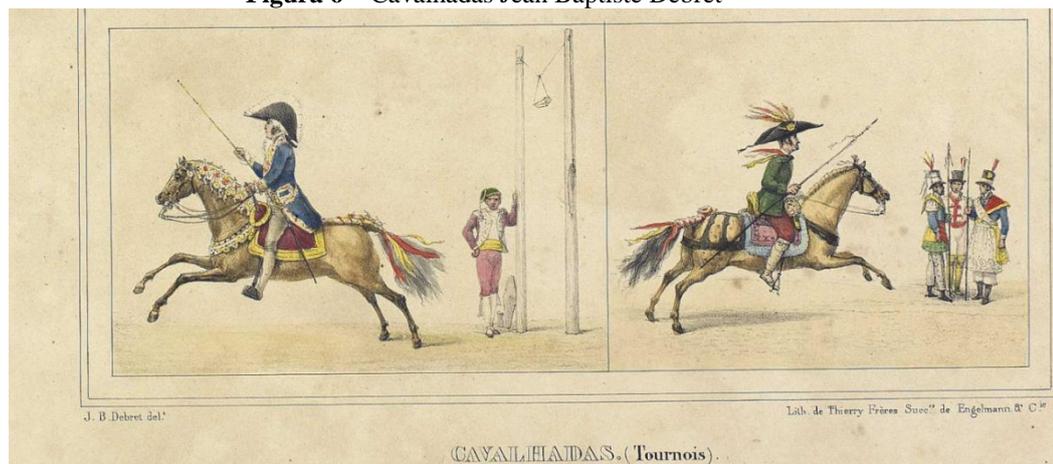
<sup>629</sup> Diário de Pernambuco 14 de fevereiro de 1840

<sup>630</sup> TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais Op. Cit.* p. 133

<sup>631</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; MACEDO, Valéria Mendonça de. Viajantes em meio ao império das festas. In: *Festa : Cultura & sociabilidade na América Portuguesa*[S.l: s.n.], 2001 p.605

<sup>632</sup> BN Antônio de Moraes Silva, Breve Histórico sobre a vitória conseguida por Luiz do Rego Barreto na expedição para restabelecer a paz na revoltosa capitania de Pernambuco. Engenho Novo de Muribeca[PE] Original I33, 27, 002 MS 618(11) D.75 fls 21 e 22

Figura 6 – Cavalhadas Jean Baptiste Debret



Fonte: Debret, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Tome troisième. p.53<sup>633</sup>

Segundo Marilyse Meyer, as Cavalhadas "eram uma ocasião de exibir não só destreza como ostentação de riqueza pelas vestimentas e ajazamento dos cavalos."<sup>634</sup> Nos tempos coloniais era praticada nos grandes festejos cívicos e nas festas de igreja, o que colaborou com a sua popularização.<sup>635</sup> Apesar de não termos identificados regras específicas ao controle da Cavalhada, há poucas referências a ela. O periódico *O Amigo do Povo* de 16 de outubro de 1830 comentava que as festas mais pomposas deixaram de ser finalizadas com cavalhadas e passaram a terminar com máquinas, foguetes de ar e hinos nacionais.<sup>636</sup> Os fogos de artifício já faziam parte das festas religiosas e cívicas no início do século XIX, entretanto, pela análise dos periódicos, eles passaram a ser um dos atrativos principais da festa.

Em 1847 em 26 e 27 de fevereiro, os periódicos conservadores *Diário de Pernambuco* e *O Lidador* publicaram anunciaram sobre a presença de uns gabirus em cavalhadas do Monteiro.<sup>637</sup> O *Diário Novo* de 5 de março de 1847 relatou que os gabirus impulsionaram variados festejos, entre eles as cavalhadas no Monteiro durante a festa de São Pantaleão, destacando que mudaram a forma de realizá-las. As corridas "não eram como se costuma fazer, isto é de um a uma, mas desta vez corriam aos pares e havia duas argolinhas"<sup>638</sup>

<sup>633</sup> THIERRY FRÈRES. *Cavalhadas. (Tournois)*. Paris, França: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 27,3 x 22,9cm em f. 52,6 x 34,6. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=18211](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=18211)>. Acesso em: 07 abr. 2018.

<sup>634</sup> MEYER, Marlyse. A Propósito de cavalhadas in: **Festa: Cultura & sociabilidade na América Portuguesa**[S.l: s.n.], 2001 p. 228

<sup>635</sup> *Ibid* p.239

<sup>636</sup> *O Amigo do Povo* 16 de outubro 1830

<sup>637</sup> *O Lidador* 26 de fevereiro 1847 e *Diário de Pernambuco* 27 de fevereiro de 1847.

<sup>638</sup> *Diário Novo* 5 de março de 1847.

O *Diário Novo* ao comentar essas cavalhadas usou uma série de alcunhas para se referir aos conservadores. Destacou que o “patriarca dos gabirus” não tenha participado das cavalhadas e foram alguns de seus partidários que se empenharam para o divertimento ser o sucesso.<sup>639</sup> Ainda segundo o periódico, “o patriarca” não estava presente porque “tomou a peito” todo o divertimento depois do sermão e missa cantada, que envolviam bandeiras e novenas.<sup>640</sup> Pelo relato ao se espalhar a notícia do divertimento pouco usual chegou a um baile no arrabalde de Apipucos, os festeiros recolheram dinheiro para também organizar as cavalhadas por lá.<sup>641</sup>

Gastar com festas fazia parte dos discursos de moralistas e economistas, que como afirma Jorge Crespo para Portugal, costumavam criticar a forma que as populações estavam predispostas para vivenciar as festas, mesmo em tempos difíceis.<sup>642</sup> Encontramos alguns exemplos desses gastos na pesquisa realizados nos jornais. Pelo periódico *O Amigo do Povo*, ficamos sabendo que a viúva de Tavares Rodovalho resolveu vender as hortaliças que cultivava para servir como uma das ofertas para os criminosos da Cadeia na festa do Sete de Setembro em 1829. Segundo o periódico *O Amigo do Povo* esse tipo de oferta estava fazendo parte de variados “festins populares.”

Era uma oportunidade de ganho extra que não podia ser desperdiçada, mas para a viúva o bom negócio foi um fracasso. Ela afirmava ter combinado vender por 18\$, mas só queriam pagar 4\$ e depois de um ano ela ainda não tinha recebido.<sup>643</sup> Para a viúva que viu uma oportunidade de um dinheiro extra de forma rápida acabou ficando sem o produto e sem dinheiro.

Em 08 de julho de 1841, pelo que consta no anúncio do *Diário de Pernambuco*, o Corretor Oliveira soube usar a disposição da população para gastos com itens festivos, especialmente para uma festa ímpar com grande significado para o Brasil. Junto com os leilões de fazendas inglesas e francesas que propagava, anunciava também peças de roupas comuns e

...lindíssimas medalhas emblemáticas da Coroação, botões dourados com a efígie do Imperador rodeada de estrelas, papel grande para imprimir um lindo desenho da coroação.<sup>644</sup>

<sup>639</sup> (joão-pobre, maxixe, colomim t, o imenso mandiga, tangolomango)

<sup>640</sup> *Diário Novo* 1847 5 de março de 1847

<sup>641</sup> *Ibidem*

<sup>642</sup> CRESPO, Jorge. A história *Op. Cit* p. 356

<sup>643</sup> *O Amigo do Povo* 11 de setembro de 1830

<sup>644</sup> *Diário de Pernambuco* 08 de julho de 1841

Nas festas, era comum a população gastar parte significativa de seus ganhos. Segundo Marcus Carvalho: “Os ricos aproveitavam a oportunidade para ostentar, já os pernambucanos menos abastados eram capazes de vender até o último negro para comprar roupa nova, adornos e doces para o evento.”<sup>645</sup> No Recife, gastava-se dinheiro com diversos itens que envolviam esses festejos. O Editor do Jornal o *Simplicio Pernambucano* em 20 de fevereiro de 1832 publicou um soneto sobre esses gastos.<sup>646</sup>

Os chefes de família, na verdade,/ Estão loucos, ou bestas, ou perdidos,/ Andam agora todos influídos  
/Em ter a festa fora da cidade.

Nas dispensa se gasta enormidade/ Inda mais em chapéus, mais em vestidos/ Dirão velhos, e moços  
divertidos/ No banho, e dança, e jogo, e liberdade!

Passeios, e banquetes os melhores,/ Vem sedas, e touquina em peça, e tolos,/ E as filhas namorando os  
seus amores;/ Venha cerveja, o chá, licor, e bolos;/ Sabeis o que vos digo, meus leitores?/ As filhas tem  
juízo, os Pais são tolos.

A organização de grandes festas fazia parte da realidade das diversas camadas sociais. Como afirma Mary Del Priore, nas festas há um reforço “pela ostentação do luxo e distribuição de larguezas. O indivíduo ou o grupo de família afirmavam com a sua participação nas festas públicas em seu lugar na cidade e na sociedade política.”<sup>647</sup> A sua imagem estava associada à forma como o festejo se realizasse.

Um ótimo exemplo foi registrado por Henry Koster, o viajante, ao ser escolhido pelo vigário de Itamaracá para organizar uma das noites da novena para Nossa Senhora da Conceição, cuja festa eram comemorada em 8 de dezembro, no início da década de 1810, precisou fazer muitos gastos e usar seu tempo e rede de sociabilidade para conseguir êxito. As novenas eram excelentes oportunidades para diversão que estendiam as comemorações dos dias das festas e congregavam diferentes grupos sociais. Como afirma Lilia Moritz Schwarz para o Rio de Janeiro, “nos dias de festa religiosa vários grupos sociais convergiam para um mesmo espaço e comungavam, por meio de rituais formalmente católicos, algo além da hóstia sagrada.”<sup>648</sup>

Koster realmente organizou um super evento e soube registrá-lo para a posteridade. Para abrilhantá-lo, mandou gente ao Recife buscar bandeiras nos navios, fogos de artifícios, foguetes além de pedir a um Coronel conhecido alguns músicos do regimento de Olinda. Os músicos dos variados regimentos militares tinham participação

<sup>645</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: Op.Cit. p.78

<sup>646</sup> APEJE O Simplicio Pernambucano 20 de fevereiro de 1832

<sup>647</sup> PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.p. 37

<sup>648</sup> Schwarcz, Lilia Moritz. **As barbas do imperador** : D. Pedro II, um monarca nos trópicos / Lilia Moritz Schwarcz. — São Paulo : Companhia das Letras p. 396

ativa nos diversos tipos e festas no Recife. Além desses também buscou encontrar alguém para organizar um divertimento que abrihantasse a noite: o crioulo Nicolau.

Conhecendo a fama do crioulo, um alfaiate de profissão reconhecido pela sua habilidade no canto e dança, Koster decidiu convidá-lo para a festa. Para a alegria e entusiasmo serem garantidos, pediu que trouxesse consigo um grupo de atores de Fandango.<sup>649</sup> Segundo Luís Costa Lima Neto, o fandango é uma “dança popular de origem espanhola que, assim como a tirana, foi misturada com o lundu no Brasil.”<sup>650</sup>

Nos primeiros dias de dezembro, dia da sua noite na novena, foram colocadas as bandeiras no alto dos mastros em fila dupla ao redor da praça; ao nascer do sol, soltaram fogos de ar. As casas da vila foram iluminadas com lâmpadas feitas de forma simples, metade de uma casca de laranja, com uma pequena porção de algodão e azeite. Koster também providenciou para que essas luminárias fossem plantadas em vários pontos da praça.<sup>651</sup>

A música tocou durante o dia e a tarde acenderam fogueiras na praça da vila. Segundo o relato do próprio Koster, o povo encheu a igreja onde muitos músicos se apresentavam. Nos intervalos da novena, soltavam-se ronqueiras, e os músicos de Olinda tocavam ao lado de fora. A celebração organizada por Koster demorou tanto que o fandango precisou ser transferido para a noite seguinte. Mesmo com a transferência do divertimento, a festa continuou depois da celebração religiosa. A banda de música foi até a casa do vigário onde estavam as principais famílias da região e em frente a casa uma multidão tinha se reunido. O fim da apresentação da música do regimento não encerrou a festividade, ainda foram improvisados versos em louvor ao vigário, à santa e a muitos dos presentes, inclusive ao organizador da noite festiva.<sup>652</sup>

Certamente, os que não foram para a noite da novena poderiam se preparar para a apresentação do fandango na noite seguinte. Na tarde subsequente, Koster afirma que providenciou uma “espaçosa plataforma, no meio da praça”, cercada por quatro fogueiras. Quando a noite chegou e as fogueiras foram acesas, o relato de Koster

---

<sup>649</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil** 12ª ed. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2003 v.2 p. 403

<sup>650</sup> COSTA-LIMA Neto, Luiz. **Música, teatro e sociedade nas comédias de Luiz Carlos Martins Penna (1833-1846):** entre o lundu, a ária e a aleluia .Tese (Doutorado em Música)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014 p 158. surgiu na década de 1720, na Espanha. Tinha compasso ternário ou binário composto e andamento allegro, acelerando durante a execução da dança. A música apresentava paradas bruscas, durante as quais o casal de dançarinos permanecia imóvel. O canto era intercalado por trechos puramente instrumentais, sendo acompanhado pela viola, por castanholas e palmas.

<sup>651</sup> KOSTER, Henry *Op. Cit.* p. 403

<sup>652</sup> *Ibid.* p. 404

registra que os atores entraram e representaram uma longa história em um cenário em forma de navio no mar que ao fim da viagem entra em perigo. A apresentação que não tinha as falas escritas, envolvia oito personagens, seis cantadores com a viola e seis dançarinos. Assim que o navio chegava ao palco, os cantadores e dançarinos foram acompanhados pelo público e depois iniciaram a apresentação da história e ao fim de cada cena reapareciam os dançarinos.<sup>653</sup>

Os registros de Koster também possibilitam entendermos o financiamento dos gastos em algumas festas de irmandades. Na década de 1810, quando foi assistir a uma festa de Nossa Senhora do Rosário em Itamaracá, relatou sobre um rateio que presenciou na hora da cerimônia. Estava na igreja quando teria visto um grupo de negros e negras vestidos de algodão branco e colorido, com bandeiras e tambores soando. No meio do grupo estava a corte, os reis com uma coroa de papel colorido dourado, o rei com uma roupa colorida e um cetro de madeira dourado, a rainha com um vestido de seda azul, de moda antiga.

Observou na Igreja o Secretário coletando contribuições em uma mesinha. O padre que não tinha recebido seus emolumentos, foi até ele e se recusou a cantar a missa enquanto não os recebesse. Depois da discussão, a missa teria tido início e os reis se ajoelharam diante do altar mor. Ao fim, o novo Rei foi coroado e o grupo foi até a região onde morava o novo Rei para comer, beber e dançar.<sup>654</sup>

Uma das formas que corriqueiramente os escravos usavam seu dinheiro era para o financiamento das festas que celebravam os Santos de devoção. Segundo Marina de Melo e Souza “ao doar “esmolas” para a festa, tinham a convicção de que este investimento voltaria não apenas na forma da festa, mas também como harmonia e bem-estar das pessoas garantidos pelo bom governo do rei.”<sup>655</sup>

O rateio dos custos para as festas públicas era uma prática comum em vários festejos no Recife Oitocentista. Os financiamentos das festas cívicas e religiosas faziam parte do cotidiano. O recolhimento de esmolas para as festas envolviam os diferentes extratos sociais. Nos capítulos anteriores falamos sobre as subscrições para realização das festas cívicas, que envolviam desde cartas, visitas ou mesmo pedidos nas ruas.

A festa de Nossa Senhora do Rosário ocorria em diversos lugares da província, e tiveram outras formas de organização, ainda que guardasse similaridades com o relato

---

<sup>653</sup> *Ibid.* .p. 405

<sup>654</sup> *Ibid.* .p. 353-354

<sup>655</sup> Ver: SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 p.211

de Koster. Segundo Marcelo Mac Cord, entre as festas mais famosas no Recife despontava a de 10 de Outubro, organizada pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos na freguesia de Santo Antônio na primeira metade do século XIX.<sup>656</sup> Segundo Pereira da Costa, em Olinda, a irmandade do Rosário dos pretos também realizava a festa anualmente.

Em 1815, segundo o relato do memorialista, a irmandade conseguiu licença do ouvidor geral da Comarca, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, para sair com a bandeira da padroeira acompanhada com toques de instrumentos, zabumbas, clarinetas e fogos de ar. Entretanto, o Governador Caetano Pinto Montenegro teria repreendido asperamente o ouvidor por ter dado a autorização para que negros se organizassem em corte. Entre os argumentos levantados por Pereira da Costa, o governador teria reclamado dos pretos terem usado entre si formas de tratamento equivalentes as das realezas.<sup>657</sup>

O receio do governador ocorria um ano depois da descoberta de um suposto plano de revolta escrava em 1814. Para o historiador Luiz Geraldo Silva, Caetano Pinto de Miranda Montenegro enfatizava a necessidade de grande vigilância sobre os ajuntamentos de escravos, principalmente os noturnos.<sup>658</sup> O Ouvidor Antônio Batalha, por sua vez, defendia que deveriam permiti-los já que se tratava de locais “em que se evitavam cautelosamente as desordens, mas em que lavrava o entusiasmo.”<sup>659</sup>

Como bem destaca João José Reis essa disputa entre modelos de controles da festa negra era uma constante. “Se uns acreditavam ser ela a antessala da revolta social, outros mantinham que servia para diminuir as tensões sociais.”<sup>660</sup> Como vimos no capítulo sobre a festa da Independência Recife, as festas dos negros foram usadas pelos periódicos que relataram o Sete de Setembro como válvula de escape, mas também como festas ruidosas.

Marcelo Mac Cord ressalta que, muito além de uma pretensa vassalagem, as autoridades entendiam que os “falsos” reis exerciam um poder importante para o bom andamento social, tendo prestígio entre os negros e forte ligação com figuras envolvidas

<sup>656</sup> MAC CORD, Marcelo. Identidades Étnicas, Irmandade do Rosário e Rei do Congo: sociabilidades cotidianas recifenses (século XIX) in Campos, Curitiba, UFRP, pp. 51-66, 2003 p.55

<sup>657</sup> COSTA, F.A. Pereira. Folclore Pernambucano. *Op. Cit.* P.196

<sup>658</sup> SILVA, Luiz Geraldo “Sementes da sedição”: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817) in: *Afro-Asia* n°25. 2001 p.9

<sup>659</sup> Carta de Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional. IJJ9 Vol 05(1815-1817) fls 113/116v. Porto de Pedras, 22 de março de 0816 Apud SILVA, Luiz Geraldo “Sementes da Sedição” *Op. Cit.* p. 40

<sup>660</sup> REIS, João José. Tambores *Op. Cit* p. 102

nas disputas políticas de Pernambuco da primeira metade do século XIX.<sup>661</sup> Segundo Marcus Carvalho, desde 1809 o governador tinha proibido o costume de dar patentes aos negros, mas tal proibição foi suspensa na década de 1840.<sup>662</sup>

Algum tempo depois, em meio ao movimento praieiro, no ano de 1846, um Novo Rei do Congo foi coroado e como ressalta Mac Cord: “Tanto para conservadores, quanto para liberais, angariar a simpatia dos integrantes das ‘hierarquias do Rei do Congo’ era imprescindível para que se tivesse a mínima possibilidade de mobilizar boa parte da população livre pobre.”<sup>663</sup>

Segundo Marcelo Mac Cord “Os contornos da Revolta Praieira e seus diversos imbricamentos sociais potencializaram tal possibilidade de sublevação.”<sup>664</sup> Depois dos inúmeros distúrbios no fim do ano de 1847, que tornaram algumas festividades um ringue, em março do ano seguinte o Subdelegado de Afogados solicitou reforço no policiamento para a festa da Padroeira desta Matriz, já que não dispunha de “destacamento suficiente para manter a boa ordem, e prevenir qualquer distúrbio.”<sup>665</sup>

A presença de distúrbios, nos mais diferentes tipos de festas, é um risco para quem se responsabiliza pela sua realização. Era importante cuidar para que as comemorações existentes não se transformassem em fontes potenciais de distúrbios e se mostrassem assim contrárias ao júbilo. Entretanto, o excesso é intrínseco à realização das festas.

No arquivo público estadual localizamos alguns registros sobre a preocupação das autoridades em relação a noites de festas. O subdelegado destacou em um ofício de 21 de março de 1848 enviado ao presidente da província estar mais preocupado com uma festa que aconteceria em Afogados, por saber que estavam organizando para a noite da festa fandangos, ou congos, argumentando ser “é bem presumível, que haja grande concorrência do povo, todo da Praça, como da Povoação e seus subúrbios.”<sup>666</sup>

---

<sup>661</sup> Entre 1817 e 1848 líderes das insurreições e autoridades do Estado Nacional se relacionaram de diferentes formas com os soberanos do Congo. No contorno da praieira em setembro de 1848 um novo rei do Congo foi referendado, muito próximo da festa anual da padroeira da irmandade e época de muito trabalho para os confrades e o novo soberano. ver: MAC CORD, Marcelo **O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002

<sup>662</sup> CARVALHO, Marcus. **Liberdade** *Op. Cit.* p. 59

<sup>663</sup> Mac Cord . Marcelo. **O Rosário de D. Antônio** *Op. Cit* p. 221

<sup>664</sup> *Ibid* p. 237

<sup>665</sup> APEJE Polícia Civil 20 21 de março de 1848 f.60

<sup>666</sup> *Ibidem*

O subdelegado também não confiava nos diretores da festa, que eram conhecidos por darem “exuberantes provas de perturbadores do sossego público.”<sup>667</sup> Os festejos populares também possibilitavam algumas brechas de controle sobre os escravos, que sabiam aproveitá-las bem, como já mostrou João José Reis para Bahia. Para o autor, os escravos seguiam um calendário da pequena política do cotidiano para atacar, “a hora certa era aquela em que o senhor baixava a guarda, por exemplo, nos períodos de festas, domingos e dias santos.”<sup>668</sup>

Pelo *Diário de Pernambuco* de 1 de julho de 1845, tomamos conhecimento que, na segunda feira do Espírito Santo do ano de 1844, fugiu a escrava Catarina. Pelo registro do periódico, ela “tem sido encontrada na Estrada Nova, na Passagem da Madalena, no aterro de Afogados, vendendo verduras nos domingos no maracatu dos coqueiros, no dito aterro acima.”<sup>669</sup> Possivelmente várias pessoas que circulavam no Aterro de Afogados, deveriam ter comprado com ela ou mesma a visto enquanto se divertiam. Alguns podem ter resolvido denunciar ao seu senhor a sua presença. O anúncio da sua fuga foi publicado nove vezes entre 11 de julho e 9 de setembro, sempre ressaltando a sua presença nesse espaço.

Se Catarina continuou a ir ao local de encontro dos escravos em uma região tão próxima do centro do Recife, ela devia confiar nos seus frequentadores e ter muitos aliados. Como destaca Thomas Holloway para o Rio de Janeiro, nessas reuniões, escravos e pessoas pobres “confraternizavam, bebiam cachaça e dançavam ao som de músicas afro-brasileiras.”<sup>670</sup> Se nesse momento muitos escravos eram capturados, era também em torno desses sambas e batuques que nascia uma forte resistência dos grupos marginalizados.

Afogados era uma região “popular”. Segundo Marcus Carvalho “um local de fronteira entre as plantações e a cidade; também local de moradia de muita gente modesta.”<sup>671</sup> Até o início do século XX, uma rua era chamada de Catucá e outra do Malunguinho, reminiscências do célebre quilombo da primeira metade do Oitocentos e do seu chefe mais famoso.

---

<sup>667</sup> *Ibidem*

<sup>668</sup> REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 14-39, 1995. p.31

<sup>669</sup> *Diário de Pernambuco* 01 de julho de 1845

<sup>670</sup> HOLLOWAY, Thomas H.; Fundação Getúlio Vargas.. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p.49

<sup>671</sup> CARVALHO, Marcus J.M. Os símbolos do “progresso” e a “população” do Recife, 1840-1860 in: **Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural**. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1998 p. 69

Os escravos de Recife usaram a conjuntura de revoltas para perpetrar as mais diversas formas de resistências. Como argumenta Marcus Carvalho o maior quilombo de Pernambuco do século XIX, surgiu na época de 1817 e só conseguiu ser extinto após a Cabanada. No contexto do movimento praieiro, em que o acoitamento e roubo de escravos era uma das acusações trocadas entre os adversários políticos, foi publicada uma carta no *Diário de Pernambuco* alguns meses antes da fuga de Catarina. Nela se acusava os praieiros de estarem dando pouca atenção aos problemas do cotidiano da cidade. Entre eles, o ajuntamento de negros, negras e moleques de pés descalços nos maracatus, prática comparada a uma “escola de perdição.”<sup>672</sup>

Quem escreveu a carta se essa reunião era proibida por alguma lei e quem era o responsável pela “inspeção sobre esse criminoso ajuntamento?”<sup>673</sup> Vários hábitos de divertimentos dos negros eram bastante criticados, e associados a desordens. Como visto no capítulo sobre o Sete de Setembro, uma das formas de depreciação dos festejos da elite era associar a festa aos divertimentos dos escravos e homens livres pobres: descritos como bárbaros, e com grande potencial para desordens.

As autoridades por vezes até concordavam com tais ajuntamentos, posto que, na visão de setores da elite, permitir essas práticas era uma forma de evitar um mal maior. A carta publicada no *Diário de Pernambuco* também questionava: “Que quererá significar os maracatus?”<sup>674</sup> Para os pernambucanos de hoje o maracatu é um dos costumes populares mais característicos da cultura negra, o que significava um maracatu na primeira metade do século XIX?

Quando o termo maracatu aparece nos periódicos de Pernambuco da primeira metade do século XIX, surge associado a estratégias políticas seja das autoridades oferecendo um divertimento às vésperas da eleição ou dos escravos usando da dança apreciada por muitos para conseguir momentos de liberdade para fugir de seus proprietários. Entendemos que, na primeira metade do século XIX, seja um espaço para o divertimento dos homens comuns, com música e dança características dos negros.

No periódico *O Cometa* de 14 de abril de 1843, fala-se que o “Dr. da Custódia” organizou um maracatu aos eleitores na véspera da eleição onde organizou a apresentação de um bumba-meu-boi.<sup>675</sup> No *Diário de Pernambuco* de 10 de janeiro de 1844 o termo aparece como uma dança que possibilitava o trânsito de escravos entre

<sup>672</sup> *Diário de Pernambuco* 28 de março de 1845

<sup>673</sup> *Ibidem*

<sup>674</sup> *Ibidem*

<sup>675</sup> *O Cometa* 14 de abril de 1843

diferentes regiões. O dono da negra Maria desconfiava que ela tenha ido a cidade junto com os negros que foram dançar o maracatu.<sup>676</sup>

Outro divertimento duramente combatido nesse período foi o Entrudo. Muito antes das posturas, vários editais buscavam controlar práticas populares tidas com indecentes ou mesmo bárbaras.<sup>677</sup> Nessa tentativa de mudança das práticas festivas, como analisa Jorge Crespo, muitos ficavam hesitantes entre os novos valores da civilização, por um lado e de outro “os atrativos de uma festa repleta de significado para uma comunidade reagindo a eminente perda de identidade.”<sup>678</sup> O entrudo era uma forma de festejar que muitos da sociedade gostavam de aproveitar, mas alguns críticos os condenavam.

Segundo Rita de Cássia Barbosa de Araújo, após 1822, as proibições aos jogos de Entrudo se fizeram “acompanhar de uma rígida ação prática por parte dos setores públicos competentes.”<sup>679</sup> O entrudo era um divertimento que agradava grande parte da população e que consistia essencialmente em atirar líquidos nos outros. É importante ressaltar que cada grupo que se dispunha a praticar o entrudo dotava-o de novas feições e lhes atribuía novos significados.

É relevante ressaltar que, como afirma Leonardo Affonso de Miranda Pereira, era “um jogo que, embora fosse praticado por todos, definia claramente seus espaços de distinção.”<sup>680</sup> Alguns brincavam o Entrudo com limas de cheiro cuidadosamente fabricadas e vendidas pelas ruas da cidade, outros usavam polvilho, água ou mesmo outras substâncias que podiam encontrar pela cidade. O *Diário de Pernambuco* anunciava que alguns atiravam “com lama; e com imundícies nos que passam.”<sup>681</sup>

Entre as publicações do *Diário de Pernambuco* estavam os anúncios de vendas de lima de cera, de serviços para o seu preparo ou a venda de materiais eram comuns no Diário de Pernambuco durante a primeira metade do século XIX. Os que tinham habilidade e disposição para fabricação dos itens que se usariam nesses dias especiais podiam trabalhar intensamente na confecção.

No dia 20 de fevereiro de 1841, por exemplo, o morador do terceiro andar do terceiro sobrado, localizado no fundo do Livramento na Rua da Penha anunciou que

<sup>676</sup> Diário de Pernambuco 10 de janeiro de 1844

<sup>677</sup> Vários editais foram publicados buscando controlar os fogos de artifício, busca-pés, além de atacar o entrudo

<sup>678</sup> CRESPO, Jorge *Op. Cit.* p. 277

<sup>679</sup> ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras** *Op. Cit* p.147

<sup>680</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: literatura e folia no Reio de Janeiro do século XIX.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p.45

<sup>681</sup> Diário de Pernambuco 14 de fevereiro de 1844

precisava “alugar 3 ou 4 pretas ou moleques para venderem limas de cheiro, ficando seus Senhores obrigados pelo importe das mesmas, dando-se de vendagem 80 réis de cada Pataca.”<sup>682</sup> O aluguel de cativos era uma prática comum no Recife desse período, especialmente quando se tratava da execução de um serviço temporário.

Talvez devido à peculiaridade da mercadoria e ao interesse dos próprios cativos em usarem as limas se explique o interesse do alugador em que os donos dos cativos fossem responsáveis por cuidar da boa conservação das mercadorias. Quem sabe os cativos não podiam guardar algumas limas para eles próprios brincarem o Entrudo.

Outro produto anunciado no Diário de Pernambuco eram as máscaras. Um exemplo de anúncio foi publicado em 03 de março de 1842, onde se oferecia em uma loja na esquina da rua do Cabugá “máscaras lindas e esquisitas, mui próprias para entrudo”.<sup>683</sup> As máscaras eram um dos itens que ajudava a modificar e esconder as pessoas nesses dias. A estética diferenciada é ressaltada nesse anúncio, não se tratava apenas de esconder a identidade, o ato de mascarar-se nesses dias de festas podia adquirir diferentes significados. O mascarar-se podia permitir uma auto-afirmação, como sugere Reid Mitchel<sup>684</sup> ou mesmo a possibilidade de uma maior liberdade de ação, dependendo do personagem que se assumisse.

O Padre Carapuço publicou um artigo no *Diário de Pernambuco* de 14 de fevereiro de 1844, incluía as máscaras entre as novas formas apropriadas de comemorar os dias de carnaval:

Que pelo tempo de carnaval hajam diferentes folgares, hajam forças, e bailes mascarados, com na Itália, como em Paris, etc. etc., ainda bem, são divertimentos, são passatempos, que podem ter graça e realmente causar muito prazer; mas que recreio, que gosto pode haver em molharem-se, e emporcalharem-se uns aos outros?<sup>685</sup>

Os dias de entrudo eram facilmente associados à desordem, ainda que não ocorresse nada de excepcional nesses dias. Certos comportamentos “agressivos” ou “bárbaros” já eram esperados nesse dia, como afirmou o Matuto em uma publicação do *Diário de Pernambuco* de 23 de fevereiro de 1827:

[...] porém que além de toda a barbaridade do brinquedo, ou melhor da patifaria, que além de um pobre matuto ser apapado, emporcalhado com água suja, e lama, de se lhe dar com tintas até de óleo na cara, e na roupa, de se lhe

<sup>682</sup>Diário de Pernambuco 20 de fevereiro de 1841

<sup>683</sup>Diário de Pernambuco 03 de fevereiro de 1842

<sup>684</sup>MITCHEL, Reid. Significando: carnaval afro-creole em New Orleans do século XIX e início do XX.in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas – Op. Cit** p.58

<sup>685</sup>Diário de Pernambuco 14 de fevereiro de 1844

deixar a perder seus efeitos, que conduzem muitas vezes de padecer avarias, de se arremessarem na rua cordas de um a outro lado para espantar e fazer recuar os seus cavalos, ou a eles mesmos se passam a pé, e de todas as outras insolência, que lembram a um bando de biltres réus de polícia que vadiam quando deviam trabalhar, que além de tudo isto, digo, tenha o atrevimento essa gente, ou esses brutos de espancar, e apedrejar aqueles pacíficos homens, que não muito prudentes representam o seu incomodo, ou prejuízo, e repelem tantos insultos com vãos impropérios.<sup>686</sup>

Segundo o Matuto, a “rua direita é o principal Teatro destes fatos”.<sup>687</sup> Localizada no Bairro de São José, essa rua era um importante corredor de passagem e por estar ocorrendo num local como esse, possivelmente não seria desconhecido das autoridades. Os dias de entrudo não traziam tumulto apenas nessa rua, obviamente a agitação causada por esses dias podia ser aumentada quando associada a um acidente ou crime. As brincadeiras, ainda que consideradas inapropriadas, continuavam a ocorrer e em ruas que faziam parte dos grandes corredores de circulação.

Uma carta publicada no *Diário de Pernambuco*, assinada por “EU” tecia algumas perguntas sobre esta prática com forte tom crítico.

Que golpe não sofre a moral pública? Que ataque o decoro da Sociedade? Os vínculos da subordinação, e do respeito uma vez alaçados, dificultosamente se reapertam. A turbulência se disfarça em galanteria. A perversidade toma o nome engraçado de brinquedo.<sup>688</sup>

Os divertimentos têm inúmeras dimensões. A presença de distúrbios, nos mais diferentes tipos de festas, é um risco para quem se responsabiliza pela sua realização. Era importante cuidar para que se tivesse adequadas manifestações de público regozijo para bem se comemorar datas importantes do calendário, e era relevante cuidar para que as comemorações existentes na sociedade não se transformassem em fontes potenciais de distúrbios e se mostrassem assim contrárias ao júbilo. Entretanto, o excesso é intrínseco a realização das festas. Uma quadra publicada no *Diário de Pernambuco* dizia: “Por ter dado três facadas/Prezo certo façanhudo/Cuidava (diz) não ser crime.../Foi um brinquedo do Entrudo.”<sup>689</sup>

Outro motivo para as críticas era o respeito aos padrões de comportamento da religião. Segundo Marina de Melo e Souza houve um empenho desde começo do século

<sup>686</sup> FUNDAJ Diário de Pernambuco 23 de fevereiro de 1827

<sup>687</sup> *Ibidem*

<sup>688</sup> FUNDAJ Diário de Pernambuco 27 de fevereiro de 1827

<sup>689</sup> *Ibidem*

XIX em controlar a religiosidade popular<sup>690</sup>, mas as pessoas às vezes ainda insistiam em esquecer os preceitos impostos, para aproveitar alguns momentos de alegria. No *Diário de Pernambuco* de 6 de fevereiro de 1837, uma correspondência questionava o respeito a religião e a moral pública:

Mas quem se recorda da Religião no meio da embriaguês dos prazeres? Que vergonhoso é o preludiar o tempo das mortificações, dos jejuns, da abstinência, por três dias de desenvoltura, de maganagem, de excesso; não só isso, de mortes, de grandes moléstias? Grandes urcas sofrem as gavetas dos patrões, e dos pais; que grandes proporções para a desonra das famílias! E contudo estes são os resultados e o sal do entrudo, de que todos gostam.<sup>691</sup>

Muitas vezes essas práticas tradicionais inviabilizavam que as novas formas de se festejar acontecessem. Como afirma um anúncio publicado em 19 de fevereiro de 1847 sobre os festejos no teatro em dias de carnaval:

Há alguns anos a esta parte que não haviam espetáculos nos dias do Carnaval, por causa das limas de tintas, pitombas e seringas que traziam para a platéia, hoje, porém, a reprovação que a maioria do público mostra a algum galanteio de limas de água de cheiro, mostra que a civilização vai progredindo entre nós.<sup>692</sup>

Se houve um progresso na “civilização”, devemos perceber que ela não se fez com a extinção do Entrudo, que adentrou esse novo espaço de sociabilidade no carnaval. No mesmo anúncio, o diretor agradeceu aos espectadores pela atenção com que assistiram à companhia das pastoras, aproveitou para se desculpar pelo comportamento de alguns meninos que não levaram “os seus papéis bem sabidos, pois que, além de sua pouca idade, o brinquedo do entrudo os distraiu bastante”.<sup>693</sup>

Pelos periódicos de Recife as brincadeiras, ainda que consideradas inapropriadas, continuavam a ocorrer e em ruas que faziam parte dos grandes corredores de circulação. Os motivos para a crítica a essa forma de brincar eram variados: associação a barbaridade, violação da religião e as ofensas físicas. O Entrudo continuava forte em meados do século XIX no Recife, e conquistou novos espaços: os teatros e bailes.<sup>694</sup>

<sup>690</sup> SOUZA, Marina de Mello. **História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil** - séculos XVIII e XIX in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa: Op.Cit** p.259

<sup>691</sup> *Diário de Pernambuco*, 06 de fevereiro de 1837.

<sup>692</sup> *Diário de Pernambuco*, 19 de fevereiro de 1847.

<sup>693</sup> *Ibidem*

<sup>694</sup> ver: ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; FCC, 2008; ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **Festas: máscaras do tempo:entrudo, mascarada e frevo no**

Um passo importante para a regulamentação desses modos de festejar, colocá-los em lugares fechados. Conseguir de fato realizar um baile poderia ser um passo importante, mas ainda era preciso contar com o que aconteceria nesses bailes, e se estaria de acordo com a “civilidade esperada.” Um dos cerca de trinta presentes em um baile de mascarados ocorrido na passagem da Madalena resolveu publicar no *Diário de Pernambuco* de 13 de fevereiro de 1845: “O divertimento inocente, inteiramente novo para esta província, teve estas feições: ordem, decência, regozijo e bom gosto.”<sup>695</sup>

Nos bailes tentava-se reproduzir nesses ambientes franceses, como comenta Vauthier em seu diário, ao escrever sobre um dos bailes que foi no Recife: “Golpe de vista da sala perfeitamente francês. Vestidos feitos em Paris ou pelo menos talhados pelos modelos do jornal *Le Furet des Salons* ou qualquer outra publicação do gênero.”<sup>696</sup>

Não apenas o Entrudo tomou os lugares fechados. Muitas festas foram deslocadas ou abrigaram-se em ambientes teatros e casas particulares. Como afirma Jorge Crespo, ao analisar o controle das corridas de Touro em Portugal, ao perceber a persistência dos festejos depois das reiteradas ordens e combates, as autoridades perceberam que uma alternativa mais eficiente era transformar em um espetáculo devidamente enquadrado o que permitia um maior controle da paixão, as explosões coletivas e os participantes desses divertimentos.<sup>697</sup>

Nas festas de fim de ano as famosas apresentações de pastorinhas, bailes do menino Deus também passaram a ocupar em lugares fechados como teatros, bailes e festas organizadas por “sociedades.” Em 1838 o Padre Lopes Gama no periódico *O Carapuceiro* publicava sobre tais apresentações nas ruas na época de Natal, “rara era casa que não tinha um presépio com sua competente pastorinha.”<sup>698</sup>

Na década de 1840, algumas sociedades se organizaram para representar tais apresentações em lugares fechados. Pereira da Costa ressaltou que nos estatutos da Sociedade Natalense, criada em 1840, havia a intenção de dirigir com solenidade e decência o Natal, através de representações teatrais e em 1841 se instalou a Sociedade Nova Pastoril com a mesma finalidade. Segundo Pereira da Costa, as apresentações da

carnaval do Recife . Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996. SANTOS, Lúcia Rafaela Nascimento dos. Dos Divertimentos... pp.

<sup>695</sup>Diário de Pernambuco 13 de fevereiro de 1845

<sup>696</sup>VAUTHIER in: FREYRE, 1960, *Op. Cit.* p555

<sup>697</sup> CRESPO, Jorge Transformação do corpo p. 304

<sup>698</sup> Moças cantam e dançam fazem o papel de pastorinhas, com danças e saraus e por fim fazem um leilão de flores e frutas. Carapuceiro 8 de fevereiro de 1834, 24 de janeiro de 1838 e 21 de fevereiro e 1840.

primeira realizadas no antigo colégio dos jesuítas eram conhecidas pelo luxo e aparato, tendo grande influência social.<sup>699</sup>

O teatro público também realizou apresentações no fim do ano<sup>700</sup> como se pode ver em um anúncio publicado no *Diário Novo* de 16 de dezembro de 1842, que anunciava uma temporada durante o ciclo natalino, com três tipos de espetáculos que envolviam os diversos momentos litúrgicos do ciclo natalino, mas também as danças que costumavam se fazer nas ruas, como podemos ver na figura 6.<sup>701</sup>

Figura 7 – Anúncio do Teatro Público no Diário Novo 16/12/1842

**PREZEPIO**  
 NO  
**THEATRO PUBLICO.**  
 Dia 24 e 27.  
 Anunciação, Nascimento, Conselho das Pastoras, Apanha  
 das fructas, e flores, Offerecimento ao Menino Deus.  
 Dia 30 de Dezembro, e 3 de Janeiro.  
 Dança das Pastoras, chegada dos tres Reis seu grande e pom-  
 poso sequito.  
 Dança dos Abexins, Arabes, e Persas ; adoração dos Magos.  
 Dia 6 e 8.  
 Pregação do Baptista, Psalmos do Profeta Rei, Jerusalem  
 destruida, lamentações de Jeremias, Jogos de Armas dos Ro-  
 manos, massacre dos Innocentos, elevação dos Justos á Gloria.  
**PERSONAGENS.**  
 Herodes, Rei da Judea : Balthazar, Melxior, e Gaspar, Reis  
 Magos : Lucifer : Semião, e Joazar, Sacerdotes Hebreos : Is-  
 mael, Judas, Abel, e Abenzaera, Judeos : Salomea, irmã de  
 Herodes : Rachel, mulher hebreia : Levitas, Sacerdotes, a Fé,  
 a Caridade, a Esperança, David, Jeremias : Miguel, e Rafael  
 Arcanjos.  
**PASTORAS**  
 Raab, Ruth, Judith, Abigail, Decla, Nina, Noema, Dina,  
 Thamar, Samea, Êsther, Boos, Pastor.  
 A musica é da composição do Sr. Major Patricio, a pintura  
 do Sr. André Alves, e as Danças do Sr. João Wanimeil.  
 Só se recebem assignaturas até o dia 2o do corrente, dahi em  
 diante só se venderão pelo preço da casa : tendo os camarotes  
 que se assignarem dez tostões de abate em cada noute. Para  
 commodidade dos expectadores, principiará o expectaculo da  
 noute de 2½ ás 8 horas em ponto, e se dará por findo ás 11 :  
 a fim de poderem as familias assistir á Missa da meia noute.  
 Todos os mais principiarão ás 9 horas em ponto.  
 N. B. Quando os expectaculos do Theatro Publico, cahirem  
 nas mesmas noutes da illustre Sociedade Natalense, serão ex-  
 cutados na vespora do expectaculo da dita.

Fonte: Diário Novo- Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital

Além de apresentar as tradicionais festas para dentro do seu espaço, havia um cuidado para evitar o choque com as famosas apresentações da Sociedade Natalense. Arcar com os espetáculos teatrais não era fácil, o teatro no Recife da primeira metade do

<sup>699</sup> COSTA, F. A. Folclore Pernambucano *Op. Cit* p. 193

<sup>700</sup> Ver: *Diário de Pernambuco* 19 de fevereiro de 1847, *Diário Novo* 16 de Dezembro de 1842

<sup>701</sup> *Diário Novo* 16 de dezembro de 1842

século XIX era duramente criticado por ser um espaço com espetáculos depreciativos a moral pública.

As diferentes formas de festejar estão relacionadas com seu tempo. Na primeira metade do século XIX, houve a tentativa de mudanças nas festas. Quer seja na definição das datas festivas ou no estabelecimento de normas para as festas, as autoridades provinciais, municipais e do Estado Nacional buscavam estabelecer um ritmo a vida das pessoas condizente com a realidade necessária para o bom andamento social, econômico e político do país.

Nesse processo adequou-se as novidades aos costumes tradicionais, tendo em vista que estes ainda mantinham forte influência entre a população. Mesmo frente aos novos espaços de divertimentos e as normatizações dos feriados, as festas ainda eram as principais práticas para o divertimento da população. Ocupavam parte significativa do ano e estavam entre os atos coletivos que além dos movimentos que conturbavam a vida dos moradores durante o ciclo das insurreições liberais eram importantes para a cultura urbana do Recife.

## CAPÍTULO 4: FESTEJOS DE JUNHO

As festas dos santos juninos, principalmente as de Santo Antônio, São João e São Pedro, tiveram um forte papel na construção da identidade cultural de várias províncias brasileiras, são até hoje manifestação estruturante das relações políticas, sociais e culturais do Nordeste. Santos muito populares desde os tempos coloniais foram muito festejadas no Recife Oitocentista. Eram celebrados com todas as honras que a Igreja Católica dispensava às comemorações dos dias santos<sup>702</sup> e com grande entusiasmo pela população de Pernambuco.

A devoção aos três santos era difundida desde os tempos coloniais. Segundo Câmara Cascudo, Santo Antônio tinha uma festa de preceito por toda a América desde 1722 e era "o mais popular do Brasil. O mais rezado e agredido."<sup>703</sup> Acreditava-se que ele era uma arma de extrema eficácia nas horas de necessidade na defesa de Portugal e suas colônias. No Recife, era considerado tenente com um soldo de 34\$400.<sup>704</sup>

Dias depois das celebrações de Santo Antônio, aconteciam as esperadas comemorações de São João. Afinal, como lembra Câmara Cascudo: "JUNHO, já dizia as Ordenações do Reino, mês de São João, O povo mantém o uso. Pelo São João é por Junho."<sup>705</sup> Para finalizar o mês, era a vez de comemorar São Pedro. Ainda de acordo com Câmara Cascudo, o "protetor do clero, dos pescadores e das viúvas."<sup>706</sup> A sua festa era celebrada no calendário católico no dia 29 de junho.

Nesse capítulo se pensou as festas juninas relacionando-as a um processo de mudança cultural mais amplo. São poucos os estudos na área de História sobre estas festas, ainda que memorialistas, folcloristas e estudiosos da cultura popular tenham atribuído grande importância para elas. A escassez de estudos sobre a temática no século XIX fez questionar a possibilidade dos estudos sobre essa festa.

Não vamos fazer uma descrição de todas as festas, mas das formas que foram registradas por documentos variados, principalmente a imprensa periódica. As festas juninas apareceram principalmente nas correspondências, em alguns editais oficiais publicados nos periódicos e nos anúncios. Optou-se por realizar uma análise qualitativa

---

<sup>702</sup> SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins**: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). 2011. Dissertação (Mestrado em História)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. p.68

<sup>703</sup> CASCUDO, Luís da Câmara, **Calendário das festas**. Rio de Janeiro: MEC, 1971. p.4

<sup>704</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1988, p.61

<sup>705</sup> CASCUDO, Luís Câmara, **Calendário...Op. Cit.** p.4.

<sup>706</sup> *Ibid.* p.5

nas correspondências e editais, buscando relacioná-las as peculiaridades do período. Com os anúncios se fez a opção por fazer uma análise quantitativa. Entretanto, textos literários, periódicos, *A Folhinha de Algebeira*, a documentação das irmandades<sup>707</sup>, correspondência policial e processos judiciais são documentos que também foram utilizados.

Um autor oitocentista de essencial importância para escrita desse trabalho foi Franklin Távora, é um intelectual folclorista fundador de uma Literatura do Norte na segunda metade do século XIX. Um artigo sobre a Cruz do Patrão na série "Lendas e tradições populares do norte (1877), para o periódico *Ilustração Brasileira*<sup>708</sup> e a narrativa sobre São João no seu romance *O Matuto*. foram fundamentais para escrita desse capítulo. *O Matuto* é ambientado na época da Guerra dos Mascates e fala muito sobre o que vivenciou em sua infância e juventude nas províncias do Norte. Como afirma Edson Bariani, sua obra é de "difícil definição, situa-se numa encruzilhada de períodos, estilos, tradições e ideologias."<sup>709</sup> Em sua obra como era a música e a dança do São João em Pernambuco. Explicar as características das manifestações populares era parte da sua intenção ao publicar essas obras.

Como afirma Cristina Betioli Ribeiro, este livro faz parte de uma trilogia (*O Cabeleira, O Matuto e Lourenço*), que trabalham os motivos nacionalistas de seu programa que buscava fundar uma literatura nacional sustentada pela "cultura popular do Norte e as memórias históricas que fixam o germe da independência brasileira em Pernambuco."<sup>710</sup>

Entre os periódicos analisados, merece especial atenção *O Carapuceiro*, escrito pelo Padre Lopes Gama. Entre os vários números que dedicou as formas como a população festejava na cidade, dedicou um dos seus exemplares aos "festejos de S. João" em 05 de julho de 1837, onde fez uma descrição do que seria o São João em Pernambuco naquela época, criticando alguns dos hábitos dos festeiros, elogiando outros e de certa forma relatando o que se comemorava.

O capítulo foi dividido em quatro partes. Na primeira analiso as celebrações dos santos nos templos religiosos católicos, parte importante dos rituais religiosos do Brasil

<sup>707</sup> Infelizmente a documentação sobre as irmandades estão em deterioração, sendo possível o acesso a apenas poucos livros.

<sup>708</sup> *Ilustração Brasileira*, 01 de março de 1877

<sup>709</sup> BARIANI, Edison. A maldade na encruzilhada do século XIX: Franklin Távora e o cabeleira. *Itinerários*, Araraquara, n. 29, p.417-435, jul./dez. 2009 p.417

<sup>710</sup> RIBEIRO, Cristina Betioli. **Um norte para o romance brasileiro** : Franklin Távora entre os primeiros folcloristas Campinas, SP : [s.n.], 2008. p.107

Império. A segunda analisa os festejos fora das Igrejas. Na terceira parte, trabalho com a prática de soltar fogos de artifício, suas polêmicas e as tentativas de proibição a tal prática. Na quarta parte o olhar foi voltado para os festejos juninos das classes populares.

#### 4.1 Festas nas Igrejas

Parte importante das festas juninas acontecia nas Igrejas. São Pedro, São João e Santo Antônio eram celebrados com todas as honras que a Igreja Católica dispensava às comemorações dos dias santos.<sup>711</sup> Nesses dias era obrigatório para as outras atividades do cotidiano e participar dos ritos católicos. Anualmente eram celebrados com grande entusiasmo pela população de Pernambuco, ainda que os periódicos falem muito pouco sobre essa parte da festa.

Cada Igreja possuía o seu calendário de celebrações para vários santos durante o ano, no entanto, os padroeiros e oragos tinham uma festa especial. Algumas destas comemorações faziam parte do calendário festivo da cidade e movimentavam as populações dos bairros centrais e arrabaldes. Essas festas eram anunciadas pela *Folhinha de Algibeira, ou o Diário eclesiástico e civil para as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas*. Esse era, segundo Pereira da Costa, o nosso mais antigo calendário.

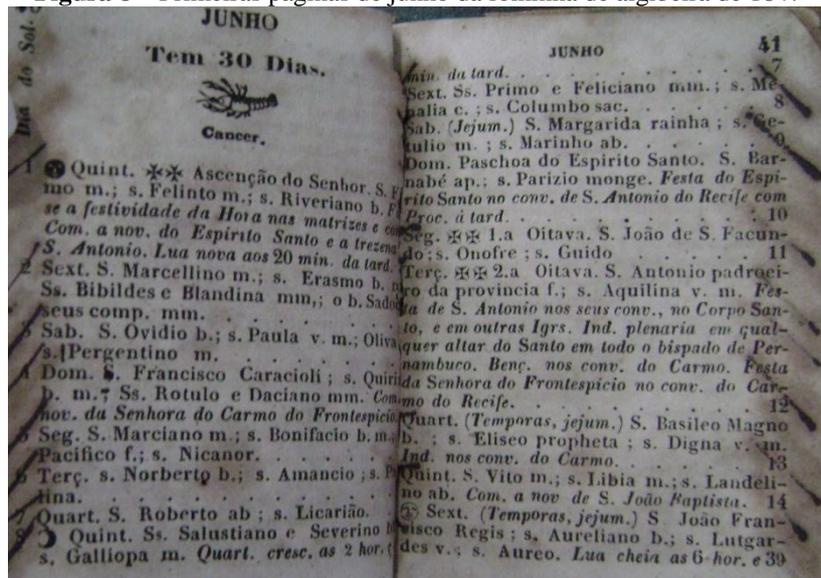
A Folhinha de Algibeira destacava as festas que aconteceriam a cada dia do ano, muitas vezes determinando o local de sua realização. É razoável supor que as festas anunciadas estavam entre as mais importantes da cidade, ou eram aquelas cujos responsáveis haviam procurado o editor da *Folhinha*. O editor destacava ao menos dezenove festas para ocorrer no Recife durante o mês de junho do ano de 1848. Dessas, sete seriam dedicadas aos três santos do ciclo junino. Outras festas móveis, populares no Oitocentos, também podiam coincidir com este ciclo: como a festa do Espírito Santo e o Corpo de Deus.<sup>712</sup>

---

<sup>711</sup> SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins**: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). 2011. Dissertação (Mestrado em História)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. p.68

<sup>712</sup> Em 1848 a festa de pascoa do Espírito Santo aconteceria no convento de Santo Antônio a noite com procissão a tarde, em meio a celebração da trezenas de Santo Antônio, no dia 11 de junho. Em 18 de junho a festa do Espírito Santo aconteceria na Matriz de Santo Antônio. A festa do Corpo de Deus aconteceu na Sé no dia 22 de junho e na Matriz da Boa Vista em 29 de junho.

Figura 8 – Primeiras páginas de junho da folhinha de algibeira de 1847



Fonte: Folhinha de Algibeira, 1847- Biblioteca APEJE

As celebrações litúrgicas em honra aos santos juninos, destacadas pela Folhinha de Algibeira, eram realizadas em igrejas muito importante para a cidade do Recife. A festa de São Pedro acontecia na Igreja em homenagem ao Santo Protetor. A festa de São João na Igreja da Conceição dos Militares e no convento do Carmo. E a de Santo Antônio no seu convento e na Igreja do Corpo Santo. Essas igrejas eram localizadas em dois bairros centrais do Recife: Santo Antônio e Bairro do Recife e deveriam agregar muita gente para as comemorações. Além de modificar o ritmo das ruas desses bairros por vários dias.

**Mapa 2** – Mapa das festas do ciclo junino anunciadas pela Folhinha de Algebeira em 1847



Fonte: Extrato do Plano do Porto e Praça de Pernambuco e seu Contorno Meridional e Ocidental<sup>713</sup>

Apesar dos três Santos formarem um ciclo festivo, há diferenças nas formas de festejar cada um, bem como nos locais de celebração. Eram anunciadas festas para dois bairros centrais do Recife, mas a Algebeira também falava de festas em outras Igrejas. As festividades juninas possivelmente criavam no Recife um cenário na cidade semelhante ao criado no Rio de Janeiro pela festa do divino, analisado por Martha Abreu,

...apesar das distinções socioeconômicas evidentes entre as irmandades, entre os fiéis beijadores de bandeiras e os apreciadores dos leilões, o Espírito Santo parecia ser facultado a todos, em termos de culto e de participação nas comemorações, integrando a cidade numa verdadeira comunidade de religião e, principalmente, de diversões...<sup>714</sup>

As festas dos santos de junho criavam um período de grandes festas que marcavam um ciclo, onde, apesar de algumas diferenças, tomavam a cidade com muitos festejos que se estendiam por praticamente todo o mês, indo muito além dos dias

<sup>713</sup> Desenhado por Pedro Cronenberger, AHex, Seção de Acervos Cartográficos, 01.02.0070

<sup>714</sup> ABREU, Marta. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999. p.51

específicos de seus homenageados principais. Os Santos eram festejados de diversas formas no Pernambuco Oitocentista. O mês de junho começava com as trezenas para Santo Antônio.<sup>715</sup> Durante o período estudado, novenas e trezenas eram práticas devocionais, que iam muito além de suas orações. Segundo o Jornal *Carapuceiro*, as Igrejas, durante esses ritos, eram "sítios os mais azados para o sussurro, para a conversação, e para o mais despejado namoro."

As Constituições do Arcebispado da Bahia, leis canônicas adequadas à situação brasileira do século XVIII que vigorou até o século XIX, proibiam algumas práticas em dia como estes no Título XXX do livro quarto que acusava a "malícia humana" tinha pervertido as festas nos templos religiosos com "abusos, superstições, e ofensas de Deus".

(...) Por tanto conformando-nos com a disposição de direito, e Leis do Reino, mandamos, sob adita pena de excomunhão maior, e de dez cruzados, que nenhuma pessoa faça, nem use as tais vigílias, nem durma nas Igrejas, ou Capelas de nosso Arcebispado, nem coma, nem beba dentro delas, nem em seus adros, nem faça jogo em tempo algum ainda que seja na véspera, ou dia dos Oragos, ou em outra qualquer festa, ou novenas.<sup>716</sup>

Para as autoridades eclesiásticas, não interessava acabar com as manifestações festivas que tanto movimentavam as Igrejas. Superstições, abusos, comidas, bebidas e jogos eram parte do atrativo dos festejos, mas precisavam ser regulado e vigiados. Como afirma Italo Domingos Santirocchi, desde os fins do século XVIII um novo clero ilustrado "considerava o "catolicismo barroco" uma prática a ser superada.<sup>717</sup> No Recife do século XIX os críticos de costumes como o Padre Lopes Gama criticavam os variados festejos que se faziam dentro da Igreja.

No dia 13, várias igrejas celebravam aparatosas missas festivas, para o santo Antonio. A documentação pouco esclarece como elas aconteciam. Nos tempos coloniais, segundo o memorialista Pereira da Costa quando Santo Antonio gozava das honras de ser padroeiro de Pernambuco.<sup>718</sup> A fortaleza do Brum arvorava o estandarte

<sup>715</sup> Folhinha de Algibeira. p. 40

<sup>716</sup> ARQUIDIOCESE DE SALVADOR. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Ilustrissimo, e Reverendissimo** Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide : propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. S. Paulo : Na Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853 p.269

<sup>717</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Reformas da Igreja em contraposição: *Op. Cit* p. 80

<sup>718</sup> Pereira da Costa fala de Santo Antônio e São Sebastião como padroeiros de Pernambuco. Fala de uma festa de São Sebastião como padroeiro em 1854, mas afirma que os Diários eclesiásticos para o bispado de Pernambuco, a partir de 1829 o coloca como padroeiro. Ver: COSTA, F.A. Pereira da .Anais Pernambucanos v.6 *Op. Cit.*p.187

real, dava uma salva e a Câmara Municipal de Olinda fazia uma festa, se estendendo depois à do Recife, onde a festa ocorria na Igreja do Corpo Santo.

Segundo Pereira da Costa, havia vários nichos de Santo Antônio, em casas e estabelecimentos comerciais. O seu novenário incluía os versos: “Milagroso Antônio/Nosso padroeiro/ Enche de alegria/ Pernambuco inteiro.”<sup>719</sup> Na Ponte do Recife havia um arco com um nicho em homenagem a Santo Antônio que era bastante festejado, havendo no dia do seu orago uma grande confluência de pessoas.

**Figura 9** - Arco de Santo Antônio-H.Lewis 1848



Fonte: Exposição comemorativa Iconográfica do Recife Século XIX<sup>720</sup>

Várias igrejas celebravam missas festivas no dia 13, entretanto ganhavam pouco destaque na documentação pesquisada. Talvez por organizarem celebrações mais simples, ou talvez por ter um público das classes populares. A Igreja do Terço era uma das que organizava uma missa festiva que não tinha divulgação nos periódicos e nem na *Folhinha de Algibeira*, e só manteve-se o registro dessa celebração devido a uma confusão ocorrida nos seus arredores após uma dessas cerimônias.<sup>721</sup>

Em 13 de junho de 1844, após a missa, várias pessoas pararam na venda de Manoel Pequeno, segundo o *Diário de Pernambuco*, localizada na loja n.4, ladeando a Igreja do Terço, onde houve uma disputa por cobrança de dívidas. Situado em uma das entradas para a região central do Recife, era um local de grande movimento, até mesmo

<sup>719</sup> *Ibidem*

<sup>720</sup> Original de H. Lewis 12/05/1848In: Exposição comemorativa Iconográfica do Recife Século XIX Organizada por Comissão organizadora e Executiva, Pernambuco, 1954 s/p

<sup>721</sup> Esse conflito será analisado na última parte do capítulo.

nos dias corriqueiros. Segundo Ivaldo Marciano, nos dias atuais existe “uma memória coletiva de que no Pátio do Terço eram feitas as vendas de escravos ou também que lá era o local permitido para os negros festejarem, ou ainda que no Pátio havia muitas casas de negros(terreiros).”<sup>722</sup>

**Figura 10 - Pátio do Terço**



Fonte: LAGO, 2009, p. 328<sup>723</sup>

Dois dias depois das celebrações de Santo Antônio, começava a novena de São João. Possivelmente variadas irmandades organizavam festas para os Santos Juninos, afinal elas se destacavam entre os grupos responsáveis por organizar festividades no período estudado, mas os periódicos pesquisados não anunciaram nenhuma. Não se sabe quantas irmandades se empenhavam para celebrar a festa de São João.

Segundo Pereira da Costa, no início do século XIX a confraria de São João Batista<sup>724</sup>, composta pelos membros do regimento da artilharia, foi transferida junto com o mesmo para o Recife ocupando a atual Igreja do Divino Espírito Santo por autorização de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, funcionando a partir de 1815.

<sup>722</sup>LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Entre Pernambuco e a África**. História dos maracatus nação e a espetacularização da cultura Popular. Rio de Janeiro: UFF, 2010. Tese doutorado em História., p.370

<sup>723</sup>LAGO, Pedro Corrêa do. **Brasiliana Itaú** – uma grande coleção dedicada ao Brasil. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.

<sup>724</sup>Existente desde o século XVII em Olinda, se instalou na Igreja de São João que foi destruída pelo fogo em meados do século XVIII, quando no início do século XIX o regimento de artilharia foi transferido para Recife a Confraria o acompanhou ver: COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*.v. 4 *Op. Cit.* pp. 472 a 474

Desde os tempos coloniais organizavam famosas festas em Olinda. Pouco depois de sua transferência foi dissolvida, possivelmente pelo envolvimento de seus membros na Insurreição de 1817. Para o historiador pernambucano Édipo de França Wanderson os oficiais desse Regimento formaram o foco desencadeador de relevantes dissidências contra o governo Joanino.<sup>725</sup> A confraria só conseguiu se reorganizar após a independência, em 1823,<sup>726</sup> mas sem a mesma força.

Os militares também celebravam São João na Fortaleza do Brum, de onde ele era padroeiro. Esse festejo contava com o apoio das autoridades da Província. Em 1840, o presidente da Província emitiu ofício autorizando o envio de objetos necessários para a realização do festejo.<sup>727</sup> Por sua vez, o Comandante das Armas autorizou o Comandante da Fortaleza a dar dezessete salvas no dia celebrativo ao nascimento do santo.<sup>728</sup>

Para as festas de São João, temos notícia que a Irmandade de Nossa Senhora do Terço organizava uma festa para este santo a partir de um conflito, noticiado pelos jornais em 1843, devido à eleição da lista de mordomos para os festejos de São João do ano seguinte. Segundo Lucilene Reginaldo, estes eram "uma categoria mais humilde de irmãos ainda que, em algumas irmandades, fizessem parte da mesa diretiva."<sup>729</sup> Sua principal função era patrocinar e organizar a festa. Entre os escolhidos estava o secretário da irmandade, que no mês de maio havia se envolvido numa confusão dentro da igreja, tendo um dos irmãos pedido a sua demissão.

Pela correspondência do *Amigo do direito* publicada no *Diário Novo* de 3 de julho de 1843, ficamos sabendo do caso e da denúncia do "estado de relaxação em que se acha a mesma irmandade."<sup>730</sup> Levar esses conflitos e notícias para os jornais parece demonstrar o quanto a opinião pública pesava nos encaminhamentos finais dos problemas. Tal como afirma François Guerra ao analisar as "vozes do povo," na opinião

<sup>725</sup> FRANÇA, Wanderson Édipo de. **O serviço das armas, as gentes do povo e os escravizados:** Pernambuco na época da independência (1817-1824) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014 p. 55

<sup>726</sup> Por uma curta duração, só se estabelecendo de fato em 1835 na Igreja da Penha, em 1838 sendo dissolvida em 1841, sendo as alfaias recolhidas à tesouraria da fazenda e a igreja permanecendo com a imagem do santo. Ibid p. 474

<sup>727</sup> Diário de Pernambuco 02 de junho de 1840

<sup>728</sup> Diário de Pernambuco 19 de junho de 1840

<sup>729</sup> REGINALDO, Luciene. **Os rosários dos angolas:** irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista. Campinas, SP. Tese de Doutorado em História. Unicamp, 2005 p.112

<sup>730</sup> Diário Novo 03 de julho de 1843

pública moderna é comum nos periódicos a exaltação da sua própria causa é feita com a execração com o objeto de mobilizar.<sup>731</sup>

Como resposta a denúncia do *Amigo do Direito, o Verdadeiro irmão imparcial* publicou uma nota na sessão avisos diversos do *Diário de Pernambuco* de 5 de julho de 1843 buscando esclarecer a situação.<sup>732</sup> Solicitava que os “inimigos do mordomo” eleito tivessem prudência ao censurá-lo nos periódicos. Para dirimir as dúvidas sobre a polêmica, publicou como foi o processo de eleição para festa de São João, ou qualquer outro Santo que não seja a padroeira da Irmandade:

... São escolhidas pessoas, sejam ou não irmãos, que parecem ser capazes de coadjuvarem com suas esmolas para as mesmas festas, e tanto é assim, que para estas eleições e festividades nunca se fazem mesas, por não ser da obrigação da irmandade tais festividades: quando se festeja qualquer santo, sempre é por influência de alguns irmãos, que se querem dar ao trabalho de procurar esmolas para esse fim, esta é a praxe que se tem seguido.

15

A vontade de particulares em organizar a festa, mesmo não sendo a obrigação da irmandade de Nossa Senhora do Terço, aponta para a popularidade da festa e para a vontade de garantir essa prática. Os três santos juninos tinham festas organizadas por irmandades.

A Igreja da Conceição dos Militares era uma das igrejas que realizavam festas anuncia das pela *Folhinha de Algibeira* para o Santo. Uma dessas foi lembrada em meio a uma discussão da Câmara dos Deputados publicada no *Diário de Pernambuco* em 24 de novembro de 1843, pelo parlamentar Mendes da Cunha<sup>733</sup>, jurista conhecido na cidade e defensor dos direitos dos frades.<sup>734</sup> Enquanto os deputados questionavam os gastos dos religiosos, Mendes da Cunha argumentava que gastar com festas e outras obrigações religiosas não era problema. Devia-se mesmo discutir os usos políticos nas celebrações. Entre eles destacava a presença da maçonaria nesses espaços.

O deputado lembrava em seu discurso de um episódio ocorrido em Pernambuco, em uma festa de São João realizada na Igreja de Militares, sem mencionar em que ano. A Igreja estava ornada para a ocasião e o santo homenageado também recebia especial

<sup>731</sup> GUERRA, François-Xavier. «VOCES DEL PUEBLO». REDES DE COMUNICACIÓN Y ORÍGENES DE LA OPINIÓN EM EL MUNDO HISPÁNICO (1808-1814) *R. I.*, 2002, n.º 225 P.381

<sup>732</sup> *Diário de Pernambuco* 05 de julho de 1843

<sup>733</sup> *Diário Novo*, 24 de novembro de 1843

<sup>734</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883 pp.162-163

atenção. Entretanto, foi avisado que a imagem do Santo carregava “insígnias maçônicas ao pescoço.”<sup>735</sup>

A maçonaria foi um fenômeno cultural que serviu como articulação política em variadas esferas do poder. Participar dessa associação, nesse período, segundo Alexandre Mansur Barata, tinha um elemento transgressor. Vários de seus membros envolveram-se nos movimentos sediciosos e a expansão da sociabilidade maçônica sistematizou “no interior da sociedade luso-brasileira uma imagem da maçonaria identificada como o complô, com a maldade, com a sedição.”<sup>736</sup>

Em Pernambuco, símbolos maçônicos deviam ser vistos como potencialmente perigosos. Adornar o Santo era parte importante das festas, mas se os enfeites fossem símbolos que lembrassem os perigos das sociabilidades modernas, precisavam ser combatidos. Como afirma Jorge Crespo, “todo cuidado era pouco relativamente ao que porventura de grave pudesse resultar para a religião oficial dos excessos cometidos.”<sup>737</sup>

Para realizar o flagrante e processar os envolvidos nessa afronta à religião, o Deputado foi até a Igreja para analisar a cena. Em sua opinião, “não vi senão uma cruz ao pescoço do Santo, o que sendo o símbolo da redenção, pouco me importava com as intenções com que os pedreiros a botarão!... E então retirei-me em paz!”<sup>738</sup> A presteza em verificar o uso de uma festa religiosa para a difusão dos preceitos maçônicos, permite-nos refletir sobre os diferentes usos do espaço religioso.

No fim do mês de junho era a vez de celebrar São Pedro. A sua irmandade era composta por grupos das “camadas médias da pirâmide social do Recife.”<sup>739</sup> A festa do santo protetor era um dos eventos mais importantes das irmandades. Segundo Martha Abreu era o momento de afirmar a força da devoção e a de seus próprios membros, e de reunir os fundos necessários para assistência.<sup>740</sup> Quando Koster retratou a sua ida ressaltou que depois da cerimônia religiosa foi a uma ampla sala por trás da sacristia, onde vários padres e convidados leigos desfrutavam de uma “mesa cheia de refrescos de toda qualidade”<sup>741</sup> com muitos bolos, doces e vinhos. Nesse banquete oferecido para

<sup>735</sup> Diário de Pernambuco 02 de junho de 1840

<sup>736</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF; São Paulo: Annablume, 2006. p.

<sup>737</sup> CRESPO, Jorge. *A história do Op. Cit.* p. 169

<sup>738</sup> Diário de Pernambuco 02 de junho de 1840

<sup>739</sup> MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *Artistas e Artífices a serviço das irmandades religiosas do Recife nos séculos XVIII e XIX*. In: Natália Marinho Ferreira-Alves. (Org.). **A Encomenda. O Artista. A Obra**. Porto: CEPES, 2010. p. 359-378. p.362

<sup>740</sup> ABREU, Marta. *O Império Op. Cit.* p.36

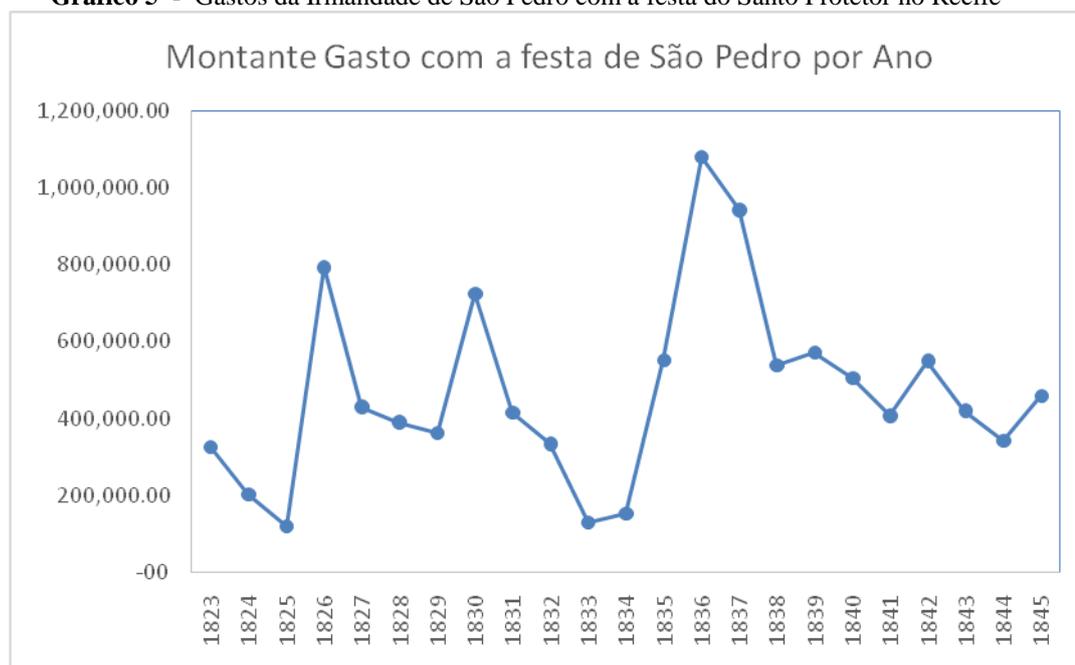
<sup>741</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste Op. Cit.* p. 59

alguns convidados pode conhecer variadas pessoas que ainda não tinha visto pela cidade. Vale lembrar que as festas religiosas eram um dos poucos espaços de sociabilidade do Recife em torno da década de 1810.

Após aproveitar os comes e bebes, Koster ainda foi com um grupo pra uma recreação que durou até tarde da noite. Se muitas noites de festas religiosas encantavam e movimentavam muita gente pela cidade, as juninas tinham seu jeito peculiar de envolver a maior parte da população nos divertimentos.

Na superintendência do IPHAN (PE) localizamos o livro de eleição da mesa regedora da irmandade de São Pedro e despesas com a festa do santo protetor. Conseguimos levantar, ao longo do período estudado, os valores gastos com a organização da festa, que variavam bastantes nos diferentes anos, como podem ser observados no gráfico a seguir:

**Gráfico 5** - Gastos da Irmandade de São Pedro com a festa do Santo Protetor no Recife



Fonte: Elaborado pela autora

O Provedor e o Secretário pagavam metade das despesas, e os outros irmãos da mesa pagavam o restante. Os festejos religiosos para São Pedro incluíam, Te Deum, ofício, matinas, festa para São Paulo, missa da madrugada. Entre os gastos importantes estavam o pagamento por prestação de serviços aos serventes, o aluguel de escravos para serviços durante a festa ou pagamento a serventes e carpinas, mobiliário, armação, flores, fogueiras, luminárias, incenso e música.

A festa de São Pedro era um espaço privilegiado para a sociedade pernambucana desde o Setecentos.<sup>742</sup> Henry Koster destacou que a festa contava com belíssima iluminação e numerosa assistência. Além da participação dos membros da irmandade, também contava com a presença de autoridades e pessoas de importância. Ao menos em fins da década de 1820, quando o Deão Bernardo estava a frente da Igreja, realizava-se diversas festas cívicas nesse templo.

Em 1845, ano em que os Praieiros haviam alcançado o Governo da Província<sup>743</sup>, o vice-presidente Manoel de Souza Teixeira, segundo o periódico *Diário de Pernambuco* de 30 de junho de 1845, ocupou uma das tribunas da Igreja de São Pedro "talhado para festa e procissão."<sup>744</sup> Era praticamente a estreia das participações dos praieiros nas festas religiosas, depois que assumiram o poder na província.

Para os líderes políticos, participar de alguns ritos religiosos populares, além de ser um cumprimento de seus deveres cristãos, era uma excelente oportunidade de ver e ser visto junto ao "Povo". Na tribuna da Igreja o vice-presidente deve ter tecido muitas conversas, algumas pessoais e outras sobre a situação política da província.

Ainda segundo o relato do *Diário de Pernambuco*, ao seu lado estava o "Frei Cometa", "o irrequieto chefe praieiro."<sup>745</sup> Os dois segundo a correspondência conversavam "com muita familiaridade e cordialidade, como era de se esperar, entre aliados políticos."<sup>746</sup> Possivelmente as tensões entre praieiros e gabirus ocasionassem uma vigilância a qualquer conversa, que pudesse envolver uma articulação política e por isso o destaque a conversa, mesmo o correspondente do *Diário de Pernambuco*, mesmo tendo ressaltado não ter tido tempo para escrever detalhes sobre a festa.<sup>747</sup>

O Vice-presidente e os demais presentes na festa do ano de 1845 assistiram a uma missa festiva celebrada pelo Bispo D. João da Purificação Marquês Perdigão, personagem político que teve papel decisivo no fim da cabanada.<sup>748</sup> A música ficou sob

---

<sup>742</sup> DIAS, Andrea Simone Barreto. **Os Incômodos da cor parda no Pernambuco Colonial: olhares sobre a festa de homenagem à São Gonçalo Garcia**. Campina Grande. Dissertação de Mestrado UFPB, 2010 p.55

<sup>743</sup> CARVALHO, M. J. M. ; CÂMARA, B. A. D. . A Insurreição Praieira. *Op. Cit.* , v. 8, p. 05-38, 2008. p.18

<sup>744</sup> Diário de Pernambuco 30 de junho de 1845

<sup>745</sup> Alcinha do Padre João Capistrano de Mendonça de acordo com QUINTAS, Amaro. A "Praieira" e sua ideologia in: MENESES, Djacir (org) **O Brasil no Pensamento Brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1998, p.284

<sup>746</sup> Diário de Pernambuco, 30 de junho de 1845

<sup>747</sup> Diário de Pernambuco, 30 de junho de 1845

<sup>748</sup> Seus apelos religiosos auxiliaram na mediação entre o governo provincial e alguns rebeldes, que em razão da oferta de benefícios em sementes, remédios, roupas, alimentos e mesmo terras aceitaram se render. in: MELLO, Janaína Cardoso de, Matas Plurais, Imoralidades Matrimoniais: O Despique entre

a responsabilidade do Padre Primo Feliciano Tavares, e o Padre Leonardo J. de Crespo fez o sermão e celebrou o *Te Deum*. A festa também teve a participação da música do primeiro batalhão da Guarda Nacional, um organista, além do que se pagou ao padre para organizar a música durante a missa festiva.

Custando 459.100 réis, não estava entre as mais caras do período e durou boa parte da noite. Deve ter terminado tão tarde que o correspondente do *Diário de Pernambuco* não conseguiu escrever detalhes sobre a festa. Parte da noite deve ter sido aproveitada com danças, comidas e outras formas de diversão das festas populares no Pátio de São Pedro.

#### **4.2 Comemorações Dos Santos Juninos Em Pernambuco Nos Jornais: sortes, comidas, fogueiras e teatros**

A parte profana das festas juninas fora das Igrejas tinha práticas peculiares características para celebração desses santos. Segundo o Padre Lopes Gama:

No nosso Pernambuco a véspera e dia de São João são dias de regozijo, e grandes folgares do Povo. Todo o mundo arma sua fogueira; por toda a parte arranjam-se bolos, tiram-se sortes, e soltam-se foguete e buscapés.<sup>749</sup>

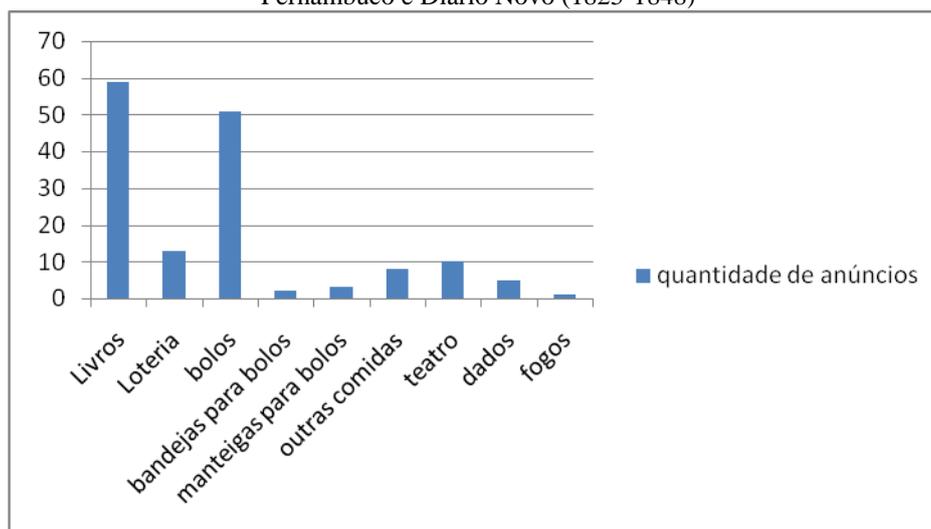
Também registramos notícias da comercialização de alguns dos produtos necessários para os folgares das festas juninas nos *Diário de Pernambuco* e *Diário Novo*. Todos os dias, grande parte das páginas desses periódicos era ocupada por sessões que comercializavam produtos e serviços. Além de representarem uma parcela das demandas comerciais da província, permitem conhecer algumas peculiaridades do cotidiano. Os anúncios dos festejos juninos publicados envolviam vários produtos usados nas festas. A incidência de cada tipo de anúncio nos periódicos pode ser observada no gráfico a seguir:

---

negros e índios cabanos de Jacuípe ( AL-PE, 1835-1850) in: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, 2008. p.208

<sup>749</sup> O Carapuceiro 05 de julho de 1837

**Gráfico 6** – Quantidade de anúncios sobre produtos para festas juninas nos periódicos Diário de Pernambuco e Diário Novo (1825-1848)



Fonte: Elaborado pela autora

Como afirmou um anunciante do *Diário de Pernambuco* "O mês de junho é o mês das sortes."<sup>750</sup> O produto mais anunciado eram os livros de sorte. Uma das peculiaridades dos festejos de junho era a crença que as noites de São João e Santo Antônio eram propícias para as sortes. Alias Vovelle, ao analisar as festas de São João na Provence do século XIX, já chamava o mês de junho de “noites mágicas” ao referir-se aos rituais diversos que a população demonstrava sua crença nos poderes especiais dos santos juninos.

Até hoje no Nordeste brasileiro os santos de junho, especialmente Santo Antônio e São João, estão relacionados ao universo de sortes, simpatias e superstições. Segundo o Padre Lopes Gama, o divertimento das sortes era “de todos o mais pacífico, e que oferece maior variedade”<sup>751</sup>, envolviam práticas diversas que incluíam superstições, rezas e livros de sortes. Nos dias dos santos juninos as pessoas recorriam a variados artifícios para descobrir o futuro. De acordo com Martha Abreu:

As superstições eram um dos pontos altos da festa, como por exemplo, a noção de que as brasas da fogueira eram bentas; de que o banho nos primeiros raios de sol do dia de São João traziam propriedades miraculosas e de que as moças solteiras podiam saber com quem iriam casar-se, depois de fazerem um bochecho com a água de um copo que havia passado sobre a fogueira em louvor a São João.

O padre Lopes Gama destacou algumas dessas simpatias no *Carapuceiro*, colocando as jovens mulheres como suas principais praticantes. Em uma delas, uma

<sup>750</sup> Diário Novo 28de maio de 1845

<sup>751</sup> O Carapuceiro, 05de julho de 1837

jovem lançava um ovo em um copo com água e depois passava "três vezes em cruz sobre a fogueira (para ficar bento)."<sup>752</sup> Depois do ritual, a forma adquirida pelo ovo revelava o futuro. Acaso se visse uma torre, era sinal de um futuro no convento. Quem via um navio, casamento com homem embarcado, etc.. Mas a sorte também dependia da opinião de cada um dos espectadores. Muitas vezes o ovo assumia uma forma de difícil compreensão e era preciso procurar entre os festeiros alguém que identificasse o que ele significava.

Em uma das festas, uma moça perguntou ao Padre Lopes Gama o que ele via. Talvez para zombar dela, o redator do *Carapuceiro* respondeu que “a figura do copo era escrita e escarrada o velho Marche-Marche, que andava por essas ruas e se achava viúvo.”<sup>753</sup> Outra superstição era tomar um “bochecho d’água”, ir para trás de uma porta esperar, “o primeiro nome por que ouve é daquele que lhe está destinado para marido.” A jovem esperava ouvir, em meio aos inúmeros sons de uma noite festiva, um nome próprio. Enquanto isso, a festa continuava com suas danças, músicas, conversas.

Segundo *O Carapuceiro*, muitas vezes acontecia de “ouvir chamar por pai José ou pai Antônio, nome de algum preto velho e cambaio; a Moçoila desatina de raiva e os espectadores cuidam de arrebentar com riso.”<sup>754</sup> As pessoas que buscavam saber o futuro, segundo o jornal, se irritavam com a reação cômica dos festeiros. Entretanto, como afirma Bakhtin, o riso era parte imprescindível do lazer popular e possuía um caráter ambivalente, “alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente.”<sup>755</sup>

Nas sortes relatadas no exemplar de 05 de julho de 1837 do *Carapuceiro* sobre o São João em Pernambuco, as duas moças que buscavam “descobrir” o seu futuro amoroso se enraiveceram e entristeceram com as possibilidades de supostamente se envolverem com o velho Marche-Marche ou o pai José, pai Antônio ou algum preto velho. A possibilidade de um enlace matrimonial com um escravo ou homem livre pobre assustava as jovens de famílias abastadas que praticavam tais simpatias. O riso dos festeiros a essa possibilidade parecia esconder a sérias críticas sociais.

Mas além das superstições, nas noites dos santos também se faziam orações para esse fim. Uma delas, sobre Santo Antônio, que circulava na primeira metade do século

---

<sup>752</sup> *Ibidem*

<sup>753</sup> *Ibidem*

<sup>754</sup> *Ibidem*

<sup>755</sup> BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais São Paulo: Hucitec Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987pp. 10-11

XIX, foi registrada por Pereira da Costa e publicada por Câmara Cascudo em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*:

Padre Santo Antônio dos cativos, vós que sois um amarrador certo, amarrai, por vosso amor, quem de mim quer fugir; empenhai o vosso hábito e o vosso santo cordão, como algemas fortes e duros grilhões, para que façam impedir os passos de Fulano, que de mim quer fugir; e fazei ó meu bem-aventurado Santo Antônio, que ele case comigo sem demora. Ave-Maria e oferece-se ao milagroso santo.<sup>756</sup>

Pedia-se a ajuda do santo para "prender" um pretendente amoroso. A narrativa da oração foi construída com metáforas da escravidão. Algemas e grilhões são símbolos da privação da liberdade. A apropriação desses objetos em uma prece religiosa, além de indicar a força simbólica que esses objetos tinham nas pessoas do período, evidencia como a escravidão estava presente nos mais variados aspectos do imaginário social. Segundo Riolando Azzi, em tempos coloniais Santo Antônio era invocado para recapturar escravos fugidos e então foi transformado "de amarrador de escravos em prendedor dos amantes dos grilhões do amor."<sup>757</sup>

O jogo das Sortes, baseado nas previsões de manuscritos, e ao menos a partir da década de 1830 por meio dos livros de Sortes era baseado no jogo dos dados. Os livros impressos com essas sortes parecem ser uma novidade das primeiras décadas do século XIX. Se a forma era nova, a prática era antiga. Em 1839, por exemplo, um anúncio explicava que se deveriam usar as sortes impressas da seguinte forma "o método de usar delas é o mesmo que se costuma fazer com as sortes manuscritas."<sup>758</sup>

Nas noites de São João, depois de acesas as fogueiras, iniciavam-se os jogos com o livro de sorte. O Padre Lopes Gama no seu periódico em 5 de julho de 1837 afirmou que a maior parte do público era composta por jovens mulheres que se sentavam em volta da mesa, escolhiam o objeto sobre o qual gostariam de descobrir o futuro:

Neste livrinho escolhe-se à vontade o objeto, a matéria, sobre que cada um deseja saber que sorte há de ter, se casado, se sempre solteiro, se militar, que fortuna terá com amores, se será rico ou pobre, etc, etc.<sup>759</sup>

Esses livros poderiam ser adquiridos em sua maioria em lojas localizadas nos bairros centrais da cidade, especialmente em Santo Antônio, região com vocação

<sup>756</sup>CASCUDO,L. da Câmara. *Dicionário Op. Cit.*,p,63

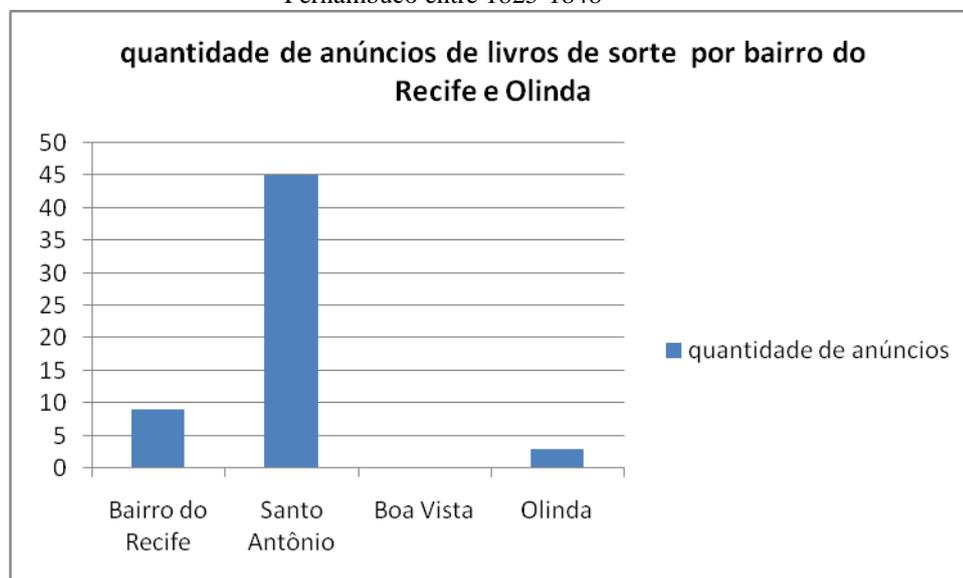
<sup>757</sup> AZZI, Riolando. O CASAMENTO NA SOCIEDADE COLONIAL LUSO-BRASILEIRA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-TEOLÓGICA. *Perspectiva Teológica*, [S.l.], v. 24, n. 62, set. 1992 :p.56

<sup>758</sup> Diário de Pernambuco 02de junho de 1839

<sup>759</sup> O Carapuceiro 05de julho de 1837

comercial, onde se localizava a maioria das lojas de varejo.<sup>760</sup> Especialmente na Praça da Independência e no Pátio do Colégio, onde havia lojas de livros que vendiam os mais variados títulos.

**Gráfico 7** – Quantidade de anúncios por região de livro de Sortes no Diário Novo e Diário de Pernambuco entre 1825-1848



Fonte: Elaborada pela autora

Em 23 de junho de 1842, no *Diário de Pernambuco*, anunciava-se que na Praça da Independência estavam vendendo por duas patacas o livro dos destinos reformulado, com o dobro de número de temas das versões anteriores. De acordo com o anúncio os habitantes de Recife deveriam privilegiar o "livro dos destinos", entre os outros títulos existentes porque "um dos seus assuntos é dirigido aos cabalistas, que andam por aí vendo modos e meios de agarrar uma deputação por faz ou por nefaz."<sup>761</sup>

O livro que seria vendido em 1842 tinha trinta e oito temas, trezentas e trinta e seis "profecias verdadeiras, infalíveis e indubitáveis; mas que, para terem o seu devido efeito, devem ser tiradas nas vésperas de São João, depois de acesas as fogueiras."<sup>762</sup> Escolhendo ou não o livro com essa temática, a forma de jogar seria semelhante. A primeira coisa era o escolher o tema que queria jogar.

Depois de escolhidos os temas, lançavam os dados e corriam-se as sortes do livro. Muito além de ser uma forma de passar o tempo e desvendar o futuro em uma

<sup>760</sup> Câmara, Bruno Augusto Dornelas. **O "retalho" do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** Recife: O autor, 2012. p.297

<sup>761</sup>Diário de Pernambuco 23de junho de 1842

<sup>762</sup>*Ibdem*

noite que se acreditava ser propícia para a sorte, os jogos da sorte eram momentos para flertes. Na opinião do *Carapuceiro* em 05 de julho de 1837:

Que ternuras, que se exprimem nesses jogos! Que declarações, que se fazem! Que namoricos, que se filão, tudo a custa das benditas sortes, e sombras das folganças de São João!

<sup>763</sup>No jornal *O Cometa* de 28 de junho de 1843 localizamos a historia de um festeiro que estava passeando pelas ruas quando passou na rua do Sol e viu uma festa em um dos sobrados. Ao chegar todos os cumprimentaram e o convidaram para entreter-se também com o jogo das sortes. Um dos presentes era o Padre Bússola perguntando o que queria saber, sobre amor, negócios ou riquezas. Jogou os dados e saiu o número 29 o Gama Rebeca, um militar ligado aos gabirus<sup>764</sup> que estava com o livro dos destinos folheou e leu a sorte:

Que pretendes, meu pateta/ Ver no livro dos destinos? Tu não sabes que a riqueza/ É só para certos meninos?

Se pois pretendes ser rico/ Furta com eles também/ E não creias que o trabalho/ Lhes dá tudo que eles tem<sup>765</sup>

A caçoada teria geral, então era a vez de Zacarias Tellis, mas o Gama já estaria “ao pé da porta devido ao licor”, outro assumiu a função do livro e depois de algumas sortes que não agradaram, chamaram um palanquim e todos foram para as suas casas. Os sujeitos envolvidos nesse jogo eram os redatores dos periódicos.

Um tempo depois o redator do Periódico *O Cometa* de 19 de julho de 1843 publicou criticando um artigo do periódico conservador *O Artilheiro*, em suas palavras: “Era de esperar *História em versos*, sonho *em prosa*, e sortes de S. João: apareceram pois estas obras, alias parte de um engenho profundo.”<sup>766</sup>

Provavelmente o redator de *O Cometa* se referisse ao número 56 do *Artilheiro*<sup>767</sup> que no seu número 56 publicou um artigo intitulado “a véspera de são João festejada pela súcia praeira”<sup>768</sup> e anunciou-o no *Diário de Pernambuco* de 28 de junho de 1843. O exemplar do artilheiro que infelizmente não estava disponível para consulta nos acervos pesquisados.

<sup>763</sup> O Carapuceiro 05de julho de 1837

<sup>764</sup> Diário Novo 20 de dezembro de 1845

<sup>765</sup> O Cometa 28de junho de 1843

<sup>766</sup> O Comera 19de julho de 1843

<sup>767</sup> *Ibdem*

<sup>768</sup> Diário de Pernambuco 28de junho de 1843

**Figura 11** - Anúncio do Jornal Artilheiro no Diário de Pernambuco 28/06/1843



Fonte: Diário de Pernambuco- University of Florida Digital Collections<sup>769</sup>

Essa opção de aproveitar as festas junto com seus grupos políticos já havia sido mencionada em 10 de julho de 1829 o periódico *Abelha Pernambucana* publicou uma correspondência afirmava

Quem há de crer, que no dia de São João, no Pasmado<sup>770</sup> em casado Vigário se ajuntaram alguns militares, paisanos, negociantes, etc, etc. e por entre outros aqui se espalha que estes Senhores ao jantar deram vivas ao absolutismo! Como está ateaiada a intriga?"<sup>771</sup>

As articulações em políticas estavam bem agitadas durante o ano, república de afogados, suspensão dos direitos constitucionais, júri, eleições tornavam a região especialmente tensa e a vigilância da população aos encontros festivos foi publicada no periódico. Esses jogos e jantares eram regados a comidas e bebidas que faziam parte da animação dos festejos.

Além das sortes, as comidas também tiveram grande destaque nos anúncios dos *Diários Pernambucanos*. A comida é parte importante de qualquer festa, pratos especiais eram preparados para celebrar os Santos de Junho. O Padre Lopes Gama no seu exemplar de 5 de julho de 1843 que aprovava os hábitos alimentares dessas comemorações, ainda que se opusesse ao excesso, afirmava:

<sup>769</sup> Disponível em: <http://ufdc.ufl.edu/AA00011611/04990/3j> Acesso em: 22 de novembro de 2017

<sup>770</sup> Localizada em Igarassu

<sup>771</sup> *Abelha Pernambucana* 10 de julho de 1829

Comam-se pois os bolos, e milhos; mas façamo-lo com moderação, e de maneira, que os nossos excessos não vão encher de esperanças a gente de Esculápio e ao Padre Vigário que se não estima a nossa morte, como é de crer...<sup>772</sup>

As comidas típicas de São João eram um atrativo a parte. Os preparativos para as esperadas noites deixavam as ruas da cidade agitadas no mês de junho. Grande parte desses produtos era negociada por escravos de ganho que trabalhavam nas ruas do Recife, possivelmente criando um cenário semelhante ao que o folclorista Moraes Filho descreveu acerca dos festejos juninos de meados do século XIX:

... pretos ao ganho” eram vistos com “cestos carregados de foguetes e fogos de todo gênero, de canas e batatas-doces, de cará e milhos verdes, de galinhas, ovos e perus; de tudo, enfim, que dizia respeito à folia da noite e aos lautos jantares e ceias que então se davam...<sup>773</sup>

O comércio de comida realizado por escravos era também uma prática comum no Recife, apesar de ser muito difícil de rastrear. Os escravos de ganho eram parte significativa dos que vendiam comidas e pequenos itens pela cidade. Como afirma a historiadora Grasiela Moraes, era comum se ver na cidade mulheres negras trabalhando no comércio volante:

Na cabeça equilibravam os seus cestos ou tabuleiros repletos de frutas, quitutes, fazendas entre outros artefatos que transitavam de um lado para o outro nas ruas centrais da cidade.<sup>774</sup>

A maior parte dos anúncios relativos à comida era referente aos bolos de São João, talvez porque esse produto, de acordo com Franklin Távora era presença marcante “nas mesas ricas ou ao menos abastadas.”<sup>775</sup>

Bolo este próprio da época dos festejos juninos. Esta receita foi recolhida por Gilberto Freyre e é assim. Ingredientes: uma tigela de massa de mandioca lavada, catorze gemas de ovos, meio quilo de açúcar. Modo de fazer: Quando estiverem os ovos bem batidos, batem-se cento e vinte gramas de manteiga e uma xícara de leite de coco sem água. Junta-se tudo e continua-se a bater até que ligue bem. Vai ao forno regular numa forma untada com manteiga.<sup>776</sup>

<sup>772</sup> O Carapuzeiro 05de julho de 1837

<sup>773</sup> MORAES apud ABREU, Marta Cultura Popular, um conceito e várias histórias. In: Abreu, Martha e Soihet, Rachel, Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003, p 16 disponível em [http://www.museucasadopontal.com.br/sites/default/files/artigos/pdf/Artigo%203%20%20Martha%20Abreu\\_0.doc](http://www.museucasadopontal.com.br/sites/default/files/artigos/pdf/Artigo%203%20%20Martha%20Abreu_0.doc). Acesso em: 14de julho de 2015

<sup>774</sup> MORAIS, Grasiela Florêncio de. A Câmara Municipal do Recife e o controle sobre as práticas cotidianas das mulheres livres, libertas e escravas na primeira metade do século XIX (1830-1850) *sÆculum* - REVISTA DE HISTÓRIA [25]; João Pessoa, jul./ dez. 2011. p. 52

<sup>775</sup> TÁVORA, Franklin. O matuto. *Op. Cit* p.23

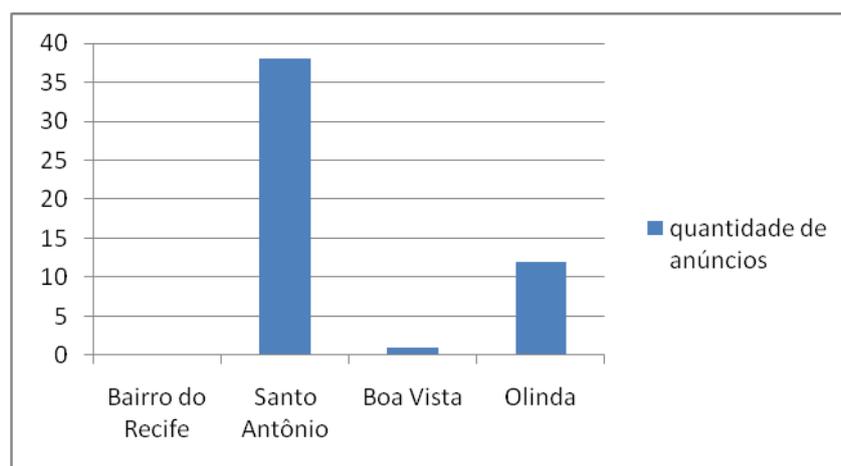
<sup>776</sup> SILVA, Leny de Amorim. **Ciclo junino**. Recife. Prefeitura da Cidade do Recife, 1992, p.83

Na receita imortalizada por Gilberto Freyre, o bolo contava com apenas 5 ingredientes, relativamente comuns no Recife Oitocentista. Entre eles a massa de mandioca, produto de extrema importância na culinária brasileira, uma das bases da alimentação popular. Escolher bem os ingredientes era um dos segredos para um bom bolo. Pelo *Diário de Pernambuco*, em 17 de junho de 1842, registramos que a qualidade era um bom negócio, já que Manoel Joaquim Gonçalves anunciava que vendia na Rua da Cruz, “manteigas próprias para bolos de São João, em consequência de sua boa qualidade, e ter muito pouco sal.”<sup>777</sup>

Um anúncio de bolo publicado no *Diário de Pernambuco* em 7 de junho de 1842 chama atenção para um sério problema: a falta de disponibilidade de alimentos. O anunciante recomenda que "os amantes dos excelentes bolos façam as encomendas com antecedência, visto haver grande falta de ovos."<sup>778</sup> Conseguir os ingredientes poderia ser um problema para o preparo das receitas típicas. Em certos anos, até mesmo a aquisição de alimentos comuns podia ser complicada. Afinal, como afirma Grasiela Moraes a "carestia de gêneros essenciais ao consumo diário da população não era nenhuma novidade na província."<sup>779</sup>

Mesmo com ingredientes tão comuns esse bolo era o diferencial das festas dos mais ricos. A maior parte dos bolos também eram vendidos principalmente no Bairro de Santo Antônio, localizado na área central com uma grande atividade comercial.

**Gráfico 8** – Quantidade de anúncios para venda de bolo de São João por região (1825-1848)



Fonte: Elaborado pela autora

<sup>777</sup> Diário de Pernambuco 17 de junho de 1842

<sup>778</sup> Diário de Pernambuco 07 de junho de 1842

<sup>779</sup> MORAIS, Grasiela Florêncio de. **O "belo sexo"** sob vigilância: o controle das práticas cotidianas e formas de resistência das mulheres pobres livres, libertas e escravas no Recife oitocentista(1830-1850) . Recife: o autor. 2011 p.50

Além do bolo em si, boa parte dos anúncios destacava a ornamentação, e talvez esse fosse o motivo de encomendá-los. O enfeite mais ressaltado nos anúncios era o alfenim. Segundo o pesquisador português Alberto Vieira, esse doce é originário da Ilha de Madeira e conhecido desde o medievo, se disseminou por todo o Atlântico português. O doce se firmou como "o doce mais nobre, servido na casa das famílias importantes, e usado como dádiva nas festas do Divino."<sup>780</sup>

Como afirma Câmara Cascudo, era uma "Massa de açúcar brando, uma das gulodices orientais" feitos de açúcar e água que para formá-lo era preciso passar goma nas mãos para puxar o fio no ponto certo do alfenim. No Portugal e no Brasil o folclorista informa que o delicado doce ganhou "formas humanas, de animais, flores, objetos de uso, vasos, cachimbos, estrelas."<sup>781</sup> Nos anúncios publicados em Pernambuco, a alfenim costumava ter as formas de ramos, flores, capelas e o próprio São João.

**Figura 12** - Bolo enfeitado com alfenim na feira de Alfenique, 2013<sup>782</sup>



Fonte: VIERA, 2015, p. 11

Nos anúncios de comidas, apenas dois ofereciam canjica. Entretanto, segundo o escritor Oitocentista Franklin Távora no seu romance *o Matuto*, esta era "o primeiro prato das mesas grandes e pequenas do norte nessa noite de tão formosas e prazenteiras

<sup>780</sup> VIEIRA, Alberto, *Alfenim da Madeira para o mundo Funchal*. Cadernos de divulgação do CEHA. N.º 8 2015, p.4

<sup>781</sup> CASCUDO, L. da Câmara. *Superstições e Costumes*. São Paulo: Ed. Global, 2002, p

<sup>782</sup> VIERA, Alberto *Op. Cit.* p.11

tradições.”<sup>783</sup> Apesar de amplamente consumido nos festejos juninos, o milho e as comidas típicas dele produzidas eram pouco anunciadas nos periódicos, provavelmente por ser fácil conseguir comprar pelas ruas da cidade. Até porque a colheita do milho coincide com o período desses festejos.

Outra marca registrada dos festejos juninos eram as fogueiras. Jorge Crespo, ao analisar as transformações da festa em Portugal, concluiu que, se houve um relativo sucesso em regulamentar outros hábitos festivos, as propostas para mudança nas festas de junho não tiveram sucesso, a Igreja não conseguiu controlar as fogueiras de São João.<sup>784</sup>

No *Diário de Pernambuco* de 28 de junho de 1845 uma correspondência falava de algumas devotas de São João armaram a sua fogueira na Rua das Hortas, quando passou um policial e embirrou com a fogueira, “o oficialzinho queria mostrar autoridade, e ostentar de chibante apitando então três vezes apareceu uma patrulha à qual passou as instruções.”<sup>785</sup>

Segundo o autor da carta tudo aquilo devia-se a ação dos gabirus e a vizinhança teria ficado assustada “pensando que ia ter alguma desgraça.”<sup>786</sup> Especialmente se pensarmos que a conjuntura política estava muito agitada. Em maio de 1845, uma onda de protestos sucedeu a nomeação de Antônio Pinto Chichorro da Gama. Quando ele chegou ao poder coroou um processo de inversão política que rompeu a hegemonia dos conservadores. Segundo Marcelo Mac Cord, depois da vitória consolidada deram as costas para importantes grupos de trabalhadores nacionais, havendo uma onda de protestos nas ruas do Recife<sup>787</sup>

Os levantes não se encerraram Segundo a mesma carta, o mês de junho estava “tudo em boléus” na cidade, devido a um levante dos gabirus em Afogados que tinha alarmado a todos. Ao verem a patrulha, os festeiros da Rua da Horta devem ter acreditado que a confusão ia recomeçar. Mas o policial apenas se dirigiu a casa que tinha a fogueira na frente e perguntou se a fogueira pertencia a casa, tendo uma resposta negativa, chamou uns pretos para desmancharem a fogueira, e foi então que a pobre gente respirou, vendo que se não tratava de nenhuma desgraça, e que até nem a fogueira era

<sup>783</sup> TÁVORA, Franklin. O matuto. *Op. Cit* p.23

<sup>784</sup> CRESPO, Jorge. As Transformações do Elemento Lúdico em Portugal (Séc. XVIII – XIX)”, **Revista de História Econômica e Social**, nº 25, 1989 p.94

<sup>785</sup> *Diário de Pernambuco* 28 de junho de 1845

<sup>786</sup> *Ibidem*

<sup>787</sup> MAC CORD, Marcelo. TRABALHO, POLÍTICA E DISTINÇÃO SOCIAL EM TRÊS ORGANIZAÇÕES COM GENTE PRETA E PARDA: Recife, década de 1840 in: *Revista Crítica Histórica* Ano III, nº 6, dezembro/2012 ISSN 2177-9961 p.5

desmanchada, porque os negros, vendo que iam trabalhar para o bispo, não quiseram estar pelos autos.<sup>788</sup>

Além das práticas características das comemorações juninas, também encontramos oito anúncios de teatro previstos para acontecer nos dias dos santos. Apesar de ser um número muito reduzido de anúncios, destacavam as representações cívicas em dias de comemorações religiosas. Além da temática cívica, as apresentações de danças e música deviam congregiar alguns grupos que já estavam reunidos para os festejos de São João.

**Quadro 12** – Anúncios no Diário de Pernambuco de espetáculos de teatro nos dias dos Santos Juninos

Ano	Quantidade de anúncios	Festa	Espetáculos
1828	1	São Pedro	Barbeiro de Sevilha Árias
1838	2	São Pedro	A Morte de D. Pedro I
1841	1	São Pedro	Overtura pela orquestra Mágica Negra Viagens de Pedro I, Imperador da Rússia
1842	3	São João	Danças e cantorias
1842	2	São Pedro	30 anos de vida de um jogador Ária Dueto de pistolas pantomima: o alarido na aldeia

Fonte: Elaborado pela autora

Além dos temas políticos, também destacavam danças, músicas e no anúncio de 1841, da representação "Mágica Negra". A apresentação inicialmente estava marcada para acontecer no dia de São João, mas o empresário do teatro anunciou no *Diário de Pernambuco* de 22 de junho de 1841 que iria remarcar o espetáculo, pois "não podem dar espetáculo no meio desta semana, por causa dos costumados festejos de fogo de São João."<sup>789</sup>

Tais práticas de divertimento envolviam barulho e fumaça que poderiam atrapalhar o desempenho de qualquer apresentação teatral. Nesse caso a interferência podia ser pior, pois se tratava de uma apresentação de mágica, que era, de acordo com Wanda Freire, um gênero dramático-musical que tinha no seu traço característico os

<sup>788</sup> Diário de Pernambuco 28 de junho de 1845

<sup>789</sup> Diário de Pernambuco 22 de junho de 1841

aspectos fantásticos.<sup>790</sup> O espetáculo da “Mágica Negra” foi remarcado para o “sábado 26 e terça feira dia de São Pedro, 29” do mesmo ano.<sup>791</sup>

No ano seguinte o empresário resolveu organizar um espetáculo para o dia de São João ao preço de 500 réis a entrada e publicou um anúncio entre 20 e 22 de junho do *Diário de Pernambuco*, o espetáculo era anunciado para acontecer à tarde. O empresário, ao realizar os festejos ainda sob a luz do sol, podia atrair a população para esse espaço de divertimento em um momento do Dia Santo em que a população não estivesse em algum outro rito festivo.

Apesar de serem anunciados apenas uma vez nos dois periódicos analisados, os fogos de artifícios eram um dos destaques da festa e as tentativas de controle a esse hábito foi recorrente no Brasil Imperial e vamos analisá-los no próximo item.

#### 4.3 O Melhor Das Festas: fogos de artifício e tentativas de proibição

Presentes em diversas festividades, não faltavam nas comemorações juninas. Os fogos de artifício faziam parte dos diferentes festejos do Recife Oitocentista. Como o engenheiro francês, responsável pela repartição das obras públicas, Luis Leger Vauthier<sup>792</sup> comentou em seu diário, “Cada Igreja de Pernambuco tem seu santo que é festejado com grande reforço de foguetes e fogos de artifício. Singular maneira de queimar sua pólvora”.<sup>793</sup>

Foguetes e fogos, embora generalizados, eram as práticas de divertimento mais incômodas às autoridades e críticos das festas populares, àqueles que buscavam estabelecer uma nova lógica de festejar pautadas nos princípios da ordem e civilização. Tal tensão se reflete nas fontes que encontramos sobre essas práticas. Nos periódicos, a maior parte das publicações referem-se a críticas e proibições a essa forma tão popular de festejar os santos do ciclo junino. Na documentação policial, diversas ocorrências dizem respeito aos problemas causados pelos fogos.

<sup>790</sup>FREIRE, Vanda. As mágicas e a circularidade. in: ABREU, Martha; LOPES, Antonio Herculano; ULHOA, Martha Tupinambá e VELLOSO, Monica Pimenta (orgs). **Música e História no Longo século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011p.209

<sup>791</sup> Diário de Pernambuco 22 de junho de 1841

<sup>792</sup> Durante o governo de Francisco do Rego Barros, Vauthier comandou a missão responsável por modernizar o Recife no plano material e cultural, mas também aprofundamentos culturais. Vauthier pôs em prática diversas obras que não simplesmente modificaram a estrutura física da cidade, mas também as formas de circulação, de trabalho e de divertimento. Uma obra que exemplifica bem essas mudanças é o Teatro de Santa Isabel. Sua construção foi um marco, significou a criação de um espaço aonde se tinha acesso aos benefícios de atividades culturalmente elitistas.

<sup>793</sup> VAUTHIER, Diário íntimo 3 de janeiro de 1841 in: FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2. ed. -. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960 p.557

Nos festejos juninos, os fogos eram uma ameaça ao que se entendia por sossego público e até para quem os soltava. A fabricação também podia ser perigosa, provavelmente esses riscos tinham mais importância para as autoridades que para os festeiros. Alguns jovens demonstravam sua ousadia jogando com esse perigo, usando-a como uma possibilidade de flerte e divertimento. Esse momento podia ser um dos mais aguardados das noites pelos jovens para mostrar a habilidade com os fogos e impressionar, não só uma admiradora, ou os demais festeiros. Como afirma Jorge Crespo para Portugal, "os jovens encontraram na festa e no jogo os meios propícios à sua afirmação e integração social."<sup>794</sup> E no Brasil, não parece ter sido muito diferente, como afirma o Padre Lopes Gama no *Carapuceiro* do dia 5 de julho de 1837:

é um gosto ver a ânsia e o afã, o garbo, a airocidade, com que sustentam na mão o foguete por largo tempo, faiscando com ele à direita e a esquerda como quem quer por aquele modo oferecer o foguete em obséquio da sujeitinha, que não se desgruda da janela, ou varanda, ainda que o diabólico foguete ameace lhe entrar por casa.<sup>795</sup>

As mulheres também participavam ativamente da prática de fogos, como podemos ler no *Carapuceiro*:

Algumas Senhoras há tão animosas, e coraçudas, que também soltam seu foguete buscapé... Outras são mais pacatas, e contentam-se se soltar seu traquezinho da Índia, sua rodinha, sua pistola.<sup>796</sup>

Muito além dos motivos apontados, muitas mulheres podiam não ter permissão para se aventurar com esses divertimentos no espaço público. A prática de soltar esses fogos também era usada para pregar um susto em alguma autoridade e dessa forma questionar a hierarquia social em um tom cômico. Em 29 de junho de 1826, o Capitão Antônio Manoel de Moraes relatou ao Presidente da Província que tinha conseguido descobrir quem tinha atirado buscapés no Bispo, depois de ter recebido uma denúncia. que teria que haviam atirado buscapés nele.<sup>797</sup> Ao se aproximar para realizar a prisão do Mestre de primeiras letras Tristão Cardins de Oliveira, este teria dito “já sei é por causa dos fogos.”<sup>798</sup>

Pouco depois da prisão do professor, surgiu uma série de regras e críticas ao uso do buscapé. Segundo Martha Abreu, esse tipo de fogos “era o nome brasileiro da bicha

<sup>794</sup> CRESPO, Jorge. **A história do Corpo**. Lisboa: Difel: Difusão Editorial, 1990. p.334

<sup>795</sup> O *Carapuceiro* 05 de julho de 1837

<sup>796</sup> *Ibidem*

<sup>797</sup> APEJE Polícia Militar 01 29 de junho de 1826 f. 39

<sup>798</sup> *Ibidem*

de rabear portuguesa e o mais difundido fogo de artifício das festas de junho.”<sup>799</sup> Diferentes segmentos sociais se envolviam em batalhas com os fogos que ao ser solto fazia uma trajetória horizontal perseguindo pelo deslocamento do ar quem os evitava. Segundo o Padre Lopes Gama,

Ora, de todos estes regozijos o único perigoso, e péssimo é o dos foguetes chamados buscapés, porque é um folgo solto e violento que tem produzido inumeráveis desgraças: mas baldado é pregar ao Povo, que se deve abster de uma espécie de divertimento, d’onde tem resultado tão funestas consequências<sup>800</sup>.

A repressão aos fogos foi comum em vários lugares do Brasil Imperial. Segundo Martha Abreu, os fogos eram proibidos, "visando prevenir os incêndios e danos pessoais, especialmente às vidas dos habitantes da cidade.”<sup>801</sup> No código de posturas de 1831 proibia-se a sua fabricação dentro da cidade e nos seus arrabaldes, bem como o uso de “roqueiras, fogos soltos e de bombas, assim como os fogos do ar, proibidos desde o toque de recolher até a alvorada.”<sup>802</sup>

A situação político-social de Pernambuco agravava as restrições a esse tipo de divertimento. Entre os anos de 1832 e 1835, em plena conjuntura de conflitos e contestações, marcados pela abrilada, carneiradas e cabanada<sup>803</sup>. Wellington Silva mostrou que enquanto durou a cabanada “diversas posturas municipais e editais tentaram normatizar ainda mais o dia a dia da população - principalmente com o intuito de evitar que os recifenses pudessem de alguma forma, auxiliar os rebeldes.”<sup>804</sup>

Um edital que tinha claramente esse intuito foi publicado em 27 de janeiro de 1834, por Manoel Carvalho Paes de Andrade, então Vice-Presidente da Província. Ali era proibida a venda de salitre ou enxofre a fim de continuar o fabrico de pólvora enquanto durasse a revolta, “visto que dele tem tirado proveito os malvados Cabanos.”<sup>805</sup> Os fogos tornavam-se mais perigosos frente aos desvios da pólvora usada para sua fabricação. No dia seguinte, era publicado no Diário de Pernambuco outro edital proibindo a venda de pólvora seja a grosso ou a miúdo e de soltarem-se buscapés.<sup>806</sup>

<sup>799</sup> ABREU, Marta. **O Império**. *Op.*, *Cit.* p.221

<sup>800</sup> O Carapuceiro 05 de julho de 1837

<sup>801</sup> ABREU, Marta. **O Império**. *Op.*, *Cit.* p.221

<sup>802</sup> Diário de Pernambuco 09 de dezembro de 1831

<sup>803</sup> um movimento de caráter absolutista e restaurador, que se desenrolava no interior e resistiu por mais de três anos

<sup>804</sup> SILVA, Wellington Barbosa da. Entre a liturgia e o salário *Op.* *Cit.* pp.20-21

<sup>805</sup> Diário de Pernambuco 29 de janeiro de 1834

<sup>806</sup> *Ibidem*.

Diversas normas foram publicadas no ano de 1834, proibindo os fogos e a circulação da pólvora. Um edital que foi publicado em junho pelo Juiz de Paz do Distrito do Colégio, na Freguesia de Santo Antônio, proibia a venda de pólvora e de soltarem-se foguetes de ar e buscapés, além do fato que denunciava “não obstante a dita proibição, tem continuado o uso de tais foguetes.”<sup>807</sup>

Um ano antes, o redator do periódico *Simplício Pernambucano* publicou uma correspondência no *Diário de Pernambuco* de 13 de julho de 1833, que começava com o seguinte questionamento: "Quando se deixarão os nossos Patrícios de brinquedos bárbaros como os buscapés e o entrudo? Quando terá esta gente juízo? Parece-me ouvi-lo dizer -nunca, nunca."<sup>808</sup> O redator do *Simplício Pernambucano* relatou um dos casos que se presenciara na:

...antevéspera de São João: uns matutos que saiam com um comboio, no aterro dos Afogados soltaram um foguete, que introduzindo entre os animais que iam carregados, os fez espantar, atirarem com as cargas ao chão, e fugirem, ficando os pobres matutos a chorar."<sup>809</sup>

Além dos problemas da violência e "barbaridade", o redator do *Simplício Pernambucano* afirmava na mesma correspondência que muitos que reclamam de sérios problemas financeiros, gastam com os foguetes buscapés, afirmando que: “A um vi eu soltando fogo, e me consta fizera umas poucas de dúzias, que dias antes lamentava a sua sorte por quase nada vender em suas casas de negócios”<sup>810</sup>

Os gastos com os divertimentos podiam implicar em dívidas para parte da população e esse era outro argumento comum para as autoridades que tentavam restringir essas práticas no século XIX, não apenas no Brasil. Como afirma Jorge Crespo "De fato, os excessos a que se entregavam as populações durante as festas eram severamente condenados pelas autoridades civis e eclesiásticas, por motivos econômicos, políticos e morais."<sup>811</sup>

Além dos danos físicos e econômicos causados aos trabalhadores responsáveis por trazer os produtos para o Recife e prejudicado alguma carga de exportação ou o abastecimento da própria cidade. A escolha desse caso em que os buscapés causaram danos violentos e visa convencer sobre a necessidade de parar com essa prática.

<sup>807</sup> SILVA, Wellington Barbosa da . Entre a liturgia e o salário Op. Citp,21

<sup>808</sup>Diário de Pernambuco, 13de julho de 1833

<sup>809</sup> *Ibidem.*

<sup>810</sup> *Ibidem.*

<sup>811</sup> CRESPO, Jorge. As Transformações Op. Cit. p.91

Segundo Martha Abreu, os fogos eram proibidos, "visando prevenir os incêndios e danos pessoais, especialmente às vidas dos habitantes da cidade."<sup>812</sup>

Ressaltar os danos físicos e econômicos causados aos trabalhadores responsáveis por trazer os produtos para o abastecimento do Recife, parecia ser uma forma de tentar sensibilizar a população. O redator do *Simplicio Pernambucano* afirmava que "quando as leis forem ásperas nos castigos e fielmente executadas; então e só então, perder-se-ão certos costumes inveterados e teremos boa polícia em Pernambuco."<sup>813</sup>

As várias leis não garantiam que tais proibições fossem aplicadas. Como afirmava o Padre Lopes Gama, "muitas vezes os que compõem as Rondas são os primeiros soltadores"<sup>814</sup> dos perigosos fogos. Apesar do montante de leis e regras que deveria ser cumprido, como afirma Thomas Holloway "a polícia também praticou repetida e inequivocamente atos para os quais não havia base legal."<sup>815</sup> Os buscapés eram tolerados por boa parte das autoridades que aplicavam a lei em Pernambuco.

Na década de 1830 a documentação da Prefeitura de Comarca, uma instituição policial estadual,<sup>816</sup> registrou em alguns de seus relatórios ocorrências devido a problemas com fogos de artifício. Em 20 de junho de 1838, por exemplo, crioulos moradores da Freguesia de São Pedro resolveram fabricar "ocultamente" fogos dentro de uma loja. Após concluírem tal feito sem interferência policial, resolveram soltar um buscapé na porta da loja. As consequências vieram logo com o incêndio de móveis e roupas. O incêndio chamou atenção e levou o Prefeito da Comarca até o local para analisar o problema. Entretanto, o registro na documentação policial não fala em punições para os que fabricaram os fogos.<sup>817</sup>

Em 13 de junho de 1839, no dia de Santo Antônio, houve um incêndio na casa de um fogueteiro de Afogados. Provavelmente, na correria de atender aos pedidos esqueceu-se de alguma segurança básica para o trabalho com fogo.<sup>818</sup> Nesse mesmo ano, o pardo José da Costa Sacramento foi preso por fabricar fogos dentro da Igreja do Rosário, às vésperas do dia de São João.<sup>819</sup> A resignificação do espaço sagrado para o

<sup>812</sup> ABREU, Marta. O Império. *Op. Cit.* p.221

<sup>813</sup> Diário de Pernambuco, 13 de julho de 1833

<sup>814</sup> O Carapuceiro, 05 de julho de 1837

<sup>815</sup> HOLLOWAY, Thomas H.; Fundação Getúlio Vargas.. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 25

<sup>816</sup> Criada em 1836 por uma lei estadual, os prefeitos de comarcas "deveriam ser os principais responsáveis pela política de segurança pública – devendo velar pela manutenção da ordem e pela tranquilidade pública nas suas comarcas" SILVA, Wellington. *Op. Cit.* p.165

<sup>817</sup> Prefeitura de Comarca 7 29 de junho de 1838

<sup>818</sup> Prefeitura de Comarca 9 13 de junho de 1839

<sup>819</sup> Prefeitura de Comarca 9 22 de junho de 1839

fabrico de um divertimento, indica que muitos populares devem ter escolhido lugares inusitados que passavam despercebidos pelas patrulhas.

Ocasionalmente alguns foram presos por soltar fogos, como ocorreu na noite de 23 de junho de 1836, com “29 indivíduos, por haverem soltado fogo, proibido pelas Posturas da Câmara Municipal desta Cidade”.<sup>820</sup> Imagino quantos não deviam estar soltando os fogos para que a polícia conseguisse prender esse número de pessoas em uma única abordagem.

Em 24 de junho de 1836, João, escravo de Manoel Antonio Correia, foi preso por soltar buscapés fora de portas, região entre Recife e Olinda, na manhã de São João.<sup>821</sup> Muitos soltavam fogos na região conhecida por “Fora de portas”, por ficar no limite de uma região portuária, com poucas construções, costumeiramente frequentada por escravos e homens livres pobres. O francês Vauthier, que circulava por vários espaços da cidade, ao passar na noite de São João de 1841 registrou em seu diário:

Fora de Portas. Admirável maneira de fazer o policiamento. Afastam negros inofensivos para deixar o campo livre aos filhinhos de papai que querem se divertir.<sup>822</sup>

Uma detenção pelo seu fabrico gerou controvérsias sobre a aplicação das proibições da década de 1830 no Recife. Uma correspondência publicada no *Diário de Pernambuco*, no dia 04 de julho de 1840 contou que ao meio dia de 23 de junho, em sua venda de molhados, acompanhado do comissário e da tropa, Rodolfo Barata de Almeida apreendeu 35 dúzias "de fogos soltos vulgarmente chamados buscapés, que nessa ocasião eu estava escorvando."<sup>823</sup> Eram fogos suficientes para fazer uma batalha de buscapés em uma das ruas do Recife, mas ele dizia ser apenas para o seu divertimento.

Além do confisco, também teriam Amorim preso por vinte e quatro horas, o que ressaltou em sua correspondência não ser uma justificativa aceitável para retenção de sua liberdade: "o fabrico de buscapés!!!!"<sup>824</sup> Para justificar a sua versão, Amorim resolveu questionar publicamente a ação em sua correspondência, buscando convencer a opinião pública do abuso de autoridade, usando como argumento a legislação:

Onde há lei que impõe a pena de perda desse fogo fabricado, e de prisão ao fabricante? O título 8º das Posturas da Câmara Municipal, que regula esta

<sup>820</sup> Prefeitura de Comarca 1 24de junho de 1836.

<sup>821</sup> Prefeitura de Comarca 9 24de junho de 1839

<sup>822</sup> VAUTHIER, Louis-Léger. Diário pessoal. In: PONCIONI, Cláudia. Pontes e ideias: LouisLégerVauthier, engenheiro francês fourierista. Recife: Cepe, 2010. p. 61-265. p. 207

<sup>823</sup> Diário de Pernambuco 04de julho de 1840

<sup>824</sup> *Ibidem*

matéria, apenas nos impõe a multa de 20\$000 réis, aos fabricantes de fogos artificiais dentro da cidade e no \$7 a multa de 4\$000 réis aos que largam fogos soltos ou buscapés.<sup>825</sup>

A postura a qual ele faz referência proibia a venda de pólvora dentro da cidade, obrigando os fabricantes a instalarem suas fábricas em lugares remotos e com licença da Câmara. Mas as pessoas não deixaram de fabricar fogos dentro da cidade, em locais inapropriados e potencialmente perigosos, como uma taberna. Um lugar onde a venda e manuseio de álcool era frequente e qualquer faísca poderia causar um grave acidente não era motivo para prisão.

Amorim ainda questionava no jornal as intenções de sua retenção, pois dizia que muitos fabricaram fogos soltos para os divertimentos do “dia de São João” sem nem sequer serem punidos com as multas previstas nas posturas municipais.<sup>826</sup> José Maria de Amorim afirmava ainda que sua prisão na verdade se devia a antigas desavenças entre ele o fiscal: “Não admira que o Fiscal, dando largas a seus rancores, procurasse contra mim qualquer meio de vingança tão ignóbil como este...”<sup>827</sup>. Um tempo antes da prisão o fiscal teria aplicado multas por uma escrava sua que vendia mocotó<sup>828</sup> na sua venda. Uma inimizade podia realmente ser motivo para se chegar a uma prisão, mesmo que seja por uns fogos de artifício.

O debate continuaria nos jornais com a resposta de Rodolfo João Barata de Almeida numa correspondência publicada no *Diário de Pernambuco* de 6 de julho de 1840, no dia 22 de junho do mesmo ano, o vereador Francisco Carneiro Machado Rios procurou o fiscal da freguesia do Recife, Rodolfo Barata de Almeida, na casa da Câmara, para comunicar que havia sessenta barris de pólvora na taberna de José Maria de Amorim Junior, fabricante de fogos.

No mesmo dia, enquanto ia para casa, o fiscal passou na Rua do Caldeireiro, confirmou a denúncia e não fez nada. Na véspera de São João, o fiscal afirmou na correspondência que voltou "a observar a mesma sem cerimônia do Amorim em manusear a pólvora". Resolveu dirigir-se ao Senhor Prefeito de Comarca, autoridade responsável pelo policiamento do cotidiano no período, pedindo providências sobre um ato tão escandaloso e perigoso à vizinhança daquela rua.”<sup>829</sup> Ainda pelo *Diário de*

<sup>825</sup> Diário de Pernambuco 06de julho de 1840

<sup>826</sup> *Ibidem*

<sup>827</sup> Diário de Pernambuco 04de julho de 1840

<sup>828</sup> Ensopado feito a partir do pé do boi e feijão

<sup>829</sup> Diário de Pernambuco 06de julho de 1840

*Pernambuco* de 6 de julho de 1840, um comissário de polícia, junto com a tropa, levou Amorim preso, tendo o fiscal acompanhado tudo de perto.

Rodolfo João Barata de Almeida escreveu ao jornal para explicar que a prisão não tinha a ver com antigas desavenças, mas que não realizou flagrantes em outras pessoas que fabricavam fogo, pois haviam feito "foguetes em suas casas particulares onde o Fiscal não tem inspeção imediata."<sup>830</sup>

As casas eram espaços privados e os responsáveis pelo policiamento dos espaços públicos precisavam respeitar o espaço das casas. A seção VI do código criminal de 1830 proibia a entrada de uma autoridade pública na casa de cidadãos, sem a prévia autorização.<sup>831</sup> Já nas "casas públicas de estalagem, e de jogo, e as lojas de bebidas, tabernas, e outras semelhantes"<sup>832</sup>, o código criminal autorizava a entrada das autoridades enquanto estivessem funcionando.

A polícia de Pernambuco, ao que tudo indica, respeitava os espaços privados. E a desconfiança quanto aos buscapés costumava aparecer quando algo mais sério decorria desse divertimento.

Na década de 1840 as proibições aos fogos foram reiteradas por uma postura da Câmara Municipal do Recife. Mas o debate sobre os limites e problemas destas proibições foi parar na Assembleia Provincial, onde se chegou a propor a sua revogação já que isso prejudicaria um dos ramos das indústrias que trabalhava com a pólvora e que tinha um grande valor comercial. Ao que parece, as revogações das posturas mais restritivas levavam a uma grande corrida aos buscapés. Os jornais, como o *Diário Novo* de 02 de julho de 1846, geralmente condenavam tais práticas, motivados pelos acontecimentos das festas juninas. Segundo o *Diário Novo*, as

...praças e ruas tornaram-se perigosas para quem as transitava parecia um combate encarniçado em que não se dava quartel nem aos mesmos indiferentes! Os buscapés cruzando-se em todas as direções, entravam pelas janelas das casas ofendendo a quem nelas se achava, ou acometiam as pessoas que passavam, causando-lhes dano no corpo ou no fato. A

<sup>830</sup> *Ibidem*

<sup>831</sup> A entrada em uma casa sem o consentimento de quem nela mora poderia levar a prisão de dois a seis meses e uma multa correspondente á metade do tempo Não sendo punível a entrada por causa de incêndio ou ruína, inundação, por ter havido um pedido de socorro, ou de se estar na casa cometendo algum crime de violência contra pessoa. A entrada na casa de dia poderia levar a uma pena de um a três meses e multa correspondente á metade do tempo. Sendo permitida a entrada na casa do cidadão de dia nos casos em que se permute de noite, em casos de flagrante delito, ou seguindo-se um réu em flagrante, ou quando em conformidade com a lei precisa-se proceder a prisão de algum delinquente ou mesmo a apreensão de objetos conseguidos por meios criminosos, para a "investigação de instrumentos, ou vestígios de delito, ou de contrabandos, e á penhora, ou sequestro de bens, que se ocultam, ou negam. Seção VI do código criminal de 1830

<sup>832</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1830 , Página 142 Vol. 1 Art 214

Malvadeza aproveitou também este ensejo. Arroujou-se mui de propósito o tal fogo para dentro das carruagens onde iam senhoras e meninos."<sup>833</sup>

A publicação questionava o fato de a revogação da postura adicional para proteção da indústria não dar motivo para se acreditar que "ela autorizasse o uso de fogo solto nas ruas e praças mais frequentadas da cidade."<sup>834</sup> A rua era um lugar importante para os divertimentos, e, na lógica dos legisladores, era preciso que o espaço público mostrasse a "civildade" que se buscava implementar na sociedade. Além disso a publicação do *Diário Novo*, novamente comparou os buscapés ao Entrudo, afirmando que este há dois anos este ia se extinguindo: "já hoje os mais destros atiradores de limas, de água, de pós, etc., etc, dizem que esse brinquedo é só próprio de gente bruta."<sup>835</sup>

Na mesma publicação ressalta que os buscapés "não menos grosseiro e perigoso do que aquele - o fogo solto que se costuma atirar nas vésperas e nos dias de Santo Antônio, São João, São Pedro e Santa Ana."<sup>836</sup> O grande desafio das autoridades era apresentar um espetáculo de fogos de artifício condizente com os valores civilizatórios que se buscava implementar, sem a liberdade perigosa dos buscapés dos festejos juninos. Na publicação ressaltava-se que não é apenas em Pernambuco que tais costumes impróprios persistem:

Entre os povos que se dizem mais civilizados existem ainda certos usos e costumes que são impróprios do grau de civilização a que eles pretendem ter chegado: é para assim dizer um protesto da barbaridade contra os progressos do século.<sup>837</sup> Na Península Ibérica destaca os combates de touro. Entre os Ingleses destaca os *coq'sfight* e o *John Bull*. Esse tipo de comparação também estava presente em outros lugares, como Rio de Janeiro e Lisboa. Os buscapés, combates de touro, *coq'sfights* e *John Bull* possibilitavam uma vivência de grande parte da população, criando laços de identidade. Eram dias de grande "exaltação coletiva", embora sempre preocupassem as autoridades.

Em Portugal, Jorge Crespo ao analisar o combate de touros, concluiu serem divertimentos que cada vez menos se ajustavam às qualidades da sociedade, ainda que fossem a única parte de algumas festas onde havia a participação ativa da maioria da população.<sup>838</sup> Segundo ele, "a ideia generalizada era a de que qualquer lei a publicar

<sup>833</sup> Diário Novo, 02de julho de 1846

<sup>834</sup> *Ibidem*

<sup>835</sup> *Ibidem*

<sup>836</sup> *Ibidem*

<sup>837</sup> Diário Novo, 02de julho de 1846

<sup>838</sup> CRESPO, Jorge. **A história** *Op. Cit* p.279 a 308

sobre o assunto se revelava inútil, por ser contrário aos desejos da grande maioria da população."<sup>839</sup>

Em Pernambuco a situação parecia ser semelhante. Buscava-se fazer desaparecer algumas manifestações populares, mas a população continuava a se divertir com essas práticas na primeira metade do século XIX. Segundo *O Carapuceiro*: “Só a instrução, só a civilização podem ir manso e manso descreditando estas e outras usanças bárbaras, que recebemos de nossos avós.”<sup>840</sup>

Sem dúvida, esse processo foi lento e, por vezes, não aparentava surtir efeito. No Recife, o mundo novo mesclava-se com o antigo e o interesse em mudar algumas destas formas tinha pouco alcance. O Periódico *O Foguete*, argumentava que soltar os fogos era costume das comemorações dos três santos juninos e “consentido de tempos imemoriais.”<sup>841</sup>

Apesar de vários hábitos discutidos até essa parte do capítulo fazerem parte do divertimento de diversas classes, há algumas peculiaridades dos festejos dos escravos e homens livres pobres que nos levou a escrever um item específico sobre a sua forma de celebrar os festejos juninos.

#### 4.4 São João Dos Pobres E Pretos Também?

Os homens livres pobres e escravizados também festejaram os santos juninos dentro e foras da Igreja. No relato do *Carapuceiro* sobre o São João, depois de uma descrição de mais de três páginas sobre a festa, encontramos um curto parágrafo sobre a participação das camadas populares. Para o Padre Lopes Gama: “A gente do miuçallo não deixa de festejar o São João a seu modo.”<sup>842</sup>.

Os festejos religiosos de escravizados e homens livres pobres para São João, no Recife da primeira metade do século XIX, está entre os mais difíceis de serem estudados. Encontramos esparsas informações no curto relato do Padre Lopes Gama, em documentos policiais, judiciais, nas obras do nosso já conhecido Pereira da Costa e nos textos de Franklin Távora: a publicação sobre a Cruz do Patrão no *periódico Ilustração Brasileira* de 1877, em trechos do romance *Matuto*.

---

<sup>839</sup> *Ibid.*, p.282

<sup>840</sup> *O Carapuceiro* 05 de julho de 1837

<sup>841</sup> *O Foguete* 29 de junho de 1844

<sup>842</sup> *O Carapuceiro*, 05 de julho de 1837

Se alguns podiam optar por voltar para casa, outros resolviam frequentar os espaços de sociabilidade dos arredores das igrejas. Um dos espaços mais aproveitados pelos populares eram as vendas e botequins. Segundo Wellington Silva, esse eram “espaços de convivência e também dentro das limitações da época, de lazer para a imensa maioria da população recifense.”<sup>843</sup> Nesses locais, os populares aproveitavam as horas de descanso para jogar, conversar sobre o que acontecia ou simplesmente “afogavam as mágoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano.”<sup>844</sup> As tabernas e vendas eram um espaço potencialmente perigoso, parte imprescindível do mundo de lazer popular e as proibições não conseguiam desfazer essa realidade.

Os escravizados também aproveitavam e frequentavam os espaços nas festas juninas. Pelo que ficamos sabendo por um anúncio publicado na seção Escravos fugidos do *Diário de Pernambuco* de 27 de junho de 1842, Joaquim um cativo da nação Cabinda fugiu do seu Senhor, que morava na Rua do Trapiche, no dia 19 de junho, em período de comemoração dos santos juninos. No dia de São João, teria aproveitado a festa para entrar numa venda na Passagem da Madalena, mesmo sabendo do risco de ser reconhecido e capturado. Nesse momento alguém o identificou e o cativo foi então perseguido até conseguir se esconder em Areias.<sup>845</sup>

---

<sup>843</sup> SILVA, Wellington Barbosa da. Cada taberna nesta cidade é um quilombo...” repressão policial e resistência negra no Recife oitocentista in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de **História do mundo atlântico: Ibéria, América e África: entre margens do XVI ao XXI**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. p.183

<sup>844</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque** 2ª ed. Campinas. Editora da UNICAMP, 2001 p.257

<sup>845</sup> Diário de Pernambuco 27 de junho de 1842

**Figura 13 - Venda no Recife**

Fonte: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. Viagem pitoresca através do Brasil. [gravura 76]<sup>846</sup>

As vendas nesse período, mesmo sendo um recinto privado, não eram isoladas, como podemos perceber na figura acima. Eduardo França Paiva afirma que “Rugendas compôs uma cena idealizada, mas a partir daquilo que ele costumava ver no Recife, no Rio de Janeiro, nas Minas Gerais.”<sup>847</sup> Pela sua imagem podemos perceber diversas situações de sociabilidades comuns no Brasil do século XIX: alguns negros conversam, outros descansam do trabalho, enquanto que uma mulher aparece no chão da porta. Dentro do espaço da venda alguns homens conversam, entretém-se com um menino.

Enquanto o frade, dentro da venda, leva a boca um copo com refresco, água, ou até mesmo um pouco de vinho, na rua, mais precisamente na esquina, uma mulher negra parece vender um colar à sinhazinha que se encontra na sacada da parte superior do sobrado. Pausa para os prazeres mundanos lá dentro, circularidade de culturas cá fora.<sup>848</sup>

As vendas e tabernas eram espaços de divertimentos da cidade tidos como potencialmente perigosos. Como afirma Wellington Silva nas “tabernas, a cultura do branco pobre se entrelaçava com a cultura do negro (escravo ou livre).”<sup>849</sup> As tabernas estavam cotidianamente cheias de “homens comuns”, afinal esse era um dos lugares em que transcorriam as atividades lúdicas da população pobre. As sociabilidades nesses

<sup>846</sup> EROY, Laurent. *Venda a Reziffé*. Paris, França: Lith. de Thierry Frères, [1835]. 1 grav. pb. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon94994/icon94994\\_151.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_151.jpg)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

<sup>847</sup> PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 p.63

<sup>848</sup> *Ibid.* p.64

<sup>849</sup> SILVA, Wellington Barbosa da. *Cada taberna Op. Cit.* P.183

pontos de encontro também eram características das festas juninas.

Foi também na manhã de 13 de junho de 1844, após a missa, que várias pessoas pararam na venda de Manoel Pequenino, segundo o *Diário de Pernambuco*, localizada na loja n.4, ladeando a Igreja do Terço, muito além de comercializar secos e molhados, também oferecia outros produtos como bilhetes de Loteria<sup>850</sup> e alguns periódicos ligados às disputas políticas daquele ano, como por exemplo o *Nazareno* e o *Tribuno*.<sup>851</sup> É bem provável que muitos que compravam os periódicos falassem também sobre as disputas entre praieiros e gabirus. Como afirma Maria Alexandre Lousada, as épocas de transformação são geralmente acompanhadas de politização intensa, então “o poder está em jogo em todo o lado, os diversos espaços da vida social politizam-se.”<sup>852</sup>

Como já vimos, essa região era um ponto de encontro para os populares. Manoel Pequenino devia ter se preparado para receber muita gente em sua venda, afinal em época de festa de santos juninos o fluxo de pessoas aumentava. Talvez fosse um dos taverneiros devotos que, como afirma Pereira da Costa, ornamentava o estabelecimento em homenagem a Santo Antonio<sup>853</sup> e no dia de festa colocava o santo

no centro das últimas prateleiras da armação ficando em frente à entrada, deixando ver a imagem através de uma vidraça e completamente sitiada por louça ordinária, garrafas e gêneros de toda espécie.<sup>854</sup>

Se os ajuntamentos públicos aconteciam todos os dias na dura luta pela sobrevivência, em dias santos, como sublinha Denise Moura, “eram muito mais consistentes e demorados”.<sup>855</sup> Entre os populares que estavam na venda de Manuel Pequenino, alguns foram testemunhas em uma Queixa Crime sobre uma confusão que aconteceu depois da missa festiva para Santo Antônio, pelo que ficamos sabendo pela documentação do Tribunal da Relação.<sup>856</sup>

Entre outros, estavam dentro da venda Jozé Julião Camilo Luis, Manoel Teixeira dos Reis Cavalcante e José Malaquias da Fonseca. Manoel do Nascimento Pinheiro, que

<sup>850</sup> No *Diário de Pernambuco* de 18/08/1848 anunciava-se que os bilhetes da 18ª loteria do teatro no pátio do terço na venda do Sr. Manoel Pequenino

<sup>851</sup> Talvez alguém próximo a Antônio Borges da Fonseca, editor do *Nazareno* e importante líder do Movimento Praieiro frequentasse aquele ambiente, combinado a venda nesse local e depois anunciado no *Diário de Pernambuco*.

<sup>852</sup> LOUSADA, Maria Alexandre. *Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias 1760-1834 Penélope*, 1998 p.149

<sup>853</sup> Segundo Pereira da Costa era comum que vários taverneiros realizassem tais práticas no dia do santo Antônio, alguns até para solenizar com mais esplendor soltavam foguetes durante todo o dia.

<sup>854</sup> COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v.6 Op. Cit* p.188

<sup>855</sup> MOURA, Denise. *Sociedade movediça Op.Cit* p.206

<sup>856</sup> IAHGPE Queixa Recife 1844 Segundo Cartório do Crime Comarca do Recife Autor Manoel do Nascimento Pinheiro Réu: José Malaquias da Fonseca fls. 12v/13

havia saído da celebração religiosa, entrou na venda e encontrou José Malaquias da Fonseca. Tiveram uma discussão que chamou a atenção de várias pessoas que estavam nos arredores, como a do sapateiro Manoel da Conceição<sup>857</sup> que ao encontrar um soldado da sua companhia parou para conversar e ouviu Manoel de dentro da venda chamar José de ladrão, porque não pagava o que lhe devia, ocorrendo então uma briga entre os dois.

Os dias de festas eram dias de muitos conflitos também. As angústias do dia a dia desses populares eram o assunto nos dias de festa, ao menos na parte da manhã, enquanto a empolgação da festa ainda não havia impregnado a todos. Após a confusão na parte da manhã é bem provável que esses homens tenham ido para além da enorme circulação por variados espaços da cidade em dias de festejos religiosos e profanos que se realizavam na cidade para Santo Antônio, os homens comuns soltavam "bombas, e disparam ronqueiras, e bacamartes." Segundo o Padre Lopes Gama,<sup>858</sup> As ronqueiras eram "uma pequena peça feita de um cano de espingarda ou pedaço de ferro cheio de pólvora, preso a um toro de madeira, que detonava em um vivo estrondo."<sup>859</sup> Já o bacamarte era uma arma de fogo curta.<sup>860</sup>

Em uma Apelação Crime sobre uma morte ocorrida no Capim de Cheiro em 1852, uma das testemunhas andava com a vítima, mas não se assustou ao ouvir "adiante um tiro". Como era dia de Santo Antônio, "o tiro não lhe causou espanto."<sup>861</sup> O depoimento da testemunha acena para o fato de que o costume dos tiros de ronqueiras e bacamartes era uma prática corriqueira nas festas.

Os rituais das trocas de tiros deveriam ser semelhantes ao descrito por Távora na sua descrição da festa de São João:

meninos descalços, rodeavam Saturnino, que de quando em quando, cantarolando e pulando de alegria, descarregava um clavinote, em honra do santo folgazão. A estes tiros, soltados no terreiro, respondiam outros, também de armas de fogo, com que habitantes dos vales e da beira dos caminhos davam notícias suas. Trocavam assim os vizinhos, através de suas distâncias, seus cumprimentos e as demonstrações do seu inocente prazer.<sup>862</sup>

---

<sup>857</sup> *Ibidem*

<sup>858</sup> O Carapuceiro, 05 de julho de 1837

<sup>859</sup> ABREU, Martha. *Império Op. Cit.*, p.220

<sup>860</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

<sup>861</sup> Memorial da Justiça Recife 1861 Apelação Crime, Apelante Ignácio Gomes Marinho (Caixa Recife 1848-1878 CR) f.28v

<sup>862</sup> Távora, Franklin. **O matuto**, p.23

No São João dos populares, segundo o *Carapuceiro*, as festas eram celebradas com capelas com folhas e flores e canções ao som de cantarolas, dançavam a noite inteira e cantavam canções como: “Acordai, acordai/Acordai João,/Ele está dormindo/Não acorda, não”<sup>863</sup> Segundo Pereira da Costa, “capela” era o nome dado ao grupo de “festejos populares sanjoanescos” que marchavam para o milagroso banho em animadas passeatas. E na volta cantavam com os tradicionais versos “É de São João; É de cravos, é de rosas, É de manjeriço.”<sup>864</sup>

Pelo que sabemos por Pereira da Costa, os “banhos” ocorriam em “fora de portas” ou na Cruz do Patrão. Esses lugares gozavam na noite de São João da particular virtude: davam “felicidades e venturas.”<sup>865</sup> A Cruz do Patrão está situada em um istmo entre Recife e Olinda, como descreve Távora: “é uma cruz de pedra; está colocada no cimo de elevada coluna e serve para indicar aos navegantes o poço onde surgem os navios.”<sup>866</sup>

**Figura 14** - Prospecto da Vila de Santo Antônio do Recife



Fonte: Extrato de planta e prospecto da Villa De S. Antonio Do Recife<sup>867</sup>

Segundo Pereira da Costa, este último banhado pelas águas do rio e do mar, também se enterravam os pretos Novos e se executavam as penas capitais impostas aos militares.<sup>868</sup> Franklin Távora escreveu para o periódico da corte *Ilustração Brasileira* uma série sobre as “lendas e tradições populares do Norte,” entre as colunas escreveu um artigo sobre a Cruz da Patrão, onde trouxe uma lenda sobre esse lugar. Se as famílias de elite aproveitavam as noites dos Santos juninos para descobrir o futuro por jogos, superstições e rezas, Távora relata na coluna sobre a Cruz de Patrão fez outro uso do misticismo, associando-a a fé e a religiosidade afro-brasileira nas noites do São João.

<sup>863</sup> O Carapuceiro 05de julho de 1837

<sup>864</sup> COSTA, F.A. Pereira da . Vocabulário Pernambucano *Op. Cit.* p. 195

<sup>865</sup> *Ibid.* p. 181

<sup>866</sup> Ilustração Brasileira 1 de março de 1877

<sup>867</sup> PLANTA E PROSPECTO DA VILLA DE S. ANTONIO DO RECIFE, AHEx , Seção de Acervos Cartográficos, 01.02.0062

<sup>868</sup> COSTA, F.A. Pereira da .Anais Pernambucanos v.7 *Op. Cit.* p. 362

Segundo o autor, que segundo ele por muito tempo se acreditava que quem passasse ouviria “gemidos angustiosos, veria almas penadas ou seria perseguido de infernais espíritos”, por ser um lugar deserto ocasionalmente ocorriam mortes nesse local, o que reforçava as lendas, mas as bruxarias e tradições de espíritos infernais, onde “os feiticeiros iam celebrar seus sortilégios em noites de São João.”<sup>869</sup> Em uma dessas ocasiões em que estavam na “sessão anual”, cada um com flores de arruda, que segundo a crendice dava flores a meia-noite e eram usadas para as bruxarias dos feiticeiros:

A meia noite começou a chora dos mandingueiros. Tripudiavam estes a roda da Cruz, rezando orações de tenebrosa virtude. O rei das trevas não se fez esperar muito tempo. Tinha a forma de um animal desconhecido. Era preto como carvão. Os olhos acesos despediam chispas azuis. Brasas vivas caíam-lhe da boca escancarada e ameaçadora. Pela garganta se lhe viam as entranhas onde o fogo fervia. A visão horripilante a todos meteu horror.<sup>870</sup>

Eivado dos preconceitos característicos do século XIX, pelas religiões negras, a descrição do “rei das trevas” em forma de um animal eram uma característica das representações das imagens de Exu nas encruzilhadas do Atlântico. Segundo Vagner Gonçalves da Silva, desde o século XVI o Exu era “pintado nas gravuras europeias como um ser antropomórfico (com chifres, rabo e patas de porco ou bode) ou um ‘cão negro’<sup>871</sup>. No século XIX,

continuou sendo condenado, desta vez pela crítica da modernidade que se colocava contra o pensamento mágico presente, sobretudo nas religiões de possessão, de consagração de “deuses objetos” (“animistas”) e de exaltação do corpo, da música e da dança para expressar o sagrado. Religiões que não passaram pelo processo da secularização, burocratização e “desmagização” foram vistas como especialmente antagônicas ao desenvolvimento da modernidade, mesmo que ciência e religião tenham se constituído como esferas autônomas.<sup>872</sup>

Os frequentadores desse ritual na Cruz do Patrão foram estereotipados. Segundo o texto de Távora: “Entre os que tinham ido tomar mandinga achava-se uma negra de grosso toutiço e largas ancas, que lhe davam a forma de tanajura.”<sup>873</sup> A construção da imagem da negra de forma sexual também esteve presente no seu relato. Pela descrição, esta teria sido a primeira a ser perseguida pela entidade.

A negra teria saído correndo pela estreita faixa de terra, tentou se jogar no mar que estava muito agitado o que teria deixado-o ainda mais assustada, segundo Távora

<sup>869</sup> Ilustração Brasileira, 01 de março de 1877

<sup>870</sup> *Ibidem*

<sup>871</sup> SILVA, Vagner Gonçalves da. Exu do Brasil: tropos de uma identidade afro-brasileira nos trópicos. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2012, V. 55 N° 2 p.1087

<sup>872</sup> *Ibid.* pp.1087-1088

<sup>873</sup> Ilustração Brasileira, 01 de março de 1877

“suas vozes puseram no coração dela mais pavor do que as dos feiticeiros que tripudiavam à roda da Cruz, em sua infernal choréa.” Continuou a correr e chegou ao rio que estava calmo e acabou se lançando ao mar para escapar da perseguição.

A negra teria escolhido então se jogar nas águas do Rio e o “demônio solto”. O contato com as águas o teriam destruído e surgido uma grande descarga elétrica e no dia seguinte no lugar do corpo da negra havia afundado, teria surgido uma coroa preta. Apesar de Franklin Távora ter relatado um episódio como uma lenda envolvendo figuras assustadoras, a sua descrição tratavam sobre práticas religiosas dos populares. Távora, como tantos outros membros da elite letrada, registraram as práticas religiosas dos escravizados de longe, demonstrando falta de compreensão sobre os significados das entidades, músicas e danças, todas associadas a práticas ao exótico e assustador.

Távora também relatou outra festa de São João no seu romance o *Matuto*. Ele situa esse festejo no Engenho Bujari, supostamente em 1711, entretanto muito do que ele escreve fala sobre o tempo. Na festa do romance de Franklin Távora, entre os convidados havia alguns tocadores de viola e o protagonista Lourenço, que tinha fama de ser bom cantador. Depois de servida a canjica, era a hora de “temperar a guela” antes de começar a cantar.

O consumo de bebidas era uma prática comum às diversas camadas sociais, havendo uma diferença no tipo de bebida de acordo com a posição social. Beber era uma parte importante da festa. A bebida era um frequente constitutivo da vida cotidiana, para anestesiar uma vida de dissabores. O álcool, de acordo com Julita Scarano, funcionava como:

Um motor capaz de dar mais vigor as danças e aos cânticos, estreitar, mesmo que temporariamente, as amizades e fazer com que as pessoas tivessem alguma oportunidade de dar razão a seus sentimentos, participar do mundo circundante, mostrar enfim, sua humanidade.<sup>874</sup>

Entre os goles da cachaça, Lourenço, o protagonista do livro *O Matuto* cantava e muitos convidados aproveitavam a empolgação para entrar na roda “tripudiando, fazendo recortes e negaças com o corpo, atirando umbigadas na forma do imemorial estilo.”<sup>875</sup> As umbigadas (movimento das ancas) durante o século XIX eram comumente associadas às danças dos escravos e taxadas como práticas ofensivas a moral pública e a barbárie, sendo muitas vezes proibidas. Na descrição de Távora, "As raparigas

---

<sup>874</sup>SCARANO, Julita Bebida alcoólica e sociedade colonial. In: Istvan Jancso; Iris Kantor. (Org.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001 p. 479

<sup>875</sup>TÁVORA, Franklin. *Matuto*, Op. Cit. p.24

mostravam-se bem dispostas e algumas até impacientes por verem formar-se a roda. A fogueira dava estalidos festivos."<sup>876</sup>

Em seu romance, Távora nomeia esse momento da festa de música e dança de Samba. A leitura desse nome, nos dias atuais, remete a um dos ritmos musicais mais famosos do Brasil. Mas os significados dos termos mudam com o tempo. De acordo com Baptista Siqueira, o termo samba é registrado desde os tempos coloniais como uma forma de dança, canto de trabalho ou, associados às manifestações folclóricas de festas como o ciclo natalino e o junino, especialmente nos povoados, vilas e engenhos e que ao chegar ao litoral se mesclou com outras manifestações dançantes, como a “movimento coreográfico de roda.”<sup>877</sup>

A primeira evidência desse termo no litoral, especialmente na cidade de Recife, foi no periódico *O Carapuceiro* em 1838, com a expressão “samba de almoceve”<sup>878</sup>, mas de longe essa seria a primeira vez que se dançaria um samba.

Cremos, não seja possível, jamais, alguém poder afirmar, com absoluta convicção, o momento exato em que foi dançado o primeiro samba no sertão. Que ele vivia latente na atmosfera popular no ciclo de violeiros, não resta a menor dúvida. E mais: no princípio do século XIX, onde se encontrava o almoceve pernambucano aí havia possibilidade de um samba para exibição de mestiças descontraídas. Era bastante a presença indispensável de caboclas e mulatas desinibidas e homens dados às folias de beira de estrada, para que o samba –local de danças- se manifestasse, imediatamente.<sup>879</sup>

Voltando ao romance de Távora, ele afirmou que “o canto de Lourenço era monótono, como o dos sambistas em geral, mas a letra variava e tinha as graças naturais das composições do povo.”<sup>880</sup> Na roda de samba, Lourenço se intercalou com o seu par romântico na cantoria e as músicas usadas serviram como um diálogo dos dois sobre a relação dos protagonistas.

No mais aceso do samba, quando não só se ouviam os sons das violas, mas também os ásperos relinchar das costas da faca sobre a botija segundo praticam em ajuntamentos tais; quando os aplausos se manifestavam por meio de gritos gargalhadas estridentes; quando não se dançava só o cocô e o baiano, mas uma mistura de todas as danças populares com o acréscimo da fantasia de cada um, escaldada pelos vapores espirituosos; quando enfim era tudo algazarra, derriços pouco decentes, demonstrações menos dignas...<sup>881</sup>

---

<sup>876</sup>*Ibidem*

<sup>877</sup> SIQUEIRA, Baptista. **Origem do termo samba**. São Paulo: IBRASA; Brasília, INL, 1978 pp

<sup>878</sup>O primeiro registro conhecido da palavra Samba em um periódico é de 03 de fevereiro de 1838 de *O Carapuceiro*.

<sup>879</sup>SIQUEIRA, Baptista. *Op. Cit.* p.50

<sup>880</sup> Távora afirma que atais canções eram ainda muito populares nos seus tempos escolares. ( Távora, matuto, *Op.Cit.* p.24

<sup>881</sup>*Ibid.* p. 25

Coco e baiano (também conhecido como baião) eram parecidos com o samba, dança e música ao mesmo tempo. Segundo Câmara Cascudo, esses eram marcados por improviso. "Dados muitos giros na sala, aquele para, vai dar uma umbigada noutra que se acha sentado e este surge a dançar."<sup>882</sup> No romance, Lourenço foi dançar no centro da roda, "deu meia dúzia de castanholas, atirou uma umbigada na rapariga que lhe ficava mais perto, e foi colocar-se ao pé do violeiro"<sup>883</sup> que estava em frente a Bernardi na, o seu par romântico no livro, e os dois entraram em um novo desafio musical.

O desafio entre os músicos foi interrompido por uma briga. A presença de distúrbios, nos mais diferentes tipos de festas, é um risco para quem se responsabiliza pela sua realização. Era relevante cuidar para que as comemorações existentes na sociedade não se transformassem em fontes potenciais de distúrbios e se mostrassem assim contrárias ao júbilo. Por vezes essas manifestações eram aceitas como parte da festa.

No romance de Távora, após a briga acalmar, "o samba ferveu até o amanhecer do dia, aos estouros intermitentes do bacamarte de Saturnino, e aos gritos de - Viva S. João - soltados pelos diferentes sambistas, alguns apenas alegres, outros inteiramente entregues ao espírito vertiginoso da cana."<sup>884</sup>

Com muita música, dança e bebida, os populares passavam suas noites de São João. Talvez muitos escravizados estivessem presentes nessas comemorações. Ou podiam organizar suas festas com vários elementos comuns aos festejos dos homens livres pobres. Essas danças e cantarolas deviam ser algumas das quais muito tempo antes, em 1837 o Padre Lopes Gama se referiu.

A documentação da época associava a comemoração dos cativos aos batuques. E os escravos deviam batucar bastante nas noites de São João. Martha Abreu afirma que essa prática era comum no Rio de Janeiro,

...desde junho, época de início de um importante ciclo de festas católicas no Rio de Janeiro, que começava com as comemorações do Divino Espírito Santo, passava pelos populares santos católicos, Santo Antônio, São João e São Pedro e terminava com as festas para Santana, exatamente quando os batuques haviam ficado mais intensos.<sup>885</sup>

---

<sup>882</sup> CASCUDO, L. Câmara. **Dicionário** p.96

<sup>883</sup> TÁVORA, Franklin. **Matuto**, *Op. Cit.* p.24

<sup>884</sup> *Ibid.* p.27

<sup>885</sup> ABREU, Martha. **Império**. *Op. Cit* p.291

Os batuques reforçavam os laços de identidade. Segundo Flávio Gomes era nesses tipos de “ajuntamentos” que “eram criados e recriados laços de solidariedade e experiências culturais.”<sup>886</sup> As autoridades assim chamavam qualquer “toque de tambores”. Segundo Marina de Melo e Souza, podiam envolver “adivinhações, possessão pelos espíritos e ritos africanos que buscam maximizar a ventura, identificados a feitiçarias e pactos com o demônio.”<sup>887</sup> Difícil ter certeza se relatavam um divertimento com intensas batidas dos tambores, uma cerimônia religiosa ou ainda outra coisa. No *Vocabulário Pernambucano*, organizado por Pereira da Costa no início do século XX, batuque aparece como:

Sussurro, vozeria, alteração, berreiro, bulha, barulho, e daí a locução Batuque de cuia, que já vem de longe, como a encontramos, servindo de título a um artigo publicado no periódico *A Sentinella da Liberdade* no seu n.16 de 1848. Dança africana ao estrepito de instrumentos de percussão.<sup>888</sup>

A decisão de permitir ou proibir os batuques não era simples no Brasil Oitocentista. As autoridades, por vezes, até concordavam com tais ajuntamentos, posto que, na visão de parte da elite, permitir essas práticas era uma forma de evitar um mal maior. Mas os batuques eram um espaço de subversão dos escravizados, onde muito além de cantar, dançar e beber, eles teciam redes de solidariedade, cultuavam seus deuses, e desafiavam a ordem.

Um dos casos de resistência escrava em Pernambuco estudado por Marcus Carvalho ajuda a refletir sobre a importância desses batuques para os escravos, bem como sobre a relação dos dias festivos e a liberdade dos escravos. Em 29 de junho de 1829, dia de São Pedro, Patrício Rodrigues Ventura, Juiz de Paz da Paróquia de São Lourenço, escreveu ao Presidente da Província sobre João Pataca, um dos líderes do Quilombo de Catucá, o maior de Pernambuco do período.

No ofício, Ventura informa, entre outras coisas, que os quilombolas estavam de “muito comer, muita aguardente, muito batuque, tanto de dia como de noite.”<sup>889</sup> Os dias escolhidos para batucar estão associados a duas importantes festas do calendário católico no Brasil: São João e São Pedro. Segundo o Carapuceiro no dia 5 de julho de

<sup>886</sup>GOMES, Flávio Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista in: Tempo vol. 1 Rio de Janeiro, 1996 p.13

<sup>887</sup>SOUZA, Marina de Melo e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo.** Belo Horizonte: UFMG, 2001 p.231

<sup>888</sup>COSTA, F.A. Pereira da . **Vocabulário Op. Cit** p.89

<sup>889</sup>Juízes de Paz 1 29de junho de 1829

1837, muitas vezes as festas duravam até o dia seguinte com músicas, danças e Vivas a São João.

João Pataca mandou dois quilombolas sondarem a praia de Ponta de Pedra “e como lhe assegurassem os tais observadores, que nada tinham a temer, livremente ali batucaram, e conviveram desde o dia 24, até a madrugada do dia 28”.<sup>890</sup> Passar quatro dias batucando, ou mesmo em outras práticas de divertimentos, representava uma autonomia no uso do tempo difícil impressionante. Evitar a longa duração dos divertimentos dos populares, sempre foi outra preocupação das autoridades, até porque controlar vários dias de festas seguidos era uma tarefa bem mais complicada do que manter a ordem em um dia de festividade. Desordens precisavam ser evitadas e uma nova imagem de “civilização” precisava ser implantada.

Pelo relato do Juiz de Paz depois de batucarem por dias em Ponta de Pedra naquele junho de 1829, os quilombolas ainda foram para Tabatinga, onde passaram o dia e ao fim da tarde foram para a Povoação da Matriz de São Lourenço de Tejucupapo, aonde compraram pólvora e beberam aguardente. Ficaram até às sete da noite para ir a outro lugar próximo onde “batucaram toda a noite ate amanhecer.”<sup>891</sup> Não era a primeira vez que os batuques de Pataca coincidiam com as festas do calendário cristão. Segundo Marcus Carvalho, na véspera de Santo Antônio, Pataca batucou na senzala do Engenho Macaco.<sup>892</sup>

Vale lembrar que junho não era um mês de trabalho tão pesado na atividade açucareira, uma das principais economias exportadoras de Pernambuco. Para Vera Ferlini “Moía-se sem interrupção, de agosto, ao fim de maio, num cronograma de queimadas, colheitas e transporte que articulava o engenho e os lavradores de cana.”<sup>893</sup> Mas em junho e julho o trabalho era mais tranquilo, sem dúvida, esses eram bons motivos para a popularidade dos santos em Pernambuco.

Em tempo de festas como estas do mês de junho, a população se reunia em variadas comemorações e o aparato repressor do Estado era ainda mais solicitado.

---

<sup>890</sup> Juízes de Paz 1 29de junho de 1829

<sup>891</sup> Juízes de Paz 1, 29de junho de 1829

<sup>892</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. A Vossa Senhoria (...) incumbe a destruição de quilombos”: juízes de paz, quilombolas e noções de ordem e justiça no primeiro reinado in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro e SILVA, Giselda Brito da. ( org) **Ordem & Polícia**: controle político- social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVII ao XX. Recife, Ed. Universitária da UFRPE, 2007., p.45

<sup>893</sup> FERLENI, Vera Lúcia Amaral. **Folgedos, feiras e feriados**: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos in: J JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs). Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001..p.453

Como afirma E. P. Thompson “os taverneiros, os vendedores ambulantes e os artistas estimulavam as festas quando seus clientes tinham nos bolsos ganhos extraordinários da colheita.”<sup>894</sup>

Talvez a confusão provocada pelas festas ajudasse a justificar a tolerância a quatro dias de batucadas dos quilombolas nas praias de Ponta de Pedra, em um período que havia um enorme receio da resistência dos escravizados. Além do que, de acordo com João José Reis, “o senhor baixava a guarda nos períodos de festas, domingos e dias santos o mesmo momento aproveitado pelos escravos para celebrar seus deuses e deles adquirir força espiritual para mudar o mundo.”<sup>895</sup>

Além de aproveitar esses dias para festejar e praticar sua fé, os escravizados também podiam aproveitar a diversão dos senhores nesses dias para fugir. Em 1844, por exemplo, os escravos de José Maria de Jesus Muniz fugiram quando o senhor resolveu passar as festas juninas no sítio do viveiro do Muniz, em Afogados. Dois de seus escravos, João e Miguel, aproveitaram sua ausência para fugir de sua casa. Dias depois, mais três cativos esperaram o dia da festa de São Pedro para também escaparem. Provavelmente os escravizados aproveitaram os tumultos das ruas centrais da cidade, com as fumaças da fogueira e dos fogos de artifício, os barulhos e correrias ocasionados pelos buscapés, para conseguir deixar a cidade.

Como afirma Martha Abreu: "As festas religiosas e os batuques propiciavam caminhos para sujeitos sociais nem sempre valorizados comunicarem-se e expressarem-se e experimentarem seus interesses culturais e políticos, seus direitos e patrimônios."<sup>896</sup> As reuniões festivas de escravos e homens livres pobres eram uma parte importante das festas religiosas no Recife Oitocentista.

---

<sup>894</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 1998 p. 53

<sup>895</sup> REIS, João José. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade": a resistência negra no Brasil oitocentista in: MOTA, Carlos Guilherme (organizador). Viagem incompleta — A experiência brasileira. A grande transação, volume 2, São Paulo. Ed, SESC, 2000

<sup>896</sup> ABREU, Martha & VIANA, Larissa. "Festas religiosas, cultura e política no Império do Brasil". In: GRIMBERG, K. & SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial. Volume III**, 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 238

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Pelo menos folgemos com os festejos do dia, quando não tenhamos por motivos de jubilo vantagens dele provenientes".

*A voz do Beberibe, 12 de junho de 1835.*

A festa é um acontecimento muito atrativo, envolve múltiplos sujeitos, dimensões e apropriações. As festas cívicas e religiosas foram diretamente influenciadas pelas peculiaridades do período estudado, especialmente pelas lutas em torno da construção do Estado Nacional e pelas insurreições liberais. A população do Recife, mesmo em meio às disputas, ocuparam os diversos espaços públicos da cidade para festejar. As ruas, as praças, as pontes, as igrejas, os teatros e outros lugares foram ocupados pelas pessoas que buscavam participar dos “festejos do dia” com motivações e vantagens diversas.

Nessa tese, a partir de fontes muito variadas, identificamos as diferentes formas de festejar no Recife, ou seja, como a população fazia para celebrar uma vitória política, entronizar um monarca, comemorar o aniversário de uma data importante para a Província ou para a nacionalidade, e alguma data solene do calendário católico. A importância dessas festas foi reiterada por diversos discursos, falas e notícias no período. Apareceram em meio aos ofícios das autoridades e das legislações; em meio aos textos de redatores, aos avisos e correspondências dos periódicos, às obras de literatura, relatos de memorialistas e viajantes.

Buscamos também evidenciar a festa para além dos ritos oficiais, ainda que nesse aspecto tenhamos tido maiores dificuldades. A população do Recife, por motivos religiosos, patrióticos ou políticos, festejavam, criando inusitados caminhos de diversão e sociabilidade. As festas envolviam enorme movimento na cidade, através do comércio, do trabalho de mão de obra especializada e de muitos serviços necessários à montagem dos espetáculos.

As diversas disputas pelo poder, em variadas conjunturas, criaram inúmeras festas. Festas da situação, festas da oposição; festas para resistir, festas para pedir, festas para aprender e festas para sonhar; festas locais, provinciais e nacionais. A participação da população nas festas cívicas era termômetro da opinião pública.

Para os grupos políticos do Recife, as festas foram formas de contestação e de participação na nova nação. Foram práticas importantes nas disputas em torno da

construção da identidade nacional e na legitimidade do novo Estado imperial que se formava. Mas também poderiam legitimar a propagação e perpetuação de valores de contestação. Os muitos movimentos insurrecionais da primeira metade do século XIX interferiram nas formas de festejar, na intensidade das comemorações e nas tentativas de normatização de alguns festejos. Entre as manifestações em prol da nação/Estado Nacional ou em prol da valorização de valores e personagens de Pernambuco, tão presentes na Insurreição Pernambucana e no Movimento Praieiro, as festas tornaram-se veículo e linguagem de afirmação política.

Os “vivas” presentes nas festas cívicas foram um dos modos de se tecer e expressar identidades que envolviam territorialidades, experiências e ação política nas festas. As rebeliões deram o tom da cultura política e urbana no Recife da primeira metade do século XIX, mas outros ritos coletivos também foram parte da construção da vida urbana, um deles, como pretendi mostrar, foi o das festas.

As festas e as insurreições liberais estavam imbricadas, foram formas utilizadas pela população do Recife para vivenciar e criar uma cultura política e uma cultura urbana. Ainda que grande parte das conturbações da ordem tivesse como motivo principal os anseios da elite, demais grupos como os “homens livres de cor”, os soldados, os desertores e os escravizados tiveram intensa participação nesses movimentos e nos festejos. As festas também foram um risco em potencial para a ordem, possibilitavam contatos perigosos e causavam medo às autoridades municipais e provinciais.

No entorno dos espaços onde aconteciam as cerimônias oficiais, “o povo” aproveitava para divertir-se, atribuindo uma série de usos, significados e objetivos para festas. As festas criavam espaços para que o povo da cidade articulasse estratégias de sobrevivência, de flertes e de trabalhos. Em dias de festas, circulavam pela cidade homens e mulheres de diferentes camadas sociais. As ruas, que no cotidiano eram ocupadas com o vai e vem do comércio, dos tigres sendo carregados, dos escravos em suas variadas atividades, das forças policiais, das autoridades que administravam a cidade, dos padres, estudantes, bandas militares e tantos outros, paravam suas atividades nos dias de festejos.

As festas não eram uniformes, tinham sons, cores, gestos e sabores diversos que se intercambiavam. Os festeiros eram plurais, cada um sabia aproveitar o espaço festivo a seu modo. Nesses dias diferenciados do cotidiano, a população articulava

sociabilidades e interesses diversos, cada um no seu limite aproveitou e usou as festas para apoiar os seus interesses.

Festejar no espaço público era uma prática que perpassava as variadas festas, como procissões, cortejos, paradas, ou brinquedos como os busca-pés e o entrudo. Era uma forma de instituir novos espaços de sociabilidade e modificar os usos cotidianos das ruas da cidade.

Mas as festas religiosas e cívicas foram ainda uma estratégia de disseminação dos novos ideais civilizatórios e dos novos marcos estruturadores da nação. Ainda que as festas religiosas fossem um dos principais regentes do calendário festivo anual, as festas cívicas ganham um destaque diferenciado nesse processo. Ambas, de qualquer forma, pela ótica dos organizadores e das autoridades locais, precisavam acontecer de acordo com a ordem. Havia sempre a possibilidade de o entusiasmo festivo se transformar em desordens.

Além das disputas físicas, outros perigos das festas foram normatizados. Intervenções diretas do governo central foram percebidas de forma exemplar na criação dos calendários festivos, que regulamentavam os feriados e as formas oficiais do festejar. As legislações estabeleciam o controle e a organização das festas. Os vereadores das Câmaras Municipais, mesmo não sendo as responsáveis pela protagonismo de todas as festas, normatizavam os procedimentos, concediam licenças e regravam a participação da população.

Além dos mecanismos institucionais, críticas e opiniões expressas em jornais foram uma estratégia usada para organizar e controlar as festas. Mas as mudanças e novidades inseriram-se em um sistema festivo já existente. Frente aos novos espaços de divertimentos e as diminuições dos feriados, as festas ainda eram as principais práticas para a sociabilidade da população. Ocupavam parte significativa do ano e estavam entre os atos coletivos que ritmavam a vida da população.

Independente dos vários usos das festas, concordamos com o redator do periódico a *Voz do Beberibe*, em junho de 1835: Mesmo se as festas não possibilitassem vantagens inerentes aos seus motivos, serviam para folgar... “Pelo menos folguemos com os festejos do dia...”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## Fontes

- Arquivo do exército
  - PLANO DO PORTO E PRAÇA DE PERNAMBUCO E SEU CONTORNO MERIDIONAL E OCIDENTAL – Desenhado por Pedro Cronenberger, AHEx , Seção de Acervos Cartográficos, 01.02.007
  - PLANTA E PROSPECTO DA VILLA DE S. ANTONIO DO RECIFE, AHEx , Seção de Acervos Cartográficos, 01.02.0062
  - Extrato do PLANO DO PORTO E PRAÇA DE PERNAMBUCO E SEU CONTORNO MERIDIONAL E OCIDENTAL – Desenhado por Pedro Cronenberger, AHEx , Seção de Acervos Cartográficos, 01.02.0070
  - CARTA COROGRÁFICA DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, COMPREENDENDO A PLANTA DA CAPITAL E O PLANO DA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA – Organizado no Archivo Militar pelo Cap Capitolineo P. Severiano da Cunha, copiado pelo Cap Antonio Vilella de Castro Tavares em 1874, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com nota explicativa, escala em léguas, papel canson telado, bom estado, medindo 55cm x 71cm. 0009 01.01.0009
  
- Arquivo Nacional
  - Série Interior- Negócios de Províncias e Estados (IJJ 9):
    - 249 08 de março de 1830 fl. 204
    - 248 s/d f.362/ 31 de agosto de 1825 f.74
    - 242 7 de abril de 1818 f.409 e 410 / 15 de abril de 2018 f.163/31 de maio de 1818 f.204
    - 247 23 de dezembro de 1822 f.150.
    - 252 11 de agosto de 1840 f. 121/ 21 de agosto de 1840 f.122/ 24 de maio de 1841/ 29 de maio de 1841./ 23 de agosto de 1841 fls 167 a 185 / 5 de maio de 1845 fl.330
    - 614 19 de fevereiro de 1825 folhas avulsas.

- Confederação do Equador (1N) Caixa 742 pacote 3 16 de novembro de 1825.
  - Fundo Instituto Nacional da Previdência Social.
    - Caixa 613 6 de fevereiro de 1824
  - O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira
    - Auto de perguntas ao padre Francisco de Sales sobre sua participação durante a revolução pernambucana de 1817, na qual foi acusado de ler uma carta do ouvidor Antônio Carlos Ribeiro de Andrada na Câmara de Olinda; de referir-se a d. João pela alcunha de Pai João; e de ter cantado o Te Deum louvando a Revolução disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=700&sid=89>.
- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
- Manuscritos
    - Câmaras Municipais vol.03 29 de novembro de 1822. f.70
    - Polícia Militar
    - Assuntos Eclesiásticos 1 13 de setembro de 1834 f. 14
    - Assuntos Militares 2 8 de janeiro de 1822f. 124
    - Avulsos Ofício sobre a entrada do bispo 27.7.1825
    - Câmaras Municipais 03 de janeiro de 1829
    - Diversos III-11 Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 05 de novembro de 1825. f.37 / 30 de março de 1827 f.136v / 02 de junho de 1827
    - Diversos III- 12 26 de novembro de 1824 f. 250 a 251v / 27 de novembro de 1824 f.251v e 252 / 3 de abril de 1825
    - Juiz de Paz 1 04 de maio de 1829 / 29de junho de 1829
    - Juiz de Paz 3 07 de março de 1834 f.34;
    - Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda
    - Ofícios do Governo 25 17 de setembro de 1824 f.25v e 26.

- Ofícios do Governo 26 25 de setembro de 1824 f.4v e 5
  - Polícia Civil 20 21 de março de 1848 f.60
  - Polícia Militar 01 29 de junho de 1826 f. 39
  - Prefeitura de Comarca 1 24 de junho de 1836
  - Prefeitura de Comarca 7 29 de junho de 1838
  - Prefeitura de Comarca 9 13 de junho de 1839 / 22 de junho de 1839 / 24 de junho de 1839
  - Registro de Ofícios 9/1 29 de novembro de 1822 f. 251
  - Registro de Provisões 8.1 9 de julho de 1823
  - Registro de Provisões 8.2 27 de fevereiro de 1824
- Biblioteca
  - Hemeretoca
    - O CANDEIA 23 de novembro de 1832
    - O Simplicio Pernambucano 20 de fevereiro de 1832
- Biblioteca Nacional:
- Acervo Digital
    - MENEZES, Manoel Joaquim de. [**História médica brasileira e da Revolução de Pernambuco em 1824**]. [S.l.: s.n.], [182-]. 79 p. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/cmc\\_ms618\\_12\\_38/cmc\\_ms618\\_12\\_38.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_12_38/cmc_ms618_12_38.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2018.
    - Vasconcelos Drumond (A. de M.) — **Anotações de A M Drumond a sua biografia Memórias**, vol. 13 dos Anais da Bib.Nacional
    - Documentos relativos aos acontecimentos revolucionários e outros objetos da Província de Pernambuco dos anos de 1823 e 1824 [Manuscrito] Assina Paes Barreto, Francisco de Paula Cavalcant de Albuquerque e Manoel-Beserra de Mello Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscri tos/mss1428445/mss1428445](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscri tos/mss1428445/mss1428445)

- THIERRY FRÈRES. **Le bando, (proclamation municipale)**. Paris, França: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 31,4 x 23,5cm em f. 52,6 x 34,6. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophi a=18175](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophi a=18175)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

○ Hemeroteca Digital

- Abelha Pernambucana 10 de julho de 1829 / 11 de setembro de 1829 / 15 de setembro de 1829 / 25 de setembro de 1829 / 29 de setembro de 1829 / 09 de outubro de 1829 / 26 de fevereiro de 1830
- A Carranca 16 de setembro de 1845 / 12 de setembro de 1845
- A União 7 de setembro de 1848 / 19 de setembro de 1848 / 22 de maio de 1849 / 7 de julho de 1849
- Bussola da liberdade 12 de setembro de 1832
- Diário de Pernambuco 23 de fevereiro de 1827 / 27 de fevereiro de 1827 / 03 de setembro de 1829 / 4 de setembro de 1829 / 09 de setembro de 1829 / 10 de setembro de 1829 / 11 de setembro de 1829 / 14 de setembro de 1829 / 15 de setembro de 1829 / 16 de setembro de 1829 / 17 de setembro de 1829 / 19 de setembro de 1829 / 22 de setembro de 1829 / 24 de setembro de 1829 / 06 de outubro de 1829 / 15 de outubro de 1829 / 31 de outubro de 1829 / 23 de setembro de 1830 / 18 de abril de 1831 / 16 de abril de 1831 / 21 de abril de 1831 / 9 de maio de 1831 / 13 de maio de 1831 / 16 de junho de 1831 / 18 de julho de 1831 / 01 de setembro de 1831 / 09 de dezembro de 1831 / 13 de dezembro de 1831 / 20 de dezembro de 1831 / 23 de dezembro de 1831 / 9 de dezembro de 1831 / 10 de janeiro de 1832 / 13 de julho de 1833 / 5 de abril de 1834 / 29 de janeiro de 1834 / 11 de março de 1836 / 14 de março de 1836 / 7 de março de 1836 / 9 de setembro de 1836 / 06 de fevereiro de 1837 / 04 de setembro de 1837 / 02 de junho de 1839 / 14 de fevereiro de 1840 / 03 de março de 1840 / 02 de junho de 1840 / 19 de junho de 1840 / 04 de julho de 1840 / 06 de julho de 1840 / 25 de agosto de 1840 / 28 de agosto de 1840 / 20 de fevereiro de 1841 / 12 de maio de 1841 / 15 de maio de 1841 / 13 de maio de 1841 / 19 de maio de 1841 / 21 de maio de 1841 / 22 de maio de 1841 / 24 de maio de 1841 / 25 de maio de 1841 / 4

de junho de 1841/ 22de junho de 1841 / 08 de julho de 1841 / 29 de julho de 1841 / 17 de setembro de 1841/ 2 de dezembro de 1841 / 03 de fevereiro de 1842 /07de junho de 1842 / 17de junho de 1842 / 23de junho de 1842 / 27 de junho de 1842 / 04 de março de 1843 / 22 de março de 1843 / 05de julho de 1843 / 14 de julho de 1843 / 12 de setembro de 1843 / 20 de setembro de 1843 / 10 de janeiro de 1844 / 14 de fevereiro de 1844 / 23 de fevereiro de 1844 / 6 de maio de 1844 / 13 de fevereiro de 1845 / 28 de março de 1845 / 28de maio de 1845 / 28 de junho de 1845 / 30de junho de 1845 / 01 de julho de 1845 / 25 de setembro de 1845/ 9 de setembro de 1846 / 10 de setembro de 1846 / 19 de fevereiro de 1847 / 27 de fevereiro de 1847 /18 de agosto de 1848 / 09 de setembro de 1848 / 13 de outubro de 1848 / 14 de outubro de 1848 / 28 de dezembro de 1848

- Diário Novo 16 de Dezembro de 1842 / 03de julho de 1843/ 24de novembro de 1843 / 4 de maio de 1844 / 20 de dezembro de 1845/ 02de julho de 1846 / 12 de setembro de 1846 / 5 de março de 1847 / 09 de setembro de 1847 / 1 de dezembro de 1848 / 4 de dezembro de 1848./ 5 de dezembro de 1848 / 12 de dezembro de 1848. / 29 de dezembro de 1848 /
- Ilustração Brasileira 01de março de 1877
- O Amigo do Povo 11 de setembro de 1830 / 18 de setembro de 1830 / 16 de outubro 1830
- O Capibaribe 13 de dezembro de 1848.
- O Carapuceiro 07 de abril de 1832 / 07 de maio de 1832 / 24 de novembro de 1832 / 16 de janeiro de 1333 / 05 de dezembro de 1833 / 14 de dezembro de 1833 / 01 de fevereiro de 1834 / 8 de fevereiro de 1834 / 22 de fevereiro de 1834 / 05 de julho de 1837 / 24 de janeiro de 1838 / 11 de janeiro de 1840 / 21 de fevereiro de 1840
- O Cometa 14 de abril de 1843/ 28de junho de 1843 / 19de julho de 1843
- O Constitucional 10 de setembro de1829 / 21 de Setembro de 1829/ 24 de setembro de1829 /01 de outubro de1829 / 19 de abril de 1830
- O Cruzeiro 07 de setembro de1829 / 10 de setembro de1829/ 12 de setembro de1829/ 14 de setembro de1829/ 16 de setembro de1829 / 18 de setembro de1829/02 de outubro de1829 / 1 de

abril de 1830 / 6 de setembro de 1830 / 9 de setembro de 1830 /  
10 de setembro de 1830

- O Foguete 29 de junho de 1844
- O Lidador /26 de fevereiro 1847 / 29 de junho de 1847 / 13 de setembro de 1847 / 18 de setembro de 1847 / 11 de dezembro de 1847 / 17 de junho de 1848
- Olindense 14 de junho de 1832
- Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco 26 de abril de 1823./ 13 de agosto de 1823

○ Manuscritos

- Antônio de Moraes Silva, Breve Histórico sobre a vitória conseguida por Luiz do Rego Barreto na expedição para restabelecer a paz na revoltosa capitania de Pernambuco. Engenho Novo de Muribeca[PE] Original I33, 27, 002 MS 618(11) D.75 f.13

○ Obras Gerais

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO. Coleção de Posturas Municipais da Província de Pernambuco decretadas pela Assembleia legislativa provincial de Pernambuco dos anos de 1836 a 1845. Pernambuco: Na Typografia de M.F. de Faria 1845.

➤ Biblioteca Pública de Pernambuco

- Correspondência do presidente da província para o ministério 17.01.1835 n°1 in: Estado e Pernambuco Documentos do Arquivo do Governo, correspondência de 1835. Imprensa Oficial Recife. 1937

➤ Brasiliana Iconográfica

- Luis Schlappriz. Vista das Cinco Pontas (tomada do Hospital D. Pedro II) Disponível em :  
<http://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18515/vista-das-cinco-pontas-tomada-do-hospital-d-pedro-ii> acesso em 19 de janeiro de 2018

➤ **Brasileiana USP**

- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira** por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.
- SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728.
- Gazeta Pernambucana 9 de novembro de 1822 /25 de março de 1823/ 14 de agosto de 1823
- O Segarrega 19 de dezembro de 1821
- UM CONTEMPORÂNEO. Exposição dos Serviços prestados pelo coronel José de Barros Falcão de Lacerda, em diferentes provincias do imperio, desde 1788 até 1848 com especialidade nos annos de 1817, 1821, 1822, 1823 e 1824. Pernambuco : Typographia de M. F. de Faria, 1849. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5340>

➤ **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**

- Queixa Recife 1844 Segundo Cartório do Crime Comarca do Recife Autor Manoel do Nascimento Pinheiro Réu: José Malaquias da Fonseca fls. 12v/13
- Livro das Vereações e acórdãos da Câmara do Recife 1817-1829 f. 114v
- Livro de Atas da Câmara. Termo de aclamação f.115 v e 116
- Livros ofícios da presidência 1824-1829, 7 de janeiro de 1825.
- Livro de Ofícios da Presidência 1831-1832 26 de março de 1831 s/p

➤ **Memorial da Justiça**

- Recife 1861 Apelação Crime, Apelante Ignácio Gomes Marinho (Caixa Recife 1848-1878 CR

➤ **Portal da Câmara dos Deputados**

- Coleção de Leis do Império do Brasil - 1830 , Página 142 Vol. 1 Art 214
- Decreto de 21 de dezembro de 1822 Coleção de Leis do Império do Brasil - 1822 Página 102 disponível em: [http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret\\_sn/anterioresa1824/decreto-39069-21-dezembro-1822-568605-publicacaooriginal-91942-pe.html](http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret_sn/anterioresa1824/decreto-39069-21-dezembro-1822-568605-publicacaooriginal-91942-pe.html)
- Lei de 9 de Setembro de 1826, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1826 p.7 Vol. 1 disponível em: [http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38600-9-setembro-1826-567169-publicacaooriginal-90570-pl.html](http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38600-9-setembro-1826-567169-publicacaooriginal-90570-pl.html)
- Decreto nº 345, de 30 de Março de 1844. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1844 Página 11 Vol. 1 pt. II disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-345-30-marco-1844-560648-publicacaooriginal-83756-pe.html>
- Decreto de 12 de abril de 1835 *in*: Coleção de Leis de 1835 parte 2...p.38
- Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco TOMO III ano 1838 P. 26
- Lei de 15 de novembro de 1831 Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html)
- Salvador. Arquidiocese. Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide : propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. S. Paulo : Na Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853
- Anais do Senado do Império do Brasil livro 3 de 1826
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional,1883

➤ Portal do Planalto

- LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828. Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm)

- Código Criminal do Império. disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830).

➤ Portal do Senado

- DECRETO Nº 158 - de 7 de Maio de 1842, Regulando a execução do art. 48 da Lei de 4 de Outubro de 1831. <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=66461&norma=82384>

## Bibliografia

ABREU, Martha . Cultura Popular, um conceito e várias histórias. In: Abreu, Martha e Soihet, Rachel, **Ensino de História**, Conceitos, Temáticas e Metodologias. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003

\_\_\_\_\_. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999

ABREU, Martha & VIANA, Larissa. “Festas religiosas, cultura e política no Império do Brasil”. In: GRIMBERG, K. & SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Volume III, 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

ALMOÊDO DE ASSIS, Virgínia Maria. **A face revelada dos promotores justiça**: O Ministério Público de Pernambuco na visão dos historiadores. 1 ed. Recife: Ministério Público de Pernambuco / CEPE, 2006

ANDRADE, Manuel Correia de. As sedições de 1831 em Pernambuco. **Revista de História**, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 337-407, dec. 1956

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Folganças populares**: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX. São Paulo Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; FCC, 2008

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. A redenção dos pardos; a festa de São Gonçalo no Recife, em 1745 in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa**: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001

\_\_\_\_\_. **Festas**: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife . Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996

ARQUIDIOCESE DE SALVADOR. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo** Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide : propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. S. Paulo : Na Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853

ARQUIVO NACIONAL. **As Câmaras Municipais e a Independência**. Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura e Arquivo Nacional vol.1 1973;

\_\_\_\_\_. **As juntas governativas e a Independência**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1973

ARRAIS, Raimundo. **Matriz, Freguesia, procissões: o sagrado e o profano nos delineamentos do espaço público no Recife do século XIX** Proj. Historia, São Paulo, (24),]1111. 2002

\_\_\_\_\_. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX** São Paulo : Humanitas, 2004

ARRISCADO, José. Augusto. Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX : a assembleia vianense in: **Revista da Faculdade de Letras. História.** - Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. - Série III, vol. 6, 2005

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO. Coleção de Posturas Municipais da Província de Pernambuco decretadas pela Assembleia legislativa provincial de Pernambuco dos anos de 1836 a 1845. Pernambuco: Na Typografia de M.F. de Faria 1845.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. “Clero e Coroa na Capitania de Pernambuco”. In: **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica.** No. 16. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996

AZZI, Riolando. O CASAMENTO NA SOCIEDADE COLONIAL LUSO-BRASILEIRA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-TEOLÓGICA. **Perspectiva Teológica,** [S.l.], v. 24, n. 62, set. 1992

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Cultura popular na idade média e no renascimento:** o contexto de François Rabelais São Paulo: Hucitec Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822).** Juiz de Fora: Ed. da UFJF; São Paulo:Annablume, 2006

\_\_\_\_\_. Do Secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840) in: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Liberais constitucionalistas entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa. **Tempo,** Niterói , v. 12, n. 24, p. 98-125, 2008

BARIANI, Edison. **A maldade na encruzilhada do século XIX:** Franklin Távora e o cabeleira. Itinerários, Araraquara, n. 29, p.417-435, jul./dez. 2009

BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822) nação, identidade e vocabulário político in: JANCSÓ, István ( org). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**- São Paulo: Huicitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Impressos e liberdade: notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850) in: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (Org) **Impresso no Brasil** Dois séculos de livros brasileiros São Paulo: Ed. UNESP2011 .

\_\_\_\_\_. **O patriotismo constitucional:** Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006

\_\_\_\_\_. Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação.** São Paulo: Hucitec; Unijuí; FAPESP, 2003

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Organizações e programmas ministeriaes** desde 1822 a 1889 : notas explicativas sobre moções de confiança, com alguns dos mais importantes Decretos e Leis, resumo historico sobre a discussão do Acto Adicional, Lei de Interpretação, Código Criminal, do Processo e Commercial, lei de terras, etc., etc., com varios esclarecimentos e quadros estatísticos. Rio de Janeiro : Imprensa. Nacional. 1889

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil:** difusão e organização entre 1808-1889. Dissertação do Mestrado São Paulo:UNESP. 2006

BOSCHI, Caio César. Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. **Varia História**, v. 22, p. 291-313, 2006

CABRAL, Flávio José Gomes. Conversas reservadas: Vozes públicas , conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil Universidade Federal de Pernambuco, 2008

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado:** trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio:** a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870 Recife: O autor, 2012.

CAMPELO, Samuel. O Teatro em 1824 n: **Revista do IAHGPE** vol 26 1924.

CARDOSO, Ângela Miranda. Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; FAPESP, 2003

CARVALHO, Leandro F. R. "... e o estrepidoso zambuba poe tudo em alvoroço" música e sociedade em Pernambuco na primeira metade do século XIX. Dissertação de Mestrado em História, Recife, 2001

CARVALHO, M. J. M. ; CÂMARA, B. A. D. . A Insurreição Praieira. Almanack Braziliense , v. 8, p. 05-38, 2008.

CARVALHO, Marcus J.M. Os símbolos do “progresso” e a “população” do Recife, 1840-1860 in: **Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural**. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1998

\_\_\_\_\_. “ Aí Vem o Capitão Mor” As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil Imperial. Tempo- UFF- Departamento de História. Vol 7 n/1 Rio de Janeiro: Sette Letras. 2002

\_\_\_\_\_. A Vossa Senhoria (...) incumbe a destruição de quilombos”: juizes de paz, quilombolas e noções de ordem e justiça no primeiro reinado in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro e SILVA, Giselda Brito da. ( org) **Ordem & Polícia: controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVII ao XX**. Recife, Ed. Universitária da UFRPE, 2007

\_\_\_\_\_. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 331-366, 1998.

\_\_\_\_\_. De portas a dentro e de portas a fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**, Salvador-BA, v. 1, n. 30, p. 41-78. 2003

\_\_\_\_\_. O encontro da soldadesca desenfreada com os cidadãos de cor mais levidanos no Recife em 1831. **CLIO**, Recife, v. 1, n. 18, p. 109-137. 1998

\_\_\_\_\_. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Universitária da UFPE, 2002

\_\_\_\_\_. O galego atrevido e malcriado, a mulher honesta e o seu marido, ou Política provincial, violência doméstica e a Justiça no Brasil escravista. In: Rachel Soihet; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa. (Org.). **Culturas Políticas: Ensaios de História Cultural**. 1 ed. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005

\_\_\_\_\_. O Outro Lado da Independência: Quilombolas, Negros e Pardos em Pernambuco (Brazil), 1817-23 Vol. 43, No. 1 (2006), pp. 1-30

- \_\_\_\_\_. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, July 2003
- CARVALHO, Marcus Rumores e Rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848 in: **Tempo** vol 3- n°6 Rio de Janeiro, 1998
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstições e Costumes**. São Paulo: Ed. Global, 2002
- \_\_\_\_\_. **Calendário das festas**. Rio de Janeiro: MEC, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário do folclore brasileiro**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1988
- CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. O Herói da Confederação do Equador volta do Exílio: Manoel de Carvalho Paes de Andrade e as Lutas Políticas Regenciais (Pernambuco, 1831-1835) **Saeculum - REVISTA DE HISTÓRIA** [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015
- \_\_\_\_\_. “O Egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837) Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós Graduação em História, 2015
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque** 2ª ed. Campinas. Editora da UNICAMP, 2001
- CHAMON, Carla Simone **O Cenário da Festa**. Festa Cívica em Minas Gerais no século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, n.19, p. 183-204, 1998.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do antigo regime*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2004
- \_\_\_\_\_. O Mundo como Representação. In:\_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002 pp.61-78.
- \_\_\_\_\_. Textos, impressões e leituras. In: Lynn Hunt (org.). **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.211-238.
- CORÇÃO, Mariana e SOARES, Fernanda Codevilla Soares. Bom gosto à mesa: cultura material e distinção social no Brasil do século XIX **Clio Arqueológica**. N.2, v.27: s/p. Recife. 2012
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a república: momentos decisivos**. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999
- COSTA, F.A. Pereira da . **Vocabulário Pernambucano** Recife: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Educação e Cultura, 1976

- \_\_\_\_\_. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981
- \_\_\_\_\_. **Anais Pernambucanos** Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966 volumes 4, 5, 6, 7 e 8.
- \_\_\_\_\_. **Folclore Pernambucano** in: Revista do Instituto e Geográfico Brasileiro Tomo LXX parte II. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1907
- COSTA-LIMA Neto, Luiz. Música, teatro e sociedade nas comédias de Luiz Carlos Martins Penna (1833-1846): entre o lundu, a ária e a aleluia .Tese ( Doutorado em Música)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014
- CRESPO, Jorge. **A história do Corpo**. Lisboa: Difel: Difusão Editorial, 1990.
- \_\_\_\_\_. As Transformações do Elemento Lúdico em Portugal (Séc. XVIII – XIX)”, **Revista de História Económica e Social**, nº 25, 1989
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas - Ensaio de História Social da Cultura** . Campinas. Ed. Unicamp. 2002
- CRUZ, Heloisa F; PEIXOTO, Maria R. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007
- DARNTON, R. Livros de sucesso e revolução. In \_\_\_\_\_. **Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.162-196
- DIAS, Andrea Simone Barreto. **Os Incômodos da cor parda no Pernambuco Colonial: olhares sobre a festa de homenagem à São Gonçalo Garcia**. Campina Grande.Dissertação de Mestrado UFPB, 2010
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.
- FARIAS, Amy Caldweel. **Mergulho no Letes: uma reinterpretação político histórica da Confederação do Equador**. Porte Alegre: EDIPUCRS, 2006
- FELDMAN, Ariel. “Na Arena dos Gladiadores Periodioqueiros”: O Padre Carapuiceiro e a Discussão Política Em Pernambuco (1831-1833) **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 48/49, p. 365-388, 2008. Editora UFPR 2008
- \_\_\_\_\_. A mesma independência: a atuação pública de um unitário pernambucano (1822-1823). **Almanack**, São Paulo, n.10, ago. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Espaço público e formação do Estado Nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuiceiro (1822 a 1852)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (História, Tese de doutorado)

\_\_\_\_\_. **Guerra aos extremos:** polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831). Almanack, Guarulhos: UNIFESP, n.7, 2014.

FERLENI, Vera Lúcia Amaral. Folgedos, feiras e feriados: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos in: JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs). **Festa:** cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais:** guerras civis em Pernambuco no século. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **A linguagem da embriaguez:** cachaça e álcool no vocabulário político das rebeliões na América portuguesa. Rev. Hist. (São Paulo), São Paulo, n. 176, a03416, 2017

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Federação e República na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834)

Fragmentos de um livro inédito. **Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano** n.45 Recife 1894

FRANÇA, Wanderson Édipo de. O serviço das armas, as gentes do povo e os escravizados: Pernambuco na época da independência (1817-1824) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4.ed. São Paulo: Ed.UNESP, 1997

FREIRE, Vanda. As mágicas e a circularidade. in: ABREU, Martha; LOPES, Antonio Herculano; ULHOA, Martha Tupinambá e VELLOSO, Monica Pimenta (orgs). **Música e História no Longo século XIX.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011

FREYRE, Gilberto. ARBOUSSE-BASTIDE, Paul, pref. Um engenheiro francês no Brasil. 2. ed. - Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960

\_\_\_\_\_. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano 16ªed. São Paulo: Global, 2006

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuço:** crônicas de costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

GIL, Antonio Carlos Amador. **Tecendo os fios da nação.** Soberana e identidade nacional no processo de construção do estado. Vitória: IHGES, 2001

- GOMES, Flávio Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista in: Tempo vol. 1 Rio de Janeiro, 1996
- GUARINELLO, Norberto Luiz. “Festa, Trabalho e Cotidiano”. In: Istvan Jancso; Iris Kantor. (Org.). Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001, v. 2
- GUERRA, François-Xavier. «VOCES DEL PUEBLO». REDES DE COMUNICACIÓN Y ORÍGENES DE LA OPINIÓN EM EL MUNDO HISPÁNICO (1808-1814) *R. I.*, 2002, n.º 22
- HOLLOWAY, Thomas H.; Fundação Getúlio Vargas.. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França (Orgs.). Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas. São Paulo: Annablume, 2008.
- JANCSÓ, István, KANTOR, Iris. Falando de Festas JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil** 12ª ed. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2003 v.2
- JANCSÓ, Istvan. Este Livro in: JANCSÓ, Istvan. (org.). Brasil: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Unijuí; FAPESP p, 2003
- KRAAY, Hendrik. Alferes Gamboa e a Sociedade Comemorativa da Independência do Império, 1869-1889. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2011, vol.31, n.61, pp. 15-40.
- \_\_\_\_\_. **Days of National Festivity** in: Rio de Janeiro, Brazil, 1823–1889 (Stanford, CA: Stanford University Press, 2013)
- \_\_\_\_\_. Entre o Brasil e a Bahia: As comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX in: *Afro-Ásia* nº23, 1999;
- \_\_\_\_\_. **Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840**: o caso dos Henriques. In: JANCSÓ, István ( org). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação- São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003
- \_\_\_\_\_. Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: festas cívicas depois da Independência. In: PAMPLONA, Marco Antônio; DOYLE, Dan (Org.). Nacionalismo nas Américas. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.329-354.
- \_\_\_\_\_. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da Independência do Rio de Janeiro, 1840-1864 in: *TOPOI*, v.8, n.14 2007;

\_\_\_\_\_. A Invenção do Sete de Setembro, 1822-1831 Almanack Braziliense. São Paulo, n°11, p. 52-61, mai. 2010

\_\_\_\_\_. Political Rituals and Popular Politicization in Imperial Brazil. Almanack. Guarulhos, n.09, p.19-40, abril de 2015

LAGO, Pedro Corrêa do. **Brasiliana Itaú** – uma grande coleção dedicada ao Brasil. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.

Lago, Sylvio. **Música erudita brasleira** gênero e forma: gêneros e formas São Paulo Editora Biblioteca 24 horas, 2006

LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. 4. ed. -. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Artes, 1996

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Entre Pernambuco e a África**. História dos maracatus nação e a espetacularização da cultura Popular. Rio de Janeiro: Tese doutorado em História UFF, 2010.

LIMA, Solimar Oliveira. **Triste Pampa**: resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul(1818-1833) 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 97

LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. Festas Públicas, Memória e Representação: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822 São Paulo: Humanitas. 2004

LOUSADA, Maria Alexandre. Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias 1760-1834 **Penélope**, 1998

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994

\_\_\_\_\_. Memória da Independência: Marcos e Representações Simbólicas. In: *Revista Brasileira de História* São Paulo v 15 n°29 pp. 173-206 1995

MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros** : uma associação de artifices no Recife, 1836-1880 Campinas: Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2009

\_\_\_\_\_. Identidades Étnicas, Irmandade do Rosário e Rei do Congo: sociabilidades cotidianas recifenses (século XIX)

\_\_\_\_\_. **O Rosário de D. Antônio**: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002

\_\_\_\_\_. **TRABALHO, POLÍTICA E DISTINÇÃO SOCIAL EM TRÊS ORGANIZAÇÕES COM GENTE PRETA E PARDA:** Recife, década de 1840 in: *Revista Crítica Histórica* Ano III, nº 6, dezembro/2012

MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX-1850/1888.** São Paulo; Annablume, 2008

MARQUES, Janote Pires. **Festas de Negros em Fortaleza.** Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900); Fortaleza:Expressão Gráfica, 2009

MARSON, Isabel Andrade. *A Rebelião Praieira* São Paulo Ed. Brasiliense 1981.

\_\_\_\_\_. O “Cidadão-criminoso”: o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o segundo reinado in: **Estudos Afro-Asiáticos** nº 16. 1989

MARTHA, Michel Mendes. **Em busca de honras, isenções e liberdades:** as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do século XIX). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**, [S.l.], n. 1, p. 8-26, may 2005.

\_\_\_\_\_. **O Tempo Saquarema.** 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

Mello, Evaldo Cabral de.(org) *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca* editora 34 São Paulo.. 2001

MELLO, Janaína Cardoso de, Matas Plurais, Imoralidades Matrimoniais: O Despique entre negros e índios cabanos de Jacuípe ( AL-PE, 1835-1850) in: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas.** São Paulo: Annablume, 2008.

MENESES, Djacir (org) **O Brasil no Pensamento Brasileiro.** Brasília: Senado Federal, 1998

MÉO, Guy de Le sens géographique des fêtes In: *Annales de Géographie.* 2001, t. 110, nº622.

MITCHEL, Reid. Significando: carnaval afro-creole em New Orleans do século XIX e início do XX.in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas - Ensaio de História Social da Cultura .** Campinas. Ed. Unicamp. 2002

MORAIS, Grasiela Florêncio de. *A Câmara Municipal do Recife e o controle sobre as práticas cotidianas das mulheres livres, libertas e escravas na primeira metade do século*

XIX (1830-1850) **sÆculum** - REVISTA DE HISTÓRIA [25]; João Pessoa, jul./ dez. 2011

\_\_\_\_\_. O "belo sexo" sob vigilância: o controle das práticas cotidianas e formas de resistência das mulheres pobres livres, libertas e escravas no Recife oitocentista(1830-1850) . Recife: o autor. 2011

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840). 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005

\_\_\_\_\_. **Frei Caneca:** entre Marília e a pátria Rio de Janeiro. FGV. 2000

\_\_\_\_\_. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). Livros e Impressos. Retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.153-184

\_\_\_\_\_. O Período das Regências (1831-1840) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. Artistas e Artífices a serviço das irmandades religiosas do Recife nos séculos XVIII e XIX. In: Natália Marinho Ferreira-Alves. (Org.). A Encomenda. O Artista. A Obra. Porto: CEPESSE, 2010. p. 359-378

MOURA, Denise. **Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo.** Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1998

\_\_\_\_\_. Sociedade Movediça: Economia, Cultura e Relações Sociais em São Paulo (1808-1850)- Editora UNESP 2005

NASCIMENTO, Luís do. História da Imprensa Pernambucana, 1821-1954. vol. 1, Recife: UFPE, 1966

\_\_\_\_\_. História da imprensa de Pernambuco 1821- 1924. Vol. 4. Recife: UFPE, 1969

PACHECO, A. J. V.; PINTO, R. M. Os hinos de D. Pedro I e Marcos Portugal: em busca de paradigmas. **Revista Música Hodie**, Goiânia, V.13 - n.2, 2013, p. 136-167

PAIVA, Eduardo França. **História &Imagens.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006

PAIVA, José Pedro Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris, (Org.). **Festa:** cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec; EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras:** literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004

PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000

- QUINTAS, Amaro. A "Praieira" e sua ideologia in: MENESES, Djacir (org) **O Brasil no Pensamento Brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1998
- REGINALDO, Luciene. **Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista**. Campinas, SP. Tese de Doutorado em História. Unicamp, 2005
- REIS, João José. **A morte é uma festa** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991
- \_\_\_\_\_. Dono da Terra Chegou, Cento e Cincoenta Acabou ? Notas sobre Resistência e Controle dos Escravos na Bahia, que Recebeu a Família Real em 1808. **Revista USP**, v. 79, p. 106-117, 2008
- \_\_\_\_\_. Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista in: MOTA, Carlos Guilherme (organizador). **Viagem incompleta — A experiência brasileira**. A grande transação, volume 2, São Paulo. Ed, SESC, 2000
- REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 14-39, 1995
- REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus J. M de Carvalho. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822-c. 1853)**. São Paulo: Companhia das letras, 2010
- RIBEIRO, Cristina Betioli. **Um norte para o romance brasileiro** : Franklin Távora entre os primeiros folcloristas. Campinas, SP : [s.n.], 2008.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002
- \_\_\_\_\_. As noites das garrafadas: Uma história entre outras de conflitos antilusitanos e raciais na Corte do Rio de Janeiro em 1831. **Luso-Brazilian Review**, Vol. 37, No. 2, Special Issue: State, Society, and Political Culture in Nineteenth-Century Brazil, 2000
- \_\_\_\_\_. Cidadania, liberdade e participação no processo de autonomização do Brasil e nos projetos de construção da identidade nacional. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 13 n. 1. jan. – jun. 2007
- \_\_\_\_\_. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e "de cor" na Independência do Brasil. **Cad. CEDES** [online]. 2002, vol.22, n.58 [cited 2015-01-28], pp. 21-45
- ROMEIRO, Adriana. O enterro satírico de um governador: festa e protesto político nas Minas setecentistas in: JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e**

sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001 pp.301 a 312

RYAN, Mary. “A parada norte-americana: representações as ordem social do século XIX” in: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**, São Paulo: Martins Fontes, 1992

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América**: a procissão de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa – século XVIII. São Paulo: Annablume, 2005

\_\_\_\_\_. Os senhores do tempo: a intervenção do bispado na procissão de Corpus Christi no século XVIII. **Tempo**, Niterói, v. 18, n. 33, p. 165-190, 2012

SANTOS, João Marcos Leitão Santos e SOFFIATTI, Elza Silva Cardoso. As contenções da liberdade. A Maçonaria e a Internunciatura Apostólica no Brasil do século XIX **REHMLAC+** vol.7, n.2 2015p.37-64

SANTOS, Lúcia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins**: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). 2011. Dissertação (Mestrado em História)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

\_\_\_\_\_. JUSTIÇA, CONTROLE SOCIAL E ESCRAVIDÃO EM MEADOS DO SÉCULO XIX in: Documentação e Memória/TJPE, Recife, PE, v.1, n.1, 94-115, jul./dez.2008

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Reformas da Igreja em contraposição: o pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX). Itinerantes. **Revista de Historia y Religión**, v. 5, p. 65-90

SCARANO, Julita Bebida alcoólica e sociedade colonial. In: Istvan Jancso; Iris Kantor. (Org.). **Festa**: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001

SCHWARZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador** : D. Pedro II, um monarca nos trópicos / Lilia Moritz Schwarcz. — São Paulo : Companhia das Letras

Schwarcz, Lilia Moritz. **O Império em Procissão**: Ritos e Símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro. JORGE ZAHAR EDITOR, 2000.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. In: Leite, Monica; Fonseca, Silvia C P de B. (Org.). **Entre a Monarquia e a República**. Imprensa, pensamento político e historiografia. 1822-1889. .Rio de Janeiro: UERJ, 2008 p.13 a 33

- SIQUEIRA, Baptista. *Origem do termo samba*. São Paulo: IBRASA; Brasília, INL, 1978
- SILVA, Kalina Vanderlei, **O teatro urbano** – sociabilidades urbanas açucareiras em Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. in: *CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA* n. 29.2 (2011)
- SILVA, Leny de Amorim. **Ciclo junino**. Recife. Prefeitura da Cidade do Recife, 1992
- SILVA, Luiz Geraldo . **A Faina, a Festa e o Rito**. Papyrus Editora, Campinas, SP, 2001
- \_\_\_\_\_. A Insurreição Praieira: um comentário . **Almanack Braziliense**, [S.l.], n. 8, p. 46-51, nov. 200
- \_\_\_\_\_. “Sementes da sedição”: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817) in: **Afro-Asia** n°25. 2001
- \_\_\_\_\_. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação ( Pernambuco, 1770-1830) ANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; FAPESP, 2003 pp 497-520
- \_\_\_\_\_. Um projeto para a nação: Tensões e intenções políticas nas "províncias do Norte" (1817-1824) . **Revista de História**, São Paulo, n. 158, p. 199-216, june 2008.
- SILVA, Maciel Henrique. Na casa, na rua e no rio: a paisagem do Recife oitocentista pelas vendeiras, domésticas e lavadeiras in: **Mneme** Revista de Humanidades v. 7 n.15 2005
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Exu do Brasil: tropos de uma identidade afro-brasileira nos trópicos. **Revista de Antropologia**, SÃO PAULO, USP, 2012, V. 55 N° 2
- SILVA, Wellington Barbosa da. Cada taberna nesta cidade é um quilombo...” repressão policial e resistência negra no Recife oitocentista in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de **História do mundo atlântico: Ibéria, América e África: entre margens do XVI ao XXI**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009
- \_\_\_\_\_. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no recife do século XIX. Tese de doutorado Recife. Universidade Federal de Pernambuco. 2003
- SIQUEIRA, Baptista. **Origem do termo samba**. São Paulo: IBRASA; Brasília:INL, 1978
- SOARES, Carlos Eugênio Libano. Festa e violência: os capoeiras e as festas populares na corte do Rio de Janeiro( 1809-1890) in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas - Ensaio de História Social da Cultura** . Campinas. Ed. Unicamp. 2002

- SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX In: **Dimensões**- Revista de História da UFES n°16,
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994
- SOUZA, George F. Cabral de. **Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife 1710-1822**. Recife: Editora UFPE, 2015
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1999
- SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: UFMG, 2001
- SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Cada noite, cada lei: políticas públicas e teatro no Rio de Janeiro do século XIX in: **Dimensões**-Revista de História da Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n°17, 2005.
- TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. Recife, Tipografia Industrial, 1884
- TOLLENARE, L. F. de. **Notas dominicais: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Recife, Empresa do Jornal do Recife. 1906
- THOMPSON. E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP:Editora da UNICAMP, 2001
- \_\_\_\_\_. **Costumes em Comum** - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 1998
- TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Ed.34. 2000
- \_\_\_\_\_. **Festa de negro em devoção de branco: do carnaval na procissão ao teatro no cário**. São Paulo: Editora Unesp, 2012
- ULHÔA, Martha Tupinambá de e LIMA NETO Luiz Costa.. **Cosmoramas, lundus e caxuxas no Rio de Janeiro (1821–1850)**Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 33-62, jan./jun. 2015
- UM CONTEMPORÂNEO. **Exposição dos Serviços prestados pelo coronel José de Barros Falcão de Lacerda, em diferentes provincias do imperio, desde 1788 até 1848 com especialidade nos annos de 1817, 1821, 1822, 1823 e 1824**. Pernambuco : Typographia de M. F. de Faria, 1849.
- VAUTHIER, **Diário íntimo** in: FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2. ed. -. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960

\_\_\_\_\_. Diário pessoal. In: PONCIONI, Cláudia. Pontes e ideias: LouisLéger Vauthier, engenheiro francês fourierista. Recife: Cepe, 2010. p. 61-265.

VERDO, Geneviève. Religião, "espírito público" e patriotismo na independência do Rio da Prata. Almanack [online]. 2014, n.8, pp.104-119

VIEIRA, Alberto, Alfenim da Madeira para o mundo Funchal. Cadernos de divulgação do CEHA. N.º 8 2015

VILALTA, Luiz. Carlos. Pernambuco, 1817 “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. REVISTA USP, São Paulo, n. 58, p. 58-91, 2003.

VILAR, Gilberto. **Frei Caneca: gesta da liberdade 1799-1825**. Rio de Janeiro, Mauad, 2004

VOVELE, Michel. **Les Metamorphoses de La fête em Provence de 1750 a 1820**. Paris: Aubier/Flammarion, 1976

\_\_\_\_\_. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987

## ANEXO 1

Informações sobre os periódicos pesquisados baseadas no livro NASCIMENTO, Luís do. História da Imprensa Pernambucana, 1821-1954.

Jornal: Abelha Pernambucana<sup>897</sup>

Formato	28X20
Redator	Antônio Borges da Fonseca. <sup>898</sup>
Páginas	4
Periodicidade	2 vezes por semana
Datas Limites	Abril de 1829 a agosto de 1830
Tipografia	Fidedigna
Vendido em	Praça da Boa Vista e rua nova
Preço	80 réis
Tendência Política.	Liberal

Jornal: A Carranca.

Formato	15 ½ X 10
Redator	Antonio Peregrino Maciel Monteiro e Nicolau Regueira Costa, Manoel Coelho Cintra, João Batista de Sá, e outros
Páginas	4
Periodicidade	2 a 3 vezes por semana
Datas Limites	Maior de 1845 a setembro-1847
Tipografia	União( rua Bela)
Vendido em	-
Preço	20 réis
Tendência Política.	Conservador

Jornal: A união

Formato	36x26
Redator	José Bento da Cunha e Figueiredo, José Tomaz Nabuco de Araújo, entre outros
Páginas	4
Periodicidade	3 vezes por semana
Datas Limites	Agosto de 1848 a dezembro de 1855
Tipografia	União
Vendido em	Rua do colégio e Rua da Cadeia
Preço	100 reis
Tendência Política.	Conservador

<sup>897</sup> NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco 1821- 1924. Vol. 4. Recife: UFPE, 1969., pp. 67 a 70

<sup>898</sup> FELDMAN, Ariel. *Guerra Op. Cit* p.40

## Jornal: Bússola da liberdade

Formato	30x21
Redator	-
Páginas	4
Periodicidade	2 vezes por semana
Datas Limites	Junho de 1831 a abril de 1833
Tipografia	Tipografia Fidedigna/ Tipografia do Diário de Pernambuco
Vendido em	Rua da Cadeia, Rua Cabugá, Rua Nova e Praça da Boa Vista
Preço	80 réis
Tendência Política.	Federalismo

Jornal: *Diário de Pernambuco*<sup>899</sup>

Formato	30 x 20
Fundador	Antônio de José Falcão Miranda
Páginas	4
Periodicidade	Diária
Datas Limites	Novembro a 1825 até os dias atuais
Tipografia	<i>Diário de Pernambuco ( rua direita)</i>
Vendido em	-
Preço	-
Tendência Política.	Liberal/ conservador

## Jornal: Diário Novo

Formato	28x21/36x26
Fundadores	Luís Inácio Ribeiro Roma e João Batista de Sá
Páginas	4
Periodicidade	Diária
Datas Limites	Agosto de 1842 a abril de 1852
Tipografia	Tipografia Imparcial
Vendido em	Rua da Praia e Rua do Colégio
Preço	120 /160 réis
Tendência Política.	Liberal

## Jornal: Gazeta Pernambucana

Formato	30X21
Redator	Pe. Venâncio de Rezende/e Cipriano José Barata de Almeida/ Manuel Clemente do

<sup>899</sup> NASCIMENTO, Luís do. História da Imprensa Pernambucana, 1821-1954. vol. 1, Recife: UFPE, 1966, pp..21 a 29

	Rêgo Cavalcanti <sup>900</sup>
Páginas	4 a 8
Periodicidade	Irregular
Datas Limites	Setembro de 1822 até abril de 1824
Tipografia	Cavalcanti & Companhia (rua Direita)
Vendido em	-
Preço	80 réis
Tendência Política.	defensor do constitucionalismo na maior parte dos seus exemplares

Jornal: O Amigo do Povo

Formato	31X22
Redator	Padre José Marinho Falcão Padilha
Páginas	4
Periodicidade	Semanal
Datas Limites	Maior de 1829 a dezembro de 1830
Tipografia	D'o cruzeiro
Vendido em	-
Preço	80 réis
Tendência Política.	Conservador

Jornal: O Capibaribe

Formato	28x19
Redator	Joaquim Vilela de Castro Tavares
Páginas	4
Periodicidade	2 vezes por semana
Datas Limites	Julho de 1848 a novembro de 1849
Tipografia	Brasileira
Vendido em	Largo do Colégio e Aterro da Boa Vista
Preço	80
Tendência Política.	-

Jornal: O Carapuço

Formato	21x15
Redator	Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama
Páginas	4
Periodicidade	Duas vezes por semana
Datas Limites	Abril/1832 a setembro/1847
Tipografia	Fidedigna
Vendido em	-

<sup>900</sup> mudou a direção do jornal depois que assumiu em dezembro de 1823 e passou a defender o Morgado do Cabo

Preço	-
Tendência Política.	-

Jornal: O Cometa

Formato	22x16
Redator	Padre João Capistrano de Mendonça
Páginas	4
Periodicidade	Semanal
Datas Limites	Maior de 1843 a janeiro de 1846
Tipografia	Imparcial
Vendido em	-
Preço	-
Tendência Política.	Praieira

Jornal: O Artilheiro

Formato	26X19
Redator	João Batista de Sá <sup>901</sup>
Páginas	4
Periodicidade	Dois vezes por semana
Datas Limites	Dezembro de 1842 até setembro de 1843
Tipografia	M.F. de Faria (Diário de Pernambuco)
Vendido em	-
Preço	80 réis
Tendência Política.	conservador

Jornal: O Constitucional<sup>902</sup>

Formato	28X18
Redator	Jerônimo Vilela Tavares
Páginas	4
Periodicidade	Dois vezes por semana
Datas Limites	Julho de 1829 a junho de 1831
Tipografia	<i>Diário de Pernambuco</i> (rua direita)
Vendido em	-
Preço	80 réis
Tendência Política.	Liberal

<sup>901</sup> Alguns textos eram atribuídos

<sup>902</sup> NASCIMENTO, Luiz. *Op.Cit.*, pp. 73 a 75

Jornal: *O Cruzeiro*<sup>903</sup>

Formato	30X20
Redator	Padre Francisco Ferreira Barreto
Páginas	4 a 6
Periodicidade	Diariamente
Datas Limites	Maior/1829 até maior/1831
Tipografia	<i>O Cruzeiro ( Rua da Cadeia)</i>
Vendido em	-
Preço	Assinatura mensal 640 réis
Tendência Política.	conservador

## Jornal: O Foguete

Formato	22x16
Redator	-
Páginas	4
Periodicidade	irregular
Datas Limites	Maior de 1845 a Setembro de 1845
Tipografia	Imparcial
Vendido em	-
Preço	-
Tendência Política.	praeiro

## Jornal: O Lidador

Formato	36X26
Redator	-
Páginas	4
Periodicidade	2 vezes por semana
Datas Limites	Março de 1845- agosto de 1848
Tipografia	M.F. de Faria ( Diário de Pernambuco)/União <sup>904</sup>
Vendido em	Praça da Independência
Preço	120 reis
Tendência Política.	Conservador

<sup>903</sup> NASCIMENTO, Luís do. História da Imprensa Pernambucana, 1821-1954. vol. 2, Recife: UFPE, 1966 , pp. 67 a 70

<sup>904</sup> A partir do número 22

## Jornal: O Segarrega

Formato	27x18
Redator	Felipe Mena Calado de Fonseca
Páginas	4
Periodicidade	Irregular
Datas Limites	Dezembro de 1821 a outubro de 1823
Tipografia	Oficina do Trem de Pernambuco
Vendido em	-
Preço	-
Tendência Política.	-

## Jornal: Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco

Formato	19X 13
Redator	Cipriano José Barata de Almeida
Páginas	4
Periodicidade	2 vezes por semana
Datas Limites	Abril de 1823 a março de 1824
Tipografia	Cavalvanti & Companhia ( rua direita)
Vendido em	Praça do Livramento
Preço	40 reis
Tendência Política.	Defensor da Independência e do Constitucionalismo